

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SAMÁRIO JOSÉ LIMA MEIRELES

**PROCESSOS DE SELEÇÃO DOS DIRIGENTES POLÍTICOS NA SECCIONAL
MARANHENSE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB/MA:**
recursos sociais, coalizões e clivagens
(1983-2015)

São Luís/MA

2017

SAMÁRIO JOSÉ LIMA MEIRELES

**PROCESSOS DE SELEÇÃO DOS DIRIGENTES POLÍTICOS NA SECCIONAL
MARANHENSE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB/MA:**

recursos sociais, coalizões e clivagens

(1983-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências
Sociais, para obtenção do título de mestre
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís/MA

2017

SAMÁRIO JOSÉ LIMA MEIRELES

**PROCESSOS DE SELEÇÃO DOS DIRIGENTES POLÍTICOS NA SECCIONAL
MARANHENSE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB/MA:**

recursos sociais, coalizões e clivagens

(1983-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências
Sociais, para obtenção do título de mestre
em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Igor Gastal Grill
Doutor em Ciência Política
(PPGCSoc/UFMA)

Prof. Diogo Guagliardo Neves
Doutor em Ciências Sociais
(CEUMA)

Prof^a. Cíndia Brustolin
Doutora em Sociologia
(DESOC/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Chegado a hora mais esperada, não poderia, neste momento, deixar de objetivar a própria pesquisa, isto é, não poderia deixar de compreender este estudo como resultado de um conjunto de relações que o pesquisador processualmente se ligou ao longo de dois anos, a partir de março de 2015.

Sendo assim, não poderia deixar de agradecer às diversas pessoas que se relacionaram comigo ao longo desses últimos vinte e quatro meses. Logo, sintam-se todos agradecidos, pois de certa maneira, como uma espécie de “efeito borboleta”, vocês me ajudaram a chegar neste esperado momento.

Agradeço aos meus colegas de turma, aos servidores da OAB/MA, a todos os advogados e, principalmente, a Carlos Sebastião Silva Nina, José Caldas Gois Júnior, Valéria Lauande Carvalho Costa, Roberto Charles de Menezes Dias, Daniel Blume Pereira de Almeida, José Caldas Gois, Thiago Roberto de Menezes Diaz e Luís Augusto de Miranda Guterres Filho.

Agradeço à bolsa de estudos CAPES, pois, sem a ajuda desta “política de fomento”, com certeza seria bem mais difícil alcançar este resultado.

Agradeço, ainda, aos professores doutores Juarez Lopes de Carvalho Filho, Cíndia Brustolin, Eliana Tavares dos Reis, Marcelo Domingos Sampaio Carneiro, Diogo Guagliardo Neves, e a todos os outros que fizeram parte da minha trajetória acadêmica.

Especialmente, agradeço ao professor doutor Igor Gastal Grill que, respeitosamente, me recebeu no LEEPOC (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais) e orientou a presente pesquisa.

LISTA DE QUADROS E GRAFOS:

- QUADRO 01:** Topografia da OAB/MA no “tempo”, entre 1932 e 1983, p. 47.
- QUADRO 02:** Índice de reeleitos: 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012 e 2015, p. 97.
- QUADRO 03:** Índices de “experientes-jogadores” nas chapas das eleições de 2003, 2006, 2009 e 2012, p. 126.
- QUADRO 04:** Relação cargos e mandatos dos agentes MAM, JGCZ, UCMS, WSS, MACL, VLCC e IGA, p. 139.
- GRAFOS 01:** Sobreposição de vinte e dois *conjuntos de ação* (1983 e 2015), p. 20.
- GRAFOS 02:** Sobreposições dos *conjuntos de ação* vencedores, referentes aos pleitos de 1983/85, 1985/87 e 1987/89, p. 60.
- GRAFOS 03:** Sobreposições dos *conjuntos de ação* vencedores, referentes aos pleitos de 1983/85, 1985/87, 1987/89 e 1989/91, p. 63.
- GRAFOS 04:** Sobreposições dos *conjuntos de ação* vencedores, referentes aos pleitos de 1983/85, 1985/87, 1987/89, 1989/91, 1991/93 e 1993/95, p. 71.
- GRAFOS 05:** Sobreposições dos *conjuntos de ação* vencedores, referentes aos pleitos de 1983/85, 1985/87, 1987/89, 1989/91, 1991/93 e 1993/95, sem os nove nomes que ligam as duas *configurações*, são eles: JAFAS, MSC, MTCCO, APFG, KM, VCBM, FAGM, FJMC e JJRC, p. 71.
- GRAFOS 06:** Sobreposições de dois *conjuntos de ação vencedores* e um *conjunto de ação opositor*, referentes aos pleitos de 1995/98 e 1998/00, p. 83.

- GRAFOS 07:** Resultado das sobreposições de treze *conjuntos de ação*, p. 84.
- GRAFOS 08:** Sobreposições dos três *conjuntos de ação* vencedores, referentes aos pleitos de 1995/97, 1998, 00 e 2001/03, p. 89.
- GRAFOS 09:** Sobreposições dos *conjuntos de ação* vencedores, referentes aos pleitos de 2004/06, 2007/09, 2010/12 e 2013/15, p. 99.
- GRAFOS 10:** Sobreposições de quatro *conjuntos de ação*, referentes à chapa vencedora da eleição de 2006 (07-S) e às três chapas concorrentes da eleição de 2009 (10-S, 10-O e 10-O2), p. 114.
- GRAFOS 11:** Sobreposições de cinco *conjuntos de ação*, referentes às três chapas concorrentes da eleição de 2009 (10-S, 10-O e 10-O2), e às duas chapas concorrentes da eleição de 2012 (13-S e 13-O), p. 122.
- GRAFOS 12:** Sobreposições de quatro *conjuntos de ação*, referentes às duas chapas concorrentes da eleição de 2012 (13-S e 13-O), e às duas chapas concorrentes da eleição de 2015 (16-S e 16-O), p. 135.
- GRAFOS 13:** Sobreposições dos catorze *conjuntos de ação* vencedores, respectivos aos mandatos de 1983/85, 1985/87, 1987/89, 1989/91, 1991/93, 1993/95, 1995/97, 1998/00, 2001/03, 2004/06, 2007/09, 2010/12, 2013/15 e 2016/18, p. 142.
- GRAFOS 14:** Sobreposições dos catorze *conjuntos de ação* vencedores, respectivos aos mandatos de 1983/85, 1985/87, 1987/89, 1989/91, 1991/93, 1993/95, 1995/97, 1998/00, 2001/03, 2004/06, 2007/09, 2010/12, 2013/15 e 2016/18, sem os seis agentes centrais, são eles: AOM, BN, JAO, ALB, LRMG e LAMGF, p. 143.

RESUMO:

Nesta pesquisa são analisados os processos de seleção dos dirigentes políticos da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, com ênfase no período compreendido entre 1983 e 2015. A investigação centrou-se em catorze disputas eletivas mediante as quais foram escolhidas as diretorias da entidade. Na operacionalização do estudo, buscou-se apreender cadeias de líderes-seguidores que rivalizaram no âmbito da instituição, evidenciando os fluxos de entradas, saídas, aproximações e distanciamentos. Para tanto, foram reconstituídas as trajetórias dos principais protagonistas (egos de redes) que concorreram a postos de direção da OAB/MA, bem como as cliques de dirigentes que foram formadas nesses embates e as clivagens construídas por meios de realinhamentos constantes nas alianças. Sendo assim, em primeiro lugar, foram identificados os recursos acumulados pelos agentes que se destacaram nessas contendidas e, em segundo lugar, as redes de relações (por intermédio do uso dos programas UCINET e NETDRAW) constituídas e ativadas com objetivos eleitorais, buscando também revelar as bases sociais de interconexões, elos e vínculos mais ou menos efêmeros.

Palavras-chave: elites, trajetória, rede, conjunto de ação, clique, ego.

ABSTRACT

In this research are analyzed the processes of selection of political leaders of the maranhense branch of the Brazilian bar association, with emphasis on the period between 1983 and 2015. The investigation focused on fourteen elective disputes through which the boards of directors of the entity were chosen. In the operationalization of the study, we sought to apprehend chains of leaders-followers who competed within the institution, evidencing the flows of entries, exits, approximations and distancing. In order to do so, the trajectories of the main protagonists (egos of networks) who competed for positions of direction of the OAB/MA were reconstituted, as well as the clicks of leaders who were formed in these clashes and the cleavages constructed by means of constant realignments in the alliances. Therefore, firstly, the resources accumulated by the agents that stood out in these disputes were identified, and secondly, the networks of relations (through the use of the UCINET and NETDRAW programs) constituted and activated for electoral purposes, also seeking to reveal the social bases of interconnections, ties and links more or less ephemeral.

Keyword: elites, trajectory, network, action set, click, ego.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<u>CAPÍTULO 1:</u> PROCESSO HISTÓRICO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ADVOCACIA NO BRASIL (1822-2015)	25
<u>CAPÍTULO 02:</u> TOPOGRAFIA DA OAB/MA NO “ESPAÇO” E NO “TEMPO”	42
2.1 Intenso Fluxo de Tensões (04.04.1932-31.03.1959)	47
2.2 Dominação de Dois Presidentes (01.04.1959-31.12.1980)	49
2.3 Rearranjo de Forças (01.01.1981-31.01.1983)	50
<u>CAPÍTULO 3:</u> VITÓRIA DA COALIZÃO OPOSICIONISTA (01.02.1983-28.01.1989)	53
<u>CAPÍTULO 4:</u> RECONFIGURAÇÃO DA CADEIA DE LÍDERES SEGUIDORES (01.02.1989-31.01.1995)	61
<u>CAPÍTULO 5:</u> ALIANÇA ENTRE LÍDERES-OPOSITORES E A ENTRADA DE NOVOS-JOGADORES (01.02.1995-31.12.2003)	74
<u>CAPÍTULO 6:</u> CLIVAGEM ENTRE LÍDERES E A ALIANÇA COM AS NOVAS LIDERANÇAS (01.01.2004-31.12.2009)	90
<u>CAPÍTULO 7:</u> ASCENÇÃO DE UM LÍDER (01.01.2010-31.12.2015)	107
<u>CAPÍTULO 8:</u> CONFIGURAÇÃO DE 01.01.2016	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	149
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

O propósito da presente pesquisa é estudar a relação entre *política e direito*. Vários são os autores que estudaram ou de alguma forma trataram desta relação em seus trabalhos. Neste estudo, destacamos alguns desses autores cujos argumentos estão diretamente relacionados ao universo de pesquisa que aqui examinamos.

Por exemplo, José Murilo de Carvalho (2010), tratou da relação *direito e política* em sua tese de doutorado intitulada *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Nesta tese, o autor conseguiu demonstrar: 1)- que ao longo dos 67 anos de Brasil Império, os bacharéis em direito, os proprietários rurais, os padres e os militares, formaram a elite política imperial, exercendo os principais cargos políticos na estrutura do Estado brasileiro, entre 1822 e 1889; 2)- e que, destas quatro categorias de agentes que construíram o Estado Imperial Brasileiro, foram os bacharéis em direito, formados em Coimbra, Recife e São Paulo, os que ocuparam uma maior quantidade de vezes, os cargos de ministro, deputado, senador, conselheiro, chefe de província, etc., isto é, os postos políticos mais importantes.

Outro autor que trabalhou com a relação *direito e política* foi Sérgio Adorno (1988), em *Os Aprendizes Do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Nesta obra, Adorno buscou reconstruir o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis formados pela Universidade de São Paulo durante o regime imperial, entre os anos de 1827 e 1883. O objetivo do autor foi “apreender empiricamente a formação desses intelectuais no horizonte mais amplo de organização da cultura jurídico-política brasileira” (ADORNO, 1988, p.19). Já Edmundo Campos Coelho (1999), no seu livro intitulado *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro*, buscou estudar a relação entre os profissionais da advocacia e o Estado, ao longo dos anos de 1833 e 1930, ou seja, durante o Império e a República Velha.

Uma autora que também realizou estudo com a mesma temática, mostrando as relações dos advogados com o Estado, foi Maria da Glória Bonelli (2002), em seu livro *Profissionalismo e Política no mundo do Direito*. Podemos citar, também, Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (2013), que na sua tese de doutorado intitulada *Os Cruzados da Ordem Jurídica: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*, estudou a relação *direito e política*, buscando compreender a atuação dos advogados-conselheiros da OAB, em relação ao Estado e à sociedade civil.

Para finalizar, podemos destacar, ainda, Fabiano Engelmann e Frederico de Almeida. O primeiro, Fabiano Engelmann (2008), no artigo denominado *Questões para o estudo de “elites de Estado”*: o caso representativo dos juristas, trabalhou a relação política e direito, apresentando um conjunto de questões que foram enfrentadas para a construção de um esquema analítico visando um estudo empírico sobre os juristas e sua relação com as definições de profissão, ensino e fundamentações teóricas para o uso do Direito no contexto de uma dinâmica periférica representada pelo Estado do Rio Grande do Sul. O segundo, Frederico de Almeida (2016), no seu artigo intitulado *As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira*, trabalhou a referida relação, buscando apresentar as articulações entre a sociologia das elites, os estudos da sociologia das profissões jurídicas e as análises institucionais da ciência política sobre o sistema de justiça.

Na presente pesquisa, a particularidade está no enfoque que damos ao tema. Segundo Moacir Palmeira, existem *domínios* onde a “política” é identificada a eleições e o período eleitoral é o momento de “definições de pertencimentos e localização de fidelidades” (PALMEIRA, 2000, apud, BARREIRA, p.301). Ou melhor, segue o autor, o período eleitoral é o chamado *tempo da política*, onde “está em jogo um certo calendário, um recorte social do tempo, com implicações tão objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio” (PALMEIRA, 2010, p.16). Isto é, afirma Palmeira (2010), existem *domínios* da vida social onde a “política” pode ser pensada como uma atividade não permanente.

Podemos dizer que a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MA – é um desses *domínios*. Logo, o nosso propósito neste trabalho é perceber como se deu, entre os dirigentes da OAB/MA, as “definições de pertencimentos”, ao longo de catorze disputas eletivas. Dito de outra maneira, buscamos perceber as configurações das teias de interdependência que processualmente se formaram nos fluxos ininterruptos de tensões (ELIAS, 1999), existente no jogo político pelos cargos de direção da entidade, ao longo de trinta e três anos.

Inicialmente, vale ressaltar que tratamos o “espaço político” da OAB/MA, como um *domínio* da vida social estruturado nos mesmos dois principais fatores que embasam o “espaço do poder” no Brasil, quais sejam:

[...] O primeiro é a relevância das relações personalizadas e seu caráter estruturante da dimensão mais vasta do ordenamento tanto social como político, tornando mais fluidos os limites entre o que é formal ou informalmente considerado como “política”, assim

como menos nítidos as distinções entre interações regidas por lógicas institucionais e pessoais. O segundo é que a monopolização personificada e ativação de determinados recursos que efetivamente contam (principalmente de origens sociais, títulos escolares e redes de relações) colaboram para a ocupação das posições as mais bem alocadas na hierarquia social como um todo [...] (REIS e GRILL, 2016, p.33-34).

Logo, verificamos que as “lutas” pelos cargos de direção da OAB/MA acontecem num *domínio* articulado pelo intercruzamento de lógicas e recursos indistintamente políticos, atravessado por outros *domínios* e por clivagens diversas que acabam conformando-se aos seus princípios de funcionamento, em que os volumes e estruturas dos patrimônios dos principais dirigentes são destacados pelos trunfos decorrentes do capital simbólico e da acumulação do capital de relações sociais, respaldados em códigos de honra/reciprocidade e em mecanismos de representação/mediação política via relações pessoais (REIS e GRILL, 2016).

Por isso, entendemos esta ordem político-social-singular, trabalhando as conexões e as relações que ligam os integrantes desse *domínio*, a partir dos elementos nelas envolvidos. Ou melhor, abordamos o jogo político pela direção da entidade, a partir “da multiplicidade de recursos, lógicas, práticas, posições e posicionamentos que condicionam o trânsito, a decadência ou a ascensão dos seus ‘notáveis’” (REIS e GRILL, 2016, p.37). Dessa forma, conseguimos:

1)- romper com pressupostos essencialistas presentes em definições de política [...] apropriadas como se fossem trans-históricas e transculturais [...] 2)- direcionar o olhar às múltiplas vias históricas de construção e legitimação de âmbitos de atuação de especialistas; 3)- indicar a existência de *domínios* e lógicas intercruzadas da vida social (políticos, culturais, religiosos, científicos jurídicos, etc), que condensam papéis, atividades e funções específicas; 4)- observar os diferentes graus e combinações de processos de relativa autonomização, institucionalização e especialização; 5)- efetuar comparações [...] diacrônicas, de um mesmo *domínio* em constante mudança, adaptação, subversões (REIS e GRILL, 2016, p.37).

Portanto, concebemos este *domínio* da vida social, como constituído “por teias de interdependência que ligam indivíduos, segmentos sociais, setores, arenas, domínios, etc. em um entrançado flexível de tensões” (GRILL, 2013, p. 235-236), pois, é observando o fluxo constante de entradas, saídas, reconversões e posições que cada agente-jogador ocupa neste universo (GRILL, 2013), que podemos identificar e destacar os líderes dos seguidores (LANDÉ, 1977).

Assim, conseguimos: 1)- reconstruir diacronicamente a trajetória da instituição, mostrando como as coalizões e as clivagens originadas a partir de uma *rede* de alianças, desenharam e redesenharam as teias de interdependência e, conseqüentemente,

configuraram e reconfiguraram as “relações de poder” dentro da entidade; 2)- delimitar este *domínio*, “a partir dos seus protagonistas, credenciados justamente pelo pertencimento/vínculo multidimensional e pelos papéis que conseguem assumir junto com a multiposicionalidade em distintos meios” (REIS e GRILL, 2016, p.37); 3)- ajustar os três níveis de análise, quais sejam:

1)- a *multidimensionalidade* das lógicas de ação e das práticas sociais, que são acionadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível [...] 2)- a *multiposicionalidade* passível de ser acumulada em instâncias, lugares, enfim, nos *domínios* da atuação das elites, verificando a vinculação das posições sucessiva e simultaneamente ocupadas pelos agentes [...] com a superfície social que eles dispõem [...] 3)- e a da *multinotabilidade* que os agentes podem nutrir mediante a condensação de reconhecimentos sociais, políticos, culturais, etc [...] germinados em processos ininterruptos de interpenetrações e osmose [...] cujo desfecho é a composição de suportes de reputação pessoal em múltiplos *domínios* e redes sociais [...] (REIS e GRILL, 2016, p.39).

Sobre a estrutura política da OAB/MA, verificamos, baseado na leitura dos termos de posse e compromisso, atas de apuração, registros das chapas, na observação direta e nos depoimentos de vários dirigentes, que com o passar dos anos, a quantidade das vagas eletivas em disputa no jogo político da entidade, vai aumentando de acordo com o aumento da quantidade de advogados inscritos. Por exemplo, em 1983 os postos políticos oferecidos eram basicamente vinte e cinco; em 1989 esse número aumentou para trinta e três; em 1995 aumentou para quarenta e nove; em 2009 se elevou para sessenta; e por fim, em 2015, para oitenta, quando a quantidade de advogados inscritos na OAB/MA, chegou a aproximadamente oito mil e quinhentos.

Constatamos, também, fundamentado nas mesmas fontes acima listadas, que a distribuição dos cargos de direção da OAB/MA, segue uma hierarquia estruturada e engessada na forma de uma pirâmide. Estruturada, porque no topo da cadeia está o presidente, seguido do vice-presidente, secretário, tesoureiro, conselheiros, etc. Engessada, porque o voto do advogado-eleitor vai para a chapa, elegendo, conjuntamente, todos os integrantes da mesma.

Podemos dizer, então, que as chapas eletivas que se formam para disputar as eleições da OAB/MA, espelham a estrutura política da entidade, tanto em número, como em forma. Em número, porque elas elegem a quantidade exata de vagas políticas disponíveis na estrutura da instituição. Em forma, porque se configuram mediante uma *rede* de alianças constituída por líderes e seguidores, na forma de uma pirâmide.

Importante ressaltar, que numa *rede* de aliança estruturadora de uma chapa eletiva da OAB/MA, pode acontecer que os seguidores do líder principal, sejam líderes de outros seguidores, formando, assim, segmentos que podem ser identificados e destacados do restante da *rede*. Isto significa dizer que cada posto político exercido por um advogado dentro de uma chapa eletiva, está relacionado, *primeiro*, aos recursos sociais que ele traz consigo e que são conhecidos e reconhecidos entre os pares; e *segundo*, aos laços primários e/ou secundários que os ligam, através do parentesco, coleguismo, amizade de colégio e/ou de trabalho, indicações de outros líderes, etc.

Por conta disso foi que utilizamos o modelo *diádico-de-líderes-seguidores* como referencial teórico desta pesquisa. Ele nos ajuda compreender a *multinotabilidade*, a *multidimensionalidade* e a *multiposicionalidade* existentes nas teias de interdependência humana. Seguindo a trilha de Grill (2015) e Reis e Grill (2015), consideramos a complementaridade das três noções, pois permitem estudar as bases sociais e os suportes institucionais que constituem as *multinotabilidades*, isto é, a conversão de determinadas bases de reconhecimento social em posições poder; atentando, por sua vez, à menor diferenciação das esferas no caso brasileiro - logo exigindo mais ênfase na *multidimensionalidade* - e, por consequência, ao maior peso da *multiposicionalidade*, quer dizer, “as multiplicidades de posições ocupadas na estrutura social pelos membros das principais instâncias, lugares, meios de atuação das “elites”” (GRILL, 2015, p. 22). Do mesmo modo, “mostra que nunca podemos considerar as pessoas como seres singulares e isolados, temos sempre que as encarar inseridas em configurações” (ELIAS, 1999, p.139).

Segundo Norbert Elias:

Um dos aspectos mais [...] universais de todas as configurações humanas é o de que cada ser é interdependente [...] Não há ninguém que nunca tenha estado inserido numa teia de pessoas [...] As configurações [...] podem mudar [...] tal qual uma pessoa muda [...] Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores - não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo [...] Podemos ver a configuração formar um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é [...] condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. [...] Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados, se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante [...] No seio das configurações mutáveis [...] há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás [...] Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração [...] conceito de configuração [...] pode ser aplicado tanto a grupos relativamente pequenos como a sociedade constituídas por milhares [...] de pessoas interdependentes. (ELIAS, 1999, p.139-143)

Portanto, baseado na estrutura política da entidade e na forma como são distribuídas os postos dentro das chapas eletivas, constatamos que os processos de seleção pelos cargos de direção da OAB/MA, na realidade, estão fundados em relações interpessoais entre um agrupamento de pessoas interagindo num tempo e num espaço determinado. Por esta razão, é importante destacar alguns princípios gerais que são inerentes ao modelo aqui utilizado e que podem ser percebidos no jogo político da instituição.

Fundamentado em Landé (1977), podemos destacar pelo menos nove princípios estruturadores de uma chapa eletiva no jogo político da OAB/MA, são eles: 1)- o auxílio mútuo baseado na reciprocidade; 2)- o favoritismo graduado no tratamento de acordo com os diferentes parceiros e não-parceiros; 3)- o “cultivo” da troca de favores nas relações, haja visto a fragilidade das alianças; 4)- relações interpessoais que formam teias de interdependência humana entre pessoas; 5)- é um modelo que baseia-se num líder com seu conjunto aleatório de seguidores, alguns dos quais estão ao líder por laços primários, outros não; 6)- é um sistema centrado mais no líder que no grupo, sendo que às vezes o líder cria seu grupo; 7)- os laços que ligam os agentes podem ser horizontais, verticais e diádicos, quase como um clientelismo entre o líder e cada um de seus seguidores; 8)- os interesses que unem o líder e seguidores são mais particulares que categoriais; 9)- por fim, é um sistema dinâmico e instável.

Com efeito, levando-se em conta a particularidade da seccional maranhense, podemos dizer que todos esses nove princípios acima apresentados são verificáveis nas disputas eletivas da instituição.

Assim, na “política” da Ordem maranhense, conforme dissemos a pouco, pode acontecer que cada um dos seguidores imediatos do líder principal possua seguidores pessoais próprios, que por sua vez são líderes de outros seguidores. Ou seja, neste específico *domínio* da vida social: 1)- o sistema é formado de cadeias de díades verticais e/ou horizontais que ligam o líder máximo àqueles na base da pirâmide indiretamente através de uma série de sublíderes (LANDÉ, 1977); 2)- as *redes* de relações que se formam entre os advogados, desenham e redesenham as teias de interdependência construídas processualmente e concorrencialmente ao longo de cada mandato, conforme as alianças e as clivagens vão se arranjando. Segundo diferentes autores, esta instabilidade ocorre porque se originam de relações *face a face*.

Portanto, o que existe nesse *domínio*, nesta ordem político-social-singular, é um conjunto de indivíduos em interação, de certa forma organizados em torno de um

ou mais líderes e de um propósito, que é o de ganhar as eleições. Logo, podemos dizer que este é um *domínio* da vida social, dinâmico e instável, que mediante alianças e clivagens decorrentes das relações interpessoais, equilibram e reequilibram a “balança de poder” da instituição. Nos estudos feitos por diversos cientistas sociais em diferentes “espaços da política”, verificamos que os *agregados* humanos podem ser classificados em *grupos-corporados* e *grupos-não-corporados*.

Segundo Landé (1977), os *grupos-não-corporados* formam uma categoria remanescente que inclui todos os *agregados* que podem ser chamados de grupos, mas que não são *grupos-corporados*, isto é, não são concebidos como um *agregado* distinto e de múltiplos membros o qual possui propriedades, objetivos e deveres que, como tais, são inerentes ao grupo, e são diferentes daqueles dos seus membros individuais (LANDÉ, 1977).

No caso específico da OAB/MA, das diversas noções de *grupos-não-corporados* existentes na literatura, percebemos que os *conjuntos de ação* são os que mais se aproximam do universo aqui analisado. Os *conjuntos de ação* se diferem dos *grupos-corporados*, porque “estão centrados em um *ego*, no sentido de que sua própria existência depende de um indivíduo específico como foco organizador central” (MAYER, 1987, p.128), e das outras espécies de coalizões interpessoais, porque estão de certa forma organizados em torno de um objetivo comum à todos os integrantes da cadeia de alianças (BOISSEVAIN, 2003).

Na “política de Ordem”, verificamos: 1)- que o *ego* irradiador dos *conjuntos de ação*, pode ser um indivíduo ou mais, como, por exemplo, pode ser uma *clique* ou *coalizão-entre-agentes-centrais*; 2)- que os *conjuntos de ação* extrapolam as fronteiras formais das chapas eletivas, criadas a cada campanha eleitoral.

Importante ressaltar, ainda, a diferença entre *conjuntos de ação* e *redes*. Segundo Mayer (1987), os *conjuntos de ação* “estão cravados nas matrizes das conexões sociais incluídas em *campos sociais*, que são também chamadas *redes*” (p.128). Ou melhor, segundo o autor, a *rede* pode ser concebida como uma série de *conjuntos de ação* intencionais, construídos em contextos específicos. No caso da OAB/MA, podemos dizer que os *conjuntos de ação* construídos ao longo de trinta e três anos, formaram, processualmente e concorrencialmente, uma *rede limitada* ou *campo social limitado*, ao final de catorze disputas eletivas, compreendidas entre 1983 e 2015.

O recorte temporal da presente pesquisa se justifica por três bons motivos, quais sejam: 1)- coincide com o período final da ditadura; 2)- passa pela promulgação da

constituição “cidadã” de 1988; 3)- e chega aos dias atuais. Isto é, depois de vinte e um anos de um regime controlado pelas forças armadas, podemos dizer que os anos compreendidos entre 1983 e 2015, estão inseridos num processo de redemocratização na história do Brasil, e por conta disso, esse segmento temporal da história brasileira, é marcado por eleições “livres”. No caso da OAB/MA não foi diferente.

Em termos gerais, segundo Landé (1977), as *redes* incluem todos os indivíduos que não são totalmente isolados uns dos outros e servem como arena para todas as suas interações. No entanto, segue o autor, se quisermos estudá-las, as *redes* devem ser de tamanho manejável, devemos limitar nossa atenção a um número finito de indivíduos, isto é, a uma *rede* que esteja limitada em espaço e em tempo (LANDÉ, 1977).

Obedecendo esta orientação e embasado nos documentos que tivemos acesso, conseguimos analisar uma *rede* integrada por 609 advogados, cuja matriz são 22 *conjuntos de ação*, reconstruídos entre 1983 e 2015, e classificados conforme segue:

1)- entre 01.02.1983 e 31.12.2003, reconstruímos dez *conjuntos de ação*. Um foi feito a partir da entrevista que fizemos com Luís Augusto de Miranda Guterres Filho; e os outros nove, a partir da leitura dos termos de posse e compromisso até 31.12.2003. Portanto, entre 1983 e 2003, consideramos integrantes dos *conjuntos de ação*, não somente os advogados que integravam formalmente a chapa vencedora na data da posse, mas, também, os que se elegeram e exerceram postos políticos durante o mandato de cada presidente e os citados na entrevista com Guterres Filho;

2)- entre 01.01.2004 e 31.12.2015, reconstruímos doze *conjuntos de ação*. Nesse período, somente o *conjunto de ação* formado pela chapa “Avançar Mais e Mais” foi construído fundamentado no registro da própria chapa junto à instituição; todos os outros onze *conjuntos de ação*, foram feitos fundamentados nas atas de apuração das respectivas eleições. Portanto, consideramos integrantes destes doze *conjuntos de ação*, somente aqueles advogados que integraram formalmente as chapas eletivas.

Esta classificação nos possibilitou limitar, no tempo e no espaço, os 22 *conjuntos de ação*, para, depois, compará-los, eis que, segundo Adrian Mayer:

Uma característica importante no conjunto de ação é o número limitado de membros que o compõe [...] o que o torna possível de ser empregado na análise comparativa e no estudo da mudança social. [...] O conjunto de ação existe em um contexto específico que dá as condições para o objetivo do ego, que é de estabelecer interconexões [...]

Portanto, ‘superpondo’ uma série de conjuntos de ação é possível identificar os indivíduos que os compõe com maior frequência, e os que nele se envolvem apenas de vez em quando (MAYER, 1987, p.142-147).

Assim, fundamentado na leitura de 67 termos de posse e compromisso, 05 atas de apuração, um registro de chapa e uma entrevista, reconstruímos os 22 *conjuntos de ação* aqui analisados, da seguinte forma:

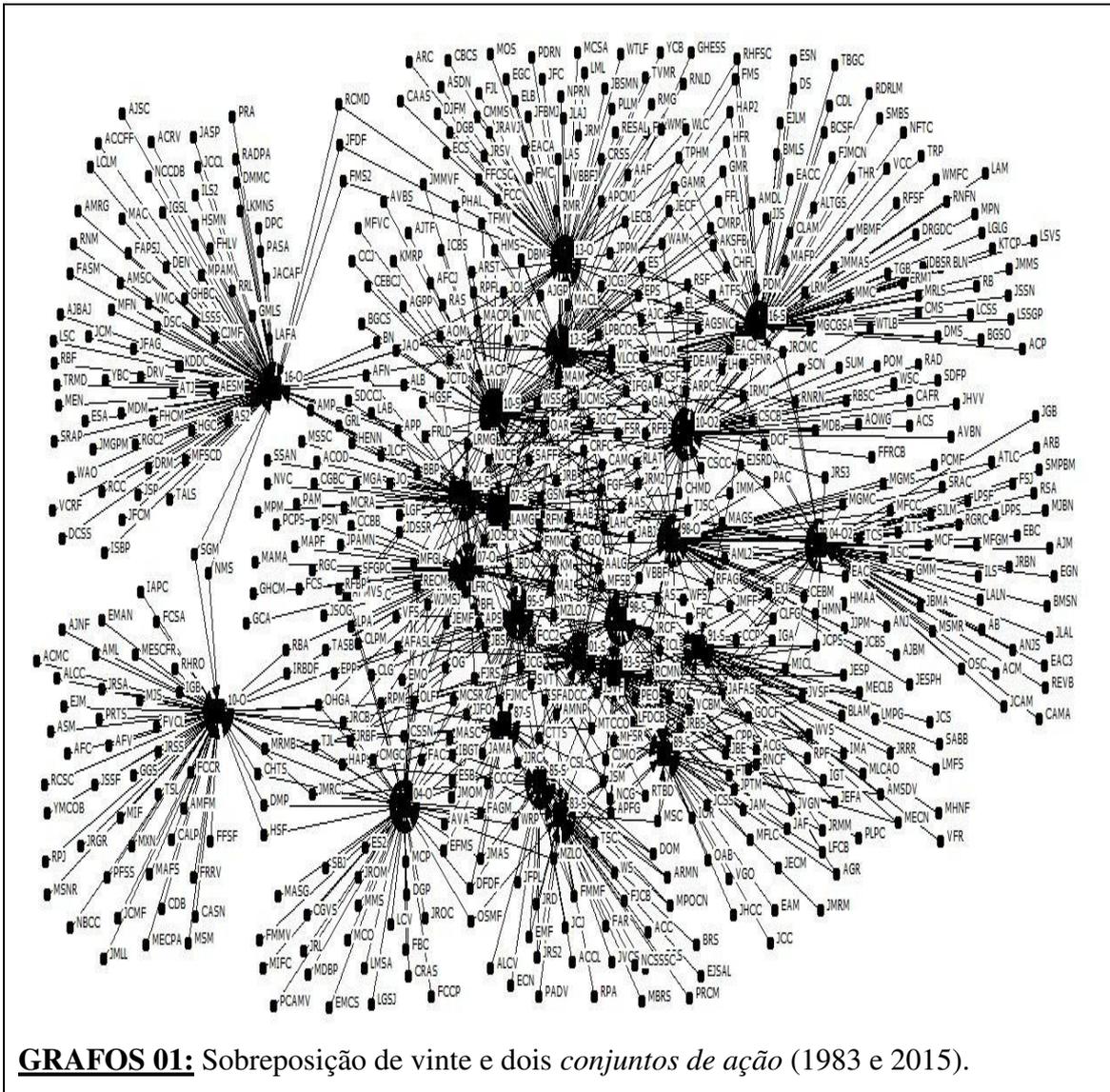
01)- <i>conjunto de ação</i> (83-S), formou-se entre 01.02.1983 e 31.01.1985 e possui 21 integrantes;
02)- <i>conjunto de ação</i> (85-S), formou-se entre 01.02.1985 e 31.01.1987 e possui 28 integrantes;
03)- <i>conjunto de ação</i> (87-S), formou-se entre 01.02.1987 e 31.01.1989 e possui 25 integrantes;
04)- <i>conjunto de ação</i> (89-S), formou-se entre 01.02.1989 e 31.01.1991 e possui 33 integrantes;
05)- <i>conjunto de ação</i> (91-S), formou-se entre 01.02.1991 e 31.01.1993 e possui 32 integrantes;
06)- <i>conjunto de ação</i> (93-S), formou-se entre 01.02.1991 e 31.01.1995 e possui 32 integrantes;
07)- <i>conjunto de ação</i> (95-S), formou-se entre 01.02.1995 e 31.12.1997 e possui 49 integrantes;
08)- <i>conjunto de ação</i> (98-O), formou-se ao longo do ano eleitoral de 1997 e possui 49 integrantes;
09)- <i>conjunto de ação</i> (98-S), formou-se entre 01.01.1998 e 31.12.2000 e possui 35 integrantes;
10)- <i>conjunto de ação</i> (01-S), formou-se entre 01.01.2001 e 31.12.2003 e possui 49 integrantes;
11)- <i>conjunto de ação</i> (04-S), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2003 e possui 49 integrantes;
12)- <i>conjunto de ação</i> (04-O), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2003 e possui 49 integrantes;

13)- <i>conjunto de ação</i> (04-O2), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2003 e possui 49 integrantes;
14)- <i>conjunto de ação</i> (07-S), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2006 e possui 49 integrantes;
15)- <i>conjunto de ação</i> (07-O), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2006 e possui 49 integrantes;
16)- <i>conjunto de ação</i> (10-S), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2009 e possui 60 integrantes;
17)- <i>conjunto de ação</i> (10-O), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2009 e possui 60 integrantes;
18)- <i>conjunto de ação</i> (10-O2), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2009 e possui 60 integrantes;
19)- <i>conjunto de ação</i> (13-S), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2012 e possui 60 integrantes;
20)- <i>conjunto de ação</i> (13-O), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2012 e possui 60 integrantes;
21)- <i>conjunto de ação</i> (16-S), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2015 e possui 80 integrantes;
22)- <i>conjunto de ação</i> (16-O), formou-se ao longo do ano eleitoral de 2015 e possui 80 integrantes;

Em seguida, para nos auxiliar na análise *sociométrica*, utilizamos dois *softwares* específicos em *redes*.

O primeiro, denominado UCINET, serviu para construir a matriz da *rede*, ou seja, inserimos dentro deste programa, todos os 609 nomes que integraram esses 22 *conjuntos de ação* acima apresentados.

O segundo *software*, denominado NETDRAW, serviu para mostrar, visualmente, mediante a leitura dos *grafos*, a matriz construída no programa anterior, ou melhor, serviu para mostrar, como, processualmente e concorrencialmente, se desenhou e redesenhou, toda a *rede* de relações identificada na página seguinte.



Portanto, podemos dizer que a proposta desta dissertação é: 1)- perceber como esses 609 advogados, processualmente, concorrencialmente e relacionalmente, configuraram e reconfiguraram as teias de interdependências nos fluxos ininterruptos de tensões existentes no jogo político pela direção da entidade; 2)- analisar, as entradas, as saídas, as conversões, as reconversões, a densidade dos laços e as posições de cada um deles dentro dos 22 conjuntos de ação reconstruídos entre 1983 e 2015; 3)- identificar e destacar os líderes dos seguidores (LANDÉ, 1977).

Simultaneamente à análise de rede, para melhor conhecer este domínio do “espaço multidimensional” da vida social, faremos, também, o estudo de trajetória dos principais dirigentes, tendo em vista ser esta uma das melhores maneiras de analisar as estratégias e ações dos agentes-políticos-centrais da instituição. Ou seja, é assim que conseguimos identificar e destacar as diferentes situações e posições sociais dos líderes.

Segundo Grynszpan (1989), uma das formas de melhor perceber os fluxos de funcionamento de um determinado “espaço social”, é mediante o estudo das trajetórias individuais, eis que, “nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam [...] suas redes de relações [...] como se estruturam [...]” (p.2).

Assim, se quisermos entender como se estruturou e se configurou o “espaço político” da OAB/MA, faz-se necessário descer, em diversos momentos desta dissertação, no estudo das trajetórias individuais dos principais agentes que participaram dessas “lutas políticas”, pois, é prestando atenção a esses agentes, que refletimos sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos. É recuperando a trajetória desses agentes, “que poderemos melhor perceber os capitais específicos de que dispunham, seus trunfos, suas estratégias, seus deslocamentos, a maneira [...] como se impôs [...] acumulando prestígio e poder, conformando uma rede própria de relações pessoais” (GRYNSZPAN, 1989, p.4).

Nossa proposta, não é escrever um perfil biográfico desses agentes, isto é, não se trata de produzir uma “narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos” (BOURDIEU, 2011b, p.76).

Segundo Bourdieu:

[...] Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do *nome próprio*, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra [...] define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. Isto é, não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico) a menos que tenhamos previamente construídos os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou: logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. Essa construção prévia é também condição de qualquer avaliação rigorosa do que poderíamos chamar de *superfície social* como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em um momento dado do tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos [...] (BOURDIEU, 2011b, p.81-82).

Dito de outra maneira, o que tentamos fazer é produzir dados a partir de informações disponíveis que capturamos de biografias, entrevistas, páginas da internet, livros, jornais, panfletos de campanha, etc., ou seja, procuramos encontrar no *habitus* dos agentes, o princípio ativo de unificação das práticas e das representações (BOURDIEU, 2011b, p.77).

O conjunto de procedimentos adotados nesta dissertação já havia sido testado por Grill e outros pesquisadores do LEEPOC (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais). A propósito, cabe reproduzir a sustentação que o orientador deste trabalho faz do uso combinado de estudos de trajetórias e de cadeias de líderes-seguidores, constituindo uma agenda de pesquisa que vem sendo perseguida neste estudo que toma a OAB/MA como um *domínio* de disputas políticas e em desdobramentos da pesquisa já em fase de análise:

[...] sobressai a necessidade de perquirir simultaneamente: 1) os recursos acumulados por diferentes políticos ao longo das suas trajetórias e a abrangência social e geográfica das suas redes; 2) os perfis dos apoiadores e os tipos de transações estabelecidas; 3) os idiomas acionados nas articulações de facções, equipes, empresas políticas, etc; 4) a estruturação da cadeia de líderes-seguidores, isto é, extensão da cadeia de intermediários, variedade de ramificações, alianças verticais e horizontais, caráter difuso ou específico das trocas, etc.; 5) o trabalho multiforme de mobilização eleitoral e de gestão da liderança (tecnologias, competências, habilidades e repertórios acionados). Para tanto, alguns instrumentos se mostraram indispensáveis. [...] Em primeiro lugar, reunir informações sobre a posição social e as disposições dos agentes, a partir das trajetórias individuais. Em segundo lugar, examinar esses dados à luz do espaço de posições, tomadas de posição [...] que formam um *sistema de desvios*. Em terceiro lugar, atentar para as estratégias de reconversão das bases sociais em bases eleitorais, ou mais precisamente de critérios e atributos de excelência social em princípios de hierarquização política. Em quarto lugar, perceber como essa miríade de recursos permite acionar um leque de agentes via laços multifacetados, lógicas de adesão distintas e mecanismos de politização das relações sociais, dos vínculos pessoais e dos pertencimentos a grupos mais ou menos institucionalizados. Em quinto lugar, apreender o sistema de recompensas e retribuições formadas por expectativas diferenciadas e alimentadas por múltiplos protagonistas dessa coalizão de indivíduos. Por fim, observar *in loco* a negociação, a justificação e a legitimação dos elos em práticas discursivas e não discursivas (GRILL, 2013, p. 262).

Todavia, antes de começar o estudo deste específico *domínio* da vida social, necessitamos fazer, mesmo que de forma breve, o estudo de um “espaço do poder” que engloba o “espaço político” da OAB/MA. Em outras palavras, necessitamos compreender como aconteceu, no Brasil, o processo de institucionalização da profissão de advogado, a partir da independência do Brasil, em 1822, passando pela criação do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), em 1843, pelo “nascimento” da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB), no início do governo revolucionário de Vargas, em 1930, pela democratização do país entre 1945 e 1964, pelos vinte e um anos do período de ditadura entre 1964 e 1985, pela constituição cidadã de 1988, até chegar aos dias atuais.

O *primeiro capítulo* foi escrito para atender este propósito, isto é, o objetivo ao escrever esta seção do trabalho foi apresentar de forma breve, como se deu, entre 1822 e 2015, o *processo histórico de institucionalização da advocacia no Brasil*. Tentamos demonstrar neste primeiro capítulo que o *processo histórico de institucionalização da advocacia no Brasil*, aconteceu através das lutas dos advogados nas esferas *política e corporativa*. Isto é, uma luta voltada para fora, em relação ao “espaço do poder político”, em busca do reconhecimento de suas reivindicações junto ao Estado; e uma luta voltada para dentro, entre os próprios advogados, pelo direito de falar em nome deles, na busca pela representatividade da categoria e pela delimitação das fronteiras da profissão.

O *segundo capítulo* buscou fazer a *Topografia da OAB/MA no ‘espaço’ e no ‘tempo’*, através do estudo histórico e da análise de trajetória. O primeiro método nos permitiu classificar este *domínio*, no *tempo*, entre 04.04.1932 e 31.01.1983, a partir da leitura da obra *Memória da Advocacia no Maranhão*, escrita por Milson de Souza Coutinho, que foi um destacado agente-jogador neste *campo de luta*, entre as décadas de 1980 e 1990. O segundo método nos permitiu apresentar a estrutura desta ordem político-social-singular, no *espaço*, a partir das estratégias e das ações do próprio Coutinho, em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como utilizou e como se estruturou suas *redes* de relações, até a data de 2007, ano da publicação do referido livro, uma vez que ele participou ativamente destas “lutas”, ao longo de três mandatos.

Nos capítulos seguintes, fundamentado nas teorias das Ciências Sociais (antropologia, sociologia e ciência política), e auxiliado por dois *softwares* específicos sobre *redes*, analisamos as configurações dos 22 *conjuntos de ação* que processualmente e concorrencialmente se formaram nos fluxos ininterruptos de tensões (ELIAS, 1999). Nestas seções do trabalho, fazemos estudo de trajetórias dos principais agentes e buscamos destacar as entradas, saídas, densidade dos laços, reconversões e posições que os 609 advogados ocuparam em cada um dos *conjuntos de ação*, para ao final, poder identificar e destacar os líderes dos seguidores (LANDÉ, 1977).

No *terceiro capítulo*, estudamos a rede de alianças que se formou em torno do Instituto dos Advogados Maranhense e em torno do presidente Doroteu Soares Ribeiro até a vitória da coalizão oposicionista, formada por uma clique de sete agentes.

No *capítulo quarto*, falamos sobre a reconfiguração da cadeia-diádica-de-líderes-seguidores, que girou em torno do presidente José Antônio Figueredo de Almeida Silva, até sua conversão para o espaço-da-política-partidária, no final do seu terceiro mandato.

No *quinto capítulo*, iniciamos escrevendo sobre a aliança entre os líderes-opositores, Raimundo Ferreira Marques e José Antônio Almeida, e sobre a entrada-de-novos-jogadores, como, Guilherme Zagallo, Ulisses Sousa, Pedro Américo, etc., até o aparecimento de duas lideranças no cenário político da OAB/MA, são eles: Luís Augusto de Miranda Guterres Filho e Mário de Andrade Macieira.

No *capítulo sexto*, tratamos, inicialmente, da clivagem entre os líderes Raimundo Marques e Carlos Nina, para em seguida, falar da aliança que Marques fez com seus anteriores opositores, Mário Macieira e Guterres Filho.

No *sétimo capítulo*, analisamos um segmento da *rede* alianças que ascendeu e reequilibrou a “balança de poder” da instituição, formado por Mário Macieira, Guilherme Zagallo, Valéria Lauande, Ulisses Sousa, Windsor Silva e Ítalos Gomes.

Por fim, no *capítulo oitavo*, apresentamos a atual configuração dos dirigentes que tomaram posse em 01.01.2016, e que, reequilibraram, novamente, as “relações de poder” dentro da instituição.

CAPÍTULO 1: PROCESSO HISTÓRICO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ADVOCACIA NO BRASIL (1822-2015).

Inicialmente, importante destacar que o processo de *institucionalização* ou simplesmente *instituição*, segundo Pierre Bourdieu, “é caracterizado como acúmulo lento de conquistas históricas, fruto da ação de agentes em disputa por princípios de divisão e organização do mundo social” (BOURDIEU, 2007a, apud, ALMEIDA, 2016, p.211).

Assim, podemos dizer que o processo de *institucionalização* da advocacia, tem suas raízes na relação social entre as profissões e seus representantes. É produto de uma luta pela divisão social do mundo; “produto de uma imposição arbitrária [...] de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima [...] produto de um ato jurídico de delimitação” (BOURDIEU, 2011a, p.115). Finalmente, produto de um reconhecimento do Estado, instituição que confere ou sanciona aos “porta-vozes e instâncias de grupos profissionais [...] a autoridade legal para selecionar, recrutar, examinar, licenciar, reavaliar desempenhos e fixar os limites formais da sua jurisdição” (REIS e PETRARCA, 2015, p.12).

Nesse sentido, *o processo histórico de institucionalização da advocacia no Brasil*, não pode “ter seu poder e sua atuação política explicada sem recurso à sua relação com o Estado, seja pela origem corporativa, seja pelos trânsitos de suas elites pelo campo político e pelo campo jurídico” (ALMEIDA, 2016, p.216-217).

Contudo, para se analisar sociologicamente a produção de saberes sobre *instituição* ou processo de *institucionalização*, em estado objetivado, segundo Engelmann (2008), “passa necessariamente pela dificuldade de apreensão das condicionantes sociais e da relação dessas condicionantes com contextos práticos de ação dos agentes que produzem essas instituições” (p.61).

Dessa forma, nesta pesquisa, levando em conta o obstáculo destacado pelo autor, o propósito deste capítulo, é apenas apresentar, de maneira breve e geral, a atuação *política e corporativa* dos representantes da advocacia brasileira. Na primeira esfera, com a ação voltada para fora, em busca do reconhecimento de suas reivindicações junto ao Estado; na segunda, com a ação voltada para dentro, na busca pela representatividade da categoria e pela delimitação das fronteiras da profissão.

Sendo assim, podemos dizer que bem antes de 1822, Portugal já se utilizava dos juristas como espinha dorsal na administração do seu aparato estatal. E a consequência

disso, para o Brasil, foi a importação do modelo português ocidental de Estado. Isto é, o Brasil “nasceu” adotando a *expertise* dos juristas formados em Coimbra, na sua máquina de governo. Conforme Badie, “a importação de modelos institucionais e ideologias políticas pode servir a diversas estratégias de legitimação das elites políticas e intelectuais” (BADIE, 1992, apud, ENGELMANN, 2008, p.65). No caso brasileiro, não foi diferente, senão vejamos.

Segundo Carvalho (2010), a monarquia, a unidade territorial e o governo estável só ocorreram no Brasil, porque existia neste país uma elite política treinada e ideologicamente educada para as tarefas de governo. Existia, assim, uma homogeneidade ideológica e de socialização e treinamento da elite política imperial, que decorria da educação, ocupação e carreira política comuns.

Ou seja, no Brasil imperial, a formação jurídica ensinada inicialmente em Coimbra, possibilitava aos estudantes que moravam em lugares diferentes e distantes uns dos outros, que eles se conhecessem, congregassem de uma ideologia de estado e se tornassem amigos (CARVALHO, 2010).

Em seguida, vinte anos depois da chegada da família real, com a finalidade de dar continuidade a esta *estrutura de poder*, foram criadas, em 1828, as duas primeiras universidades de direito no Brasil, localizadas uma em São Paulo e outra em Recife. Mais do que contemplar o ensino das leis, essas duas “academias tornaram-se *locus* privilegiado de calorosas trocas de ideias políticas [...] os estudantes aprendiam a fazer e discutir política” (MARTINS, 2006, p.94) Sobre a formação desse *bacharel*, assim pronunciou-se Sérgio Adorno:

As academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos de saber. Um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais (ADORNO, 1988, p.73).

Carvalho (2010) constatou, também, que a formação desse *bacharel*, realizada inicialmente em Coimbra, depois em Recife e em São Paulo, produziu os principais agentes políticos do império. O resultado de sua pesquisa mostrou que os *magistrados* e os *advogados-bacharéis*, foram os que mais ocuparam cargos de conselheiros, ministros, senadores e deputados, ao longo dos sessenta e sete anos do império brasileiro, divididos em três períodos, quais sejam: 1)- entre 1822 e 1853, esses cargos foram majoritariamente ocupados pelos magistrados formados em Coimbra; 2)- entre

1853 e 1871, os magistrados formados em Coimbra foram substituídos pelos magistrados formados no Brasil; 3)- por fim, entre 1871 e 1889, os magistrados foram substituídos pelos advogados-bacharéis.

Com base nessas informações, podemos dizer que a magistratura foi entre 1822 e 1871, uma carreira típica de um político do Império, servindo de trampolim para a ocupação e acumulação dos postos políticos. O magistrado não precisava abandonar o cargo para exercer um posto político. Ele podia, inclusive, se utilizar da função, para garantir futuras eleições e continuar recebendo seu salário como fonte segura de rendimento (CARVALHO, 2010).

Com o tempo, o magistrado-político podia ser indicado a um Ministério ou a uma Presidência de Província, cujas posições eram estratégicas para entrada no *clube* da elite política do Império. “A entrada no clube se dava pela nomeação para um posto ministerial ou uma presidência de província. A partir daí havia intensa mobilidade e acumulação de cargos” (CARVALHO, 2010, p.125). A permissão legislativa de acumular cargos, possibilitava ao magistrado, por exemplo, ser juiz, ter um cargo político, e ainda, exercer a advocacia nas horas vagas, ou seja, possibilitava ele atuar em diversos *domínios* da vida social, e como consequência, aumentar o reconhecimento de sua “notabilidade” e “capital social” (BOURDIEU, 2007).

Embora os magistrados tenham perdurado acumulando postos políticos até 1871, essa *estrutura de poder* começou a ser abalada pelos advogados-bacharéis-liberais, desde meados da década de 1850. Esses agentes também traziam consigo um alto grau de “notabilidade”, assim como, também atuavam em diferentes *domínios* do “espaço multidimensional”, como, por exemplo, no magistério e no jornalismo (ADORNO, 1988). Eram estas posições homólogas em relação aos magistrados-bacharéis-conservadores, que autorizava os advogados-bacharéis-liberais falar em nome da “oposição”. A reação desses agentes iniciada em meados do século XIX, foi uma resposta às reformas legislativas de 1840-41, que levaram o Brasil a uma exagerada centralização política e administrativa (CARVALHO, 2010). Tratava-se de um período conhecido como o Regresso Conservador. “O objetivo era retomar para o governo central o controle administrativo e judiciário das províncias, conter as revoltas liberais que haviam eclodido e preservar a integridade nacional” (BONELLI, 2002, p.29).

O resultado desse *retorno conservador* foi o alijamento dos advogados-bacharéis-liberais da política. Sem lugar na burocracia do Estado para ocupar, esses agentes foram se refugiar no Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Foi no IAB que

esses advogados-bacharéis-liberais iniciaram um movimento *contra-elite*. Uma das suas pautas era a *reclamação* de que os magistrados não deveriam acumular funções políticas, mas, apenas, se ocuparem das funções judiciais.

Vale lembrar, que durante o Império, a legislação que regulamentava a advocacia era do período colonial e autorizava três categorias de profissionais para o exercício do ofício: “a dos bacharéis em Direito, a dos provisionados e a dos solicitadores” (MATTOS, 2013, p.32). Quanto aos advogados-bacharéis, “o diploma era suficiente para o exercício da advocacia, dispensando exames e licenças e podendo o bacharel procurar em qualquer tribunal” (COELHO, 1999, p.167). Já os advogados-provisionados eram aqueles que, “não tendo graus acadêmicos [...] submetiam-se a exames teóricos e práticos [...] podiam procurar apenas nos lugares de primeira instância” (COELHO, 1999, p.167). Por fim, os advogados-solicitadores, “submetiam-se pelos juízes de direito a exames apenas sobre a prática do processo” (COELHO, 1999, p.167). Todavia, segundo Leme de Mattos (2013), na prática, essa legislação não era aplicada e o que se verificou foi o exercício da profissão “por qualquer pessoa, desde que munida de procuração assinada por uma das partes em litígio” (p.32).

Sem fiscalização, constatou-se que diversos danos aos jurisdicionados ocorriam, causados pelos “charlatões” da advocacia. Isso incomodava reflexivamente a pequena minoria dos advogados-bacharéis em Direito, que se diziam o modelo a ser seguido. “Eles também se consideravam os mais qualificados para fiscalizar o mercado e para punir os charlatões” (BONELLI, 2002, p.42). Como esses advogados-bacharéis eram ligados ao governo imperial pelos cargos e posição social que exerciam, não foi difícil a aprovação por D. Pedro II, em 1843, do estatuto do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), cujas pretensões iniciais eram, justamente: 1)- criar uma entidade que exercesse as condições e o controle da profissão; 2)- auxiliar o governo na questão técnico-jurídico. “O IAB, além de ter como meta a criação da Ordem, queria para si o papel de auxiliar do governo” (BONELLI, 2002, p.43).

O segundo objetivo foi alcançado, o primeiro não, pois o governo tinha receio do significado político que isso poderia tomar. Talvez por esta razão, o IAB tenha se tornado apenas uma associação de filiação voluntária. Edmundo Campos Coelho lista quatro motivos para o fracasso deste primeiro objetivo:

- 1) a falta de compromisso para com a advocacia dos bacharéis que eram também políticos ilustres. [...]
- 2) o zelo liberal de alguns sócios contra a formação de uma

corporação de filiação compulsória e que potencialmente exercia um controle despótico sobre os seus filiados [...] 3) a fragilidade do IAB, que contava com pequena participação dos seus sócios nas suas atividades e discreto engajamento nas suas iniciativas; 4) As resistências estatais à concessão de autonomia corporativa aos advogados (COELHO, 1999, apud, MATTOS, 2013, p.33).

No momento do “nascimento”, a presidência do IAB evidenciou seus laços inter-ellites com o governo imperial (BONELLI, 2002, p.42). Por exemplo, para mostrar o alto grau de “multinotabilidade” e “capital social” desses agentes, podemos citar Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, que foi eleito o primeiro presidente do Instituto, mas, antes de assumir, já havia sido vereador, duas vezes deputado, ministro dos Estrangeiros e ministro interino da Justiça. Quando se afastou do IAB, foi para ser senador, conselheiro de estado e presidente do Banco do Brasil (BONELLI, 2002). Quase todos que compunham o IAB na sua *gênese*, tinham o mesmo perfil do seu primeiro presidente. Esses *porta-vozes* representavam os vínculos da entidade no momento de sua fundação. “A maioria dos 26 sócios fundadores do Instituto era formada por magistrados (no decorrer do tempo, os advogados passaram a ser mais numerosos que os juízes)” (MATTOS, 2013, p.20).

Os fundadores do IAB ligavam-se à política “pelos mandatos que [...] haviam ocupado no Legislativo e nos gabinetes” (BONELLI, 202, p.45). Nunca houve no IAB, qualquer representante das outras duas categorias profissionais que exerciam a advocacia, como os *práticos* e os *solicitadores*. “Assim, os advogados de elite, os advogados anônimos ou modestos, os provisionados e solicitadores, não constituíam uma comunidade profissional, pois nada, os reunia, nem interesses, nem valores” (MATTOS, 2013, p.25). Dessa forma, constatamos, então, que a primeira atuação corporativa em nome da advocacia, foi realizada pelos magistrados-advogados-bacharéis-políticos-conservadores ligados ao governo imperial.

Contudo, não tardou para que esses primeiros dirigentes do IAB fossem substituídos por aqueles advogados-bacharéis-liberais, que haviam ficado de fora do aparelho estatal desde 1841. Eles substituíram os advogados-bacharéis-magistrados-conservadores no comando do IAB e iniciaram uma oposição à reforma conservadora de 1841, que permitia a acumulação de cargos políticos pelos magistrados. “Nas gestões de Urbano Sabino Pessoa [...] e Perdigão Malheiros [...] os vínculos e as relações do IAB com o governo se fragilizaram” (BONELLI, 2002, p.45). A relação mais tênue e irregular com o governo estava associada “ao fato de a presidência do Instituto ter sido

ocupada por advogados mais distantes do poder quanto por várias de suas lideranças terem sido identificadas como de oposição” (BONELLI, 2002, p.45).

Essa forte crítica ao governo, possibilitou: 1)- a reforma legislativa de 1871; 2)- o retorno dos advogados-bacharéis-liberais ao aparelho estatal; 3)- e a proibição dos magistrados acumularem cargos políticos.

Ou seja, após 1871, “os magistrados desapareceram quase por completo da elite política e dedicaram-se apenas a suas atribuições profissionais” (CARVALHO, 2010, p.175). Os advogados-bacharéis-liberais passaram a ocupar quase metade dos ministérios até o final do regime (MATTOS, 2013), e os dirigentes do IAB deixaram de atuar politicamente como oposição, para, “priorizar o saber jurídico aliado ao compromisso social voltado para a sociedade” (BONELLI, 2002, p.38). Desde então, o IAB começou a agir com “neutralidade” política e voltou-se apenas para o estudo do Direito. O artigo segundo do estatuto aprovado em 1895 dizia: “O Instituto não emitirá juízo sobre questões de interesse privado, nem se pronunciará sobre assuntos de natureza religiosa, ou exclusivamente política” (BONELLI, 2002, p.52).

Assim, durante a República Velha, embora os integrantes do IAB tivessem laços estreitos com a elite política, eles ligavam-se ao Instituto, em nome da *expertise* e se esquivavam do rótulo de *contra-elite*.

O artigo segundo do estatuto do IAB só foi alterado quase um século depois, em 1986, quando substituiu a categoria “exclusivamente política” por “político-partidária” (BONELLI, 2002, p.52).

Importante ressaltar que “a partir de 1891, as instituições públicas perderam o monopólio do ensino superior no Brasil” (MATTOS, 2013, p.27). Esta medida acabou com o monopólio estatal sobre o ensino do direito e o resultado foi uma expansão do ensino jurídico no país, aumentando com isso, primeiro, o excesso do número de bacharéis disponíveis no mercado, e segundo, o agravamento do problema que já existia desde o Império, que era a inflação dos diplomas. “Em 1907, havia dez faculdades de Direito no país, com 2.481 alunos matriculados. Em 1929 eram 14 estabelecimentos e 3.200 estudantes” (MATTOS, 2013, p.28).

Assim, o problema da inflação dos diplomas só veio agravar o que já era uma realidade. Em combate a isto, a elite dos advogados tomou duas medidas: 1)- frear a expansão das vagas disponíveis nas faculdades de Direito e; 2) cercar o exercício da advocacia, tornando-a privilégio dos portadores de diplomas.

No que se refere à primeira medida, a oferta de bacharéis acentuou-se na década de 1930. Na década de quarenta, o aumento continuou constante. “Na década de 1950, [...] houve uma explosão tanto do número de advogados em atividade quanto do número de bacharéis em Direito” (MATTOS, 2013, p.31). Isso demonstrou que houve um fracasso da elite política dos advogados, em frear a expansão dos cursos de Direito.

Quanto à segunda medida, foi somente a partir de 1930, com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que a elite dos advogados conseguiu regulamentar a profissão, adotando três ações: 1)- proibiu o exercício da advocacia para juízes, membros do Ministério Público e funcionários públicos, especialmente da polícia e da fazenda; 2)- monopolizou certos atos judiciais aos inscritos na OAB; 3)- e “restringiu a atuação dos rúbulas, que foram incorporados à Ordem em condição subalterna” (MATTOS, 2013, p.34).

A Ordem dos Advogados do Brasil foi criada pelo decreto federal n. 19.408 de 18 de novembro de 1930, “quase noventa anos depois de esta ter sido a principal meta estabelecida para o IAB” (BONELLI, 2002, p.56). Para que a Ordem “nascesse”, houve um realinhamento de forças do IAB com o aparato revolucionário de Getúlio Vargas.

O governo federal delegou ao IAB a organização da nova entidade (MATTOS, 2013). Levi Carneiro, então presidente do IAB, foi nomeado o responsável de elaborar o primeiro regulamento da OAB. Seu parecer “fazia referência às experiências de organização dos advogados na França, nos Estados Unidos, na Itália e na Bulgária, deixando [...] explícita a circulação internacional de ideias neste campo profissional” (BONELLI, 2002, p.57).

Assim, em 1931 o regulamento da OAB foi aprovado e consolidado em 1933. Depois disso, a Ordem foi classificada como um órgão de disciplina e seleção dos advogados e o IAB foi redefinido “para assumir as atribuições doutrinárias, de caráter intelectual e de competência técnica dos advogados” (BONELLI, 2002, p.58).

Interessante destacar que a influência “política” do IAB sobre a OAB permaneceu até o estatuto da advocacia de 1994, quando o IAB perdeu o direito de indicar conselheiros estaduais na composição da OAB.

Ou seja, entre a gênese e a Lei 8.906/1994, todas as seccionais estaduais da OAB, “tinham parte de sua composição reservada para cotas indicadas pelos institutos” (BONELLI, 2002, p.58). Logo, podemos dizer que somente depois de 1994 foi que a Ordem dos Advogados do Brasil se desvinculou politicamente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

De filiação obrigatória, em 1930 a OAB recebeu finalmente do aparato estatal, depois de quase noventa anos de luta, o poder de fiscalizar o exercício da advocacia. Todavia, houve resistências *fora e dentro* da elite dos advogados.

Para *fora*, porque a base da categoria também reagiu. “Um grande número de rábulas [...] solicitou ao Governo Provisório o direito de continuarem a exercer o ofício” (MATTOS, 2013, p.36).

Para *dentro*, porque eram os dirigentes do IAB, vinculados aos revolucionários, que comandavam a OAB. Estes eram apenas uma fração da elite dos advogados. A outra fração, movida por convicções liberais, “viam na ação da Ordem, cujas atribuições punitivas eram destacadas, uma insuportável restrição à sua liberdade profissional” (MATTOS, 2013, p.36).

Como se vê, o surgimento da OAB ocorre num contexto de reorganização do Estado brasileiro. O governo revolucionário, nessa nova conjuntura, impunha aos trabalhadores urbanos e aos profissionais liberais, o modelo corporativista, adotando uma legislação que regulamentava as profissões.

A OAB foi então estruturada pelos dirigentes do IAB, para defender uma cultura jurídica que contemplava uma função de interesse público, portanto, incompatível com a lógica mercantil. Ao longo dos anos trinta, a OAB recolheu-se apenas à esfera corporativa, silenciando-se “sobre o rompimento da ordem jurídica imposta por Vargas e [...] aos instrumentos autoritários implementados pelo governo, especialmente depois do golpe do Estado Novo” (MATTOS, 2013, p.40).

Conforme se constata, a OAB nasce do apoio que os dirigentes do IAB tinham do aparato revolucionário, e das políticas corporativistas que o governo implementou a partir de 1930. A Ordem somente perseguiu sua autonomia, nos últimos anos do Estado Novo, quando procurou distanciar-se de Vargas e começou a ter mais feições de um aparelho privado inserido na sociedade civil, que de um organismo semi-estatal.

Foi quando a elite dos advogados opositores chegaram à direção da OAB. Até então, o Conselho Federal era formado por apoiadores do regime.

Além da OAB, os bacharéis liberais também dirigiam a seccional do Distrito Federal e o IAB. Isto os mantinha dominantes no interior da categoria profissional. Em 07 de abril de 1945, os opositores à Vargas conseguiram formar um partido político, que viria se chamar União Democrática Nacional (UDN). “Na lista de fundação da UDN, metade eram advogados” (MATTOS, 2013, p.46). Dos conselheiros federais eleitos em 1944, quatro eram filiados ao Partido Social Democrático (PSD) e nove à

UDN. “A militância antiestadonovista dos bacharéis liberais não se limitava ao Conselho Federal da Ordem; ela espalhava-se por outras instâncias da sociedade civil, como os jornais oposicionistas e a UDN” (MATTOS, 2013, p.48).

Em 1945 a oposição ao regime foi mais agressiva, tendo em vista que a OAB se apresentava à sociedade civil como representante da democracia e da tradição jurídica liberal. A OAB chegou a aprovar uma moção onde “apelava aos órgãos representativos de todas as classes sociais e, sobretudo, às Forças Armadas, para que atuassem em favor da realização das eleições” (MATTOS, 2013, p.54).

Todavia, alguns advogados em oposição às ações do Conselho Federal, publicaram uma nota em diversos jornais, pela intromissão deste, em assuntos políticos. “Os signatários [...] acusavam a entidade de atuar partidariamente”. (MATTOS, 2013, p.58). O argumento de defesa do Conselho Federal foi dizer que “uma das obrigações [...] da Ordem era defender a ordem constitucional” (MATTOS, 2013, p.58).

Por entender que se tratava de um golpe, o Conselho afirmava que isto não poderia “ser encarado como problema de Direito, devendo, pelo contrário, ser tido como problema de força militar, da alçada exclusiva das Classes Armadas” (MATTOS, 2013, p.60). Não tardou para a resposta chegar através do *Gazeta de Notícias*, acusando os conselheiros “de fugir às atribuições estabelecidas pelo Estatuto da OAB e de se tornar uma sucursal da UDN. O jornal ainda afirmou que os conselheiros federais se moviam por ‘apetites políticos’” (MATTOS, 2013, p.61).

Por volta de junho de 1945, os bacharéis liberais iniciaram a preparar um manifesto de apoio à candidatura de Eduardo Gomes para a presidência do Brasil. “O manifesto evidenciava a visão que os bacharéis liberais tinham de seu papel político naquela conjuntura [...] eles se consideravam uma elite esclarecida que tinha a incumbência de conduzir o país rumo à [...] democracia” (MATTOS, 2013, p.63).

O evento de publicação do manifesto de apoio à candidatura de Eduardo Gomes, realizado em 19 de outubro de 1945 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, se tornou num verdadeiro ato de mobilização dos bacharéis liberais contra o Estado Novo. “Segundo o Diário de Notícias o evento estava ‘destinado a influir, poderosa e imediatamente, sobre toda a nossa evolução política’” (MATTOS, 2013, p.65). Onze dias após a publicação, o exército depôs Getúlio e, no mesmo dia, convidou os conselheiros federais para a posse de José Linhares na presidência da República. “A deferência foi um reconhecimento à centralidade do papel desempenhado pelo Conselho Federal no combate ao regime deposto” (MATTOS, 2013, p.71).

Nos primeiros anos de democracia existiu um compromisso entre as elites dos aparelhos privados da sociedade civil, que incluiu, inclusive, uma aliança partidária entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). “A OAB avalizou o pacto elitário e manifestou sua satisfação com a nomeação de seu presidente, Raul Fernandes, como chanceler do governo Dutra, no final de 1946” (MATTOS, 2013, p.74). Alinhado ao governo, a Ordem apoiou, primeiro, o alinhamento incondicional com os Estados Unidos da América (EUA), segundo, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, em 1947. A OAB, enquanto instituição, aderiu, portanto, completamente à política externa de Dutra. Por conta dessa adesão incondicional, não se manifestou contra diversas arbitrariedades cometidas pelo aparato estatal, como, por exemplo, a repressão investida ao movimento sindical e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No entanto, quando as ações arbitrárias do governo começaram atingir os advogados, os conselheiros foram obrigados a denunciá-las, como ato “atentatório à ordem jurídica e às liberdades individuais, abrindo uma frente de atrito entre a entidade e o governo Dutra, ainda que predominasse uma atitude de colaboração e conciliação” (MATTOS, 2013, p.75).

Na década de 1950, segundo diversos autores, ocorreu um avanço capitalista considerável e, conseqüentemente, refletiu em diversos setores da sociedade. No cenário da advocacia, houve o surgimento dos sindicatos e o assalariamento dos advogados. Com o surgimento dos sindicatos, ficou ameaçado o papel da OAB como representante dos interesses da categoria profissional. A entidade diante destes acontecimentos, não ficou inerte e consagrou esforços a uma pauta corporativa. “O cumprimento da agenda corporativa impunha ao Conselho Federal o reforço dos laços de colaboração com o Estado” (MATTOS, 2013, p.77).

Este é um período que o Conselho Federal foi presidido por homens como Atílio Vivaqua, Miguel Seabra Fagundes e José Eduardo do Prado Kelly. O primeiro era senador e presidente do Partido Republicano, o segundo era um ex-interventor potiguar e o terceiro um membro da União Democrática Nacional. Ou seja, em todos os três conselheiros, a “política” corria na veia, o que demonstra a proximidade desses homens com o “espaço do poder” e conseqüentemente, os recursos, trunfos e disposições que eles traziam consigo (BOURDIEU, 1997).

Com esses “notáveis” no Conselho Federal, ficava bem mais fácil alcançar as demandas corporativas junto ao aparato estatal. O Conselho Federal temeu “pela

proletarização da profissão – efeito indesejado do assalariamento dos advogados e da inflação de diplomas de Direito” (MATTOS, 2013, p.79). A saída encontrada pelos conselheiros foi tentar reduzir o número de advogados, alargando o campo da advocacia e implementando dispositivos de proteção social que freassem o processo de proletarização.

Em seu discurso de posse, Povina Cavalcanti comprometeu-se enfrentar a proletarização da categoria que passava a comandar. Uma das medidas tomadas pelos conselheiros no seu mandato foi debater uma proposta de salário mínimo para a profissão. Nas duas primeiras Conferências Nacionais da OAB, realizadas em 1958 e 1960, a principal temática debatida foi a defesa da advocacia. Os advogados presentes ao evento mostraram-se preocupados com as deficiências na formação acadêmica dos advogados que eles relacionavam à proliferação das faculdades de direito.

Segundo estudo de Olavo Brasil de Lima Júnior, Lúcia Klein e Antônio Martins, as transformações ocorridas na categoria dos advogados, na década de 1950, foram causadas pelas seguintes razões:

[...] existência de uma crise – causada pelo desenvolvimento capitalista – na profissão de advogado, permeada pelas seguintes questões: perda do prestígio social da profissão, concorrência feita por profissionais de áreas técnicas e inadequação da formação recebida frente às necessidades das empresas privadas. (LIMA JÚNIOR, KLEIN, MARTINS, apud, MATTOS, 2013, p.85)

Como consequência, por volta de 1940 já se falava, dentro do Conselho Federal, de um novo estatuto. Na década de 1950 foram compostas duas comissões encarregadas de elaborar o projeto. Uma primeira para fazer um projeto inicial, que seria debatido entre todas as seccionais, e após o debate, uma segunda encarregada de elaborar o projeto que seria enviado ao Congresso Nacional. “Ainda no primeiro semestre de 1956, o projeto de estatuto elaborado pela segunda comissão foi aprovado pelo Conselho Federal da OAB” (MATTOS, 2013, p.86).

A exposição de motivos do projeto reconhecia as mudanças causadas pelo avanço capitalista e ressaltava a necessidade de se ajustar o exercício da advocacia ao capitalismo brasileiro. Nehemias Gueiros, ao assumir a presidência da OAB, admitiu que a criação do estágio e do exame da ordem no estatuto de 1963, pretendeu enfrentar “o problema da multiplicação das nossas faculdades de direito” (MATTOS, 2013, p.87). Essas medidas visavam, também, segundo Nehemias Gueiros, fazer a distinção de que ser bacharel em Direito não é ser advogado.

No entanto, transformar o projeto em lei, seria bem mais difícil, uma vez que, conforme restou demonstrado, “tanto a regulamentação da advocacia, quanto as atribuições da OAB não eram matérias de interesse exclusivo dos advogados” (MATTOS, 2013, p.88). As resistências vieram da magistratura e da indústria paulista.

Em junho de 1956 o presidente da OAB solicitou o envio do projeto ao Congresso Nacional. “Em agosto, Juscelino Kubitschek [...] endossou o projeto do novo estatuto e mandou-o ao Congresso como projeto governamental” (MATTOS, 2013, p.88). Todavia, foi João Goulart quem o sancionou.

A pauta corporativa incluía também o debate sobre planos de proteção social aos advogados do país, haja vista, que as Caixas de Assistências aos Advogados, criadas desde 1937, serviam apenas como mecanismo de solidariedade às famílias dos advogados mortos ou tornados inválidos. “Até o final da década de 1950, duas correntes de opinião se confrontaram na discussão sobre a previdência dos advogados” (MATTOS, 2013, p.92). A primeira defendia aos advogados e práticos uma aposentadoria custeada pelo Tesouro Nacional e “gerida por um organismo de sistema previdenciário nacional, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE)” (MATTOS, 2013, p.92). A segunda previa a unificação das Caixas de Assistência dos Advogados estaduais num único organismo dirigido pela OAB nacional. Como havia discordância, o projeto do novo estatuto não tratou do tema.

O equilíbrio de forças entre as duas posições foi rompido pelo surgimento de uma terceira posição. A alternativa coube às três mais importantes entidades de advogados de São Paulo, tendo em vista já terem negociado com o governo estadual uma lei previdenciária para os advogados paulistas, são elas: a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto dos Advogados de São Paulo e a Associação dos Advogados de São Paulo.

Embora esta terceira proposta tenha sido consagrada na 2ª Conferência Nacional da OAB, em 1960, com a Lei Orgânica da Previdência Social, “a elite dos advogados perdeu [...] a capacidade de moldar a previdência de sua categoria profissional de acordo com seus desígnios” (MATTOS, 2013, p.97). A saída foi a mobilização em torno de uma lei específica para a categoria. Decidiu-se, então, enviar o projeto elaborado pelas entidades paulista ao Congresso. Em meados de 1962 o projeto foi constituído na Lei nº. 4.103-A.

Quando o projeto de regulamentação da Lei nº. 4.103-A, ficou pronto, o Ministério do Trabalho o invalidou e constituiu uma comissão formada com a

participação do IPASE, do Ministério do Trabalho, da OAB e do Sindicato dos Advogados. O Conselho Federal não concordou com a decisão do Ministério do Trabalho “porque reconhecia a legitimidade do Sindicato dos Advogados como representante dos interesses da categoria profissional - prerrogativa reclamada pela OAB como exclusivamente sua” (MATTOS, 2013, p.100). Isto gerou atrito com o governo até o golpe de 64. “A deposição de Goulart renovou as esperanças do Conselho Federal da OAB de implementar o seu plano previdenciário” (MATTOS, 2013, p.100).

Com a renúncia de Jânio-Quadros, a OAB através do seu presidente, fez elogio a solução parlamentarista encontrada. Ainda em 1962, alguns conselheiros já alertavam o Conselho Federal sobre a infiltração comunista dentro do país. A ameaça comunista, segundo eles, ameaçava a existência da Ordem dos Advogados.

Depois de ser debatido em sessão extraordinária, a OAB aderiu “à campanha anticomunista sustentada durante todo o governo Goulart pelos setores sociais que, unidos numa coalizão política, promoveriam, em abril de 1964, o golpe de Estado” (MATTOS, 2013, p.113).

Na posse de Povina Cavalcanti na presidência da OAB, em agosto de 1962, o tema do discurso foi o cenário político. “O novo presidente da OAB afirmou temer o risco de um ‘colapso institucional’ e via os horizontes ‘carregados de maus presságios’” (MATTOS, 2013, p.114).

Neste mesmo ano, o órgão se pronunciaria ainda na imprensa contra o projeto de reforma agrária apresentado pelo governo, argumentando “que a proposta não protegia [...] as indenizações da inflação [...] argumentou ainda contra o risco de que as desapropriações se transformassem em confisco” (MATTOS, 2013, p.118). A OAB se baseava em dois valores: a institucionalidade vigente e o direito de propriedade. O grande temor era que a reforma agrária fosse o primeiro passo rumo à socialização dos meios de produção.

Em março de 1964 a OAB aprovou uma moção centrada na defesa da legalidade, que foi encaminhada aos mais diversos órgãos da República, incluindo a imprensa. “O Conselho Federal [...] identificava a questão social com o risco à ordem jurídica” (MATTOS, 2013, p.124). A OAB refutava as reivindicações populares e apelava para a defesa da legalidade “como obstáculo para impedir que a experiência democrática iniciada em meados da década de 1940 se aprofundasse, com a expansão dos direitos políticos e sociais” (MATTOS, 2013, p.125).

Após o golpe, a grande maioria dos conselheiros federais apoiou o regime argumentando “que ele teria sido executado para [...] conservar a ordem jurídica” (MATTOS, 2013, p.126). Além de apoiar, a Ordem dos Advogados do Brasil cedeu, ainda, seu presidente à Comissão Geral de Investigações (CGI), referendando, assim, “a perseguição inquisitorial contra os inimigos do novo regime conduzida pelos responsáveis pelos Inquéritos Policiais-Militares (IPMS)” (MATTOS, 2013, p.126).

A OAB considerava o golpe um retorno a redemocratização e atendia a todos os convites de colaboração com o regime. “A postura da OAB frente ao golpe militar de 1964 não se diferenciou muito das posições assumidas frente a experiências anteriores de intervenção” (BONELLI, 2002, p.65). O único obstáculo com o governo eram as violações às prerrogativas dos advogados cometidas pelo aparato de repressão política. “O organismo percebia o novo padrão de relacionamento com o Executivo [...] como uma recuperação de seu prestígio” (MATTOS, 2013, p.126).

A reincidência nas violações gerou um atrito com o governo que resultou numa ruptura. Durante a década de 1970 até 1985, a entidade rompeu com os militares e se juntou à oposição do regime. “Depois do Ato Institucional 5 [...] OAB-IAB assumiram uma postura crítica aos governos de força, defendendo os direitos humanos e o estado de direito” (BONELLI, 2002, p.66).

Entre 1985 e 1988, a OAB continuou defendendo os direitos humanos e o estado de direito. Por conta disso, com a constituição cidadã de 1988, os conselheiros da Ordem alcançaram diversas conquistas junto ao Estado, dentre elas destaca-se a indispensabilidade do advogado na administração da justiça. Em 04.07.1994, Itamar Franco sancionou a Lei 8.906 que deu origem ao novo estatuto da OAB, publicada no Diário da União do dia seguinte. A partir deste novo estatuto, finalmente, a OAB saiu da influência política do IAB, passando a eleger todos os dirigentes pelo voto.

Vale ressaltar, conforme dissemos anteriormente, que até 1994 as seccionias estaduais do IAB, tinham a prerrogativa de indicar conselheiros para integrarem postos de direção dentro das seccionais estaduais da OAB. Portanto, foi somente a partir da Lei 8.906/94, que todos os dirigentes da OAB, passaram a ser eleitos pelo voto direto e secreto, sem a indicação política dos dirigentes do IAB. Outra mudança importante foi a alteração da duração do mandato de dois para três anos. Ou seja, a partir da Lei 8.906/94, as eleições deixaram de ser de dois em dois anos e passaram a ser de três em três anos.

Ato contínuo, podemos dizer, ainda, que por conta dessas conquistas e da atuação na defesa do estado de direito, atualmente, em 2015, a OAB se tornou uma das instituições mais respeitadas do país. As razões deste reconhecimento deram-se por conta da atuação das suas comissões como fiscal da constituição junto às atrocidades cometidas pelo Estado e, devido, também, às prestações de serviços advocatícios feitos por elas, aos mais desprovidos, principalmente, no caso de ausência das defensorias públicas.

Pelo exposto, podemos afirmar que dependendo do momento histórico, os porta-vozes da advocacia atuaram hora mais politicamente, voltando suas ações para o “espaço do poder político”; hora mais corporativamente, voltando suas ações para dentro da instituição, buscando delimitar as fronteiras da profissão. No Império o movimento corporativo de criação do IAB foi de alinhamento político dos magistrados-advogados com o governo imperial. Contudo, não demorou muito para o IAB romper com o Estado e atuar politicamente como oposição à reforma de 1841.

A partir de 1870 o IAB retornou suas ações para esfera corporativa até 1930, quando os dirigentes do IAB, aliados dos revolucionários, foram indicados para criarem a OAB. Como consequência desse alinhamento, o IAB e a OAB continuaram num movimento corporativista, ignorando as arbitrariedades cometidas do governo Vargas.

O cenário mudou em 1944, quando a nova direção do grupo dos advogados liberais opositores à Vargas, sobrepuseram seus os interesses políticos sobre os corporativos. “Afastados [...] do estado desde o Governo Provisório [...] os integrantes da oposição liberal [...] ocuparam todas as instâncias possíveis da sociedade civil para dar combate a Vargas” (MATTOS, 2013, p.228). A partir daí o Conselho Federal da OAB incorporou-se como agente político destacado de oposição ao regime.

Na década de 1950, a modernização do capitalismo no Brasil resultou numa maior atuação corporativista da OAB. “O Conselho Federal [...] reconheceu a advocacia preventiva, conformou-se com o assalariamento dos advogados e procurou garantir proteção social à categoria profissional” (MATTOS, 2013, p.229). Contudo, não deu conta do crescimento exponencial de bacharéis em direito. “Este fracasso alimentou o fantasma da proletarização da categoria profissional que rondava a elite dos advogados” (MATTOS, 2013, p.229).

Na década de 1960 o Conselho Federal voltou atuar na arena política. “O organismo, desde meados de 1962, aderiu à campanha que, denunciando a infiltração comunista no Brasil, preparou a deposição de Goulart” (MATTOS, 2013,

p.229). Conseqüentemente, apoiou o golpe de 1964, traindo o legalismo do órgão e revelando que, “na sua hierarquia de valores, a defesa do *status quo* sobrepunha-se à defesa da ordem jurídica” (MATTOS, 2013, p.229). Podemos dizer, também, que esses dirigentes da OAB, eram um grupo homogêneo. “Compunham a elite da profissão e vinculavam-se às classes dominantes [...] A política para eles era uma paixão e um dever de elite” (MATTOS, 2013, p.230).

O órgão apoiou o golpe militar até 1970. A partir de então, os advogados começaram a se sentirem ameaçados, chegando quase a perder seu *status* especial de profissionais autônomos em relação ao Estado. “A segunda batalha em defesa da autonomia da OAB estendeu-se por quase dez anos, entre 1968 e 1978, contra a interpretação trazida pelo regime militar, de que a Ordem [...] deveria subordinar-se ao Ministério do Trabalho” (BONELLI, 2002, p.67).

Os advogados-políticos combateram o regime através do parlamento, dos partidos políticos e das eleições. Nessa luta, juntaram-se pela primeira vez aos trabalhadores. E foi como opositor político ao regime que permaneceu até 1985.

Em 1988, por defenderem o estado democrático de direito, a OAB alcançou diversas conquistas. Em 1994, com a Lei 8.906, a “Ordem” sofreu profundas mudanças na sua estrutura política interna, dentre elas, no que concerne aos interesses desta pesquisa, as mais significativas foram: 1)- a desvinculação política em relação ao IAB; 2)- e aumento de dois para três anos de duração dos mandatos dos seus dirigentes.

Por fim, afirmamos que, atualmente, em relação ao “espaço do poder”, apenas para citar algumas das conquistas alcançadas ao longo da história, os dirigentes da OAB tem a prerrogativa de indicarem membros da instituição, isto é, outros advogados, para comporem a cota de um quinto, dentro dos Tribunais, Conselhos, etc. espalhados nas esferas federais e estaduais do Estado.

Em relação à esfera corporativa e ao controle da instituição, podemos afirmar que por conta do grande aumento do número de advogados no “mercado” de trabalho, formados pelas muitas faculdades de direito espalhadas pelo país, aumentou, também, a arrecadação da instituição.

Ou seja, para além da disputa pelo direito de falar em nome de toda a “classe”, os dirigentes eleitos, têm, também, a prerrogativa de administrar, anualmente, alguns milhões de reais, sem precisar apresentar qualquer prestação de contas ao advogado-eleitor, seja porque não são obrigados a isso e/ou porque não são pressionados a fazer.

Como exemplo, podemos citar o caso da OAB maranhense, que até 2015, nunca prestou contas dos seus gastos. No que se refere à arrecadação da OAB/MA, fazendo uma conta básica de matemática, chegamos a um valor aproximado, conforme segue: em 2017 o valor da anuidade foi R\$ 718,59¹, se multiplicarmos este valor por 8.500, que é a quantidade aproximada de inscritos em 2016, o resultado é o valor bruto de R\$ 6.108.015,00 (seis milhões, cento e oito mil e quinze reais).

Com base nesse cálculo, podemos dizer que os advogados-líderes eleitos em 20.11.2015, que corresponde a menos de 1% da quantidade de inscritos na OAB/MA, além de terem o direito de punir, representar e falar em nome da instituição, de indicarem outros advogados para assumirem postos hierarquicamente importantes dentro da esfera estatal, etc., eles também têm o direito de administrar uma grande quantia financeira, que pode chegar, atualmente, em 2017, conforme demonstrado acima, ao valor bruto anual de mais de seis milhões de reais.

Alcançar estas prerrogativas, já seria um bom motivo em querer participar do jogo político da entidade.

¹ Importante ressaltar que segundo a atual administração da OAB/MA, presidida por Thiago Diaz, essa é a menor anuidade entre todas as seccionais do Brasil.

CAPÍTULO 02: TOPOGRAFIA DA OAB/MA NO “ESPAÇO” E NO “TEMPO”

No capítulo anterior, além de tentar apresentar como se deu o processo de instituição da profissão de advogado no Brasil, tentamos demonstrar, também, em algumas breves passagens, que vários dirigentes mencionados, eram pessoas que atuavam, ao mesmo tempo, em diversos *domínios* do “espaço multidimensional” da vida social, e que, por conta disso, traziam consigo as “multinotabilidades” que lhes facilitavam o acesso à esfera estatal e à posição de representante da advocacia. São exemplos, os primeiros presidentes do IAB e da OAB. O primeiro, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, quando se afastou do Instituto, foi para ser senador, conselheiro de estado e presidente do banco do Brasil. O segundo, Levi Carneiro, quando se afastou da Ordem, foi para ser ministro do Supremo Tribunal Federal.

Por conta da proposta do capítulo primeiro tratar apenas de apresentar, de maneira breve e geral, da atuação *política e corporativa* dos representantes da advocacia brasileira, não foi possível fazer a análise de *trajetória* dos dirigentes do IAB e da OAB, para entender quais foram os trunfos e capitais que traziam consigo e como se deu o acesso aos cargos, funções e posições que eles ocuparam ao longo da vida.

Contudo, neste segundo capítulo que trata da *Topografia da OAB/MA*, faremos o estudo de *trajetória* do advogado, jornalista, professor, ensaísta, historiador, procurador e magistrado, Milson de Souza Coutinho, até o ano de 2007, como forma de conhecer a estruturação desse *campo de lutas*, no “espaço”. Em seguida, faremos também um estudo histórico/analítico da obra escrita por Coutinho, intitulada *Memória da Advocacia do Maranhão*, como maneira de compreender a estruturação desse *domínio*, no “tempo”, entre 04.04.1932 e 31.01.1983.

Sobre Milson de Souza Coutinho, podemos dizer que ele nasceu em nove de março de 1939, na cidade de Coelho Neto/MA, no seio de uma “família” que lhe possibilitou ter tempo livre para dedicar-se aos estudos e à “política”.

Segundo Bourdieu (1994), a “família” é a primeira configuração na qual nos inserimos, e estão nas estratégias familiares, conscientes e inconscientes, principalmente nas estratégias educativas que os pais planejam para os filhos, as bases das nossas disposições e recursos que carregamos ao longo da vida.

Com a “família” de Milson Coutinho não foi diferente. Ele fez o curso primário até 1952, na sua cidade natal, no Grupo Escolar Coelho Neto. Dois anos após, Coutinho transferiu-se para São Luís, onde iniciou e concluiu o curso ginasial no Liceu

Maranhense. Vale a pena ressaltar que nas décadas de 1940, 50 e 60, o Liceu Maranhense era uma escola de excelente avaliação e, por isso, formou uma geração significativa da “elite” maranhense.

Em 1958, Milson Coutinho concluiu o curso primário e, logo em seguida, entre 1959 e 1961, iniciou e concluiu o curso científico no mesmo Liceu Maranhense. Simultaneamente, neste mesmo ano de 1959, começou atuar no jornalismo. Para melhor visualizar o “espaço” que Coutinho estava interagindo e se relacionando, vale a pena lembrar que ele trabalhou com Carlos Sebastião Silva Nina² na redação do Jornal Pequeno, assim como, foi colega de turma de Carlos Nina na faculdade de direito (1968-1972). “Carlos Nina foi colega de turma desse autor [...] É um respeitável literato, desde os nossos tempos de jovens redatores no Jornal Pequeno” (COUTINHO, 2007, p.566). Assim, em 1982, quando Coutinho e Nina, apoiaram e integraram, juntos, pela primeira vez, o *conjunto de ação* liderado por Doroteu Soares Ribeiro, podemos dizer que antes de convergirem do jornalismo para o jogo político da OAB/MA, eles já se conheciam, frequentavam os mesmos ambientes e atuavam, simultaneamente, nas mesmas profissões em diferentes *domínios* da vida social. Isto possibilitou que tanto Milson Coutinho quanto Carlos Nina e outros dirigentes da OAB/MA, conforme mostraremos ao longo deste trabalho, tivessem uma “rede de relações” que, somado aos seus “capitais sociais” adquiridos, ajudaria no conhecimento e reconhecimento das suas “multinotabilidades” como “intelectuais”, facilitando suas entradas e saídas, conversões e reconversões em diferentes *domínios*, ora como advogado, jornalista, professor, historiador, procurador, magistrado, etc.

Segundo Bourdieu:

A própria estrutura do espaço social consiste nas relações de força entre o montante e entre diferentes espécies de capitais e respectivos princípios de legitimação e dominação. Portanto, a posição social é decorrente do montante e da composição do capital possuído. A emergência de um espaço social multidimensional implica a existência de uma pluralidade de campos, com maior ou menor autonomia relativa (BOURDIEU, 1989, p.373-383; 1979, p.109-185, apud, CORADINI, 2010, p.2).

Ato contínuo, depois de concluir o curso científico em 1961, Milson Coutinho continuou se dedicando ao jornalismo. Por exemplo, entre 1959 e 1970, trabalhou como “redator dos jornais Pequeno, Diário da Manhã, O Imparcial, Jornal do Dia, Diário do

² Carlos Sebastião Silva Nina foi secretário e duas vezes presidente da OAB/MA, entre 1983/1989.

Norte” (COUTINHO, 2007, p.491). Concomitantemente, durante a década de 1960, entre seus 21 e 32 anos de idade, exerceu diversos outros ofícios, como, por exemplo:

PROFISSÕES: - Assessor de Imprensa da Prefeitura de São Luís, 1967/1970; - Funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, 1963/1964; - Funcionário do Ministério da Agricultura, no quadro do Banco Nacional de Crédito Corporativo (escriturário, caixa e subgerente), 1964/1967; - Redator da Rádio Timbira e da Rádio e TV Difusora do Maranhão, 1965/1970; [...] - Fiscal de rendas por concurso, 1969; [...] – suplente de deputado estadual, 1967/1971 (COUTINHO, 2007, p.491-492).

Então, depois de passados vários anos formando opiniões através do jornalismo e exercendo funções dentro do Estado, podemos dizer que Milson Coutinho acumulou recursos conhecidos e reconhecidos dentro e fora da sua “rede de relações” que lhe permitiu convergir para a política partidária.

Vimos acima que entre 1967/1971 ele realizou uma conversão do jornalismo para a “política”, sendo suplente de deputado estadual. Talvez a conversão para o “espaço político partidário” tenha aguçado seu interesse pelo direito e conhecimento das leis, ou isso já vinha sendo alimentado ao longo dos anos, não sabemos dizer, mas, o certo é que em 1968, um ano depois de ter convergido do jornalismo para as “lutas partidárias”, ele iniciou a graduação em direito e conclui em 19.12.1972.

A partir desta data, até se tornar um advogado de “sucesso”, bastou alguns meses. Como já tinha ligações com o mundo da “política”, estas relações facilitaram ele advogar para órgãos públicos.

Entre os anos de 1973 e 1978, Milson de Souza Coutinho foi “assessor jurídico das Prefeituras do Município de Pedreiras, Buriti, Duque Bacelar, Caxias, Coelho Neto, Coroatá e Lago do Junco” (COUTINHO, 2007, p.492). Ou seja, ele passou a década de 1970, quase inteira, advogando para prefeituras. Isto demonstra sua proximidade com o “espaço da política” e uma estreita relação com os agentes políticos.

Envolvido que estava nesse universo político, no início da década de 1980, mais precisamente entre 1982 e 1986, ele tornou-se suplente de vereador pelo PDS no município de Pedreiras, cidade onde também trabalhou como professor no Colégio Corrêa de Araújo de 1973 a 1976 (COUTINHO, 2007, p.491).

Portanto, chegado a década de 1980, a “multinotoriedade” de Milson Coutinho era conhecida e reconhecida por uma grande parte dos juristas maranhenses. Ele era um agente político que trazia consigo um “conjunto de recursos [...] ligados à posse de uma rede durável de relações” (BOURDIEU, 2007, p.67).

Foi quando passou a atuar, conforme ressaltamos anteriormente, no “espaço de lutas” pelos cargos de direção da OAB/MA, apoiando e integrando, ao lado de Carlos Nina e José Antônio Almeida (dois futuros presidentes da OAB/MA, que também foram jornalistas e juristas), o *conjunto de ação* liderado por Doroteu Soares Ribeiro, que era “advogado e professor catedrático de processo penal da Faculdade de Direito do Maranhão” (COUTINHO, 2007, p.450).

Milson Coutinho elegeu-se conselheiro da OAB/MA para o mandato de 01.02.1983 a 01.02.1985. Depois disso, sua carreira dentro do Estado foi ascendente. Primeiro, no ano seguinte, após o fim do seu mandato de conselheiro estadual da OAB/MA, entre 1986 e 1992, se tornou procurador efetivo do Estado; e em 1993, subprocurador-geral do Estado e Procurador-geral do Estado, em substituição (COUTINHO, 2007, p.492).

Em relação às disputas eletivas da OAB/MA, Milson Coutinho não exerceu qualquer mandato nas duas próximas administrações do presidente Carlos Sebastião Silva Nina, entre 1985/87 e 1987/89.

Todavia, haja visto a proximidade que havia entre eles, não sabemos dizer se houve ou não uma clivagem entre Carlos Nina e Milson Coutinho, que justificasse o motivo da sua ausência nesses dois mandatos do seu antigo colega de turma e de redação no Jornal Pequeno.

Sabemos que José Antônio Almeida renunciou em 1985 e só retornou em 01.02.1989 (fonte: termo de posse do dia 01.02.1989), liderando uma nova configuração de agentes.

Coincidência ou não, o certo é que Coutinho também só retornou como conselheiro da OAB/MA, no dia dezesseis de fevereiro de 1989 (fonte: termo de posse do dia 16/02/1989), isto é, catorze dias depois de José Antônio Almeida ter tomado posse como presidente.

Ao assumir o cargo de conselheiro pela segunda vez, diferentemente do que aconteceu no seu primeiro mandato, conforme acabamos de mencionar, Milson Coutinho passou a integrar uma configuração de dirigentes totalmente renovada, liderada por José Antônio Almeida.

Isto é, Milson Coutinho passou a integrar uma *rede* de relações na qual os integrantes nunca haviam exercido cargos políticos dentro da instituição. Podemos dizer que eram agentes que participavam pela primeira vez no jogo político da OAB/MA.

Nessa re-configuração, podemos dizer que Milson Coutinho e o presidente José Antônio Almeida, foram os únicos que já haviam ocupado mandatos na instituição. Eles exerceram juntos os postos eletivos de conselheiros entre 1983/85.

Em seguida, Milson Coutinho foi eleito pela terceira vez, dentro desta mesma configuração de dirigentes, conselheiro da entidade, entre 1991 e 29/10/1992, data que foi substituído por José Cláudio Pavão Santana (fonte: termo de posse do dia 29/10/1992).

Menos de dois anos após a data de sua saída, em 1994, depois de ter sido indicado em três sucessivas listas sêxtuplas, foi escolhido pelo governador do Estado para ocupar a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), constitucionalmente outorgada à OAB/MA.

Em relação à OAB/MA e ao governo do Estado, conforme vimos, seus laços de proximidade eram bastante fortes, já que ele atuava, simultaneamente, nesses dois *domínios*. No primeiro órgão, foi três vezes conselheiro e indicado em três sucessivas listas sêxtuplas; no segundo órgão, Milson Coutinho exerceu o cargo procurador efetivo entre 1986 e 1992, e subprocurador-geral e procurador geral em substituição em 1993.

Assim, chegado o ano de 1994, podemos dizer que ele ocupava uma posição privilegiada em relação aos seus concorrentes. Desde então, ocupou o cargo de desembargador do TJ-MA.

Em 1997, 1998 e 1999, exerceu a vice-presidência e a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e, nos mandatos bienais de 2001/02 e 2004/05, respectivamente, a vice-presidência e a presidência do Tribunal de Justiça (COUTINHO, 2007, p.492).

Em 2007, ainda no cargo de desembargador e possuidor de um elevado capital cultural conhecido e reconhecido em diversos *domínios* da vida social, foi quando publicou a obra *Memória da Advocacia no Maranhão*, dedicando-a aos setenta e cinco anos da OAB/MA e ao Egrégio Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão.

Os dados retirados desta obra mostraram que o *domínio político* da OAB/MA, entre os anos de 1932 e 1983, pode ser dividido em três momentos, nos termos do quadro que segue:

QUADRO 01		NOME	1ª ENTRADA	SAÍDA	MANDATOS	DURAÇÃO
INTENSO FLUXO DE TENSÕES	1	BBV	eleito	renunciou	04/04/1932-20/08/1932	4m e 16 dias
	2	AJSLP	interino	renunciou	20/08/1932-01/06/1936	3a, 9m e 12d
	3	JHM	interino	renunciou	01/06/1936-27/10/1941	5a, 4m e 26d
	4	EF	interino	normal	27/10/1941-02/01/1942	2m e 6 dias
	5	NBB	eleito	normal	02/01/1942-31/03/1943	1a, 2m e 29d
	6	EBC	eleito	renunciou	01/04/1943-24/03/1947	3a, 11m e 23d
	7	VDSF	interino	renunciou	24/03/1943-13/11/1949	6a, 7m e 20d
	8	JAA	interino	normal	13/11/1949-31/03/1957	7a, 4m e 18d
	9	JACAS	eleito	morreu	01/04/1957-12/06/1958	1a, 2m e 11d
	10	FERP	interino	normal	13/06/1958-31/03/1959	9m e 18 dias
Sub-total = 53,11% = 26 anos, 11m e 27d = 9.852 dias						
DOMINAÇÃO DE DOIS PRESIDENTES	11	AMB	eleito	normal	01/04/1959-31/03/1973	14 anos
	12	JRCO	eleito	intervenção	01/04/1973-31/12/1980	7a e 9 meses
Sub-total = 42,79% = 21 anos e 10 meses = 7.939 dias						
REARRANJO DE FORÇAS	13	MMR	interventor	fiscal da eleição	01/01/1981-28/02/1981	2 meses
	14	JCSS	eleito	normal	01/03/1981-31/01/1983	1a e 11 meses
Sub-total = 4,10% = 2 anos e um mês = 760 dias						
TOTAL = 100% = 50 anos, 9 meses e 27 d = 18.551 dias						

2.1 Intenso Fluxo de Tensões (04.04.1932-31.03.1959)

Inicialmente, vale lembrar, *primeiro*, que a OAB nacional foi criada pelos dirigentes do IAB a pedido do governo revolucionário de 1930; e *segundo*, que esta influência política do IAB sobre a OAB permaneceu até o estatuto de 1994.

Estas duas regras foram repetidas nos Estados, a *primeira*, através do decreto nº 20.784 de 14 de dezembro de 1931, que determinou que “nos Estados as atribuições referentes à eleição dos membros do conselho e consequente instalação oficial da seção fossem exercidas pelos Institutos de Advogados existentes” (COUTINHO, 2007, p.454); a *segunda*, através do próprio estatuto da Ordem que reservou ao IAB, certo número de vagas no conselho estadual.

No Maranhão, os integrantes do Instituto dos Advogados Maranhenses (IAM) reuniram-se em Assembleia Geral no dia 04.04.1932 para eleger o primeiro conselho estadual da OAB/MA (COUTINHO, 2007, p.458). Desta data até o ano de 1938, o conselho seccional maranhense organizou-se através de “eleições e do Conselho local do Instituto dos Advogados Brasileiros, nos termos do regulamento da Ordem” (COUTINHO, 2007, p. 455).

Foi somente a partir de 1939 que o IAM deixou de ter influência sobre a OAB/MA, não porque houvesse mudança no estatuto, mas, sim, porque o presidente João Hermógenes de Mattos, que era presidente na época, tanto da OAB/MA como do IAM, simplesmente, desativou o Instituto, fechando as portas (COUTINHO, 2007, p. 455). Assim, a partir do ano de 1939 o IAM permaneceu desativado e a OAB/MA passou a organizar seu conselho somente mediante eleições.

Talvez um dos motivos para o fechamento do IAM fosse a forte concorrência que existia entre os membros-eleitos e os dirigentes do IAM, uma vez que a principal característica deste período, se o relacionarmos com os outros dois períodos restantes, seja, justamente, a existência de um maior fluxo de tensões entre os presidentes.

Para corroborar essa afirmação, basta constatar que dos catorze presidentes que passaram pela OAB/MA entre 1932 e 1983, dez deles exerceram seus mandatos entre 04.04.1932 e 31.03.1959, isto é, 71,42% dos 14 presidentes listados no quadro acima, exerceram seus mandatos nos primeiros vinte e seis anos da entidade.

Nos outros vinte e quatro anos depois, apenas três nomes controlaram a entidade, já que o décimo terceiro presidente foi um interventor que presidiu a instituição por apenas dois meses.

Ou seja, nos primeiros cinquenta anos da entidade, a diferença entre as configurações e reconfigurações nas “relações de poder” se alterou bem mais na primeira metade, que na segunda. Este maior *fluxo de tensões* que ocorreu na primeira metade dos cinquenta anos da entidade, pode, também, ser ratificado se analisamos as condições nas quais os presidentes assumiram a presidência pela primeira vez e a maneira como eles saíram dos mandatos.

Por exemplo, dos 10 presidentes que fizeram parte deste primeiro período, cinco renunciaram e um morreu no exercício do mandato. Isto é, apenas quatro entregaram normalmente o cargo até o final do mandato; e desses quatro nomes, dois eram interinos que exerceram o cargo por menos de um ano.

Para demonstrar esta maior intensidade das disputas internas, podemos, também, verificar que a duração dos mandatos deste período são bem menores se o relacionamos com a duração dos mandatos do segundo período. Por exemplo, quando o primeiro presidente fora eleito em 04.04.1932, segundo Coutinho (2007, p.455), bastou alguns meses para que as primeiras desavenças com os conselheiros levasse Benedito de Barros e Vasconcelos (BBV), a renunciar em menos de cinco meses. O segundo presidente, seguindo as pegadas do seu antecessor, também apresentou seu pedido de renúncia, “visivelmente indignado [...] diante da divergência em que se achava com os membros do Conselho [...] retirando-se imediatamente do recinto onde se realizava a sessão” (COUTINHO, 2007, p. 459).

Isso nos leva a afirmar que nos primeiros anos da entidade, havia um *intenso fluxo de tensões* entre os conselheiros, justamente no período em que coexistiam dentro do conselho da OAB/MA, membros eleitos e dirigentes do IAM. A partir do terceiro presidente houve um pouco mais de estabilidade, todavia, dos oito próximos presidentes, percebemos que 50% deles exerceram seus mandatos por menos de dois anos, e se adicionamos a essa lista os mandatos dos dois presidentes anteriores, constatamos que dos 10 nomes, seis permaneceram no cargo por menos de dois anos.

2.2 Dominação de Dois Presidentes (01.04.1959-31.12.1980)

Estas constantes configurações e reconfigurações do primeiro período só terminaram em 01.04.1959, quando o décimo primeiro presidente tomou posse. A partir desta data até o dia 31.12.1980, foram exatos vinte e um anos e nove meses que só dois nomes se destacaram no “espaço político” da OAB/MA. Primeiro o presidente Antenor Mourão Boga (AMB) permaneceu sete mandatos completos (14 anos), quando foi derrotado nas urnas pelo “grupo” do presidente José Ribamar Cunha Oliveira. Vale a pena ressaltar que esses dois presidentes foram professores de Milson Coutinho e Carlos Nina na faculdade de direito.

Segundo Coutinho (2007, p.464), Cunha Oliveira já vinha, desde algum tempo, em linha de oposição ao poderoso “grupo” de Antenor Boga, mas foi só no pleito de novembro de 1972, que José Ribamar ganhou a eleição com a chapa João Albino.

Ato contínuo, José Oliveira montou, também, sua “máquina” de ganhar eleições, e assim permaneceu presidente da entidade até 1980, “quando, por parte do Conselho Federal, desembarcou no Maranhão o conselheiro Manoel Martins dos Reis, como interventor” (COUTINHO, 2007, p.465). O conselheiro interventor Manoel Martins dos Reis “assumiu o comando da OAB/MA, com poderes presidenciais, entre os meses de janeiro a fevereiro de 1981” (COUTINHO, 2007, p.465).

Ou seja, com base nessas passagens da obra de Coutinho, podemos concluir dizendo que ao longo da segunda metade dos cinquenta anos da entidade, apenas dois nomes presidiram a instituição. O primeiro, se perpetuou por catorze anos ou sete mandatos; em seguida, quando o presidente José Ribamar também estava se perpetuando no poder, no final do quarto mandato em 1980, ano eleitoral para o pleito de 1981/83, o Conselho Federal interveio na seccional e enviou um conselheiro interventor com poderes presidenciais.

Por conta disso, diferentemente dos outros anos, desta vez o processo eleitoral teve como fiscal um presidente interventor e se realizou nos meses de janeiro e fevereiro de 1981.

2.3 Rearranjo de Forças (01.01.1981-31.01.1983)

Observamos que estes dois longos mandatos do período anterior, exercidos por mais de vinte e um anos, geraram dois movimentos de reação que reequilibraram internamente a “balança de poder”. O primeiro movimento foi a intervenção do Conselho Federal na seccional maranhense, conforme verificamos acima. O segundo aconteceu paralelo ao mandato do presidente José Carlos Sousa e Silva (1981/82) e pode ser traduzido da seguinte forma.

Com a finalidade de evitar a perpetuação que estava ocorrendo através da chapa João Albino, alguns advogados resolveram reativar o Instituto dos Advogados Maranhenses (IAM), órgão que havia fechado as portas desde 1939. Esta medida, segundo o advogado, procurador, jornalista, magistrado Carlos Nina, possibilitava que eles exercessem as indicações das cotas que o estatuto da Ordem reservava ao IAM, como também, dificultaria que apenas um “grupo” se perpetuasse dentro da seccional maranhense da OAB.

Sobre esse assunto, assim manifestou-se Carlos Sebastião Silva Nina:

[...] quando eu cheguei aqui de volta em São Luís, talvez porque eu ainda continuasse escrevendo em jornal, de alguma forma me convidaram, para participar de reuniões da ‘Ordem’, não me lembro exatamente quem. (*antes do dr. entrar em chapa?*) Antes de eu entrar em chapa, foi quando nós fundamos e eu fui convidado e a iniciativa foi do Pedro Leonel e do Kleber Moreira, o Instituto dos Advogados, porque o Instituto dos Advogados Brasileiros, foi criado para criar a OAB, essa criação se deu 100 anos depois, e aí, a do Maranhão também tinha um papel semelhante, e certo é que embora a do Maranhão já existisse desde 1930, não funcionava, e como havia na história da OAB recente naquela época um presidente que estava se perpetuando e precisaria haver um rompimento, alguns advogados começaram a se mobilizar e uns dos caminhos era colocar dentro do conselho da ‘Ordem’, os advogados indicados pelo instituto, porque a lei 4.215, que era a lei que vigia à época, previa que ¼ dos membros do conselho era indicado pelo Instituto dos Advogados, e então, o Pedro Leonel e o Kleber Moreira, reuniram alguns advogados, eu inclusive, para criar o Instituto dos Advogados, (*quem eram?*) era o Pedro Leonel, o Kleber Moreira, o Raimundo Marques, [...] o Fernando Belfort, o Fernando Castro, Eugênio de Freitas, José Santos, entendeu, esses eram os advogados, eu acredito que eu tenho até o estatuto que foi aprovado na época, com a assinatura do Ricardo Dualibe, que hoje é desembargador. Então esses advogados foram os que criaram o Instituto, e aí o Instituto passou a indicar ¼ desses membros do Conselho, e eu estava, eu fiquei lisonjeado com o convite pra participar, o Wady Sawaia também, pessoas também que eram advogados muito *respeitados* daquela época, e logo em seguida eu fui convidado para a *chapa* do Doroteu, integrei a *chapa* de Doroteu, não sei se foi porque de alguma forma eu tenha me manifestado no Instituto, eu não sei o que foi, já para uma vaga em um cargo importante, que é o cargo de secretário (fonte: entrevista realizada com Carlos Sebastião Silva Nina, em São Luís/MA, no dia 24/02/2016).

Quando Carlos Nina diz: 1)- *fui convidado e a iniciativa foi do Pedro Leonel e do Kleber Moreira*, denota que ele estava sendo conhecido e reconhecido entre os “notáveis” como detentor de um conjunto de recursos que o habilitaram a fazer parte daquela *rede-de-alianças-diádicas-horizontais* (BOURDIEU, 2007; LANDÉ, 1977); 2)- já quando afirma: *eu fiquei lisonjeado com o convite pra participar [...] Esses advogados [...] o Pedro Leonel, Kleber Moreira, Raimundo Marques, Fernando Belfort, Fernando Castro, Eugênio de Freitas, José Santos, Ricardo Dualibe, Wady Sawaia, [...] eram advogados muito respeitados daquela época*, denota que ele também estava conhecendo e reconhecendo naquelas pessoas, um conjunto de “capitais sociais” que elas traziam consigo e que as habilitavam fazer parte daquela configuração (BOURDIEU, 2007; ELIAS, 1999).

Assim, entre 1980 e 1982, podemos dizer que estava ocorrendo na instituição um *rearranjo de forças* mediante *alianças-diádicas-verticais-e-horizontais-de-líderes-seguidores* em “oposição” a *um presidente que estava se perpetuando e precisaria haver um rompimento* (fonte: entrevista realizada com Carlos Sebastião Silva Nina, em São Luís/MA, no dia 24/02/2016).

Vale lembrar que foi nesse momento que os advogados, jornalistas e escritores Milson Coutinho, José Antônio Almeida e Carlos Nina, convergiram para a “política de Ordem”. Estas informações nos permite afirmar que os conselheiros que exerceram mandatos entre 1983/85, integravam uma *rede* de alianças formada por agentes que até então não haviam participado do jogo político da OAB/MA, seja porque faziam parte de outro segmento da *rede* e estavam convergindo pela primeira vez de outros *domínios* da vida social para a “política de ordem”, como foi o caso de Milson Coutinho, José Antônio Almeida e Carlos Nina, e/ou, seja porque eles não pertenciam ao “grupo” liderado pelo presidente José Ribamar Cunha Oliveira, e por isso estavam fazendo alianças para reativar o IAM, com o *fito* justamente de enfraquecer *um presidente que estava se perpetuando e precisaria haver um rompimento (Idem)*, como, por exemplo, Wady Sauaia, Ricardo Dualibe, Pedro Leonel, Kleber Moreira, Raimundo Marques, Fernando Belfort, Fernando Castro, Eugênio de Freitas, José Santos, etc.

Logo, podemos dizer que no início da década de 1980 até a eleição de novembro de 1982, existiam pelo menos duas configurações em concorrência: 1)- uma formada por aqueles que pertenciam ao “grupo” até então dominante; 2)- outra que estava em “oposição” à primeira, girando em torno do IAM e do professor Doroteu Soares Ribeiro.

CAPÍTULO 3: VITÓRIA DA COALIZÃO OPOSICIONISTA **(01.02.1983-31.01.1989)**

A primeira eleição depois da intervenção do Conselho Federal se realizou no dia trinta de novembro de 1982. Conforme vimos, durante esse período iniciou-se um movimento de “oposição” que girou em torno de dois “núcleos”. Formou-se ao longo desse período uma *rede* de relações que apresentou certa organização e um propósito em comum (MAYER, 1987). Ou melhor, através de *alianças-diádicas*, alguns advogados-líderes, ligados a outros advogados-seguidores, que por sua vez também eram líderes de outros seguidores (LANDÉ, 1977), formaram uma configuração (ELIAS, 1999), cujo objetivo era vencer as eleições de novembro de 1982 ou enfraquecer o “grupo” dominante, mediante a reativação do IAM.

Então, antes das eleições do dia trinta de novembro de 1982, este conjunto de pessoas que giravam em torno de dois “núcleos”, reuniu-se em torno de um *ego* e de um *propósito*, qual seja, reequilibrar a “balança de poder” (ELIAS, 1999; BOISSEVAIN, 2003). Podemos dizer que após a *vitória da coalizão oposicionista*, ocorreu uma reconfiguração da *cadeia de líderes-seguidores* dentro da instituição. Daí a importância de pensar a política institucional da OAB/MA como um jogo que se joga dentro de uma *cadeia-de-alianças-diádicas-entre-líderes-seguidores* cujo “peso” dos recursos sociais de cada agente-jogador, vale como trunfo nas alianças e clivagens que processualmente, a cada eleição, formam *conjuntos de ação* em concorrência (LANDÉ, 1977; MAYER, 1987; BOURDIEU, 2007).

Segundo Bailey (1971), os jogos têm uma ordem, e o fato de um conjunto de pessoas tomarem parte no jogo político, significa dizer que os jogadores estão de acordo em como jogar e porque jogar. Ou seja, aceitam certas normas básicas de conduta. A “política” tem suas regras normativas e sua ordem pragmática. “Las reglas normativas no prescriben un tipo determinado de acción sino, antes bien, marcan limites amplios a las acciones posibles” (BAILEY, 1977, p.22). As diretivas adicionais que surgem para encher os espaços vazios deixados pelas normas, são as regras pragmáticas. Estas indicam *táticas e manobras* nas quais os indivíduos intentam ganhar seu caminho na competição eletiva mostrando uma sabedoria oculta que faz por trás do rosto público da política (BAILEY, 1977). É por isso que o “espaço político” da OAB/MA, corresponde a um *domínio* da vida social que tem seus próprios conjuntos de regras de manipulação e suas próprias linguagens de atuação.

Então, após a *vitória da coalizão oposicionista*, quem sucedeu o presidente José Carlos Sousa e Silva foi o professor em processo penal Doroteu Soares Ribeiro. A posse da chapa vencedora aconteceu no dia primeiro de fevereiro de 1983, no auditório do SENAC, na rua do passeio, nº. 495, sob a presidência de José Carlos Sousa e Silva. Fizeram parte: como presidente da OAB/MA, Doroteu Soares Ribeiro, como vice presidente, Eugênio Martins de Freitas, como primeiro secretário, Carlos Sebastião Silva Nina, como segundo secretário, Oséas de Sousa Martins Filho, como tesoureiro, José Moanezer Ribeiro Calado e como conselheiros, Benedito Ribeiro da Silva, Etelmar José da Silva Alamada Lima, Fernando José da Cunha Belfort, Francisco Marialva Mont'Alverne Frota, José Ribamar Domicci, José Ribamar Santos, Kleber Moreira, Maria Bogéa Rodrigues de Souza, Maria Teresa Cabral Costa Oliveira, Milson de Souza Coutinho, Oséas de Sousa Martins Filho, Paulo Roberto da Costa Miranda, Pedro Américo Dias Vieira, Renato Pereira de Abreu e Wady Sauaia (fonte: termo de posse do dia 01.02.1983).

Em vinte e oito de fevereiro de 1983, por não terem comparecido na sessão solene de 01.02.1983, tomaram posse os conselheiros Vinícius César de Berredo Martins e José Vera Cruz Santana (fonte: termo de posse do dia 28.02.1983). Neste período a sede da OAB/MA localizava-se na Av. dom Pedro II, nº. 190, 3º andar, São Luís/MA. Em dezessete de março de 1983, também por não ter comparecido na sessão solene, tomou posse como conselheiro, o advogado Tácito da Silveira Caldas (fonte: termo de posse do dia 17.03.1983). Em dez de maio de 1983, eleitos na sessão ordinária do dia vinte de abril de 1983, tomaram posse os conselheiros José Ribamar Bastos da Silva e José Antônio Figueredo de Almeida Silva (fonte: termo de posse do dia 10.05.1983). Por fim, na sessão do dia doze de maio de 1983, em substituição do segundo secretário Oséas de Sousa Martins Filho, que renunciou ao cargo em função de um mestrado que foi fazer em outra capital, tomou posse em seu lugar e no mesmo cargo, Arnaldo Corrêa Cavalcanti (fonte: termo de posse do dia 12.05.1983).

Com base na entrevista feita com Carlos Nina, conseguimos destacar sete advogados daquela *rede* de alianças que reativou o IAM, que também participaram deste mandato do presidente Doroteu Soares Ribeiro (1983/85), são eles: Carlos Nina, Kleber Moreira, Wady Sauaia, Eugênio Martins de Freitas, José Ribamar Santos, Fernando Belfort e Pedro Leonel Pinto Carvalho. Este último não exerceu cargo eletivo, mas foi membro do Departamento de Promoções e Comunicação da OAB/MA (fonte: termo de posse do dia 13/07/1983).

Observamos ainda, que estes dirigentes do IAM, a partir deste mandato do professor Doroteu Ribeiro, passaram a ter bastante influência “política” dentro da OAB/MA. Exemplo disso foram as eleições do jornalista, advogado, promotor, magistrado e membro fundador do IAM, Carlos Sebastião Silva Nina, para presidir a entidade nos dois próximos mandatos.

Sobre Carlos Sebastião Silva Nina (fonte: entrevista realizada com Carlos Sebastião Silva Nina, em São Luís/MA, no dia 24.02.2016), podemos dizer que sua “família”, assim como a “família” de Milson Coutinho, lhe proporcionou tempo livre para que ele se dedicasse exclusivamente aos estudos e à “política”. Nascido em São Luís/MA, em 30.07.1948, durante a infância Carlos Nina morou com seus pais na rua Antônio Rayol, no centro de São Luís, e aos finais de semana frequentava a casa do seu avô materno, Carlos Malaquias da Silva, na cidade de São José de Ribamar. Nesta época, sua rotina era ouvir música, “jogar bola” com os amigos na rua, ir à igreja de Santana e ler livros. *Eu me lembro que aos onze, doze anos, eu construí, claro com a ajuda do meu pai, um barraco lá na casa da rua Antônio Rayol, onde nós construímos uma biblioteca.* Carlos Nina até a quarta série do primário frequentou a escola Modelo; da primeira série do ginásio até o segundo ano científico, o Colégio Marista; e no terceiro ano científico o Liceu Maranhense.

De posse desses recursos proporcionados pela sua “família”, quais sejam, tempo livre para estudar em colégios de “boa” avaliação e morar numa casa de “boa” localização, Carlos Nina desenvolveu disposições e manteve uma *rede* de relações que lhe possibilitou entrar e sair de diferentes *domínios* do “espaço multidimensional”, assim como, atuar simultaneamente em diferentes “arenas” da vida social. Por exemplo, seu primeiro emprego foi aos quinze anos de idade, como revisor e escritor de textos no Jornal Pequeno, levado pelo seu amigo de adolescência José Jámenes Ribeiro Calado.

Vale lembrar que foi nessa época que Carlos Nina trabalhou junto com Milson Coutinho no Jornal Pequeno. Portanto, podemos dizer que havia aí uma relação entre Carlos Nina, Jámenes Calado e Milson Coutinho, bem antes deles convergirem para o jogo político da OAB/MA.

Sobre José Jámenes Ribeiro Calado, resumidamente, podemos dizer que ele foi jornalista, professor, advogado, promotor criminal e um “intelectual” conhecido e reconhecido dentro e fora da sua *rede* de relações, como também, foi um dos amigos-seguidores de Carlos Nina no jogo político da entidade a partir da metade

década de 1980. Depois da sua morte, na campanha eleitoral de 2009, Carlos Nina e apoiadores formaram a chapa Jámenes Calado como uma forma de homenageá-lo.

Ato contínuo, enquanto estudou no Marista, Carlos Nina foi redator do jornal do colégio. Teria sido, segundo ele, por causa de um artigo publicado no jornal do colégio Marista em 1965, denominado *A demagogia venceu*, onde criticava a interferência do seu professor de história, na política estudantil do colégio, que o *adolescente* Carlos Nina foi expulso da instituição escolar, em plena solenidade do grêmio estudantil *Coelho Neto*, que era um evento de notória repercussão entre seus pares. Contudo, não tardou para o próprio professor perceber que aquele artigo tratava-se apenas do exercício de um direito e que aquela manifestação, não era caso de expulsão. Depois disso, aluno e “maestro” tornaram-se grandes amigos ao longo da vida. O fato serve para demonstrar que suas posições e deslocamentos no “espaço multidimensional”, foram resultado de investimentos familiares, que lhe permitiu interagir numa *rede* de relações, onde os agentes também traziam consigo um elevado conjunto de recursos, patrimônios e trunfos (BOURDIEU, 2007).

Por exemplo, foi decorrente da amizade que fez com o professor de história Caliu Mohana, que o irmão dele, o senhor João Mohana, o encaminhou para ser assessor de imprensa do arcebispo Dom João José de Albuquerque Mota; e que em seguida, o encaminhou para trabalhar na redação no Jornal do Maranhão. Desde então, Carlos Nina teve diversas colunas em diferentes jornais. Escreveu no Jornal do Maranhão, no Jornal Imparcial, no Jornal de Imperatriz, etc., e ainda escreve no Jornal Pequeno, onde começou a trabalhar em 1963. Em 1968, Carlos Nina entrou para a faculdade de direito e, alguns meses depois, foi aprovado no concurso para o Banco da Amazônia. Podemos dizer que a partir daí, ele começou a interagir em dois outros *domínios* da vida social e a construir uma *rede* de relações com as pessoas que circulavam nesses dois outros “espaços”. Entre 1968 e 1972, Carlos Nina cursou e concluiu a graduação de direito e trabalhou como bancário concursado do Banco da Amazônia em São Luís. Entre 1972 e 1976, já com o título de bacharel em direito e com a carteira da OAB em mãos, foi transferido para Belém, onde continuou trabalhando como bancário concursado do Banco da Amazônia e iniciou na advocacia.

Ao longo desses nove anos trabalhando no Banco da Amazônia, Carlos Nina investiu numa *rede* de relações que depois se transformou numa relação de amizade, e que, a partir de 1980, o acompanhou no jogo político da OAB/MA, são eles: Oton Leite Fernandes, Fernando José Machado Castro e Roque Pires Macatrão.

Sobre Fernando Castro, podemos dizer que ele também integrou, junto com Carlos Nina, a *rede* de alianças que reativou o IAM na década de 1980; e sobre Roque Pires Macatrão, podemos dizer que foi Roque Macatrão quem, inicialmente, ajudou Carlos Nina na advocacia. Isto aconteceu quando Nina chegou em Belém recém formado em direito. Roque Pires Macatrão era o procurador do Banco da Amazônia em Belém e ajudou Carlos Nina a dar seus primeiros passos na profissão. Desde então, eles se tornaram grandes amigos. Tempo depois Roque Pires Macatrão retornou para São Luís como procurador geral do estado no governo de João Castelo e em 1976, Carlos Nina pediu demissão do Banco para se dedicar exclusivamente à advocacia. Entre 1976 e 1980, Carlos Nina retornou para São Luís, abriu um escritório de advocacia e começou advogar ao lado do seu amigo do Marista José Costa Júnior, que também foi outro membro fundador do IAM e apoiador de Nina nas disputas políticas da OAB/MA.

Em 1980, Carlos Nina passou em primeiro lugar no concurso para promotor de justiça e dois anos depois, em 1982, convergiu para as “lutas” eletivas da OAB/MA. Conforme vimos anteriormente, foi neste momento, no início da década de 1980, que Francisco Castro, José Costa e Carlos Nina, integraram uma configuração com “forte” influência política na instituição. Daí, chegando o ano eleitoral de 1984, o advogado e fundador do IAM, Carlos Nina, trazia consigo elevado prestígio entre seus pares e era apoiado por advogados portadores de recursos e trunfos, reconhecidos dentro e fora do “espaço político” da OAB/MA, como, por exemplo, Antônio Almeida, Nelma Sarney, Caldas Gois, Jámenes Calado, Wady Sauaia, Augustinho Marques, etc.

Assim, após a vitória eletiva de novembro de 1984, em primeiro de fevereiro de 1985, às onze horas, na sede da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, localizada agora na rua de Nazaré, nº. 105, São Luís, sob a presidência de Doroteu Soares Ribeiro, foi empossado dezenove integrantes da *chapa Viviane Pereira* e cinco advogados indicados pelo Instituto dos Advogados Maranhenses, são eles: como presidente, Carlos Sebastião Silva Nina, como vice presidente, Eugênio Martins de Freitas, como primeiro secretário, José Antônio Figueredo de Almeida Silva, como segundo secretário, Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa, como tesoureiro, José Maria Alves de Silva, como conselheiros, Wady Sauaia, Artemice Pinheiro Fernandes Gomes, Henrique de Araújo Pereira, José Moanezer Ribeiro Calado, Antônio Lisboa de Castro Viana, José Francisco Pereira Lopes, Manoel Pedro Oliveira Castro Neto, Jose Ribamar Dominicci, Antônio Carlos de Carvalho Lago, José Caldas Gois, Augustinho

Ramalho Marques Neto, Frederico Almeida Rocha, Francisco Marialva Mont'Alverne Frota e Ernani Coutinho Nunes. Os cinco indicados pelo IAM foram: José de Ribamar Santos, Fernando Antônio Guimarães Macieira, Kleber Moreira, Vinícius César de Berredo Martins e Tácito da Silveira Caldas (fonte: termo de posse do dia 01.02.1983).

É importante destacar que esta foi a única vez na história da OAB/MA, que os advogados Carlos Sebastião Silva Nina, José Caldas Gois e José Antônio Figueredo de Almeida Silva estiveram reunidos formalmente numa mesma configuração. Contudo, não tardou para que os conflitos entre eles aparecessem e as clivagens ocorressem. Com base na leitura dos termos de posse e compromisso, observamos que em menos de dois meses após a posse, José Antônio Figueredo de Almeida Silva renunciou ao cargo de primeiro secretário e saiu do cenário político institucional. Daí, por causa da sua renúncia, em cinco de abril de 1985, o advogado Diomar Oliveira Martins foi eleito e empossado para assumir a vaga de primeiro secretário. Neste mesmo ato, José Costa Júnior também tomou posse como conselheiro, enquanto durou a licença de José Ribamar Domicci (fonte: termo de posse de 05.04.1985). Por fim, em cinco de maio de 1985, José Jámenes Ribeiro Calado tomou posse como conselheiro, na vaga deixada pelo falecimento de Antônio Lisboa de Castro Viana (fonte: termo de posse do dia 05/05/1985).

Desses vinte e oito advogados que passaram pelo primeiro mandato de Carlos Nina, onze deles estavam presentes no biênio anterior presidido por Doroteu Soares Ribeiro, são eles: o próprio Carlos Nina, que passou de primeiro secretário para presidente da entidade; Kleber Moreira, Tácito da Silveira Caldas, José Ribamar Santos, Vinícius César de Berredo Martins, Francisco M. Monte'Alverne Frota, José M. Ribeiro Calado e José Ribamar Domicci, que continuaram sendo conselheiros; José Antônio Figueredo de Almeida Silva, que passou de conselheiro federal para primeiro secretário, mas, que veio a renunciar em aproximadamente dois meses de mandato; Wady Sauaia, que continuou como conselheiro federal; e, por fim, Eugênio Martins de Freitas que era vice presidente no mandato de Doroteu e continuou como vice presidente, só que agora da diretoria presidida por Carlos Nina.

Dessas onze pessoas, quatro estavam naquela *rede* de alianças que reativou o IAM. Outra informação importante é que desses vinte e oito agentes, apenas sete, pelo menos até a eleição que ocorreu em vinte de novembro de 2015, nunca mais tiveram outra experiência em qualquer cargo eletivo dentro da OAB/MA, são eles: Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa (*que posteriormente se tornou desembargadora pelo*

quinto constitucional), Antônio Lisboa de Castro Viana (*falecido no exercício do mandato*), Frederico Almeida Rocha, Ernani Coutinho Nunes, José Francisco Pereira Lopes, Antônio Carlos de Carvalho Lago e José Costa Júnior.

Verificamos, portanto, que todos os outros vinte e um membros continuaram fazendo parte do jogo político. Então, chegando o ano eleitoral de 1986, com sua *rede* de alianças cada vez mais forte e coesa, novamente, o jornalista, advogado e fundador do IAM, Carlos Nina, conseguiu se reeleger pela terceira vez consecutiva membro da direção da OAB/MA, desta vez para o seu segundo mandato como presidente.

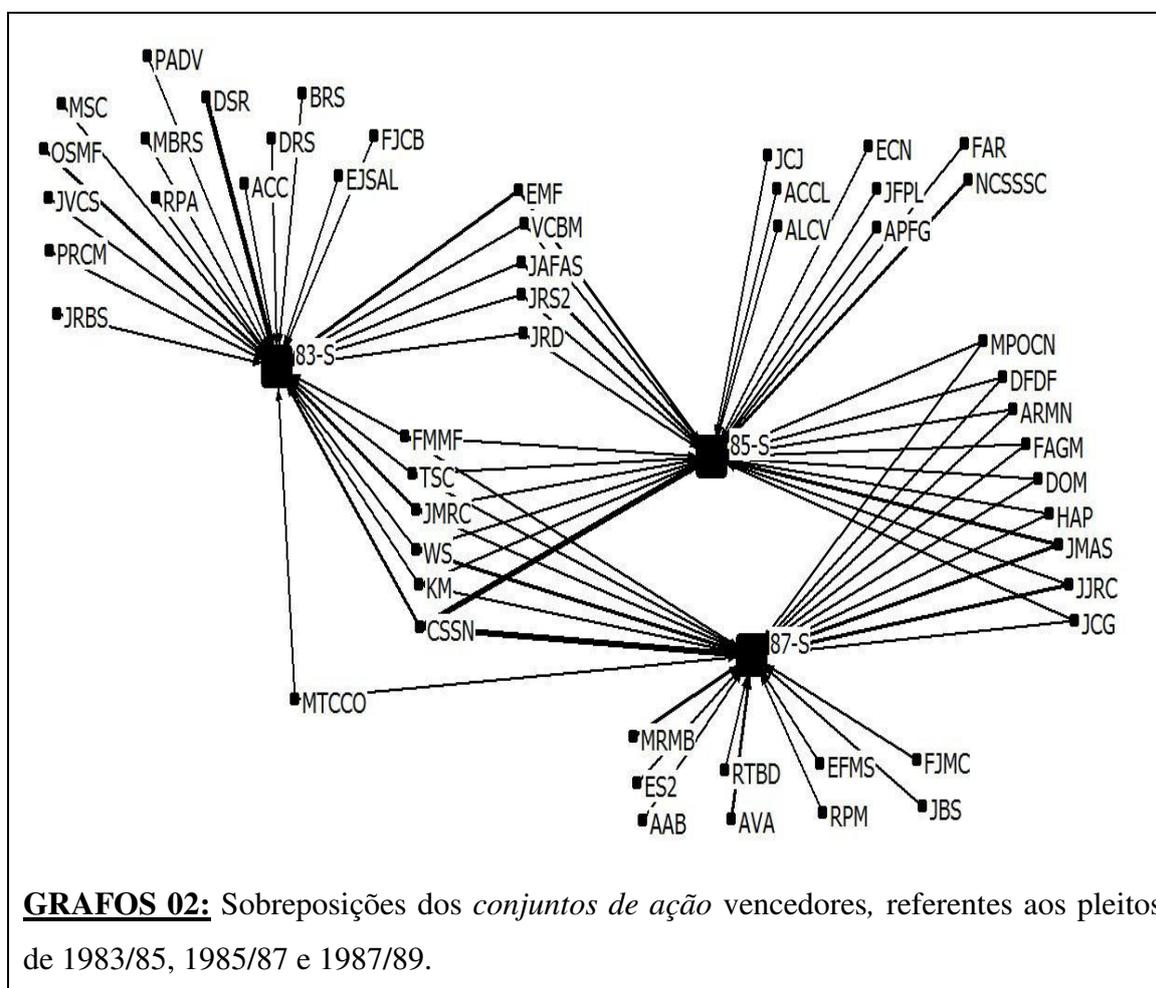
Após a vitória, nos dias primeiro, cinco e treze de fevereiro de 1987, na primeira sede própria da OAB, construída na presidência do próprio Carlos Nina, localizada num prédio colonial na esquina da rua do Alecrim com a Sete de Setembro, tomaram posse, os vinte e cinco componentes da *chapa vencedora*, são eles: como presidente, Carlos Sebastião Silva Nina, como vice presidente, José Jámenes Ribeiro Calado, como primeiro secretário, Aurélio Vieira de Andrade, como segundo secretário, Malba do Rosário Maluf Batista, como tesoureiro, José Maria Alves da Silva, e como conselheiros, Euvaldo Souza, Fernando Antônio Guimarães Macieira, Fernando José Machado Castro, Henrique de Araújo Pereira, Diomar Oliveira Martins, José Caldas Gois, Manoel Pedro Oliveira Castro Neto, Roque Pires Macatrão, Tácito da Silveira Caldas, Edmar Fernando Mendonça de Souza, Francisco Marialva Mont'Alverne Frota, Ricardo Tadeu B. Dualibe, Arnaldo Assis Bastos, José Brito de Souza, José Moanezer Ribeiro Calado, Kleber Moreira, Wady Sauaia, Domingos Francisco Dutra Filho, Augustinho Ramalho Marques e Maria Teresa Cabral Costa Oliveira (fonte: termos de posse dos dias 01, 02 e 13/02/1987).

Quando sobrepomos este *conjunto de ação*, no anterior, constatamos que dos vinte e cinco nomes acima, quinze fizeram parte do primeiro mandato do advogado Carlos Nina em 1985/87. Isto significa dizer que houve um retorno de 60% dos agentes do primeiro mandato para o segundo. Se incluirmos nessa sobreposição, os agentes que fizeram parte do mandato do professor Doroteu Ribeiro, observamos que dos cinquenta e dois advogados que integraram esses três mandatos (*um do Doroteu e dois de Carlos Nina*), apenas seis nomes fizeram parte de todos os três pleitos, são eles: Tácito da Silveira Caldas (TSC), que foi três vezes conselheiro; José Moanezer Ribeiro Calado (JMRC), que foi três vezes conselheiro; Wady Sauaia (WS), que foi três vezes conselheiro; Francisco Marialva Mont'Alverne Frota (FMMF), que também foi três

vezes conselheiro; Carlos Sebastião Silva Nina (CSSN), que foi primeiro secretário e duas vezes presidente; e, por fim, Kleber Moreira (KM), que foi três vezes conselheiro.

Desses seis advogados que se repetiram no comando da instituição nos três últimos biênios, verificou-se, ainda, que quatro deles eram também dirigentes do IAM. Isso comprova a forte influência política, dentro da OAB/MA, daquela *rede* de alianças que reativou IAM no início década de oitenta. Dessa forma, podemos afirmar que existe aí uma união de interesses que *sociometricamente* formam uma *clique*, ou seja, formam “una coalición cuyos miembros se asocian regularmente unos con otros sobre la base del afecto y el interés común y, asimismo, tiene un marcado sentido de identidad común” (BOISSEVAIN, 2003, p.151).

Os grafos abaixo sintetizam o que foi descrito até o momento.



CAPÍTULO 4: RECONFIGURAÇÃO DA CADEIA DE LÍDERES SEGUIDORES **(01.02.1989-31.01.1995)**

No ano eleitoral de 1988, a influência política de Carlos Nina e sua *cadeia-de-seguidores*, estavam cada vez mais fortes e coesas. Dessa vez, eles apoiaram o nome de José Caldas Gois para presidente. É importante ressaltar que a indicação de José Caldas Gois, na época com cinquenta e três anos de idade, como candidato à presidência da instituição, apoiado pela *clique* acima apresentada, não foi nenhuma surpresa. Caldas Gois já havia sido quatro vezes conselheiro pela chapa João Albino, liderada pelo professor José Ribamar Cunha Oliveira, que se perpetuou na entidade de 01.04.1973 até a intervenção do Conselho Federal em 31.12.1980 (fonte: entrevista realizada com José Caldas Gois, em São Luís/MA, no dia 22/02/2016). Naquele momento da indicação, Caldas Gois estava exercendo seu sexto mandato (1973/75, 1975/77, 1977/79, 1979/1980, 1983/85 e 1987/89). Todavia, não foi dessa vez que o *conjunto de ação* liderado por José Caldas Gois ganhou a eleição. Eles perderam por uma diferença de dezessete votos (fonte: conversa informal com Carlos Nina).

Isto foi possível porque José Antônio Almeida retornou ao jogo político e reconfigurou 100% a *cadeia-de-líderes-seguidores*. Ele construiu uma *rede* de alianças com José Brígido da Silva Lages, Raimundo de Castro Menezes Neto, Artemice Pinheiro Fernandes Gomes, dentre outros, para participar das disputas eleitorais do ano de 1988. Podemos dizer, inicialmente, que essa teia de interdependência (ELIAS, 1999), ou melhor, esse *conjunto de ação* que tinha como *ego* José Antônio Almeida (MAYER, 1987), coordenou suas práticas e alcançou um objetivo concreto e determinado (BOISSEVAIN, 2003), isto é, esta reconfiguração formada por agentes que nunca haviam participado do jogo político institucional, organizada em torno de um *ego* e de um propósito comum, venceu a eleição daquele ano eleitoral.

Sobre José Antônio Figueredo de Almeida Silva (fonte: páginas da Câmara dos Deputados e do CPDOC na internet, acessados em 28.07.2016), podemos dizer que sua “família”, assim como aconteceu com Milson Coutinho e Carlos Nina, também lhe proporcionou tempo livre para que ele se dedicasse aos estudos e à “política”. Isto lhe permitiu ter acesso a uma *influyente-rede-de-relações*. Nascido em 27.03.1954, na cidade de São Luís, José Antônio Almeida, assim como, Nina e Coutinho, também exerceu o jornalismo na adolescência e estudou direito na UFMA.

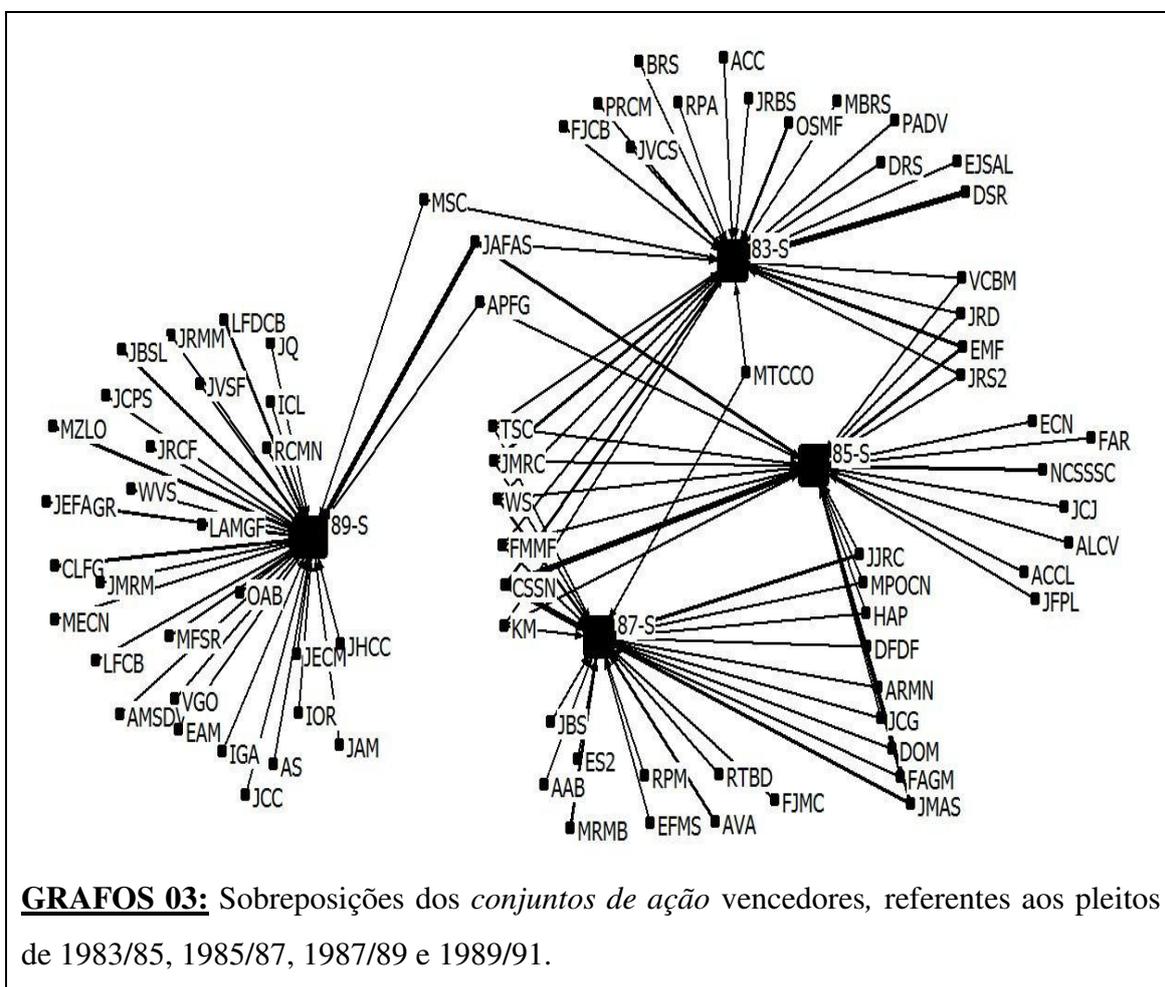
Entrou para a faculdade de direito em 1973, meses depois da formatura de Nina e Coutinho (1968-1972). Durante a graduação, foi assessor do Tribunal de Justiça do Maranhão e secretário geral da Federação Acadêmica Maranhense de Esportes. Formou-se em 1977, e neste mesmo ano, integrou os quadros da OAB/MA sob o nº 2132. Menos de dois anos depois, foi diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça de São Luís e começou advogar para a Amazônia Mineração S.A., onde permaneceu até o ano seguinte. Entre 1980 e 1982, advogou para Companhia Vale do Rio Doce e para Floresta Rio Doce S.A.

Em 1982, ano eleitoral da OAB/MA, juntamente com Milson Coutinho e Carlos Nina, integrou o *conjunto de ação* liderado por Doroteu Soares Ribeiro. Em seguida, reelegeu-se, primeiro secretário para o mandato de 1985/87, mas, vale lembrar que ele renunciou em menos de dois meses após a posse (fonte: termo de posse do dia 05/04/1985). Foi nesse momento que José Antônio Almeilda abandonou o jogo político da OAB/MA. Depois disso, em 1986, se tornou professor da UFMA, e, neste mesmo ano, até 1992, foi procurador na Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão. Entre 1987 e 1988, foi procurador geral adjunto. Daí, chegando o ano eleitoral de 1988, José Antônio Figueredo de Almeida Silva trazia consigo os títulos de professor universitário e procurador geral adjunto do Estado do Maranhão, que lhe habilitaram ser o líder de uma *cadeia-de-seguidores* 100% renovada, tornando-se presidente da entidade pela primeira vez (1989/91).

Para ratificar essas afirmações, constatamos que dos cinquenta e dois advogados que participaram dos três últimos pleitos (1983/85, 1985/87 e 1987/89), apenas três desses advogados se reelegeram para o mandato de 1989/91, são eles: 1)- o próprio José Antônio Figueredo de Almeida Silva (JAFAS), que realizou uma clivagem com José Caldas Gois e Carlos Sebastião Silva Nina, logo após a posse em 1985; 2)- Milson de Souza Coutinho (MSC), que foi conselheiro na presidência de Doroteu Soares Ribeiro em 1983/85 e retornou agora dezesseis dias depois da posse do presidente José Antônio Almeida, conforme dissemos no estudo da sua trajetória; 3)- e Artemice Pinheiro Fernandes Gomes (APFG), que foi conselheira no primeiro mandato de Carlos Nina em 1985/87, e também, só retornou agora em aliança com José Antônio Almeida.

Verificamos ainda, que de todos os vinte e cinco advogados que participaram do segundo mandato de Carlos Nina em 1987/89, nenhum deles estava no primeiro pleito de José Antônio Almeida em 1989/91.

Ou seja, podemos afirmar que, na primeira presidência de José Antônio Figueredo de Almeida Silva, houve uma renovação de 100% da *cadeia-de-líderes-seguidores*, e, portanto, um reequilíbrio na “balança de poder”. Não existiu, ao longo do mandato de 1989/91, qualquer agente que tenha participado como dirigente ou conselheiro no segundo biênio do presidente Carlos Nina em 1987/89. Na sobreposição das chapas, nenhum nome se repetiu. Dessa forma, podemos afirmar que a partir do biênio 1989/91, o *conjunto de ação*, cujo *ego* era José Antônio Almeida, reconfigurou 100% a *cadeia-diádica-de-alianças* dentro do “espaço político” da OAB/MA. Os grafos abaixo sintetizam tudo o que foi descrito até então:



Depois de uma vitória duríssima, em primeiro de fevereiro de 1989, às onze horas, na sede da OAB, na rua do Alecrim, nº. 176, Centro de São Luís/MA, sob a presidência de Carlos Sebastião Silva Nina, tomaram posse, dezoito conselheiros da chapa vencedora nas eleições de onze de novembro de 1988 (fonte: termo de posse do dia 01.02.1989 às 11h).

Mas foi às vinte horas do mesmo dia, no Teatro Arthur Azevedo, na rua do Sol, agora sob a presidência de José Antônio Almeida, que houve a sessão solene (fonte: termo de posse do dia 01.02.1989 às 20h). São os empossados: como presidente, José Antônio Figueredo de Almeida Silva, como vice presidente, Luís Fernando Dominicci Castelo Branco, como primeiro secretário, José Brígido da Silva Lages, como segundo secretário, Maria Zélia Leite Oliveira, como tesoureiro, Carlos Levy Ferreira Gomes, e como conselheiros, José Aparecido Machado, Vanda Gomes de Oliveira, José Victor Spindola Furtado, Itamar Correa Lima, Amílcar Gonçalves Rocha, Artemice Pinheiro Fernandes Gomes, José Maria Ramos Martins, Adroaldo Souza, João Carlos Campelo, João Elzimar da Costa Machado, Raimundo de Castro Menezes Neto, Ana Maria da Silva Dias Vieira.

Para completar as vagas, por não terem comparecido nas sessões do dia primeiro de fevereiro de 1989, tomaram posse nos dias dois e dezesseis de fevereiro de 1989, mais quatro conselheiros eleitos no dia onze de novembro de 1988, são eles: Expedito Alves de Melo, Ítalo Gomes de Azevedo, Ivaldo de Oliveira Ricci e Orlando Antônio Bertrand (fonte: termos de posse dos dias 02 e 16.02.1989). Neste mesmo ato de solenidade do dia dezesseis de fevereiro de 1989, conforme já dissemos anteriormente, Milson de Souza Coutinho tomou posse como conselheiro, em substituição à conselheira Vanda Gomes de Oliveira que saiu de licença (fonte: termo de posse do dia 16.02.1989). Em seis de abril de 1989, José Henrique Cabral Coaracy tomou posse em substituição do conselheiro Orlando Antônio Bertrand que saiu de licença (fonte: termo de posse do dia 06.04.1989). Em quatro de maio de 1989, Maria Francisca Sampaio Rodrigues tomou posse como conselheira, em substituição do conselheiro João Elzimar da Costa Machado (fonte: termo de posse do dia 04.05.1989). Em vinte e um de setembro de 1989, Walter Viana Santana tomou posse como conselheiro (fonte: termo de posse do dia 21/09/1989). Em doze de outubro de 1989, Luiz Fernando Cabral Barreto tomou posse como conselheiro, em substituição de Ivaldo de Oliveira Ricci, que saiu de licença (fonte: termo de posse do dia 12/10/1989).

Em primeiro de fevereiro de 1990, Maria Francisca Sampaio Rodrigues tomou posse definitivamente como conselheira, em razão da renúncia de João Elzimar da Costa Machado; e Jorge Rachid Mubarak Maluf tomou posse como conselheiro, em razão da renúncia de José Henrique Cabral Coaracy (fonte: termo de posse do dia 01/02/1990).

Em vinte e dois de fevereiro de 1990, José Claudio Pavão Santana tomou posse como conselheiro, em razão da licença de José Maria Ramos Martins (fonte: termo de posse do dia 22/02/1990). Em oito de março de 1990, Manoel Egídio Costa Neto tomou posse como conselheiro, em substituição de Artemice Pinheiro Fernandes Gomes, que saiu de licença (fonte: termo de posse do dia 08/03/1990). Em quinze de março de 1990, Joacy Quinzeiro tomou posse como conselheiro, em razão da impossibilidade de Arnaldo Correa Cavalcante tomar posse em substituição da conselheira Maria Cândida Teodoro, enquanto durava seu impedimento (fonte: termo de posse do dia 15/03/1990).

Em vinte e um de junho de 1990, José Eulálio Figueredo de Almeida tomou posse como conselheiro, em substituição de Milson Coutinho, que saiu de licença (fonte: termo de posse do dia 21/06/1990). E por fim, em treze de dezembro de 1990, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho tomou posse, em substituição do conselheiro José Claudio Pavão Santana, que renunciou (fonte: termo de posse do dia 13/12/1990).

Conforme demonstrado, ao final de 1990, trinta e três advogados haviam participado do primeiro mandato de José Antônio Almeida. Na leitura dos termos de posse e compromisso desse período, não encontramos nenhuma indicação do IAM. Dos trinta e três advogados, como havíamos dito anteriormente, apenas três tiveram participação nos mandatos anteriores de 1983/85 e 1985/87. Nenhum desses trinta e três nomes participou do mandato de 1987/89.

Outra informação importante é que apenas sete advogados, desses trinta e três agentes, não vieram a assumir cargos eletivos dentro da OAB/MA, pelo menos até a eleição de vinte de novembro de 2015, são eles: José Henrique Cabral Coaracy, José Maria Ramos Martins, João Carlos Campelo, João Elzimar da Costa Machado, Expedito Alves de Melo, Orlando Antônio Bertrand e Vanda Gomes de Oliveira.

Ou seja, podemos dizer que todos os outros vinte e seis advogados que participaram do primeiro mandato de José Antônio Almeida, retornaram em algum momento ao jogo político institucional da OAB/MA. Desses vinte e seis agentes, vinte e um retornaram no pleito seguinte.

Então, passado o primeiro mandato de José Antônio Almeida e chegado o ano eleitoral de 1990, novamente, as duas *configurações-rivais* voltaram a se enfrentar. De um lado, agora como “oposição”, aquela *clique* de seis nomes, *supra* apresentada, liderada pelos dirigentes do IAM, dava sustentação ao nome de Carlos Nina para concorrer pela terceira vez à presidência da OAB/MA.

Do outro lado, a atual *reconfiguração de líderes seguidores* tentava pela segunda vez dirigir a instituição. Com uma maior diferença de votos que a eleição anterior, o *conjunto de ação* que tinha como *ego* José Antônio Figueredo de Almeida Silva, se reelegeu, dando assim continuidade ao mandato precedente. Conforme já afirmamos, dos trinta e três advogados que participaram do primeiro mandato (1989/91), vinte e um se reelegeram no segundo pleito (1991/93). Ou seja, no segundo biênio do presidente Antônio Almeida, houve um retorno de 63,63% dos agentes, de um mandato para o outro.

Neste segundo mandato, conforme demonstram a leitura dos termos de posse desse período, continuou não havendo qualquer indicação do IAM. Portanto, após a segunda vitória eletiva sobre os *líderes* Carlos Nina e José Caldas Gois, em primeiro de fevereiro de 1991, na sede da OAB localizada na rua do Alecrim, nº. 176, sob a presidência de José Antônio Figueredo de Almeida Silva, tomaram posse, às onze horas, os conselheiros, e às onze e trinta horas, a diretoria, são eles: como presidente, José Antônio Figueredo de Almeida Silva, como vice presidente, José Brígido da Silva Lages, como primeiro secretário, Raimundo de Castro Menezes Neto, como tesoureiro, Carlos Levy Ferreira Gomes, como segundo secretário, Maria Francisca Sampaio Rodrigues, e como conselheiros, José Eulálio Figueredo de Almeida, Amílcar Gonçalves Rocha, Lúcia Maria Ferreira Silva, Sérgio Antônio Barros Batista, Ana Maria da Silva Dias Vieira, Josemar Emílio Silva Pinheiro, Maria Teresa Cabral Costa Oliveira, Maria Zélia Leite Oliveira, Walter Viana Santana, Luiz Fernando Cabral Barreto, Ieda Maria Morais, Ítalo Gomes de Azevedo, Jorge Rachid Mubarak Maluf, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, Luiz Fernando Dominici Castelo Branco, Maria Elildes Costa Leite Belfort e Valdeci Ferreira da Rocha (fonte: termos de posse do dia 01.02.1991 às 11h e às 11:30h).

Em treze de abril de 1991, Ezequiel Xenofante Júnior tomou posse como tesoureiro, durante a licença de Carlos Levy Ferreira Gomes e, dois dias depois, Joacy Quinzeiro tomou posse como conselheiro, substituindo Ana Maria da Silva Dias Vieira (fonte: termos de posse dos dias 13 e 15.04.1991). Em quatro de julho de 1991, tomaram posse três advogados, são eles: José Victor Spindola Furtado tomou posse como conselheiro em substituição de Sérgio Antônio Barros Batista que saiu de licença; Manuel Egídio Costa Neto tomou posse em substituição do conselheiro licenciado Raimundo Menezes Neto; e Adroaldo Souza tomou posse como conselheiro na vaga deixada por Jorge Rachid, que passou a exercer o cargo de Procurador Geral do Estado

(fonte: termo de posse do dia 07.07.1991). Em vinte de fevereiro de 1992, Pedro Emanuel de Oliveira tomou posse como conselheiro na vaga deixada por José Eulálio Figueredo de Almeida, decorrente deste ter sido investido na função de juiz de direito (fonte: termo de posse do dia 20.02.1992). Em vinte e nove de outubro de 1992, José Cláudio Pavão Santana tomou posse como conselheiro em substituição e durante a licença do conselheiro Milson de Souza Coutinho (fonte: termo de posse do dia 29.10.1992). Conforme também afirmamos anteriormente, é nesta data que Milson Coutinho deixa o seu terceiro mandato de conselheiro, para, menos de dois anos depois, ocupar a vaga de desembargador outorgada constitucionalmente à OAB/MA. E por fim, para completar os trinta e dois nomes que participaram do biênio 1991/93, em três de dezembro de 1992, Maria Helena Neves Fonseca, tomou posse como conselheira, em substituição de Maria Francisca Sampaio Rodrigues (fonte: termo de posse do dia 03.12.1992).

Desses trinta e dois agentes acima citados, verificamos que apenas para quatro deles será a primeira e única vez que participam formalmente do jogo político, pelo menos até a eleição de vinte de novembro de 2015, são eles: Maria Helena Neves Fonseca, Valdecy Ferreira da Rocha, Sérgio Antônio Barros Batista e Lúcia Maria Ferreira Silva. Todos os outros vinte e oito nomes, continuarão participando ou já tiveram uma experiência anterior. Desses vinte e oito agentes, vinte e um deles estavam no mandato passado. Importante ressaltar, que os outros sete que não participaram do biênio 1989/91, cinco deles vão retornar no terceiro pleito do presidente José Antônio Almeida.

Isso significa dizer que a *reconfiguração da rede de alianças* iniciada em 01.02.1989, permaneceu quase que inalterável até 31.01.1995. Para corroborar esta afirmação, podemos dizer que neste segundo mandato (1991/93), o índice de *renovação* em relação aos cinquenta e dois advogados que fizeram parte dos biênios de 1983/85, 1985/87 e 1987/89, continuou com quase 100%. Neste pleito de 1991/93, com exceção dos já citados Milson de Souza Coutinho (MSC) e do próprio José Antônio Figueredo de Almeida Silva (JAFAS), apenas a advogada-conselheira Maria Teresa Cabral Costa Oliveira (MTCCO), havia participado daquela configuração dos cinquenta e dois que exerceram mandatos entre 1983 e 1989. Isso comprova que a *reconfiguração da cadeia de líderes seguidores*, iniciada em 01.02.1989, continuou quase 100% renovada em relação à configuração anterior, até o final do terceiro mandato do líder José Antônio Figueredo de Almeida Silva.

Assim, chegado o ano eleitoral de 1992, novamente os líderes dos dois *conjuntos de ação* que vinham se enfrentando, voltaram ao *campo de luta*. Todavia, é importante ressaltar, que entre 1991 e 1997, Carlos Nina se ausentou das disputas políticas pela direção da OAB/MA. De 1991 a 1995, Carlos Nina exerceu o cargo de juiz na comarca de Vitória do Mearim. Em 1995 ele se aposentou como juiz de direito e, entre 1996 e 1997, foi morar em São Paulo, onde cursou um mestrado em direito e uma especialização em direito tributário.

Dessa forma, ao se ausentar por sete anos consecutivos de São Luís e, conseqüentemente, do “espaço político” da OAB/MA, Carlos Nina deixou de interferir diretamente na teia de interdependência da qual ele fazia parte, o que possibilitou um rearranjo de forças dentro dela. Dessa “luta” interna para ver quem seria o próximo *ego* do *conjunto de ação* que disputaria as eleições daquele ano de 1992, venceu o nome de Raimundo Ferreira Marques.

Sobre Raimundo Marques, podemos dizer, resumidamente, que ele foi policial e depois vereador na cidade de Chapadinha entre 1962 e 1965. Em seguida, se tornou advogado e promotor de Justiça. Entre 1980 e 1983 ele foi secretário de segurança pública do estado do Maranhão; e entre 1982 e 1986, procurador de justiça do Estado do Maranhão. Em relação ao IAM, Raimundo Marques integrou aquela configuração que reativou o instituto no início da década de 1980, e dez anos depois, entre 1991 e 1993, tornou-se presidente do IAM (fonte: página do *facebook* acessada em 28.07.2016).

Portanto, podemos dizer que, chegado o ano eleitoral de 1992, Raimundo Marques trazia consigo um conjunto de recursos sociais, conhecidos e reconhecidos entre seus pares, que lhe habilitou liderar a *rede* de alianças da qual Carlos Nina fazia parte até 1990. Contudo, o *conjunto de ação* liderado por Raimundo Marques não conseguiu ganhar a eleição do dia vinte e sete de novembro de 1992.

Após a terceira vitória consecutiva, em primeiro de fevereiro de 1993, na sede da OAB/MA, localizada na rua do Alecrim, nº. 176, São Luís/MA, sob a presidência de José Antônio Figueredo de Almeida Silva, tomaram posse dezoito advogados do *conjunto de ação* vencedor, são eles: como presidente, José Antônio Figueredo de Almeida Silva, como vice presidente, José Brígido da Silva Lages, como primeiro secretário, Raimundo de Castro Menezes Neto, como tesoureiro, Ezequiel Xenofante Júnior, como segundo secretário, Jougla Abreu Bezerra Júnior, e como conselheiros, Adroaldo Souza, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, Josemar Emílio Silva Pinheiro, Kleber Moreira, Luís Fernando Dominici Castelo Branco, Maria Teresa

Cabral Costa Oliveira, Francisco Castro Conceição, Francisco Gomes Feitosa, Jonas de Aguiar Filho, Pedro Emanuel de Oliveira, Rosana Pimenta Figueredo, Walber Viana Santana e Vinícius César de Berredo Martins (fonte: termos de posse do dia 01.02.1993 às 11h e às 11:30h).

Três dias depois, e diferentemente do que aconteceu nos dois mandatos anteriores, talvez como uma reação pela derrota nas urnas, neste terceiro mandato, no dia quatro de fevereiro de 1993, foram empossados quatro conselheiros indicados pelo Instituto dos Advogados Maranhenses, são eles: Fernando José Machado Castro, José Jámenes Ribeiro Calado, Pedro Leonel Pinto de Carvalho e Fernando Antônio Guimarães Macieira (fonte: termo de posse do dia 04.02.1993).

Um mês depois, em quatro de março de 1993, tomou posse José Aparecido Machado, como conselheiro eleito em vinte e sete de novembro de 1992 (fonte: termo de posse do dia 04.03.1993). Em seis de abril de 1993, Maria Elildes Costa Leite Belfort, eleita no dia vinte e dois de março de 1993, tomou posse como conselheira para a vaga de Roque Pires Macatrão (fonte: termo de posse do dia 06.04.1993).

Em vinte de janeiro de 1994, tomaram posse mais quatro conselheiros, são eles: Artemice Pinheiro Fernandes Gomes tomou posse em decorrência da licença do advogado Kleber Moreira; Maria de Fátima Leonora Cavalcanti tomou posse em razão da renúncia de Vinícius César B. Martins; Ivaldo de Oliveira Ricci tomou posse em decorrência da renúncia de Fernando Antônio Guimarães Macieira; e Joacy Quinzeiro, tomou posse em decorrência da renúncia de Adroaldo Souza (fonte: termo de posse do dia 20.01.1994).

Em vinte e cinco de janeiro de 1994, no salão do Tribunal do Júri do Fórum Desembargador José Sarney, Ismael Matos Aguiar tomou posse como conselheiro em razão do licenciamento do advogado Jonas Aguiar Filho (fonte: termo de posse do dia 05.01.1994). Em dezesseis de julho de 1994, Kleber Moreira retornou da licença e tomou posse como conselheiro (fonte: termo de posse do dia 16.07.1994). E por fim, em dezoito de agosto de 1994, tomaram posse dois conselheiros, são eles: José de Ribamar Cardoso Filho em razão da licença da advogada Artemice Pinheiro Fernandes Gomes; e José Cláudio Pavão Santana, em razão da renúncia de Josemar Emílio Silva Pinheiro (fonte: termo de posse do dia 18.08.1994).

Com base nesses nomes, podemos dizer que dos trinta e dois advogados que passaram pelo terceiro mandato do presidente José Antônio Almeida, somente para cinco deles foi a primeira e única participação formal no jogo político, pelo menos até a

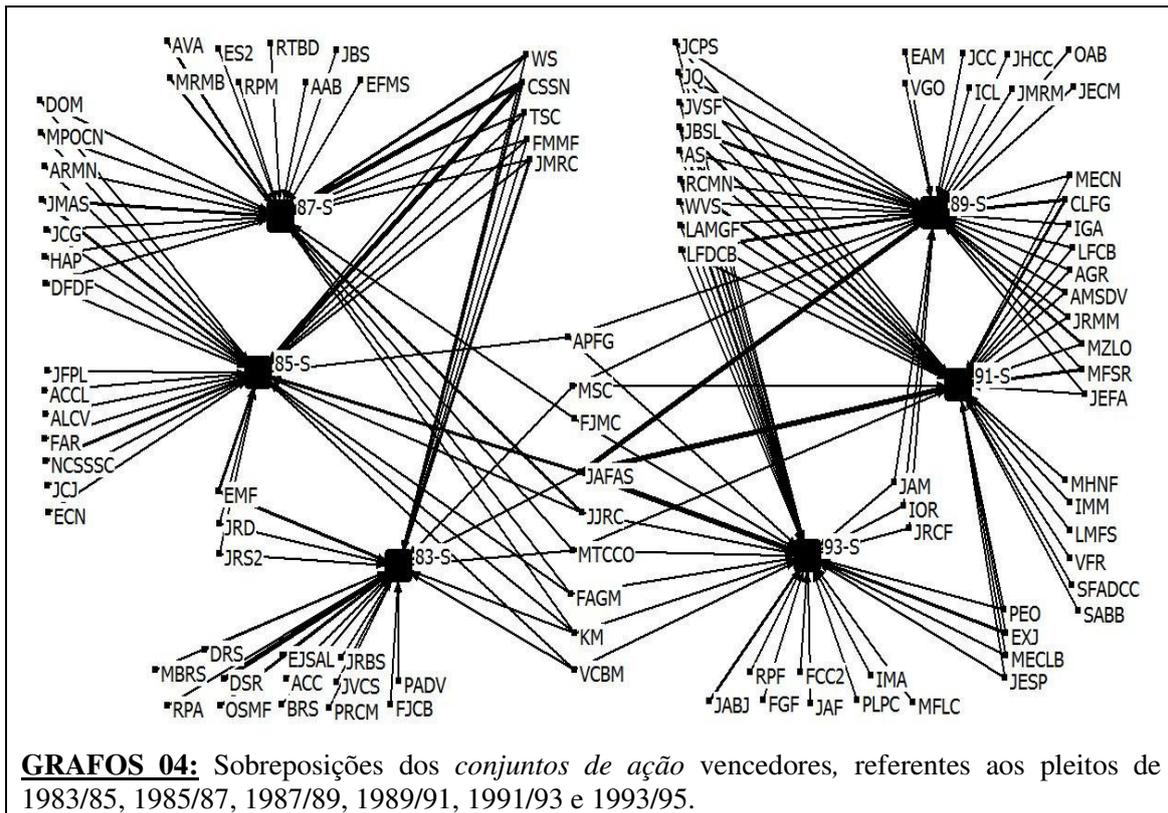
eleição de vinte de novembro de 2015, são eles: Maria de Fátima Leonora Cavalcanti, Rosana Pimenta Figueredo, Pedro Leonel Pinto de Carvalho, Jonas de Aguiar Filho e Ismael Matos de Aguiar.

Desses trinta e dois nomes, quinze fizeram parte do mandato anterior. Ou seja, houve uma reeleição dos mesmos agentes, do segundo mandato para o terceiro, de 46,87%. Comparando este último índice com os 63,63% do primeiro para o segundo mandato, observamos uma queda no percentual de 16,96%. Podemos dizer que essa queda ocorreu por conta do retorno, neste terceiro mandato, dos dirigentes do IAM, haja visto, que além das quatro indicações mencionadas acima, observamos ainda a presença de Kleber Moreira, outro membro fundador do Instituto dos Advogados Maranhenses, na década de 1980. Este é o primeiro momento de retorno, depois de dois consecutivos mandatos do presidente José Antônio Almeida, daqueles *'advogados-membros do IAM'*, talvez com aquele propósito inicial de não permitir que apenas alguns se perpetuem no comando da instituição, conforme estava acontecendo com o atual “presidente-líder” da OAB/MA.

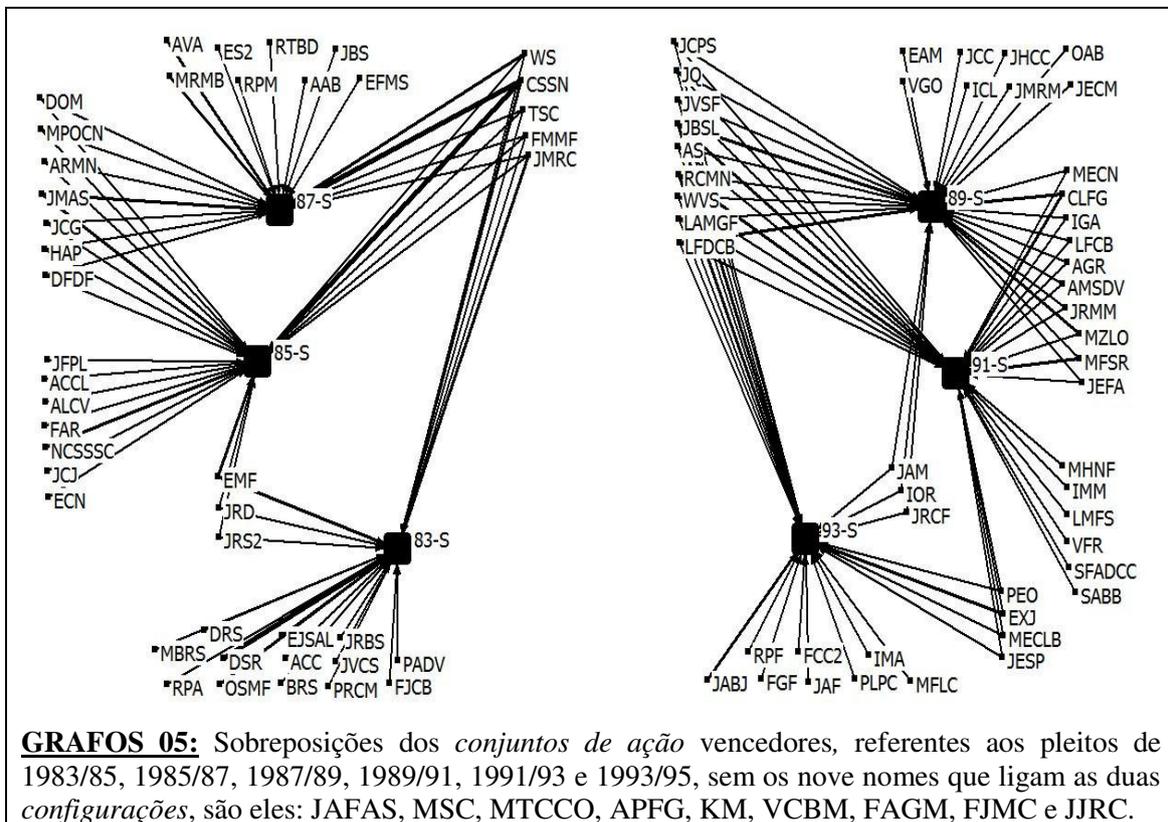
Assim, podemos afirmar com base nessas informações, que aquela *renovação* de quase 100% (*em relação àqueles cinquenta e dois advogados que fizeram parte dos mandatos de 1983/85, 1985/87 e 1987/89*), começou a diminuir para 84,61% no terceiro mandato. Entretanto, podemos dizer que ela ainda permaneceu muita elevada, pois dos cinquenta e sete nomes que fizeram parte nos três mandatos do presidente José Antônio Almeida, observamos que apenas nove advogados fizeram parte da *primeira configuração*, são eles: José Antônio Almeida, Milson de Souza Coutinho, Maria Teresa Cabral Costa Oliveira, Artemice Pinheiro Fernandes Gomes, Kleber Moreira, Vinícius César Berredo Martins, Fernando Antônio Guimarães Macieira, Fernando José Machado Castro e José Jámenes Ribeiro Calado.

Podemos dizer, então, que *sociometricamente*, esses nove advogados são os únicos nomes que ligam a *primeira configuração* formada em 1983/85, 1985/87 e 1987/89, à *reconfiguração atual*, formada em 1989/91, 1991/93 e 1993/95. E desses nove advogados, com exceção de Milson Coutinho, oito participaram do terceiro pleito presidido por José Antônio Almeida. Isso ratifica a *afirmação* de que o retorno dos *dirigentes do IAM*, neste terceiro mandato, foi o fator de maior contribuição para a diminuição do índice de renovação de 100% para 84,61%.

Os *grafos* da próxima página traduzem tudo o que foi comentado até o momento, dando especial destaque aos nove agentes que ligam as *duas configurações*.



Assim, se tiramos esses nove advogados da rede de relações apresentada acima, verificamos a formação de duas distintas teias de interdependência construídas ao longo desses seis mandatos, conforme segue nos grafos abaixo.



Da leitura dos *grafos* apresentados, observamos que em cada *configuração*, formou-se uma *clique* de pessoas *sociometricamente* ligadas. Dessa forma, podemos afirmar que existe aí “una coalición cuyos miembros se asocian regularmente unos con otros sobre la base del afecto y el interés común y, asimismo, tiene un marcado sentido de identidad común” (BOISSEVAIN, 2003, p.151).

Dos cinquenta e dois nomes que participaram da *primeira configuração*, podemos destacar seis advogados como *agentes-políticos-centrais*, dentro da *cadeia-de-líderes-seguidores* que se formou em 1983/85, 1985/87 e 1987/89, são eles: Kleber Moreira (KM), Tácito da Silveira Caldas (TSC), José Moanezer Ribeiro Calado (JMRC), Wady Sauaia (WS), Francisco Marialva Mont’Alverne Frota (FMMF) e Carlos Sebastião Silva Nina (CSSN). Com base nos recursos sociais que José Caldas Gois (JCG) trazia consigo, embora ele não esteja *sociometricamente* integrando esta *clique* dos seis acima citados, não podemos esquecer de acrescentá-lo a esta lista.

Concernente à *segunda configuração*, processualmente construída ao longo dos biênios de 1989/91, 1991/93 e 1993/95, podemos dizer que dos cinquenta e sete advogados que fizeram parte destes três pleitos, apenas nove nomes se reelegeram em todos, são eles: José Claudio Pavão Santana (JCPS), Joacy Quinzeiro (JQ), José Victor Spindola Furtado (JVSF), Adroaldo Souza (AS), Walter Viana Santana (WVS), Luís Augusto de Miranda Guterres Filho (LAMGF), Luiz Fernando Dominicci Castelo Branco (LFDCB); José Brígido da Silva Lages (JBSL); Raimundo de Castro Menezes Neto (RCMN) e José Antônio Figueredo de Almeida Silva (JAFAS), que foi três vezes presidente da instituição.

Podemos afirmar, ainda, que desses nove advogados, apenas três estiveram nas posses dos dias 01.02.1989, 01.02.1991 e 01.02.1993, e completaram até o final todos os três pleitos, são eles: José Brígido da Silva Lages (JBSL), Raimundo de Castro Menezes Neto (RCMN) e José Antônio Figueredo de Almeida e Silva (JAFAS). Os outros seis, em algum mandato, tomaram posse no lugar de outro advogado-conselheiro que saiu de licença ou renunciou. Por exemplo, podemos citar o caso de José Claudio Pavão Santana, que: 1)- no primeiro mandato (1989/91), tomou posse em razão da licença do conselheiro José Maria Ramos Martins; 2)- no segundo (1991/93), também tomou posse em substituição e durante a licença do conselheiro Milson Coutinho; 3)- no terceiro biênio (1993/95), novamente tomou posse em razão da renúncia do conselheiro Josemar Emílio Silva Pinheiro (fonte: termos de posse dos dias 22.02.1990, 20.10.1992 e 18.08.1994).

A partir dessas informações, constatamos que dos cinquenta e sete agentes que participaram da *segunda configuração*, apenas três nomes podem ser destacados como *agentes-políticos-centrais*, são eles. José Brígido da Silva Lages, Raimundo de Castro Menezes Neto e José Antônio Figueredo de Almeida Silva.

Ou seja, esses resultados nos dizem que dos exatos 100 advogados que participaram, em algum momento, dos seis mandatos eletivos entre 01.02.1983 e 01.02.1995, apenas dez foram *sociometricamente* centrais em toda a *rede* de relações; sendo sete da *primeira configuração* (José Caldas Gois, Tácito da Silveira Caldas, José Moanazer Ribeiro Calado, Waldir Sauaia, Francisco Marinalva Mont'Alverne Frota, Carlos Sebastião Silva Nina e Kleber Moreira) e três da *segunda* (José Antônio Almeida, José Brígido das Silva Lages e Raimundo de Castro M. Neto).

Pra finalizar, vale lembrar que em 1994, *primeiro*, Milson de Souza Coutinho conseguiu ser desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, depois de ter sido indicado por três vezes consecutivas na lista sêxtupla da OAB/MA, instituição na qual foi conselheiro por três mandatos; *segundo*, neste mesmo ano de 1994, José Antônio Figueredo de Almeida Silva, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro, candidatou-se pela primeira vez a deputado federal e antes de terminar o ano, “para ingressar nas lides partidárias, renunciou ao final de seu último mandato, passando o cargo ao vice presidente dr. Brígido, que concluiu o biênio” (COUTINHO, 2007, 467).

Portanto, de todo o exposto até o momento, podemos concluir dizendo que o processo de seleção dos dirigentes políticos da OAB/MA, entre os anos de 1983 e 1995, está fundado: 1)- no auxílio mútuo baseado na reciprocidade; 2)- num favoritismo graduado no tratamento de acordo com os diferentes parceiros e não-parceiros; 3)- no “cultivo” da troca de favores nas relações, haja visto a fragilidade das alianças; 4)- em teias de interdependência humana entre pessoas; 5)- num modelo que baseia-se num líder com seu conjunto aleatório de seguidores, alguns dos quais estão ao líder por laços primários, outros não; 6)- num sistema centrado mais no líder que no grupo, sendo que às vezes o líder cria seu grupo; 7)- nos laços que ligam os agentes, que podem ser horizontais, verticais e diádicos, quase como um clientelismo entre o líder e cada um de seus seguidores; 8)- em interesses mais particulares que categoriais; 9)- por fim, está fundado num sistema dinâmico e instável.

CAPÍTULO 5: ALIANÇA ENTRE LÍDERES-OPOSITORES E A ENTRADA DE NOVOS-JOGADORES (01.02.1995-31.12.2003)

Importante lembrar que em 1994 ocorreram tanto eleições da política partidária, como da política de Ordem. Conforme ressaltamos acima, em 1994 José Antônio Almeida renunciou meses antes do final do seu terceiro mandato bienal como presidente, para disputar uma vaga de deputado federal pelo PSB. Contudo, antes de deixar o jogo político da OAB/MA, Antônio Almeida realizou uma aliança com Raimundo Ferreira Marques.

Vale destacar que com a ausência de Carlos Nina³, o presidente do IAM, Raimundo Marques, ocupou a posição de liderança dentro daquela *rede* de alianças que Nina, até 1990, ocupava. Sobre este momento histórico, assim manifestou-se Luís Augusto de Miranda Guterres Filho:

[...] em 1994 Raimundo Marques se aliou a Jose Antônio Almeida, eu era, digamos assim, a cota de Jose Antônio na *chapa*, essa *chapa* foi híbrida, partidários das duas *chapas* que se conflitaram, nessa se uniram [...] eles disseram: *-vamos fazer uma composição, tu bota quinze teu, que eu boto quinze meu*. Na época era trinta, um exemplo, é por isso que estou aí, entrei na cota de José Antônio [...] Jose Antônio não participou da *chapa* [...] estava disputando deputado federal [...] mas nos bastidores indicou os correligionários dele [...] (fonte: entrevista realizada com Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, em São Luís/MA, no dia 16/09/2015)

Portanto, conforme se constata no depoimento *supra*, podemos dizer que a aliança entre José Antônio Almeida e Raimundo Marques, rearranjou novamente a *cadeia-de-líderes-seguidores* dentro da instituição. Passaram a atuar, juntos, duas configurações totalmente distintas, que até então haviam sido concorrentes em três eleições seguidas (1988, 1990, 1992).

Desse rearranjo de forças, tomou posse em primeiro de fevereiro de 1995, sob a presidência de José Brígido da Silva Lages, às oito horas, na sede da OAB, situada na rua do Alecrim, nº. 176, nesta capital, trinta e seis advogados integrantes do *conjunto-de-ação-híbrido*, que se formou após a *aliança-entre-os-líderes-opositores*, são eles: como presidente, Raimundo Ferreira Marques, como vice presidente, José Caldas Gois, e como conselheiros,⁴ Maria Teresa Cabral Costa Oliveira, Cristina Thadeu Teixeira de Sales, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Carlos Roberto Feitosa Costa, Carlos

³ Vale lembrar que Carlos Nina foi juiz de direito na comarca de Vitória do Mearim entre 1991 e 1995. Em 1995 ele se aposentou como magistrado e se mudou para São Paulo, ficando lá por dois anos.

⁴ Importante ressaltar que da leitura dos termos de posse e compromisso desse primeiro mandato trienal de Raimundo Marques, não conseguimos identificar os membros da diretoria, somente o presidente e o vice, daí indicarmos todos os outros como conselheiros.

Santana Lopes, Cipriano da Paz Pires, Clineu César Coelho, Elmano Santos Bastos, Francisco Castro Conceição, Francisco Gomes Feitosa, Joaquim Jorge Faray de Oliveira, José Brígido da Silva Lages, José Brito de Sousa, José de Alencar Macedo Alves, José Olívio de Sá Cardoso Rosa, José de Ribamar Botão França, Kleber Moreira, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, Maria Francisca Sampaio Rodrigues, Roque Pires Macatrão, João da Silva Maciel, Oton Leite Fernandes, Ítalo Bendito Guimarães Torreão, Cleto Leite Gomes, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Argentino Pereira da Silva, Cândido José Martins de Oliveira, Eneas Pereira Pinho, Joacy Quinzeiro, Marco Antônio Silva Costa, Rosângela de Fátima Araújo Goulart, Sérgio Victor Temer, Carlos Augusto Macedo Couto e Edemir Martins de Oliveira (fonte: termo de posse do dia 01.02.1995).

No dia seguinte, às dezoito horas, tomaram posse como conselheiros: Vinícius César de Berredo Martins e Oscar Gundim (fonte: termo de posse do dia 02.02.1995). Doze dias depois, tomou posse Luiz Fernando Dominicci Castelo Branco, e em dezesseis de abril de 1995, Fernando José Machado Castro (fonte: termos de posse dos dias 14.02.1995 e 16.04.1995). Durante todo o ano de 1995, somente esses quarenta agentes *supra citados*, haviam participado do mandato.

Passado mais de um ano após a posse do quadragésimo advogado, em dezenove de setembro de 1996, foram empossados mais seis conselheiros suplentes, são eles: Pedro Emanuel de Oliveira, José Silva do Vale Filho, Vandira Freitas Silveira, José Milton Oliveira de Miranda, Nivaldo Costa Guimarães e Arnaldo de Assis Bastos (fonte: termo de posse do dia 19.09.1996). Em primeiro de outubro de 1996, foi empossado Antônio Maria Nunes Pereira, como o sétimo conselheiro suplente (fonte: termo de posse do dia 01.10.1996).

Para completar as quarenta e nove vagas abertas neste primeiro mandato trienal,⁵ tomaram posse em catorze de dezembro de 1996 e em seis de fevereiro de 1997, respectivamente, os últimos dois conselheiros suplentes, são eles: João Batista Dias e Flávio Alberto Correia (fonte: termos de posse dos dias 14.12.1996 e 06.02.1997).

Talvez por causa do início da vigência do *novo estatuto da advocacia* de 1994 (*Lei nº. 8.906/94*) e/ou da *aliança política* que aconteceu entre os *líderes-opositores* Raimundo Marques e José Antônio, observamos que, precisamente, neste mandato, houve um *aumento exponencial* das vagas dentro da OAB/MA, tanto para membros de

⁵ A partir desse pleito que os mandatos passam a ser de três anos.

comissões, como para cargos eletivos. Para ocupar essas muitas vagas que foram abertas, além dos integrantes das duas *configurações-antiores*, verificamos, também, a entrada de *novos-jogadores* no “espaço político” da OAB/MA.

A prova do aumento vertiginoso das vagas e da chegada de *novos-agentes* no jogo político da Ordem, são os termos de posse e compromisso das sessões solenes dos dias 18.03.1995, 16.04.1995, 31.05.1995 e 25.07.1995.

Nestas sessões, foram empossados quarenta e cinco outros agentes, divididos entre as Comissões dos Direitos Humanos, do Exame de Ordem e do Tribunal de Ética e Disciplina. Dentre eles, estavam, por exemplo: 1)- José Jámenes Ribeiro Calado, Francisco Mont’Alverne Frota, Doroteu Soares Ribeiro, Pedro Leonel Pinto de Oliveira, etc., que fizeram parte da *primeira configuração*; 2)- Mário de Andrade Macieira⁶, Paulo Sérgio Velten Pereira⁷, Pedro Américo Dias Vieira, Gerson de Oliveira Costa Filho⁸, etc., que representam a entrada destes *novos* agentes, e que mais tarde se destacarão no jogo político da instituição; 3)- e por fim, José Claudio Pavão Santana e Adroaldo Souza, etc., que fizeram parte da *segunda configuração*.

Podemos dizer, então, que ao longo deste *primeiro mandato trienal*, é também o momento em que o “espaço político” da OAB/MA, começou novamente a se reconfigurar e a se definir outra *cadeia-de-líderes-seguidores* (LANDÉ, 1977), uma vez que coexistiam três configurações diferentes interagindo ao longo da gestão de 1995/97, são eles: 1)- aqueles agentes que participaram da *primeira configuração*; 2)- aqueles agentes que participaram da *segunda configuração*; 3)- e, por fim, aqueles que pela primeira vez estavam exercendo um cargo eletivo dentro da instituição.

Com base nessa classificação, dos quarenta e nove nomes que exerceram formalmente algum cargo eletivo entre 01.02.1995 e 31.12.1997, verificamos o seguinte: 1)- oito participaram da *primeira configuração*, são eles: José Caldas Gois (JCG), Arnaldo de Assis Bastos (AAB), Roque Pires Macatrão (RPM), José Brito de Souza (JBS), Fernando José Machado Castro (FJMC), Maria Teresa Cabral Costa Oliveira (MTCCO), Vinícius César de Berredo Martins (VCBM) e Kleber Moreira (KM); 2)- oito participaram da *segunda configuração*, são eles: Maria Francisca Sampaio Rodrigues (MFSR), Francisco Gomes Feitosa (FGF), Joacy Quinzeiro (JQ),

⁶ Futuro presidente da OAB/MA por dois mandatos.

⁷ Futuro desembargador do TJ/MA, pelo quinto constitucional.

⁸ Futuro desembargador do TRT/MA, pelo quinto constitucional.

Francisco Castro Conceição (FCC2), Luís Fernando Dominicci Castelo Branco (LFDCB), Pedro Emanuel de Oliveira (PEO), Luís Augusto de Miranda Guterres Filho (LAMGF) e José Brígido da Silva Lages (JBSL); 3)- e, por fim, todos os outros trinta e três estavam exercendo pela primeira vez um mandato na instituição, o que corresponde a um índice de 67,34% das quarenta e nove vagas. Observamos, portanto, que dos exatos 100 advogados que participaram das duas anteriores *configurações*, apenas dezesseis retornaram no primeiro mandato do presidente Raimundo Marques, sendo 08 da *primeira* e 08 da *segunda*. Desses dezesseis advogados, onze deles estavam no mandato anterior. Isto equivale a um índice de 34,37%, em relação aos trinta e dois agentes que participaram do terceiro pleito do presidente José Antônio Almeida e de 32,65%, das quarenta e nove vagas disponíveis neste primeiro mandato trienal.

Dos trinta e três agentes que chegaram pela primeira vez a um cargo eletivo neste mandato de 1995/97, para doze deles também foi a última vez que formalmente participaram do jogo político, pelo menos até a eleição de 20.11.2015, são eles: Clineu César Coelho, Cleto Leite Gomes, Elmano Santos Bastos, Eneas Pereira Pinho, Edomir Martins de Oliveira, Flávio Alberto Correia, Ítalo Bendito Guimarães Torreão, José de Alencar Macedo Alves, José Milton Oliveira Miranda, Joaquim Jorge Faray de Oliveira, José de Ribamar Botão França e Vandira Freitas Silveira.

Os outros vinte e um advogados, nas próximas sete eleições, formalmente retornaram pelo menos mais duas vezes ao jogo político da entidade. Sobre esses vinte e um nomes, fazendo uma análise *sociométrica* para frente, constatamos o seguinte: 1)- na *eleição* de 1997, quinze se reelegeram para o mandato seguinte, são eles: RFM, AMNP, AFASL, AALG, CTTS, CSL, CAMC, CRFC, CJMO, JSVF, JBD, JSM, NCG, OLF, SVT; 2)- na *eleição* de 2000, treze participaram do mandato em 2001/03, são eles: RFM, AMNP, AFASL, AALG, APS, CTTS, CAMC, CRFC, JBD, JOSCR, JSVF, OLF, e SVT; 3)- na *eleição* de 2003, oito estavam no mandato de 2004/06, são eles: RFM, AFASL, AALG, APS, CAMC, CRFC, JBD e JOSCR; 4)- na *eleição* de 2006, oito estavam no mandato em 2007/09, são eles: RFM, AFASL, AALG, CAMC, CRFC, JBD, JOSCR e RFAG; 5)- na *eleição* de 2009, quatro participaram do mandato em 2010/12, são eles: RFM, CAMC, JBD, JOSCR; 6)- na *eleição* de 2012, dois participaram do mandato em 2013/15, são eles: RFM e CAMC; 7)- por último, na eleição de 2015, somente CAMC integrou formalmente a chapa perdedora e nenhum dos 21 nomes integrou, formalmente, a chapa vencedora.

Da análise das informações acima, dos vinte e um *novos-dirigentes* que entraram no jogo entre 01.02.1995 e 31.12.1997, observamos: 1)- que Raimundo Ferreira Marques (RFM) e Carlos Augusto Macedo Couto (CAMC), foram os únicos reeleitos ao longo dos seis mandatos posteriores; 2)- que na *eleição* de 2015, apenas Carlos Augusto Macedo Couto, integrou, formalmente, a chapa perdedora e que nenhum dos vinte e um nomes integrou a chapa vencedora.

Sobre os dezesseis nomes que exerceram cargos eletivos nas duas anteriores *configurações* e que retornaram para compor a *chapa mista* do primeiro mandato do presidente Raimundo Marques, observamos o seguinte: 1)- sete estavam no mandato seguinte (1998/00), sendo três pertencentes à *primeira configuração* (JCG, KM e AAB), e quatro da *segunda* (PEO, JQ, FCC2 e FGF); 2)- oito estavam no mandato de 2001/03, sendo seis pertencentes à *primeira configuração* (MTCCO, FJMC, JCG, JBS, RPM e KM), e dois da *segunda* (FCC2 e FGF); 3)- sete estavam no mandato de 2004/06, sendo quatro pertencentes à *primeira configuração* (JCG, JBS, KM e AAB), e três da *segunda* (FCC2, FGF e LAMGF); 4)- cinco estavam no mandato de 2007/09, sendo quatro pertencentes à *primeira configuração* (JCG, JBS, KM e AAB), e apenas um da *segunda* (FGF); 5)- apenas Kleber Moreira esteve nos mandatos de 2010/12 e 2013/15; 6)- e por fim, somente Luís Augusto de Miranda Guterres Filho (LAMGF), integrou o *conjunto de ação-vencedor*, na eleição do dia 20.11.2015.

Com base nesses resultados, podemos dizer, também, que os agentes da *primeira configuração*, ou seja, os *dirigentes do IAM*,⁹ conseguiram se sobressair e liderar esta *nova-cadeia-de-líderes-seguidores*, que se formou a partir de 1994. Contudo, alguns daqueles que pertenciam à *segunda configuração*, como, por exemplo, Francisco Gomes Feitosa (FGF), conseguiu se reeleger repetidas vezes até o segundo mandato de José Caldas Gois em 2007/09 e, portanto, fazer parte desta reconfiguração por quatro mandatos seguidos. Foi somente a partir daí, nos dois mandatos do presidente Macieira (2010/12 e 2013/15), que apenas Kleber Moreira se reelegeu.

Ou seja, dos quarenta e nove agentes que passaram por este mandato de 1995/98, somente Raimundo Ferreira Marques, Kleber Moreira e Carlos Augusto Macedo Couto, conseguiram retornar em todos os sete pleitos compreendidos entre 01.02.1995 e 31.12.2015. Logo, podemos afirmar que entre esses três advogados, existe uma união de interesses que *sociometricamente* formam uma *clique*, ou melhor, formam uma *coalizão*

⁹ Vale lembrar que é a partir de 1994 que o IAM deixou de fazer indicações dentro da OAB/MA. Desde então, as vagas eletivas são preenchidas unicamente mediante eleições, conforme o estatuto da OAB.

onde estão associados na base do afeto e do interesse comum, formando uma identidade comum (BOISSEVAIN, 2003).

Isto significa dizer, também, que o advogado Raimundo Ferreira Marques, depois da aliança que fez com Antônio Almeida e pelos cargos que assumiu na OAB/MA a partir de então, como presidente e como conselheiro federal, foi um dos principais líderes dos *conjuntos de ação* que venceram as próximas seis disputas eletivas (1997, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012), totalizando vinte e um anos exercendo cargo eletivo na instituição. Outra constatação importante foi a continuidade da influência política dos dirigentes do IAM dentro da entidade. Ou seja, depois do “rearranjo de forças” que aconteceu em 1994, os dirigentes do IAM retornaram ao comando da OAB/MA, só que agora, a *cadeia-de-alianças-diádicas* (LANDÉ, 1977), estava sob a “liderança” direta de Raimundo Marques, e não mais de Carlos Nina.

Sobre Raimundo Marques, podemos dizer, resumidamente, que ao longo desses vinte e um anos, ao mesmo tempo em que atuava neste específico *domínio* da vida social, ele também ocupou outros reconhecidos postos de comando dentro e fora do Estado, por exemplo:

1)- em dezembro de 2003, Raimundo Marques foi membro fundador da Academia Maçônica Maranhense de Letras – AMML; 2)- em 2005, foi Procurador Geral do Estado do Maranhão e membro fundador do Instituto Histórico da Maçonaria Maranhense – IHMM; 3)- em 2006, pela segunda vez, foi secretário de segurança pública do Estado do Maranhão; 4)- e no final de 2013, elegeu-se presidente da Academia Maranhense de Letras Jurídicas – AMLJ (fonte: página do facebook na internet, acessada em 20.10.2015).

Esses recursos adquiridos ao longo de sua trajetória mostram que Raimundo Marques atuou, simultaneamente, em reconhecidos *domínios* do “espaço multidimensional” da vida social, o que, com certeza, o ajudou manter a liderança dentro da OAB/MA, ao longo de todos esses vinte e um anos.

Todavia, chegado o ano eleitoral de 1997, aquela teia de interdependência construída mediante a aliança outrora feita entre José Antônio Almeida e Raimundo Marques, não suportou e possibilitou que acontecessem novas clivagens. Ou melhor, o fluxo de tensões existente entre as três distintas configurações que estavam coexistindo no mesmo mandato, não resistiu e rompeu.

Na disputa eletiva daquele ano, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, que estava no exercício do seu quarto mandato consecutivo, juntamente com a conselheira Rosângela de Fátima Araújo Goulart, saíram daquela configuração, cujo líder era Raimundo Marques, se aliaram a Antônio Nicolau Júnior, Carlos Levy Ferreira Gomes,

Maria de Fátima Souza Buhatem, José de Ribamar Cardoso Filho, Raimundo de Castro Menezes Neto, Itamar Correia Lima, Ítalo Gomes de Azevedo, Ezequiel Xenofante Júnior, Adroaldo Souza, Jouglas Abreu Bezerra Júnior, José de Ribamar Bastos da Silva, dentre outros, e formaram a chapa de “oposição” denominada Domingos Vieira Filho, que tinha como *ego*, o próprio Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, e como principal apoiador, José Antônio Figueredo de Almeida Silva, que retornou ao jogo político da OAB/MA lançando-se candidato ao conselho federal por este *conjunto-de-ação-opositor*.

Sobre Luís Augusto de Miranda Guterres Filho (fonte: entrevista realizada com Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, em São Luís/MA, no dia 16/09/2015), podemos dizer que sua “família” é bastante numerosa e que seus avós investiram muito na educação dos filhos. Por exemplo, seu pai foi advogado e o filho mais velho entre onze irmãos e irmãs. Sua mãe, coincidentemente, também foi a filha mais velha entre onze irmãos e irmãs. Importante ressaltar que todos os irmãos e irmãs de sua mãe, graduaram-se em algum curso superior. Ou seja, podemos dizer que a própria “família” de Luís Augusto de Miranda Guterres, forma uma *rede* de relações bastante extensa, sem falar que mais da metade dos seus vinte e um tios e tias trazem consigo um título universitário, o que lhe possibilitou ter acesso a diferentes “ambientes” da vida social.

Seus avós são originários de São Luís, tanto da parte paterna quanto materna. Seu avô paterno foi oficial dentista da Polícia Militar e morava próximo à Igreja Santo Antônio no centro da cidade, e seu avô materno, foi fiscal de renda do Estado e também morava nas mesmas mediações. *Talvez seja por isso que meus pais se conheceram, moravam próximo à igreja de Santo Antônio [...] Toda a minha família é originária daqui de São Luís, não tenho raízes no interior.* Nascido em 10.03.1954, durante a infância Guterres morou com seus pais na rua São João, casa nº. 420, no centro de São Luís. cursou o primário na escola Modelo Benedito Leite que ficava próximo da sua residência, depois foi estudar no Colégio Marista, onde permaneceu até o terceiro ano científico. Portanto, podemos dizer que a “família” de Guterres lhe proporcionou tempo livre, para que ele se dedicasse exclusivamente aos estudos e frequentassem escolas e ambientes onde os filhos das “elites” maranhenses estudavam.

Segundo Guterres:

[...] na época do Marista, como eu falei que meu pai teve uma ascensão social rápida, que eu sair da escola pública para particular, na particular eles criaram um tipo de

estudo de dois turnos, que era novidade aqui, você ia pro colégio de manhã e voltava a tarde para fazer os deveres, obviamente você pagava em dobro, a mensalidade pra uns era 100 pra outros era 200, eu fiz parte dessa de dois turnos, e que eu acho que rendeu frutos porque grande parte deles foram todos muito bem sucedidos hoje em dia [...] *todos formados*, empresários do ramo de comunicações, empresários do ramo automobilístico [...] A ascensão do meu pai se deu quando ele se formou e começou a advogar [...] ele era advogado só privado, na época tinha pouca concorrência eram raríssimos os advogados [...] ele se formou em 1958 [...] a rotina de dois turnos no Marista durou até os 16 anos. Depois acabaram com esses dois turnos [...] porque não tinha alunos [...] (fonte: entrevista realizada com Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, em São Luís/MA, no dia 16/09/2015).

Em 1972, no ano de formatura de Carlos Nina e Milson Coutinho, Guterres entrou para o curso de direito da Universidade Federal do Maranhão e começou trabalhar no escritório de advocacia do seu pai. Vale lembrar que em 1973, José Antônio Almeida também entrou para o curso de direito na UFMA, ou seja, isto significa dizer que, provavelmente, Guterres e Antônio Almeida foram colegas de faculdade antes mesmo de convergirem para o *domínio* da OAB/MA. Ato contínuo, aos vinte e dois anos de idade, Guterres graduou-se bacharel em direito e, desde então, exerceu a advocacia. *Só trabalhei como advogado. Uma única ocasião no governo Cafeteira, eu acho que foi em 86, [...] eu fui secretário de justiça por um ano [...] foi a única ocasião que eu fiquei fora do escritório.* Ou seja, com base nessas informações, podemos dizer que a *rede* de relações que Guterres estava inserido, era bastante próxima da esfera estatal e composta pelos “bem sucedidos” empresários da capital. Guterres especializou-se em Direito Civil e Processo Civil pela Fundação Getúlio Vargas e em quarenta anos de advocacia, teve apenas três endereços profissionais. O atual e mais duradouro deles, já com vinte e três anos de permanência, está sediado dentro de um *shopping center*, no ed. Monumental, salas 125/127B, Renascença II.

Quanto à atuação política na OAB/MA, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho integrou aquela segunda configuração construída ao longo dos três mandatos do presidente José Antônio Almeida, sendo um dos seus principais apoiadores-seguidores ao longo desses anos. Em 1994, Guterres foi uma das indicações de José Antônio Almeida na aliança que aconteceu entre os líderes-opositores. Assim, chegado o ano de 1997, no exercício do seu quarto mandato como conselheiro estadual e tendo em vista a *reconfiguração-da-cadeia-de-líderes-seguidores* pelo qual aquele primeiro mandato trienal estava passando, Guterres, apoiado por José Antônio Almeida, trazia consigo um conjunto de recursos conhecidos e reconhecidos entre seus pares, que lhe proporcionou liderar o *conjunto de ação-opositor*.

No entanto, a união dessas forças não foi suficiente para impedir que a *rede* de alianças liderada por Raimundo Marques saísse vencedora. Daí, após a vitória eletiva em novembro de 1997, no dia primeiro de janeiro de 1998,¹⁰ às onze horas, na *nova* sede da OAB, construída ao longo do primeiro mandato trienal, situada na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, no bairro do Calhau, tomaram posse trinta membros do *conjunto de ação-vencedor*, são eles: como presidente, Raimundo Ferreira Marques, como vice presidente, José Caldas Gois, e como conselheiros,¹¹ Vandir Bernadino Bezerra Fialho, João Batista Dias, Carlos Santana Lopes, Francisco José Ramos da Silva, Joacy Quinzeiro, Francisco Castro Conceição, Cândido José Martins de Oliveira, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Pedro Emanuel de Oliveira, Gerson Silva Nascimento, Oton Leite Fernandes, João da Silva Manoel, Cipriano da Paz Pires, João Batista Ericeira, Cristina Thadeu Teixeira de Sales, Benedito Luís de Azevedo Maia, Antônio Maia Nunes Pereira, Arnaldo de Assis Bastos, Carlos Roberto Feitosa Costa, Lívia Maria Pereira Gomes, José Ribamar Ramos Reis, Nivaldo Costa Guimarães, Adalberto Flávio de Araújo da Silveira Leite, José Clebis dos Santos, Sérgio Victor Tamer, Francisco Gomes Feitosa, Carlos Augusto Macedo Couto e José Silva do Vale Filho (fonte: termo de posse do dia 01.01.1998 às 11h). Em cinco de fevereiro de 1998, Kleber Moreira tomou posse como conselheiro (fonte: termo de posse do dia 05.02.1998). Para completar os trinta e cinco agentes que exerceram mandatos eletivos nesse período, tomaram posse, respectivamente, em cinco de fevereiro de 1998, em vinte e seis de fevereiro de 1998 e em cinco de abril de 1998, quatro conselheiros suplentes, são eles: Júlio Vinícius Guerra Nagem, Ítalo Guimarães T., Gerson Oliveira Costa Filho e Murilo Leonardo Castro Alvares de Oliveira (fonte: termos de posse dos dias 05.02.1998, 26.02.1998 e 05.04.1998).

Importante ressaltar que 1998 foi o ano que Carlos Sebastião Silva Nina retornou ao “espaço político” da OAB/MA, assumindo a presidência da comissão de estudos constitucionais da entidade (fonte: termo de posse do dia 07.08.1998). Também foram membros ou presidentes de comissões, Paulo Sérgio Velten, Mario de Andrade Macieira, José Guilherme Carvalho Zagallo¹² e José Caldas Gois Júnior¹³ (fonte: termos de posse dos dias 14.04.1999, 07.06.1999, 08.07.1999 e 24.05.2000).

¹⁰ É neste pleito que as chapas começam a tomar posse em 01/01 e entregar o mandato em 31/12.

¹¹ Aqui também, conforme aconteceu no mandato anterior, não conseguimos identificar os membros da diretoria, somente o presidente e o vice, daí indicarmos todos os outros como conselheiros.

¹² Sócio de Mário de Andrade Macieira no escritório de advocacia.

¹³ Filho do vice presidente José Caldas Gois.

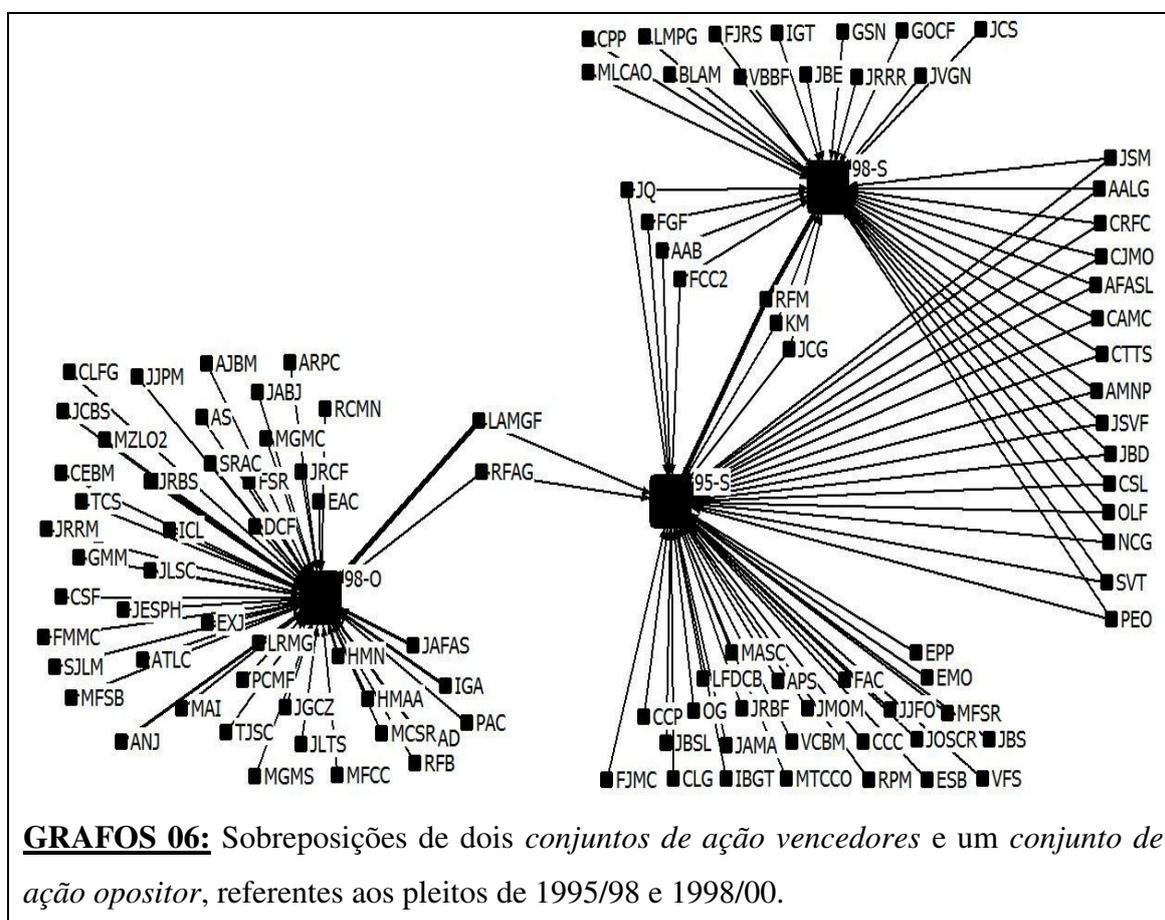
Pelo exposto, observamos que dos 49 nomes que fizeram parte do mandato de 1995/97 (95-S), apenas 02 advogados (LAMGF e RFAG) saíram para compor a chapa de “oposição” Domingos Vieira Filho (98-O) e 22 reelegeram-se em 1998/00 (98-S). Isto equivale a 62,85% dos 35 advogados que exerceram cargos eletivos neste segundo triênio do presidente Raimundo Ferreira Marques.

Dito de outra maneira, podemos dizer que mais da metade da *cadeia-de-seguidores* retornou, o que comprova a liderança de Raimundo Marques dentro da teia de interdependência que estava se reconfigurando (ELIAS, 1999).

Desses 22 dirigentes, 15 advogados são daquela configuração de 21 agentes que nunca haviam participado formalmente do jogo político, que chegaram em 1995, e 07 advogados são pertencentes daquelas duas anteriores configurações, formadas entre 1983 e 1995, sendo 03 da *primeira* (1983-1989) e 04 da *segunda* (1989-1995).

Dito com outras palavras, esses números demonstram que houve uma maior presença daqueles *novos-jogadores* que entraram no jogo político institucional em 1995, em detrimento daqueles que integraram as duas primeiras configurações.

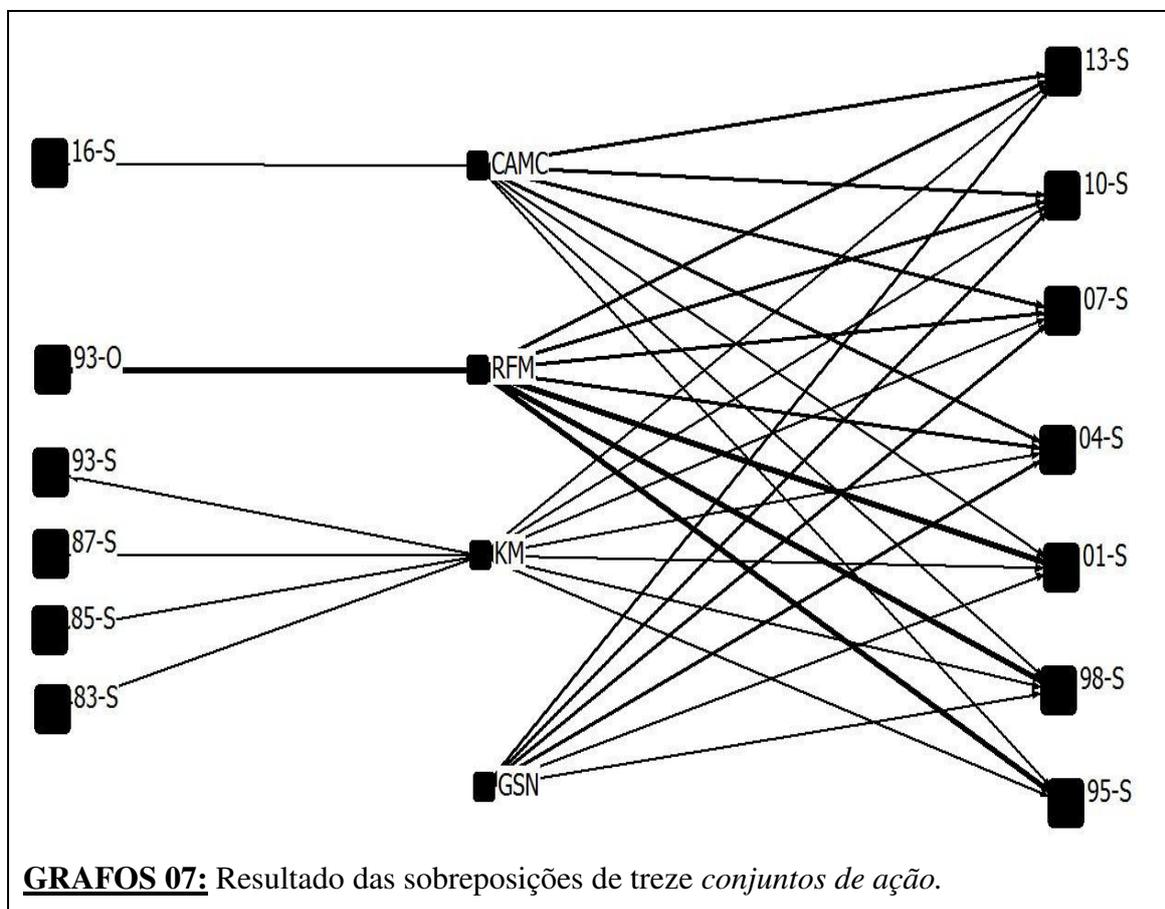
Os grafos abaixo traduzem o que foi descrito acima:



Contudo, importante salientar, conforme já foi *sociometricamente* demonstrado, que a influência política desses poucos que restaram da primeira configuração, permaneceu bastante elevada dentro da OAB/MA, durante os próximos cinco pleitos.

Ato contínuo, para os que chegaram pela primeira vez neste mandato de 1998/00, verificamos: 1)- que para sete deles, essa também foi a última vez que formalmente disputaram cargos eletivos, pelo menos até a eleição de 20.11.2015, são eles: IGT, JCS, JVG, MLCAO, JRRR, BLAM e LMPG; 2)- cinco retornaram no pleito seguinte de 2001/03, são eles: GOCF, GSN, VBBF, CPP e JBE; 3)- dois retornaram em 2004/06 e 2007/09, são eles: GSN e VBBF; 4)- e por fim, somente GSN retornou nos mandatos de 2010/12 e 2013/15. Com base nesses resultados, constatamos que Gerson Silva Nascimento (GSN) se reelegeu seis vezes consecutivas. Portanto, podemos afirmar que de todos os advogados que exerceram mandatos eletivos entre 01.02.1995 e 31.12.2000, apenas Raimundo Marques, Carlos Couto, Kleber Moreira e Gerson Nascimento, se reelegeram nas cinco próximas disputas eletivas que aconteceram até 2015. Dessa forma, podemos acrescentar o nome de Gerson Silva Nascimento à *clique* composta pelos outros três.

Os grafos abaixo traduzem o que foi afirmado acima, conforme segue:



Chegado o ano 2000, agora com o retorno e apoio de Carlos Nina (*candidato à conselheiro federal*), a *rede* de alianças que se configurou nesses dois primeiros pleitos trienais lançou pela terceira vez consecutiva, Raimundo Marques como candidato a presidente e José Caldas Gois, candidato à vice presidente.

Esta *configuração*, desta vez enfrentou como “oposição”, a aliança dos dois novos-líderes que começaram a se destacar no jogo político da entidade, são eles: 1)- Luís Augusto de Miranda Guterres que foi o líder da “oposição” na eleição de 1997; 2)- e agora, Mário de Andrade Macieira, que saiu daquela teia de interdependência liderada por Raimundo Marques, para criar o seu próprio *conjunto de ação*. Vale lembrar que um dos princípios do modelo *diádico-de-líderes-seguidores*, é ser um sistema centrado mais no líder que no grupo, sendo que às vezes o líder cria seu grupo (LANDÉ, 1977).

Sobre esta nova-liderança que entrou no jogo, podemos dizer que Mário de Andrade Macieira é herdeiro de uma “família” de políticos que está ligada a uma “rede de relações” bastante próxima dos três poderes do Estado, nos três níveis, municipal, estadual e nacional. Ele carrega consigo, um conhecido e reconhecido “capital familiar” incorporado no seu sobrenome. Por exemplo, seu avô paterno, Carlos Macieira, foi prefeito de São Luís e um médico bastante influente na cidade. Vale lembrar, que o hospital Carlos Macieira, localizado em São Luís/MA, recebeu esse nome em homenagem a ele. Do casamento de Carlos Macieira com *dona* Vera, nasceu Roberto de Pádua Macieira, pai de Mário e irmão caçula da ex-primeira-dama, Marly Sarney, esposa do ex-presidente da República, José Sarney. Mário de Andrade Macieira é, portanto, primo de Roseana Sarney, que foi governadora do Estado do Maranhão por quatro mandatos.

O pai de Mário graduou-se em economia, foi presidente do Banco do Estado do Maranhão, secretário da Indústria e Comércio no governo João Castelo (1979/80), prefeito de São Luís (1980/83), e novamente, secretário da Indústria e Comércio nos governos Luiz Rocha (1983/87), e Eptácio Cafeteira (1987/90). Sua mãe, Simone Lucília Andrade Macieira, é filha adotiva da médica e militante comunista Maria José Carmo Aragão, foi bibliotecária, vereadora de São Luís e superintendente do SEBRAE/MA. Dessa união entre Roberto Macieira (*cunhado de José Sarney*), com Simone Macieira (*filha adotiva de uma líder comunista*), nasceram três filhos, são eles, pela ordem de nascimento: o médico Carlos Macieira, o advogado Mário Macieira e a jornalista e advogada Karina Macieira.

Pelo exposto, podemos dizer que Mário de Andrade Macieira é herdeiro de uma “família” de políticos que lhe proporcionou tempo livre para que ele se dedicasse aos estudos e, principalmente, à “política”. Na adolescência Mário estudou no colégio Marista e lá participou das disputas pelo grêmio estudantil da escola, ao lado do atual governador do Maranhão, Flávio Dino, que foi seu colega de turma. Desde então, Mário Macieira e Flávio Dino se tornaram “grandes” amigos ao longo da vida. Também foi nestas disputas estudantis do colégio Marista, que Mário conheceu Valéria Lauande, sua futura aliada no jogo político da OAB/MA.

Podemos dizer que com o passar dos anos, a amizade entre Mário, Flávio e Valéria, transformou-se em numa *clique* ou *identidade comum*, isto é, significa dizer que a relação entre eles está embasada no afeto e no interesse mútuo (BOISSEVAIN, 2003). Por exemplo, em 2015, Valéria completou 12 anos de sociedade com o irmão de Flávio Dino num escritório de advocacia, assim como, era a indicação de Mário Macieira para assumir a presidência da OAB/MA naquele ano eletivo.

Ato contínuo, quando ingressou na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Mário continuou participando do jogo político estudantil. Neste período, integrou uma *rede* de alianças que mais tarde se transformou em sua própria *cadeia-de-amigos-seguidores* no jogo político da OAB/MA, assim como aconteceu com Carlos Nina, que também construiu sua própria *cadeia-de-amigos-seguidores*. Depois que se graduou em direito e se tornou advogado em 21.06.1993, Mário passou a advogar para sindicatos de empregados. Talvez por isso tenha se filiado ao Partido dos Trabalhadores, ou vice-versa, eis que não sabemos a data de sua filiação partidária.

Em 1994, associou-se a José Guilherme Carvalho Zagallo (*parceiro seu no jogo político institucional da OAB/MA e também filiado ao PT*), e a Antônio de Jesus Leitão Nunes (*Diretor Geral do Detran/MA no atual governo de Flávio Dino*), no escritório *Macieira, Nunes e Zagallo Advogados Associados*, cujos principais clientes são sindicatos de trabalhadores das mais diversas categorias.

Menos de um ano depois, como Mário não podia candidatar-se para disputar as eleições da OAB/MA, porque ainda não tinha ultrapassado a cláusula regimental dos cinco anos de registro na instituição, ele passou a ocupar postos dentro da entidade que não exigiam mandatos eletivos. Por exemplo, em dezoito de março de 1995, ele tomou posse como diretor da comissão de direitos humanos da OAB/MA, e quatro anos mais tarde, em sete de junho de 1999, foi empossado vice diretor geral da Escola Superior da Advocacia – ESA (fonte: termos de posse dos dias 18.03.1995 e 07.06.1999).

Seu sócio, Guilherme Zagallo, em oito de julho de 1999, foi empossado presidente da comissão de defesa do consumidor (fonte: termo de posse do dia 08.07.1999).

Todavia, como era de se esperar, bastou ultrapassar a exigência regimental e chegar o ano eleitoral de 2000, que Mário Macieira entrou na “política” de Ordem. Junto com ele veio seu sócio Guilherme Zagallo e sua *cadeia-de-amigos-seguidores* da faculdade, são eles: Ulisses Sousa, Ítalo Gomes e Windsor Silva, todos inscritos na OAB/MA, entre 1993 e 1994.

Não sabemos os motivos que levaram Mário Macieira realizar uma clivagem com aquela teia de interdependência liderada por Raimundo Marques da qual ele e seu sócio Guilherme Zagallo faziam parte, eis que, conforme demonstramos, eles dois exerciam cargos não-eletivos dentro da OAB/MA. O certo é que eles saíram daquela configuração e se aliaram a Luís Augusto de Miranda Guterres. Todavia, a aliança entre esses *dois-novos-líderes*, não impediu que pela terceira vez Raimundo Marques assumisse a presidência e chancelasse sua *força política* dentro da instituição.

Após a vitória em novembro do ano 2000, no dia primeiro de janeiro de 2001, às dezoito horas, no edifício Ermano Uchôa Lima, o conselho reuniu-se na forma regimental, para dar posse aos quarenta e nove advogados eleitos, são eles: como presidente, Raimundo Ferreira Marques, como vice presidente, José Caldas Gois, como conselheiro federal, Carlos Sebastião Silva Nina, e como conselheiros estaduais,¹⁴ José Eneas de Miranda Frazão, Christian Gomes de Oliveira, Gerson Silva Nascimento, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Antônio Maria Nunes Pereira, Argentino Pereira da Silva, Carlos Augusto Macedo Couto, Carlos Roberto Feitosa Costa, Luís Américo Henrique de Castro, Flávio Trindade Jerônimo, Francisco Castro Conceição, Francisco Gomes Feitosa, Gerson de Oliveira Costa Filho, João Batista Dias, Kleber Moreira, Maria Teresa Cabral Costa Neto, Ricardo Tadeu B. Dualibe, Roque Pires Macatrão, Benedito Ferreira Lemos, Sérgio Victor Tamer, José Brito de Souza, José Carlos Sousa e Silva, Fernando José Machado Castro, José Olívio de Sá Cardoso Rosa, Jane Rose Cunha Bentevi, Lúcio Flávio da Rocha Castro, José Silva do Vale Filho, João Batista Ericeira, José Jámenes Ribeiro Calado, Jefferson Rodrigues dos Santos, Cipriano da Paz Pires, Cristina Tadeu

¹⁴ Aqui também, conforme aconteceu nos dois mandatos anteriores, não conseguimos identificar os membros da diretoria, somente o presidente e o vice, daí indicarmos todos os outros como conselheiros.

Teixeira de Sales, Itamar Correia Lima, Antônio Carlos Gonçalves, José de Ribamar Cardoso Filho, Maria de Fátima Sousa Buhatem, Oton Leite Fernandes, Raimundo Nonato Cantanhede Filho, Maria Isabel Costa Lacerda, Vandir Bernadino Bezerra Fialho, Walter Reis Pinheiro, Terezinha de Jesus Lima, José Pirangy Torres Menezes e Otávio dos Anjos Ribeiro (fonte: termo de posse do dia 01.01.2001).

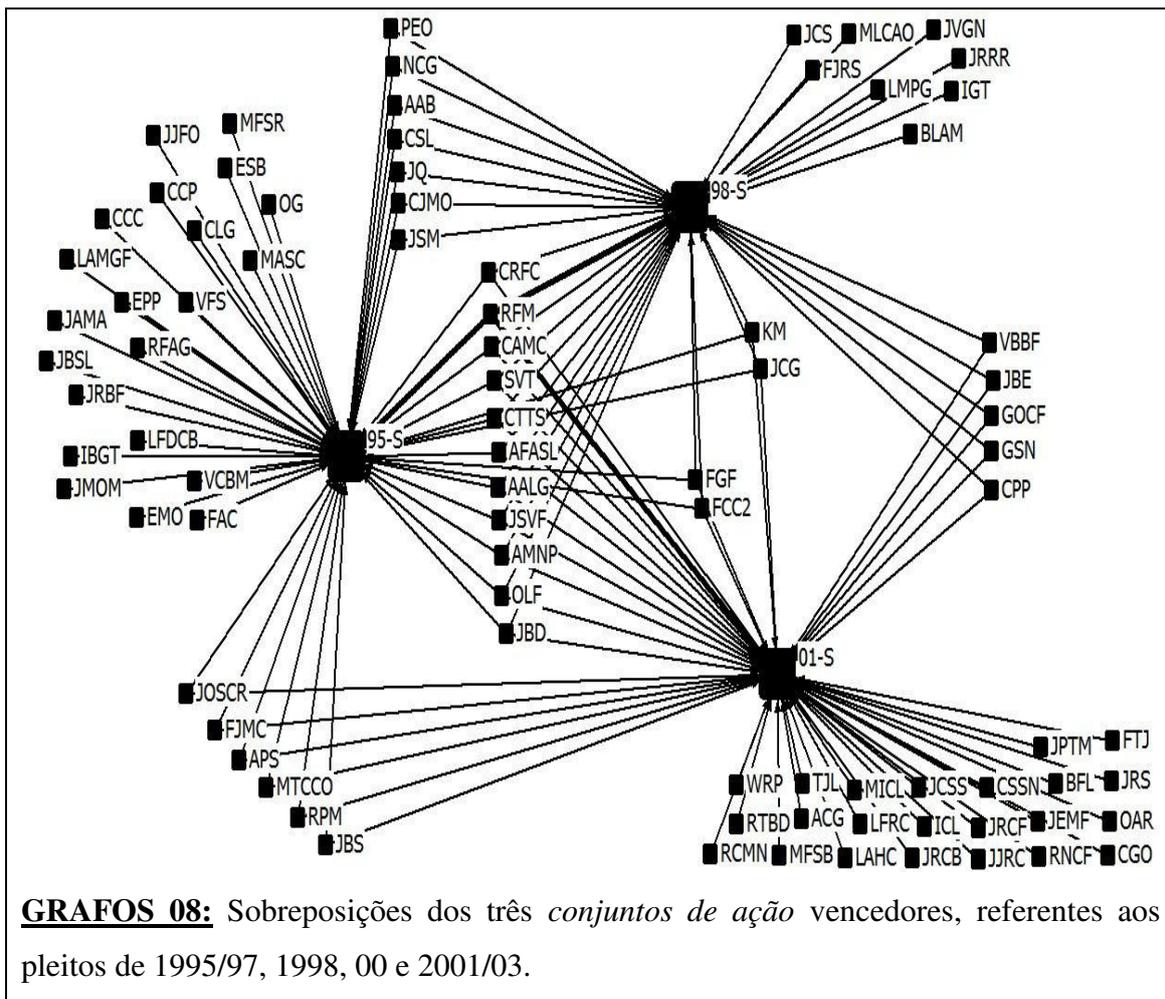
Dos quarenta e nove advogados acima citados, observamos: 1)- a presença de nove nomes provenientes daquela *primeira configuração formada entre 1983 e 1989*, são eles: CSSN, JCG, KM, JJRC, RPM, RTBD, JBS, MTCCO e FJMC; 2)- a presença de cinco advogados daquela *segunda configuração formada entre 1989 e 1995*, são eles: FGF, FCC2, JRFC, RCMN e ICL.

Os outros trinta e cinco nomes que restaram, para dezessete deles, foi a primeira vez que entraram formalmente no jogo político da OAB/MA, são eles: RNCF, OAR, MICL, BFL, LFRC, JCSS, JEMF, LAHC, TJL, JRFB, FTJ, JPTM, JRS, ACG, WRP, CGO e MFSB. Isto corresponde a 34,69% das quarenta e nove vagas deste triênio.

Os outros dezoito nomes, que equivale a 36,73% das quarenta e nove vagas deste pleito, são daqueles advogados que chegaram entre 01.02.1995 e 31.12.2000. Podemos classifica-los, *sociometricamente*, da seguinte forma: 1)- os que participaram apenas do primeiro mandato do presidente Raimundo Ferreira Marques e agora retornam no terceiro, são eles: APS, JOSCR; 2)- os que participaram apenas do mandato anterior e se reelegeram neste terceiro, são eles: VBBF, GSN, CPP, GOCF e JBE; 3)- e os que participaram dos três mandatos consecutivos, são eles: Raimundo Ferreira Marques, Carlos Roberto Feitosa Costa, Antônio Maria Nunes Pereira, Oton Leite Fernandes, Adalberto Flávio Araújo da Silva Leite, Carlos Augusto Macedo Couto, João Batista Dias, José Silva do Vale Filho, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Sérgio Victor Tamer e Cristina Thadeu Teixeira de Sales.

Verificamos, então, que dos oitenta e três advogados que passaram ao longo desses três primeiros mandatos trienais, apenas quinze nomes se elegeram consecutivamente. Desses quinze agentes, onze nomes são esses logo acima citados que participaram dos três pleitos. Os outros quatro são: 1)- José Caldas Gois e Kleber Moreira, integrantes da *primeira configuração*; 2)- Francisco Castro Conceição e Francisco Gomes Feitosa, integrantes da *segunda configuração*.

Os *grafos* da próxima página traduzem as conclusões acima:



Portanto, fundamentado em tudo o que foi exposto até o momento, afirmamos:

- 1)- que *sociometricamente*, esses quinze advogados-dirigentes reeleitos ao longo desses três mandatos trienais, são, até o momento, considerados os mais importantes-agentes dentro da *cadeia-de-líderes-seguidores* que estava se reconfigurando a partir de 1995;
- 2)- que dentro desta configuração de quinze advogados, podemos destacar a *clique* formada por Raimundo Marques, Kleber Moreira, Carlos Couto e Gerson Nascimento, como os agentes-políticos-centrais de toda a teia de interdependência (ELIAS, 1999), eis que, conforme demonstramos, as próximas quatro configurações vitoriosas, irão girar em torno destes quatro agentes.

Por último, podemos dizer, também, que do lado de fora desta configuração *supra* apresentada, existia uma *rede* de alianças girando em torno de Luís Augusto de Miranda Guterres Filho e de Mário de Andrade Macieira, isto é, existia uma *configuração-oposicionista* girando em torno dos dois novos-líderes que surgiram nesse específico *domínio* da vida social, entre 01.02.1995 e 31.12.2003.

CAPÍTULO 6: CLIVAGEM ENTRE OS LÍDERES E A ALIANÇA COM AS NOVAS LIDERANÇAS (01.01.2004-31.12.2009)

Conforme observamos no capítulo anterior, o mandato de 2001/03 marcou o retorno do ex-presidente Carlos Nina¹⁵ nas disputas políticas da OAB/MA. Talvez por isso, dos três pleitos presididos por Raimundo Marques, o mandato de 2001/03 tenha sido o que mais teve presença de nomes provenientes da primeira configuração formada entre 1983/89, são eles: CSSN, JCG, KM, JJRC, RPM, RTBD, JBS, MTCCO e FJMC. Se compararmos o pleito de 2001/03, com os dois anteriores (1995/97 e 1998/00), perceberemos que o terceiro mandato do presidente Raimundo Marques, foi o que mais integrantes da primeira configuração, formada entre 1983/89, exerceram cargos eletivos, senão vejamos: 1)- em 1995/97 foram oito componentes; 2)- em 1998/00 foram apenas três; 3)- e por fim, em 2001/03 foram nove advogados, dentre eles estavam Carlos Nina (CSSN) e seus amigos-seguidores, Jámenes Calado (JJRC), Roque Macatrão (RPM) e Fernando Castro (FJMC).

Daí, chegado o ano eleitoral de 2003, quando Raimundo Marques começou fazer uma aproximação com os líderes opositores Mário e Guterres, não teve como evitar o conflito de interesses e a consequente clivagem entre Marques e Nina. Segundo depoimento de Carlos Nina (fonte: entrevista realizada com Carlos Sebastião Silva Nina, em São Luís/MA, no dia 24/02/2016) a clivagem se deu, porque, para ele, o presidente Raimundo Marques estava formando um “grupo” dele próprio, quando começou fazer alianças com as duas novas lideranças que fizeram oposição a eles na eleição passada. Então, por questão de princípio, o ex-presidente Carlos Nina e sua base de apoiadores-seguidores, não aceitaram a aproximação que estava sendo “orquestrada” entre Raimundo Marques, Caldas Gois, Mário Macieira e Guterres Filho.

O resultado da aproximação de Raimundo Marques com os líderes da oposição foi a clivagem com Carlos Sebastião Silva Nina e com outros sete conselheiros-apoiadores deste, que também exerciam cargos eletivos naquele mandato de 2001/03, são eles: OLF, WRP, RPM, JRCB, JJRC, TJL e FJMC.

Ocorreram, então, dois movimentos no ano eleitoral de 2003. O primeiro foi o rompimento do ex-presidente Carlos Nina e seguidores com aquela *clique* formada por Raimundo Marques, Kleber Moreira, Carlos Couto e Gerson Nascimento.

¹⁵ Embora ele tenha retornado em 07/08/1998 para presidir a comissão de estudos constitucionais, aquele não era um cargo eletivo. Foi somente na eleição do ano 2000 que Carlos Nina voltou a concorrer a uma vaga eletiva, quando se elegeu pela quarta vez, agora como conselheiro federal.

O segundo foi a aliança dos membros desta *clique* encabeçada por Marques, com as lideranças opositoristas Mário Macieira e Guterres Filho. Verificamos nas entrevistas feitas ao longo desta pesquisa, que o movimento de atração de Mário Macieira e Guterres Filho, para integrar a *rede* de alianças liderada por Raimundo Marques, aconteceu através da *mediação* feita por José Caldas Gois Júnior, filho de José Caldas Gois.

Segue depoimento de José Caldas Gois Júnior:

[...] Não tenho uma grande história na OAB. Fui presidente da Escola de Advocacia onde iniciamos a tradição de grandes eventos jurídicos no Maranhão, fazendo os primeiros eventos nacionais e internacionais em São Luís. [...] Acho que num determinado momento ajudei a criar a composição entre o *grupo jovem* liderado por Mário Macieira, Ulisses e Paulo Velten com o *grupo* do meu pai [...] (fonte: entrevista realizada com José Caldas Gois Júnior, em São Luís/MA, no dia 22/02/2016).

Em 2003, Gois Júnior, Valéria Lauande, Antônio Nunes¹⁶, Paulo Velten¹⁷ e Ulisses Sousa, lecionavam juntos, já havia pelo menos cinco anos, no curso de Direito do Centro Universitário Maranhense (CEUMA). Neste mesmo ano de 2003, Valéria Lauande e Mário Macieira iniciaram um mestrado institucional promovido pelo CEUMA e pela Universidade Federal de Pernambuco. Este foi o momento que Valéria se reaproximou de Mário, anos depois de estudarem no Marista, quando eles se conheceram. Com a reaproximação de Valéria com Mário, ficou mais fácil para Gois Júnior também se aproximar de Mário e, conseqüentemente, de toda sua cadeia de amigos-seguidores. Vale destacar que Gois Júnior já trabalhava ao lado de dois deles, Ulisses Sousa e Antônio Nunes. A aproximação de Gois Júnior com Mário, atraiu também, Guterres Filho, que naquele momento era aliado de Mário desde a eleição de 2000. Podemos dizer, assim, que essa *rede* de relações mediada por Gois Júnior possibilitou que ocorresse uma aliança entre as lideranças Mário Macieira, Guterres Filho, Raimundo Marques e José Caldas Gois.

O depoimento de Valéria Lauande ratifica esta afirmação, conforme segue:

[...] Gois Jr., que foi da primeira turma do mestrado, dava aula junto comigo no Ceuma, [...] a gente era muito ligada ali do Ceuma e ele vai no meu escritório e ele disse: -Valéria, papai vai sair candidato a presidência da OAB, [...] Papai é vice do dr.

¹⁶ Sócio de Mário Macieira e Guilherme Zagallo no escritório de advocacia Macieira, Nunes e Zagallo Advogados Associados. Importante lembrar, ainda, que Flávio Dino também foi sócio de Macieira.

¹⁷ Futuro desembargador do TJ/MA através do quinto constitucional. Embora ele não tenha exercido formalmente cargo eletivo, conforme se denota no depoimento de Valéria Lauande logo abaixo, Velten fazia parte da *rede* de alianças que estava sendo “orquestrada”.

Raimundo e agora vai sair candidato a presidente. A gente precisa colocar gente nova na OAB, a gente precisa botar mulher na OAB [...] Eu gosto muito de você, você é super bem relacionada, já checamos aí, você tem muito voto, os alunos gostam muito de você e tal, você tem uma interlocução boa na área do ensino jurídico, você tem uma boa interlocução como representatividade de advogadas, né, é muito raro ter advogada que só advoga. Convidou, eu disse: -Não, não quero não. Isso mais ou menos em outubro. -Eu não quero não Junior, tenho muito o que fazer na minha vida, [...] tenho que me estabelecer profissionalmente, como é que eu vou dar conta de OAB, não sei nem o que significa esse negócio de OAB na minha vida, não quero não. [...] Tá bom, ele vai embora, quando chega um mês antes da eleição; a eleição acho que era vinte de novembro, pertinho do fim de outubro, ele volta e diz: -Andei, andei e não gostei do perfil de ninguém, nem eu nem papai, é tu que vai ser candidata de papai a vice presidente. Eu disse: -Rapaz, cavalo selado passando de novo na minha porta, agora eu não vou dizer não né. Eu sempre gostei de liderança, de movimento, de política, eu disse: -Vamos. Eu sempre fui muito brigona mesmo, e tal. Eu disse: -É uma atividade constitucional pra reivindicar a melhoria, eu acho que estou no perfil, vamos lá. Enfrentei, entrei na campanha já um mês antes, [...] e aí entro, e entra um grupo de gente nova na OAB, do qual eu fazia parte dos meus amigos contemporâneos, aí entra eu, Mário, Guilherme, Ítalo, Paulo Velten que depois foi pra desembargador, [...] Eles eram junto na *chapa* com a gente, eu como vice presidente, eles como conselheiros seccionais, por que? Porque Mario tinha sido opositor de dr. Raimundo na anterior, da qual eu não tinha participado [...] Nessa, entra esse grupo de pessoas que eram meus amigos, já históricos, né, todo mundo comprometido, meus amigos da turma de mestrado, amigos de Gois Jr., então era um grupo de confrades né, grupo bom, estudioso, de gente séria, de gente honesta, com vontade de tocar a instituição, um sonho né e tudo, entramos. Quando a gente entra, logo que a gente entra na OAB, aí ganhamos a eleição, e já causou uma ciúmeira geral muito grande, pelo fato, segundo a maioria deles, eu entrei de paraquedas, entrei por cima, atropelêi a história de muitos que já estavam lá há muito tempo, e dr. Gois dizia pra todos, como Júnior dizia, gente, mas nós pedimos esse perfil, nós queríamos uma mulher na diretoria. [...] nós queríamos que a diretoria tivesse uma cara mais jovem (fonte: entrevista realizada com Valéria Lauande Carvalho Costa, em São Luís/MA, no dia 23/02/2016).

Importante ressaltar que, nesse momento, Valéria já trazia um conjunto de trunfos e disposições para a atuação política, construídos desde a adolescência no colégio Marista e estruturados numa rede próxima de amizade com pessoas que tinham um elevado capital de notoriedade no meio jurídico, conforme restou demonstrado no seu depoimento e, conforme demonstraremos ao longo desta pesquisa.

Portanto, baseado nos depoimentos *supra*, podemos perceber que no mandato de 2004/06, estava entrando pela primeira vez para exercer postos políticos na instituição, já com bastante influência¹⁸ na relação de “poder” dentro da entidade, uma configuração de amigos formada por Mário Macieira, Guilherme Zagallo, Ítalo Gomes, Valéria Lauande, Ulisses Sousa, Windsor Silva, Antônio Nunes e Paulo Velten.

¹⁸ Para demonstrar essa influência, basta verificar os postos que todos eles exerceram dentro da hierarquia dos cargos. Por exemplo: Valéria na sua primeira vez que disputou uma vaga eletiva foi logo vice-presidente, assim como aconteceu com Ulisses Sousa, que logo na primeira vez foi conselheiro federal. Todos os outros já entraram como conselheiro estadual titular. A partir daí foi crescente a ascendência nos cargos mais importantes, conforme demonstraremos oportunamente.

Embora Antônio Nunes e Paulo Velten não venham ocupar postos políticos na instituição, eles faziam parte da *rede* de alianças, conforme os depoimentos e os estudos de trajetórias demonstraram. Podemos dizer, ainda, que os laços entre eles são horizontais e diádicos, haja vista a existência dos laços de proximidade.

Segundo Landé (1977), dois princípios que fundamentam a cadeia de líderes seguidores são o auxílio baseado na reciprocidade e a ajuda mútua nas relações. Um breve estudo na *teia de interdependência* que ligam estes agentes evidenciou a presença desses princípios, demonstrando a estreita proximidade da relação. Por exemplo, Valéria e Mário se conheceram na adolescência através da “política” estudantil do colégio Marista, depois se reaproximaram em 2003, quando iniciaram um mestrado juntos. A partir daí a amizade só aumentou. A demonstração pública dessa amizade aconteceu em 2015, quando Valéria foi indicada por Mário para substituí-lo na presidência da instituição. Guilherme Zagallo, Antônio Nunes e Mário Macieira são sócios no mesmo escritório de advocacia desde 1994. Já no que tange a Mário, Ulisses, Ítalo e Windsor, podemos dizer que existe entre eles uma próxima relação de amizade desde a faculdade. Por fim, Valéria Lauande, Paulo Velten, Antônio Nunes e Ulisses Sousa, foram colegas de profissão como professores no curso de direito do Ceuma há pelo menos cinco anos.

Um exemplo baseado na ajuda mútua das relações foi a indicação de Paulo Velten na lista sêxtupla para desembargador do TJ/MA, logo após Mário, Zagallo, Valéria, Windsor, Ulisses e Ítalo assumirem cargos políticos na entidade com direito a voto. Dessa forma, podemos afirmar que este conjunto de agentes formam uma *coalizão* ou *clique*, isto é, existe aí uma configuração de indivíduos que se associaram sob a base do afeto e do interesse recíproco e, por conta disso, tem entre eles um marcado sentimento de identidade comum (BOISSEVAIN, 2003). Logo, resta fácil constatar que esta *teia de interdependência* não integrava à *rede* de relações liderada por Raimundo Marques.

Em 2003, estas duas configurações se uniram mediante aliança e formaram um só *conjunto de ação* para concorrer às eleições daquele ano, apoiando Valéria Lauande para vice-presidente e José Caldas Gois como presidente. Embora existisse, nesta aliança, uma terceira configuração girando em torno de Guterres Filho, composta basicamente por FMMC, JABJ e LRMG, podemos dizer que estes agentes tinham menor influência na “balança de poder” (ELIAS, 2000) dentro do *conjunto de ação* que se formou. Afirmamos isso, primeiro, por causa da menor quantidade de agentes desta

terceira configuração, segundo, pela fragilidade dos “laços”¹⁹ que os ligavam e, por fim, porque eles exerciam postos menos importantes dentro da chapa.

Sobre José Caldas Gois (fonte: entrevista realizada com José Caldas Gois, em São Luís/MA, no dia 22/02/2016), podemos dizer que embora ele venha de uma “família” de lavradores, originários de um lugarejo chamado Roça Velha, situado à quarenta quilômetros do município de Santa Quitéria/MA, seus pais, da forma como puderam, consciente ou inconscientemente, procuraram proporcionar a ele e aos seus muitos irmãos, um futuro melhor, onde pudessem estudar e ter acesso a diferentes oportunidades. A estratégia que encontraram foi deixar que Caldas Gois e seus nove irmãos (*seis meninos e três meninas*), fossem levados ainda crianças para São Luís, pela “família Moreira”. Segundo Caldas Gois, a “família Moreira” tinha muita influência no Maranhão, chegando inclusive um dos seus integrantes a ser governador do Estado. Os “Moreiras” tinham um sítio chamado *Santa Quitéria*, localizado no bairro do Anil, em frente ao antigo clube *Grêmio Lútero Recreativo Português*, onde praticavam uma “política” que implicava em hospedar pessoas trazidas do interior para a capital, dando apoio e moradia. Foi nessas condições que José Caldas Gois passou a viver a partir dos seus dez anos de idade.

Podemos dizer que houve aí uma aliança diádica vertical (LANDÉ, 1977), entre a “família” de Caldas Gois e a “família Moreira”. Ou seja, os pais de José Caldas Gois, pelas relações que tinham, dado o “espaço geográfico-social” em que viviam, e pelas formas que pensavam o mundo, conseguiram e permitiram que seus filhos tivessem acesso à escola e outras oportunidades que eles não tiveram, justamente, por conta de uma aliança diádica vertical com os “Moreiras”, que era uma “família” financeiramente mais afortunada.

Nascido em 25.06.1935, Caldas Gois até os nove anos nunca teve acesso à escola. Em 1945, foi trazido pelos “Moreiras” para viver em São Luís, no sítio *Santa Quitéria*. Desde então, com o apoio dessa “família de políticos”, começou a trabalhar durante o dia, realizando pequenos serviços domésticos, e estudar à noite. *Fiz todo o curso primário, estudando à noite, no Grupo Escolar Felipe Conduru, que funcionava no prédio da Escola Modelo Benedito Leite, em frente à Igreja de São João, na rua da Paz.* Ato contínuo, Caldas Gois iniciou o curso ginásial no Colégio São Luís e concluiu no Centro Caixeiral. Entre 1957 e 1959, concluiu o curso técnico em contabilidade na

¹⁹ Eles não formavam uma *clique* ou *coalizão*, não existia entre eles uma relação estreita de amizade.

escola Técnica de Comércio do Maranhão. Dos dezessete aos vinte e quatro anos de idade, José Caldas Gois trabalhou como ajudante de mecânico e de eletricitista.

Em 1960, com vinte e cinco de idade, Caldas Gois entrou para a faculdade de direito, situada em frente ao Teatro Arthur Azevedo na rua do Sol. Simultaneamente, neste mesmo ano, começou a trabalhar como auxiliar de escritório no Departamento de Estradas e Rodagem do Maranhão e como professor de português. Entre 1960 e 1963 deu aula de português no Colégio Ateneu Teixeira Mendes, no SENAC, na Escola Técnica de Comércio do Maranhão e no Colégio São Luís, situado na rua Rio Branco. Em março de 1963, passou no concurso público para o Banco da Amazônia, onde permaneceu até 1973. Ao longo desses dez anos trabalhando no banco, exerceu, inicialmente, o cargo de escriturário e, depois, o de chefe de divisão de serviços.

Em seguida, com trinta e oito anos de idade, largou o Banco da Amazônia para dedicar-se exclusivamente à advocacia. Neste mesmo ano de 1973, após ter aceitado um convite do professor José de Ribamar Cunha Oliveira, José Caldas Gois deu início, também, à sua trajetória política institucional dentro da OAB/MA.

A partir desta data sempre esteve envolvido nas “lutas” pelos cargos de direção da entidade. Caldas Gois foi quatro vezes eleito conselheiro através da chapa “João Albino”, encabeçada por Cunha Oliveira (1973/75, 1975/77, 1977/79, 1979/80); depois foi mais duas vezes conselheiro, ao longo dos dois mandatos do presidente Carlos Nina (1985/87 e 1987/89); em seguida, se aliou à Raimundo Marques e foi três vezes consecutivas vice-presidente da entidade (1955/97, 1998/00, 2001/03).

Assim, podemos dizer que chegado o ano eleitoral de 2003, Caldas Gois trazia “um conjunto de recursos [...] ligados à posse de uma *rede* durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 2007, p.67).

Ou melhor, podemos dizer que José Caldas Gois estava vinculado a uma *rede* de relações que o conhecia e o reconhecia como agente dotado de propriedades permanentes e úteis, capaz de exercer a presidência da OAB/MA.

Todavia, se não bastasse a clivagem ocorrida entre os líderes Raimundo Marques e Caldas Gois com Carlos Nina e seguidores, neste mesmo ano eleitoral de 2003, para aumentar ainda mais a disputa, o ex-presidente José Antônio Figueredo de Almeida Silva, também retornou ao jogo político da entidade, apoiando José Claudio Pavão Santana à presidência da instituição.

É importante lembrar que em 1984, os três advogados-líderes, José Caldas Gois, Carlos Sebastião Silva Nina e José Antônio Almeida, eram aliados pela chapa “Viviane Pereira”. Agora, em 2003, dezenove anos depois, tornaram-se “politicamente-rivais”, cada qual integrando um distinto *conjunto de ação*, conforme segue: 1)- pela chapa “Doroteu Ribeiro”, estavam em aliança três configurações diferentes, que giravam em torno de Mário Macieira, Guterres Filho e Raimundo Marques, todos apoiando José Caldas Gois como *ego* principal; 2)- pela chapa “José Santos”, o candidato a presidente era Carlos Sebastião Silva Nina apoiado pelos conselheiros Oton Leite Fernandes (OLF), Walter Reis Pinheiro (WRP), Roque Pires Macatrão (RPM), Jane Rose Cunha Bentivi (JRCB), Jamenes Calado (JJRC), Terezinha de Jesus Lima (TJL) e Fernando Castro (FJMC); 3)- e pela chapa “Advogado Durval Soares da Fonseca”, estava o ex-presidente José Antônio Figueredo de Almeida Silva, candidato à conselheiro federal, apoiando José Claudio Pavão Santana, candidato à presidência da instituição.

A eleição aconteceu em vinte e um de novembro de 2003, e venceu a chapa “Doroteu Ribeiro”, com oitocentos e noventa e três votos na capital, mais duzentos e nove votos no interior, totalizando mil cento e dois votos.

Em segundo lugar, ficou o *conjunto de ação* “José Santos”, com quatrocentos e cinquenta e oito votos na capital, mais cento e trinta e sete votos no interior, totalizando quinhentos e noventa e cinco votos.

Em terceiro lugar, ficou a chapa “Advogado Durval Soares da Fonseca”, com quatrocentos e cinquenta votos na capital, mais noventa votos no interior, totalizando quinhentos e quarenta votos (fonte: ata de apuração da eleição de 21.11.2003).

Para uma melhor compreensão da relação de “poder” que estava se configurando desde 1995, em torno de Raimundo Marques, Kleber Moreira, Carlos Couto e Gerson Nascimento, faremos agora uma projeção *sociométrica* do índice de reeleitos nas sete eleições que aconteceram até 2015.

Sobre estas sete eleições (1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015), podemos afirmar o seguinte: 1)- na eleição de 1997, dos quarenta e nove advogados que exerceram cargos eletivos no primeiro mandato do presidente Raimundo Marques (1995/97), vinte e dois advogados se reelegeram para o pleito seguinte, isto equivale a 44,89% dos quarenta e nove nomes desse primeiro triênio; 2)- na eleição de 2000, dos trinta e cinco nomes que exerceram cargos eletivos no segundo pleito do presidente Raimundo Marques (1998/00), vinte se reelegeram para o terceiro mandato, isto equivale a 57,14% dos trinta e cinco advogados deste segundo pleito; 3)- na eleição do

ano de 2003, dos quarenta e nove advogados que exerceram cargos eletivos no terceiro pleito (2001/03), vinte e um se reelegeram para o primeiro mandato do presidente Caldas Gois (2004/06), isto equivale a 42,85% dos quarenta e nove nomes do terceiro mandato do presidente Raimundo Marques; 4)- na eleição do ano de 2006, dos quarenta e nove advogados que exerceram cargos eletivos no primeiro mandato do presidente Caldas Gois (2003/06), vinte e nove retornaram no triênio seguinte (2007/09), isto equivale a 59,18% dos quarenta e nove nomes do primeiro mandato de Caldas Gois; 5)- na eleição do ano de 2009, dos quarenta e nove advogados que exerceram cargos eletivos no segundo pleito do presidente José Caldas Gois (2007/09), dezesseis se reelegeram para o primeiro mandato do presidente Mário Macieira (2010/12), isto equivale a 32,65% dos quarenta e nove nomes do segundo mandato de Caldas Gois e a 26,66% dos sessenta nomes do primeiro mandato de Mário Macieira; 6)- na eleição de 2012, dos sessenta advogados que participaram do primeiro mandato do presidente Macieira (2010/12), vinte e oito se reelegeram para o mandato seguinte (2013/15), isto equivale a 46,66% dos sessenta nomes do primeiro mandato de Mário; 7)- e por último, na eleição do ano de 2015, dos sessenta agentes que participaram do segundo mandato do presidente Mário (2012/15), apenas dois integraram o *conjunto de ação* “Renovar para Mudar”, isto equivale a 3,33% dos sessenta nomes que participaram do segundo mandato de Mário Macieira e a 2,5% dos oitenta nomes da chapa vencedora.

Objetivando uma melhor visualização das informações acima, segue o quadro abaixo:

QUADRO 02	ELEIÇÕES						
	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Índice de reeleitos	44,89%	57,14%	42,85%	59,18%	32,65% e 26,66%	46,66%	3,33% e 2,5%

Das informações *supra-citadas*, podemos dizer que as eleições dos anos de 2003, 2009 e 2015, foram as que tiveram menores índices de retorno.

Na eleição do ano de 2003, o índice foi de 42,85% dos quarenta e nove postos eletivos disponíveis.

Na eleição de 2009, o índice de reeleição foi de 32,65% dos quarenta e nove nomes do segundo mandato do presidente Caldas Gois.

E na eleição de 2015 o índice de reeleitos foi apenas de 3,33% dos sessenta nomes do segundo mandato do presidente Mário.

Em todas as outras quatro eleições (1997 foi de 44,89%; 2000 foi de 57,14%; 2006 foi de 59,18%; e 2012 foi de 46,66%), os índices de retorno foram maiores.

Particularmente, no caso das eleições dos anos de 2009 e 2015, a queda do índice de reeleição aconteceu no momento em que o número das vagas eletivas aumentaram.

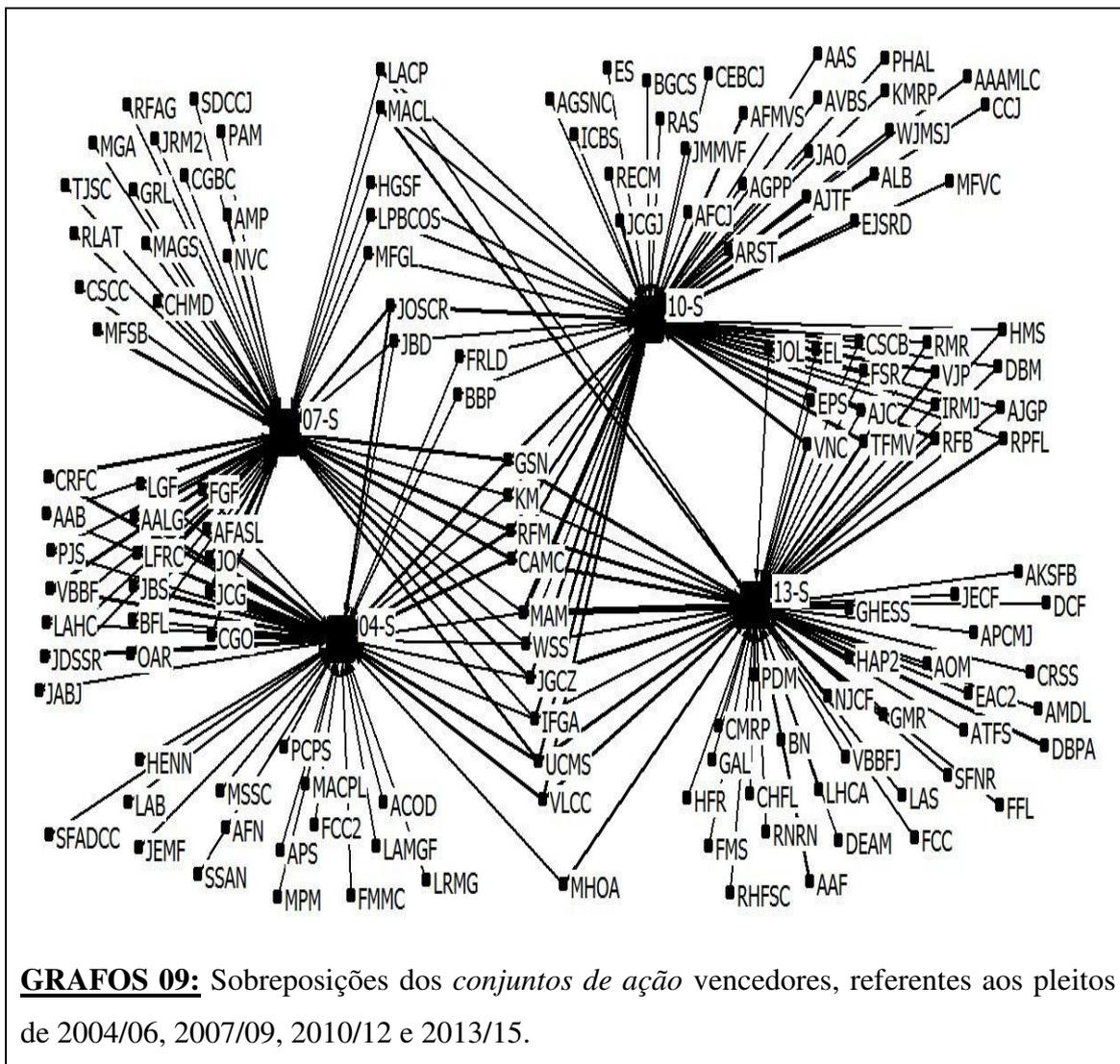
Ou seja, mesmo quando em 2009 as vagas eletivas passaram de quarenta e nove para sessenta, só retornaram para o mandato seguinte, 26,66% dos sessenta advogados do primeiro mandato de Mário Macieira; e, novamente, mesmo quando em 2015 as vagas passaram de sessenta para oitenta, só retornaram 2,5% dos oitenta integrantes da chapa vencedora.

Esses números demonstram que aquela *clique* formada por Raimundo Marques, Kleber Moreira, Carlos Couto e Gerson Nascimento, ao longo das sete eleições acima analisadas, realizaram três grandes clivagens: 1)- a *primeira*, conforme estamos vendo neste capítulo, aconteceu em 2003 e foi por causa da aliança que eles fizeram com as novas lideranças Mário Macieira e Guterres Filho; 2)- a *segunda*, conforme apresentaremos no capítulo sétimo, aconteceu em 2009 e se deu por conta do apoio que eles deram à Mário Macieira em desfavor de Roberto Feitosa; 3)- e a *terceira*, conforme será demonstrado no capítulo oitavo, aconteceu por conta da forte liderança que, processualmente e concorrencialmente, Macieira, Valéria, Ulisses, Ítalo, Zagallo e Windsor, alcançaram dentro da *rede* de alianças que se desenhou em 2015.

Com base nessas informações, podemos afirmar, portanto, que a partir de 01.01.2004 até 31.12.2015, a *coalizão* formada por Macieira (MAM), Valéria (VLCC), Ulisses (UCMS), Ítalo (IFGA), Zagallo (JGCZ) e Windsor (WSS), passou a comandar a instituição, ao lado da *clique* integrada por Raimundo Marques (RFM), Kleber Moreira (KM), Carlos Couto (CAMC) e Gerson Nascimento (GSN).

Ou melhor, podemos afirmar que, *sociometricamente*, esses dez advogados, foram os agentes-políticos-centrais, na “balança de poder” que equilibrou a instituição ao longo dos mandatos de 2004/06, 2007/09, 2010/12 e 2013/15.

Os *grafos* apresentados na próxima página traduzem o que foi dito até o momento:



Segue, então, os quarenta e nove advogados que concorreram no ano de 2003 pela chapa vencedora “Doroteu Ribeiro”: para presidente, José Caldas Gois, para vice presidente, Valéria Lauande Carvalho Costa, para tesoureiro, Gerson Silva Nascimento, para secretário geral, Antônio Américo Lobato Gonçalves, para secretário geral adjunto, Joana D’Arc Silva Santiago Rabelo, para conselheiros federais, Ulisses César Martins de Sousa, Raimundo Ferreira Marques e José Brito de Souza, para conselheiros federais suplentes, Jânio de Oliveira e Carlos Augusto Macedo Couto, para presidente da Caixa de Assistência, Carlos Roberto Feitosa Costa, para vice presidente da Caixa de Assistência, José Olívio de Sá Cardoso Rosa, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Vandir Bernadino Bezerra Fialho, para secretário geral da Caixa de Assistência, Christian Gomes de Oliveira, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Lúcio Flávio da Rocha Castro, para suplentes da Caixa de Assistência, Otávio dos Anjos Ribeiro, Francisco Raimundo Lima Diniz e Francisco Gomes Feitosa, para

conselheiros estaduais os drs. Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Argentino Pereira da Silva, Arnaldo de Assis Bastos, Benedito Bayma Piorski, Bendito Ferreira Lemos, Francisco Castro Conceição, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo, João Batista Dias, José Eneas de Miranda Frazão, José Guilherme Carvalho Zagallo, Jouglas Abreu Bezerra Júnior, Kleber Moreira, Larissa Abdala Brito, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, Luiz Roberto Menezes Gomes, Maria Helena de Oliveira Amorim, Mário de Andrade Macieira, Paulo Cruz Pereira e Silva e Windsor Silva dos Santos, para conselheiros estaduais suplentes, Florêncio Neto, Ana Carla de Oliveira Dias, Antônio Francisco Manoel Martins Carvalho, Heraldo Elias Nogueira Nunes, Lucyléa Gonçalves França, Luiz Américo Henrique de Castro, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo, Mário de Souza e Silva Coutinho, Mirela Parada Martins, Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa, Pedro Jarbas da Silva e Sarah Santos de Araújo Neta (fonte: ata de apuração da eleição de 21.11.2003).

Sobre estes quarenta e nove eleitos pela chapa “Doroteu Ribeiro”, observamos que o resultado deste novo rearranjo de forças foi o seguinte: 1)- quatro são da primeira configuração formada entre 1983/89, são eles: KM, JCG, JBS e AAB; 2)- cinco são da segunda configuração formada entre 1989/95, são eles: SFADCC, LAMGF, FGF, JABJ e FCC2; 3)- seis são daquela configuração de advogados que entraram em primeiro de fevereiro de 1995 e se reelegeram agora pela quarta vez consecutiva, neste primeiro mandato do presidente Caldas Gois, são eles: AALG, CRFC, RFM, AFASL, JBD, CAMC; 4)- dois são daquela configuração que se reelegeram nos dois últimos mandatos do presidente Raimundo Marques, e agora, novamente, retornaram pela terceira vez, são eles: GSN e VBBF; 5)- seis entraram no mandato anterior e voltaram nesse, são eles: BFL, CGO, OAR, LAHC, LFRC e JEMF; 6)- dois participaram do mandato anterior, mas já haviam exercido cargos eletivos no primeiro mandato do presidente Raimundo Marques, são eles: APS e JOSCR; 07)- os outros vinte e quatro exerceram pela primeira vez um cargo eletivo, são eles: LRMG, MACPL, PJS, JGCZ, UCMS, WSS, MAM, VLCC, IFGA, MHOA, LGF, LAB, JO, JDSSR, BBP, FRLD, FMCC, ACOD, MSSC, HENN, SSAN, MPM, PCPS e AFN, isto equivale a 48,97% das quarenta e nove vagas em disputa.

Em relação aos 111 advogados que participaram do jogo político nos quatro últimos mandatos (1995/97, 1998/00, 2001/03 e 2004/06), apenas dez exerceram cargos eletivos em todos estes pleitos, são eles: 1)- Kleber Moreira e José Caldas Gois, representantes da primeira configuração formada entre 1983/89; 2)- Francisco Gomes

Feitosa e Francisco Castro Conceição, representantes da segunda configuração formada entre 1989/95; 3)- e Raimundo Ferreira Marques, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Carlos Roberto Feitosa Costa, João Batista Dias, e Carlos Augusto Macedo Couto, que entraram pela primeira vez em 01.02.1995.

Comparando esta base de dez dirigentes, com os quinze do pleito passado, verificamos que cinco nomes não retornaram nesse mandato, são eles: Antônio Maria Nunes Pereira, Oton Leite Fernandes, José Silva do Vale Filho, Sérgio Victor Tamer e Cristina Thadeu Teixeira de Sales. Outra constatação importante foi que de nove agentes representantes da primeira configuração formada entre 1983/89, somente quatro retornaram em 2004/06. Estes resultados ratificam a afirmação anterior de que aquela *clique* formada por Raimundo Marques, Kleber Moreira, Carlos Couto e Gerson Nascimento, realizaram uma grande clivagem em 2003, com vários advogados-dirigentes que antes eram seus aliados, por conta da aliança com Macieira e Guterres.

Passando agora para a chapa “José Santos”, são seus quarenta e nove integrantes que disputaram a eleição do dia vinte e um de novembro de 2003: para presidente, Carlos Sebastião Silva Nina, para vice presidente, José Jámenes Ribeiro Calado, para secretário geral, Oton Leite Fernandes, para secretário geral adjunto, Rosângela Eleres Cortez Moreira, para tesoureiro, Maria de Fátima Gonzalez Leite, para conselheiro federal, Oscar Gundin, Fernando Antônio Guimarães Macieira e Fernando José Machado Castro, para conselheiro federal suplente, Roque Pires Macatrão e Maria Zélia Leite Oliveira, para presidente da Caixa de Assistência, Jane Rose Cunha Bentivi, para vice presidente da Caixa de Assistência, Heurides Serra Ferreira, para secretário geral da Caixa de Assistência, Carlos Magno Galvão Carvalho, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Terezinha de Jesus Lima, para tesoureiro da Caixa de Assistência, José Rodrigues Lima, para suplentes da Caixa de Assistência, Maria da Conceição Peres, Leonardo Cursinho Veras e Fernando César Cordeiro Pestana, para conselheiros estaduais titulares, AAAMLC, AFMVS, CGVS, CHTS, CRAS, DFDF, EMCS, FMMV, HAP, JROC, JROM, MCSR, MDBP, MIFC, MMS, OSMF, OHGA, PCAMV e WRP, para conselheiros estaduais suplentes, DGP, DMP, FBC, JMAS, LGSJ, LMSA, MRMB, MASC, MCO, MASG, SBJ e WJMSJ (fonte: ata de apuração da eleição de 21.11.2003).

Sobre a formação desse *conjunto de ação*, observamos o seguinte: 1)- dez desses advogados fizeram parte da primeira configuração formada entre 1983/89, são eles: CSSN, MRMB, RPM, HAP, OSMF, JMAS, FAGM, JJRC, FJMC, DFDF; 2)- apenas

MZLO fez parte da segunda configuração formada entre 1989/95; 3)- Márcia Christina Silva Rabelo participou da chapa “Domingos Vieira Filho”, liderada por Guterres Filho em 1997; 4)- Marco Antônio Silva Costa e Oscar Gundin, exerceram cargos eletivos no primeiro mandato do presidente Raimundo Marques; 5)- Oton Leite Fernandes fez parte dos três últimos mandatos; 6)- três fizeram parte do mandato anterior, são eles: WRP, TJJ e JRCB; 7)- para os outros trinta e um advogados, foi a primeira vez que formalmente participaram do jogo político institucional, isto equivale a 63,26% das quarenta e nove vagas.

A partir desses resultados, percebemos que este *conjunto de ação* tem mais do dobro de advogados integrantes da primeira configuração formada entre 1983/89, que a chapa “Doroteu Ribeiro” (10 contra 04). Novamente aqui, os números ratificam que Raimundo Marques e José Caldas Gois, por conta da aliança que fizeram com Macieira e Guterres, perderam antigos apoiadores. Em contrapartida, a chapa “José Santos”, teve também uma maior porcentagem de agentes, que pela primeira vez, formalmente, participavam do jogo político da entidade (63,26% contra 48,97%), em relação ao *conjunto de ação* encabeçado por José Caldas Gois.

Quanto à chapa “Advogado Durval Soares da Fonseca”, são seus quarenta e nove componentes: para presidente, José Claudio Pavão Santana, para vice presidente, Marco Aurélio Gonzaga Santos, para secretário geral, Abdon Clementino Marinho, para secretário geral adjunto, Antônio José Muniz, para tesoureiro, Fernando Pedro Castro, para conselheiro federal, José Antônio Figueredo de Almeida e Silva, Vinícius César de Berredo Martins e José Lamarck de Andrade Lima, para conselheiro federal suplente, Laplace Passos Silva Filho e João Marques Farias Filho, para presidente da Caixa de Assistência, Sérgio Murilo de Pádua Barros Muniz, para vice presidente da Caixa de Assistência, Maria de Fátima Gedeon Maciel, para secretário geral da Caixa de Assistência, Reinaldo Soares de Araújo, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Carlos Alberto Maciel Abas, para tesoureiro da Caixa de Assistência, João Batista Muniz Araújo, para suplentes da Caixa de Assistência, MCF, JRS e EBC, para conselheiros estaduais titulares, ARB, AML2, AB, ANJS, BMSN, CSCB, CCP, EGN, EAC3, EJSRD, ILS, IRMJ, JCAM, JRBN, MSMR, OSC, RGRC, RNRN e REVB, para conselheiros estaduais suplentes, AAS, FSJ, JRRM, JRCMC, JGB, LALN, LPPS, MGMC, MICL, MJBAN, RFAG e WFS (fonte: ata de apuração da eleição de 21.11.2003).

Sobre este *conjunto de ação*, podemos dizer o seguinte: 1)- apenas três nomes exerceram cargos eletivos entre 01.02.1983 e 01.02.1995, são eles: José Antônio Figueredo de Almeida Silva, Vinícius César de Berredo Martins e José Claudio Pavão Santana; 2)- MICL exerceu cargo eletivo no mandato anterior; 3)- JRRM e MGMC participaram da chapa “Domingos Vieira Filho”, encabeçada por Guterres em 1997; 4)- RFAG exerceu cargo eletivo entre 1995/97, depois se aliou à Guterres Filho integrando a chapa “Domingos Vieira Filho”, nessa eleição de 2003, se aliou a José Antônio Almeida, e na eleição de 2006, retornará para a *rede* de aliança liderada por Raimundo Marques e se reelegerá novamente para o mandato 2007/09, pela chapa “Clineu César Coelho”; 5)- CCP exerceu cargo eletivo no primeiro mandato do presidente Marques; 6)- para os outros quarenta e um advogados, esta foi a primeira vez no jogo político institucional da OAB/MA, isto equivale a 83,67% das quarenta e nove vagas. Com base nessas informações, constatamos que este foi o *conjunto de ação* menos “experiente”²⁰ no jogo político comparado aos dois anteriores.

Passado três anos, restou constatado que bastou terminar o mandato de 2004/06 para que a aliança construída entre os líderes Guterres, Marques, Gois e Macieira, se desfizesse. Então, chegando o ano de 2006, por conta da pouca influência que exerceu dentro desta *rede* de relações, Guterres Filho realizou uma clivagem com Marques, Gois e Macieira. Em seguida, se aliou a Carlos Nina, Roque Macatrão, Fernando Castro, etc. Com a saída de Guterres Filho, podemos dizer que a *coalizão* integrada por Macieira, Zagallo, Ulisses, Ítalo, Windsor e Valéria, se fortaleceu junto à *clique* composta por Raimundo Marques, Gerson Nascimento, Carlos Couto e Kleber Moreira.

Desses movimentos, formaram-se os dois *conjuntos de ação* de 2006, são eles: 1)- da aliança entre as duas *coalizões* que giravam em torno de Raimundo Marques e Mário Macieira, nasceu a chapa “Clineu César Coelho”, que lançou Guilherme Zagallo como vice-presidente e Caldas Gois para presidente; 2)- da aliança entre os líderes Guterres Filho e Carlos Nina surgiu a chapa “João Itapary”, que lançou Guterres como presidente e Nina para conselheiro federal.

A eleição aconteceu no dia vinte e quatro de novembro de 2006, e a chapa “Clineu César Coelho” venceu com mil duzentos e um votos na capital e duzentos e oitenta e sete votos no interior, totalizando mil quatrocentos e oitenta e oito votos. A chapa “João Itapary” teve novecentos e quarenta e dois votos na capital e cento e

²⁰ A palavra “experiente”, no contexto desta pesquisa, significa que, formalmente, o advogado integrante de um *conjunto de ação*, já participou mais de uma vez das disputas eletivas da OAB/MA.

cinquenta e dois votos no interior, totalizando mil e noventa e quatro votos (fonte: ata de apuração de 24.11.2006). Os números demonstram uma diferença de trezentos e noventa e quatro votos.

Segue os quarenta e nove advogados que integravam a chapa vencedora “Clineu César Coelho”: para presidente, José Caldas Gois, para vice presidente, José Guilherme Carvalho Zagallo, como secretário geral, Antônio Américo Lobato Gonçalves, para secretário geral adjunto, Maria de Fátima Sousa Buhatem, para tesoureiro, Gerson Silva Nascimento, para conselheiro federal, Ulisses César Martins de Sousa, Raimundo Ferreira Marques e José Brito de Souza, para conselheiro federal suplente, Carlos Augusto Macedo Couto e Jânio de Oliveira, para presidente da Caixa de Assistência, Carlos Roberto Feitosa Costa, para vice presidente da Caixa de Assistência, José Olívio de Sá Cardoso Rosa, para secretário geral da Caixa de Assistência, Christian Gomes de Oliceira, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Lúcio Flávio da Rocha Castro, para tesoureiro da Caixa de Assistência, VBBF, para suplentes da Caixa de Assistência, FGF, OAR e RFAG, para conselheiros estaduais titulares, AFASL, AAB, BFL, CGBC, CSCC, CHMD, GRL, IFGA, JDSSR, JBD, JABJ, KM, MAM, MGA, PAM, RLAT, SDCCJ e WSS, para conselheiros estaduais suplentes, AMP, HGSE, JRM2, LPBCOS, LGF, LACP, LAHC, MACL, MFGL, NVC, PJS e TJSC (fonte: ata de apuração de 24.11.2006).

Sobre este *conjunto da situação*, podemos afirmar o seguinte: 1)- quatro nomes provieram daquela primeira configuração formada entre 1983/89, são eles: Kleber Moreira, José Caldas Gois, Arnaldo de Assis Bastos e João Batista Dias; 2)- dois participaram da segunda configuração formada entre 1989/95, são eles: Jougla Abreu Bezerra Júnior e Francisco Gomes Feitosa; 3)- seis entraram em 01.02.1995 e agora retornaram pela quinta vez seguida, são eles: Raimundo Ferreira Marques, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Carlos Augusto Macedo Couto, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Carlos Roberto Feitosa e João Batista Dias; 4)- dois entraram em 01.01.1998 e agora retornam pela quarta vez seguida, são eles: Gerson Silva Nascimento e Vinícius Bernardinho Bezerra Fialho; 5)- MFSB participou do terceiro mandato do presidente Raimundo Marques; 6)- JOSCR participou do primeiro e do terceiro mandato de Raimundo Marques; 7)- RFAG participou do primeiro mandato de Raimundo Marques; 8)- cinco participaram dos últimos dois pleitos e agora retornam pela terceira vez, são eles: LAHC, LFRC, OAR, BFL e CGO; 9)- nove entraram no primeiro mandato do presidente Caldas Gois e agora retornam no segundo, são eles:

Mário de Andrade Macieira, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo, José Guilherme Carvalho Zagallo, Ulisses Sousa, Windsor Silva dos Santos, Joana D’Arc Silva Santiago Rabelo, Jânio de Oliveira, Lucyléa Gonçalves França e Pedro Jarbas da Silva; 10)- os outros dezoito, chegaram formalmente pela primeira vez no jogo político, isto equivale a 36,73% das quarenta e nove vagas.

Podemos dizer, também, que dos cento e vinte e nove advogados que exerceram cargos eletivos ao longo desses cinco últimos pleitos, entre 01.02.1995 e 31.12.2009, apenas nove estavam em todos esses mandatos, são eles: Raimundo Ferreira Marques, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Carlos Augusto Macedo Couto, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Carlos Roberto Feitosa Costa, João Batista Dias, Kleber Moreira, José Caldas Gois e Francisco Gomes Feitosa.

Daqueles dez nomes que faziam parte da base anterior de apoiadores, apenas Francisco Castro Conceição não retornou neste pleito. Os outros nove continuaram e mantiveram-se exercendo importantes postos dentro da entidade.

São os quarenta e nove integrantes da *chapa de oposição* “João Itapary”: para presidente, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, para vice presidente, Alexandre Maia Lago, como secretário geral, Jane Rose Cunha Bentivi, para secretário geral adjunto, Rosecleine Floriana de B. e Pontes, para tesoureiro, Luiz Roberto de Menezes Gomes, para conselheiro federal, Oscar Gundin, Walmir de Jesus Moreira S. Júnior e Carlos Sebastião Silva Nina, para conselheiro federal suplente, Adroaldo Souza e João Marques Farias Filho, para presidente da Caixa de Assistência, Francisco José Ramos da Silva, para vice presidente da Caixa de Assistência, CMGC, para secretário geral da Caixa de Assistência, GHCM, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, NJCF, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Oton Leite Fernandes, para suplentes da Caixa de Assistência, Roque Pires Macatrão, José Luís da Silva Santana e Antônio de Paula Pereira, para conselheiros estaduais titulares, AAS, CLPM, FJMC, FPC, FCS, FMMC, GAL, GCA, HAP, IMM, IRBDF, LPA, MAI, MCRA, MZLO2, SAFF, SFGPC, TASB e WFS, para conselheiros estaduais suplentes, CCBB, JRB, JSOG, JCTD, JPAMN, MAMA, MAPF, OHGA, PSN, RBA, RGC e RECM (fonte: ata de apuração de 24.11.2006).

Sobre este *conjunto de ação*, constatamos o seguinte: 1)- quatro participaram da primeira configuração formada entre 1983/89, são eles: Carlos Nina, Henrique de Araújo Pereira, Roque Pires Macatrão e Fernando José Machado Castro; 2)- três participaram da segunda configuração que se formou entre 1989/95, são eles: Adroaldo

Souza, Ieda Maria Moraes e Luís Augusto de Miranda Guterres Filho; 3)- Luiz Roberto de Menezes Gomes e Francisco Manuel Martins Carvalho estavam na chapa “Doroteu Ribeiro” no pleito anterior; 4)- Oton Leite Fernandes fez parte dos três mandatos do presidente Raimundo Marques, mas, em 2003, rompeu e integrou a chapa de oposição “José Santos” liderada por Nina; 5)- Oscar Gundin exerceu mandato em 1995/97 e integrou a chapa de oposição “Jose Santos” em 2003; 6)- Francisco José Ramos da Silva fez parte do terceiro mandato do presidente Marques; 7)- Jane Rose Cunha Bentivi fez parte do terceiro mandato de Raimundo Marques e em 2003 integrou a chapa de oposição “José Santos”; 8)- quatro integraram, na eleição passada, a chapa de oposição “José Santos”, são eles: RECM, WJMSJ, OHGA e CMGC; 9)- cinco integraram, na eleição passada, a outra chapa de oposição “Advogado Soares da Fonseca”, são eles: JMFF, WFS, AML2, AAS e FPC; 10)- e por fim, para os outros vinte e sete restantes, foi a primeira vez que participaram do jogo político institucional, o que corresponde a 55,10% das quarenta e nove vagas em disputa.

Portanto, podemos dizer que mais da metade dos integrantes desse *conjunto de ação*, eram pessoas que nunca haviam antes participado, formalmente, do processo de seleção dos dirigentes políticos da OAB/MA.

CAPÍTULO 7: ASCENÇÃO DE UM LÍDER (01.01.2010-31.12.2015)

Depois da derrota do dia vinte e quatro de novembro de 2006, não tardou para Luís Augusto de Miranda Guterres Filho começar tecer uma nova *rede* de relações. Primeiro, se desligou da aliança feita com Carlos Nina, Roque Macatrão, Francisco Castro, Oton Leite Fernandes, etc. Em seguida, iniciou um movimento que meses depois foi denominado de “Inova OAB”. Fundamentado na entrevista com Daniel Blume, que ao lado de Guterres Filho, foi um dos líderes do movimento, o “Inova OAB” começou se formar no final do ano de 2007.

Sobre Daniel Blume Pereira de Almeida (fonte: entrevista realizada com Daniel Blume Pereira de Almeida, em São Luís/MA, no dia 03.11.2015), podemos dizer que seu avô materno Joseli Pereira, nasceu em São Luís e foi membro da Polícia Militar do Maranhão. Já a avó materna, é originária de Pinheiro/MA e não trabalhava formalmente, ficava em casa tomando conta “do lar”. O avô paterno, Augustinho Moura de Almeida, era natural do Rio Grande do Sul e coronel do exército, comandou durante dois anos o 24BC na década de 1970, depois foi transferido para Brasília, se aposentou do exército no Rio de Janeiro e nunca mais retornou para São Luís. *Historicamente, toda a família do meu pai era militar, meu avô, meu bisavô, meu tataravô. Meu pai que quebrou a linha. A avó paterna é carioca, e assim como a avó materna, também nunca trabalhou fora do “lar”. A ligação entre essas duas famílias aconteceu quando o coronel Augustinho foi transferido do Rio de Janeiro para comandar o 24BC em São Luís/MA. Foi nesse período que seu filho caçula conheceu e começou namorar a filha do policial Joseli. Alguns anos depois, casaram-se. Deste casamento nasceram três filhos homens.*

Daniel Blume é o primogênito da união matrimonial de Djalma Blume de Almeida com Sônia Maria Pereira de Almeida e o único da família que seguiu a carreira jurídica. Seu irmão do meio, Rafael Blume, é engenheiro civil. O irmão caçula, Danilo Blume, é publicitário. Seu pai formou-se em engenharia civil pela Universidade Estadual do Maranhão, é originário da cidade do Rio de Janeiro e dono da própria construtora. Sua mãe é ludovicense, poetiza, escritora, professora de inglês e francês, graduada em Letras, mestre e doutora em educação e membro da Academia Maranhense de Letras. Nascido em São Luís, no dia 27.10.1977, Daniel Blume Pereira de Almeida estudou no Colégio Literato durante toda sua vida escolar até o terceiro ano científico.

Com base nessas informações, podemos dizer que a “família” de Daniel lhe proporcionou tempo livre para que ele pudesse se dedicar aos estudos e às outras

atividades extracurriculares, como, por exemplo, aulas de inglês e prática de esportes. Daniel Blume desde a infância fez cursos de inglês e aulas de Karatê. Aliás, foi no Karatê que conheceu Mário Macieira. Durante a infância e adolescência Daniel se aproximou também de Ulisses Sousa e Valéria Lauande. O primeiro porque suas mães eram amigas de faculdade, fizeram juntas a graduação em Letras na UFMA. A segunda, porque aos quinze anos Daniel começou namorar a irmã do namorado de Valéria. Anos depois, ambos os casais se casaram.

Em 1996 Daniel entrou para a faculdade de direito na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Três anos depois, começou estagiar no escritório de advocacia do ex-procurador de Estado e fundador do IAM na década de 1980, Pedro Leonel Pinto de Carvalho. Foi nessa época que ele teve seu primeiro contato com a “política de Ordem”. Conforme demonstramos nos capítulos anteriores, Pedro Leonel, enquanto membro fundador do IAM, estava diretamente ligado aos dirigentes da OAB/MA, participando de vários mandatos, seja exercendo postos eletivos, seja integrando comissões. Isto permitiu Daniel se aproximar da instituição e ingressar, dois anos depois, como professor da Escola Superior da Advocacia (ESA). No final da faculdade, perto da formatura, paralelamente aos estudos e ao estágio, Daniel passou a ser assessor da Câmara dos Vereadores de São Luís, integrando a Comissão de Constituição e Justiça.

Em 2000, com vinte e três anos de idade, graduou-se bacharel em direito. Depois, e na sequência, passou em primeiro lugar no Exame da “Ordem”. Em seguida, no dia 26.10.2001, ingressou nos quadros da OAB/MA como advogado.

Em 2002, tornou-se sócio de Pedro Leonel, no escritório de advocacia *Pedro Leonel Pinto de Carvalho & Advogados Associados* e professor de Direito Processual Civil da ESA. Este também foi o período que, segundo ele, começou perceber uma carência muito grande da participação dos “jovens-advogados” dentro da instituição. Em 2003, passou no concurso público e tornou-se procurador do Estado do Maranhão. Enquanto procurador, foi presidente da Associação dos Procuradores do Maranhão e membro do conselho deliberativo da Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE.

Em 2006, ano eleitoral na OAB/MA, Daniel já estava envolvido na “política de Ordem”, contudo, ainda não podia participar formalmente das disputas, por ter menos de cinco anos de inscrição na entidade, e dessa forma ficava impedido pela cláusula de barreira.

Todavia, não deixou de atuar nos bastidores, apoiando José Caldas Gois. Segundo Daniel, o apoio à Caldas Gois decorreu por causa da sua antiga amizade com Ulisses Sousa. Vale lembrar que em 2006, Ulisses Sousa além de ser candidato à reeleição para o conselho federal pelo *conjunto de ação* encabeçado por Caldas Gois, exercia também o posto de procurador geral do Estado, sendo, portanto, colega e chefe de Daniel na procuradoria. Importante ressaltar, ainda, que neste mesmo ano eleitoral de 2006, Guterres Filho convidou Daniel Blume para ser seu vice-presidente pela chapa “João Itapary”. No entanto, por não ter os cinco anos de inscrição na OAB e pela amizade com Ulisses Sousa, Daniel Blume recusou o convite de Guterres e apoiou Caldas Gois, conforme segue seu depoimento:

[...] meu cenário de OAB era Guterres como oposição, Adroaldo como oposição, que é uma pessoa que eu respeito muito e o ‘grupo’ do dr. Raimundo Marques como situação. Esse era o cenário [...] eu sempre me dei bem com todos os lados, inclusive na reeleição do dr. Gois eu participei efetivamente da campanha. O Guterres me chamou pra ser vice dele [...] pouca gente sabe disso, isso é uma revelação. Guterres me chamou. -*Daniel você é um jovem advogado, eu queria que você fosse meu vice.* Só que ele como oposição muito forte [...] dr. Gois era candidato a reeleição e Guterres era oposição. [...] Nesse período o dr. Ulisses César era conselheiro federal e [...] Procurador Geral do Estado. Eu agradeci ao dr. Guterres a oportunidade e apoiei o dr. Caldas Gois em função do dr. Ulisses. [...] Mas fiquei com essa dívida de gratidão ao dr. Guterres, por ele ter me honrado com esse convite, eu que não tinha cinco anos, foi um outro motivo. Ulisses me chamou para ser conselheiro seccional, e eu disse pra Ulisses que eu não poderia [...] Primeiro porque Guterres tinha me honrado com o convite pra ser vice e segundo porque eu não tinha os cinco anos. [...] Como eu não tinha idade, nós reunimos nosso ‘grupo’ da procuradoria, e indicamos dr. Gustavo Castro (*Carlos Gustavo Brito Castro*) pra ser o representante dos procuradores, porque ele já tinha os cinco anos, e na época ele era o presidente da associação dos procuradores, nós achamos que ele estava mais do que legitimado pra ocupar a função. Eu, Augusto Brandão, que é o atual presidente da associação, e o então presidente Carlos Gustavo, decidimos que ele seria a melhor escolha, e apoiamos pela renovação, [...] pelo Ulisses. Nós decidimos apoiar o dr. Gois, e ele acabou vencendo a eleição. [...] (fonte: entrevista realizada com Daniel Blume Pereira de Almeida, em São Luís/MA, no dia 03/11/2015).

Da análise do depoimento *supra*, se denota que em 2006: 1)- Daniel já era conhecido e reconhecido como um líder entre os principais agentes que disputavam o jogo político institucional; 2)- existia uma *rede* de alianças, da qual Daniel fazia parte, com peso suficiente para desequilibrar a “balança de poder” da instituição.

Assim, podemos dizer que Daniel Blume integrava um segmento da *rede* (LANDÉ, 1977), distinto, tanto da *coalizão* integrada por Ulisses Sousa, Mário Macieira, Valéria Lauande, Ítalo Gomes, Guilherme Zagallo e Windsor Silva, quanto da *clique* composta por Raimundo Marques, Gerson Nascimento, Carlos Couto e Kleber Moreira.

Com base no depoimento de Blume, nos estudos de *trajetórias* e nas análises *sociométricas* que fizemos nesta pesquisa, podemos dizer que, entre 2006 e 2015, a *rede* de alianças que processualmente se configurou em torno de Daniel, foi composta pelos seguintes agentes, são eles: Alex Oliveira Murad, Carlos Henrique Falcão de Lima, Felipe Costa Camarão, Norberto José da Cruz Filho, Sidney Filho Nunes Rocha, Daniel Endrigo Almeida Macedo, Eduardo Aires Castro, Carlos Gustavo Brito Castro e Thiago Brhanner.

Segundo Daniel, mesmo tendo em 2006, apoiado e colaborado com Ulisses Sousa, Mário Macieira, Raimundo Marques, Caldas Gois, etc., ele ainda estava insatisfeito com a participação dos “jovens-advogados” e da “advocacia pública”, dentro da OAB/MA.

Por conta disso, no final do ano de 2007, aceitou o segundo chamado de Guterres Filho e encabeçou o movimento que mais tarde se intitulou “Inova OAB”. *Foi quando nós começamos a defender as bandeiras da “advocacia jovem”, da “advocacia pública”, da “renovação”, da “ampliação de espaço”* (fonte: entrevista realizada com Daniel Blume Pereira de Almeida, em São Luís/MA, no dia 03.11.2015).

Do outro lado, isto é, do lado da *rede* de alianças que controlava a entidade, conforme destacamos *sociometricamente* no capítulo anterior, verificamos que dos cento e vinte e nove advogados que exerceram cargos eletivos durante os cinco pleitos compreendidos entre 01.02.1995 e 31.12.2009, apenas dez advogados exerceram mandatos em todos eles, que são: José Caldas Gois, Raimundo Ferreira Marques, Gerson Silva Nascimento, Carlos Couto, Kleber Moreira, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Carlos Roberto Feitosa Costa, João Batista Dias e Francisco Gomes Feitosa.

Assim, podemos afirmar que, ao longo dos triênios de 1995/07, 1998/00, 2001/03, 2004/06 e 2007/09, os advogados, Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Carlos Roberto Feitosa Costa, João Batista Dias e Francisco Gomes Feitosa, equilibraram, em aliança com Raimundo Ferreira Marques, Gerson Silva Nascimento, José Caldas Gois, Kleber Moreira e Carlos Augusto Macedo Couto, a “balança de poder” da entidade.

Dentre esses agentes acima listados, por ter exercido postos hierarquicamente importantes dentro da *teia de interdependência* que se formou ao longo de quinze anos, podemos destacar o advogado-dirigente Roberto Feitosa. Por exemplo, nos dois últimos mandatos, Roberto Feitosa havia sido presidente da Caixa de Assistência da OAB/MA,

que sempre foi um posto bastante disputado dentro da hierarquia dos cargos. Daí, resta concluir, que na *relação de poder* estabelecida entre 1995 e 2009, Roberto Feitosa, por conta da sua trajetória na entidade, trazia um conjunto de recursos ligados à posse de uma *rede* durável de relações (BOURDIEU, 1997), que o autorizava candidatar-se à presidência da instituição.

Assim, chegado o ano eleitoral de 2009, os nomes de Carlos Roberto Feitosa e Mário de Andrade Macieira surgiram em concorrência para substituir Caldas Gois. Talvez pela maior quantidade de apoiadores e crescente influência que vinha ocorrendo ao longo dos anos, a “balança de poder” pendeu para o lado de Mário Macieira. Em resumo, Feitosa perdeu a disputa dentro da configuração da qual fazia parte há quinze anos, para um adversário que era integrante há seis anos.

Por conta, então, do apoio que a *coalizão* liderada por Marques deu à Macieira, Roberto Feitosa se desligou da sua antiga aliança, e junto com ele, mais dezessete outros dirigentes também se desligaram, são eles: Francisco Gomes Feitosa, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Adalberto Flávio de Araújo da Silveira Leite, Arnaldo de Assis Bastos, Vândir Bernardino Bezerra Fialho, Christian Gomes de Oliceira, Carlos Seabra de Carvalho Coelho, Luís Américo Henrique de Castro, Pedro Jarbas da Silva, Otávio dos Anjos Ribeiro, Luís Roberto de Menezes Gomes, Jouglas Abreu Bezerra Júnior, Jezanias do Rego Monteiro, Marco Aurélio Gonzaga Santos, Ricardo Luis de Almeida Teixeira, Tadeu de Jesus e Silva Carvalho e Charles Henrique Miguez Dias.

Observamos, portanto, cinco movimentos ao longo do segundo mandato do presidente José Caldas Gois (2007/09): 1)- o primeiro foi a *clivagem* de Luís Augusto de Miranda Guterres Filho com o “grupo” integrado por Carlos Sebastião Silva Nina, Roque Pires Macatrão, Oton Leite Fernandes, Fernando Castro, etc.; 2)- o segundo foi o rompimento do procurador de Estado, Daniel Blume Pereira de Almeida com o *conjunto de ação* liderado por Caldas Gois e Raimundo Marques; 3)- o terceiro foi o surgimento de um *novo movimento de oposição*, coordenado por Luís Augusto de Miranda Guterres Filho e encabeçado por Daniel Blume Pereira de Almeida, chamado de “Inova OAB”; 4)- o quarto foi a indicação, pelo *conjunto de ação* liderado por Raimundo Marques e José Caldas Gois, do nome de Mário de Andrade Macieira, como pré-candidato à presidente da instituição, em desfavor de Carlos Roberto Feitosa; 5)- o quinto foi a clivagem de dezessete advogados-dirigentes, dentro do *conjunto de ação* liderado por Raimundo Ferreira Marques, decorrente, justamente, da escolha por Mário de Andrade Macieira.

Segundo o presidente José Caldas Gois, sua opção por Mário Macieira foi porque ele era advogado, era conselheiro, um conselheiro que contribuiu bastante para a valorização da advocacia, para modernização da OAB, mas, acima de tudo, foi porque dos trinta e oito advogados que compareceram ao chamado feito pelo seu “grupo político”, com o *fito* de eleger quem sairia candidato a presidente, se Roberto Feitosa ou Mário Macieira, unanimemente, todos votaram neste último. *Então eu, como uma pessoa de “grupo”, como presidente da OAB, e tendo a honra de ter Mário Macieira como excelente colaborador, eu não posso deixar de apoiar sua candidatura* (fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=VPaICI1K830>, vídeo da internet acessado em 08.08.2016).

Para Raimundo Ferreira Marques, o apoio a Mário Macieira se deu pelas qualidades, pela competência e pelo preparo que ele demonstrava (fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=k7wL9VnrjWk>, vídeo da internet acessado em 08.08.2016). Já para o procurador do estado Valdênio Nogueira Caminha, que chegava, formalmente, pela primeira vez no jogo político da entidade, o apoio a Mário Macieira ocorreu porque ele acreditava que Mário ia dar continuidade aos atos da gestão anterior, mas, também, ia renovar com seriedade e tranquilidade para um novo rumo, preparando para que a OAB/MA se tornasse cada vez mais presente no dia a dia dos advogados, sejam eles privados, como também dos advogados públicos (fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eEQWBki6Cuk>, vídeo da internet acessado em 08.08.2016). Por fim, Valéria Lauande afirmava que seu apoio a Macieira, se dava, porque ele era o candidato que melhor representava a advocacia maranhense, com condições pessoais, morais e profissionais de desempenhar uma função tão nobre quanto a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil na Seccional do Maranhão (fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4fIQp8WFCpY>, vídeo da internet acessado em 08.08.2016).

Pelo exposto, denota-se que a *rede* de relações que se configurou na eleição de 2009, se desenhou da seguinte forma: 1)- de um lado, o *conjunto de ação* formado por duas *coalizões* em aliança (I- Mário Macieira, Valéria Lauande, Guilherme Zagallo, Ulisses Sousa, etc.; II- Raimundo Marques, Carlos Couto, Gerson Nascimento e Kleber Moreira) que tinha dessa vez Mário de Andrade Macieira como *ego* principal; 2)- do outro, três configurações oposicionistas.

A primeira era o “Inova OAB”, que girava em torno de Daniel Blume e Guterres Filho. A segunda era a configuração que girava em torno de Carlos Nina, Roque

Macatrão, Oton Leite Fernandes, Isaac Dias e Adalberto Flávio de Araújo da Silveira Leite. Sobre este último advogado, podemos dizer que foi o único nome, daquele “grupo” dos dezessete dirigentes que se desligaram da aliança feita com Raimundo Marques e Caldas Gois, que apoiou Carlos Nina. Todos os outros quinze, apoiaram Roberto Feitosa. A terceira configuração era, justamente, a desses quinze advogados-dissidentes (*com exceção de AFASL*), girando em torno de Roberto Feitosa.

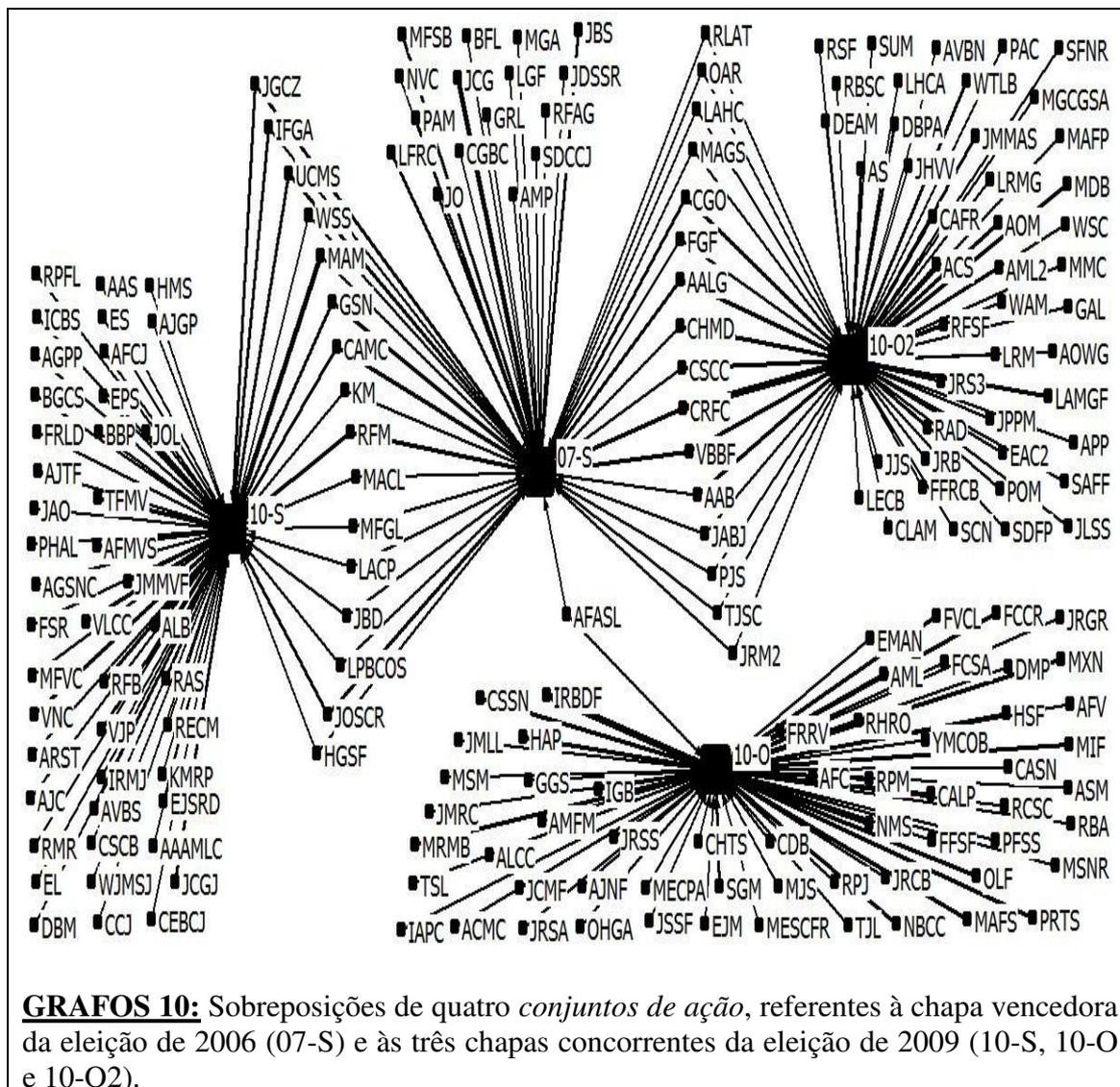
Durante a campanha, depois de muito desgaste político entre os quatro pré-candidatos, em catorze de outubro de 2009, o “Inova OAB”, liderado por Daniel Blume, realizou uma aliança com o *grupo dos dezesseis advogados-dissidentes*, encabeçado por Feitosa (fonte: <http://raimundopenha.blogspot.com.br/2009/11/juntos-pela-desordem-da-oab-do-maranhao.html>, página da internet acessada em 08.08.2016).

A partir de então, o cenário eleitoral modificou-se. Da composição entre o “Inova OAB”, com o “grupo” de Roberto Feitosa, surgiu a *chapa* “Juntos pela Ordem”. O “grupo político” de Carlos Nina, Roque Pires Macatrão, Oton Leite Fernandes, etc., formaram a *conjunto de ação* denominado “Jámenes Calado”, encabeçado por Isaac Dias e apoiado por Adalberto Flávio de Araújo da Silveira Leite.

Já a *coalizão* formada por Raimundo Marques, Carlos Couto, Gerson Nascimento e Kleber Moreira, apoiou Mário Macieira para presidente e Valéria Lauande para vice, formando a *chapa* “Avançar Sempre”. Importante ressaltar, que além de Macieira e Lauande ocuparem os principais postos dentro deste *conjunto de ação*, verificamos, também, que Ulisses Sousa e Guilherme Zagallo ocupavam os disputados postos de conselheiros federais. Logo, podemos dizer que neste ano eleitoral de 2009, foi o momento que a *coalizão* formada por Macieira, Lauande, Zagallo, Ulisses, Windsor e Ítalo, ascenderam verticalmente dentro da *rede* de alianças (LANDÉ, 1977), que estruturava as “relações de poder” da instituição.

Os *grafos* da próxima página demonstram tudo o que foi dito até o momento, dando especial destaque para a *clivagem* dos dezessete dirigentes dissidentes, são eles: Adalberto Flávio de Araújo da Silveira Leite (AFASL), Carlos Roberto Feitosa Costa (CRFC) Francisco Gomes Feitosa (FGF), Antônio Américo Lobato Gonçalves (AALG), Arnaldo de Assis Bastos (AAB), Vandir Bernardino Bezerra Fialho (VBBF), Christian Gomes de Oliceira (CGO), Carlos Seabra de Carvalho Coelho (CSCC), Luís Américo Henrique de Castro (LAHC), Pedro Jarbas da Silva (PJS), Otávio dos Anjos Ribeiro (OAR), Luís Roberto de Menezes Gomes (LRMG), Jouglas Abreu Bezerra Júnior (JABJ), Jezanias do Rego Monteiro (JRM), Marco Aurélio Gonzaga Santos (MAGS),

Ricardo Luis de Almeida Teixeira (RLAT), Tadeu de Jesus e Silva Carvalho (TJSC) e Charles Henrique Miguez Dias (CHMD).



Assim, chegado o dia da eleição em vinte de novembro de 2009, saiu vencedora a chapa “Avançar Sempre”, representada na imagem acima pelo símbolo 10-S, com mil quatrocentos e cinquenta e sete votos na capital, mais trezentos e sessenta e oito votos no interior, totalizando mil oitocentos e vinte e cinco votos. O segundo colocado foi a chapa “Juntos pela Ordem”, representada pelo símbolo 10-O2, com mil quatrocentos e oito votos na capital, mais trezentos e treze votos no interior, totalizando mil setecentos e vinte e um votos. Por fim, o terceiro colocado foi a chapa “Jámenes Calado”, representada pelo símbolo 10-O, com duzentos e dezesseis votos na capital, mais dezesseis votos no interior, totalizando duzentos e trinta e dois votos (fonte: ata de apuração de 20.11.2009).

Segue, então, os sessenta advogados que participaram da chapa vencedora “Avançar Sempre”: para presidente, Mário de Andrade Macieira, para vice presidente, Valéria Lauande Carvalho Costa, como secretário geral, Carlos Augusto Macedo Couto, para secretário geral adjunto, Ana Flávia Melo e Vidigal Sampaio, para tesoureiro, Valdênio Nogueira Caminha, para conselheiro federal, José Guilherme Carvalho Zagallo, Raimundo Ferreira Marques e Ulisses César Martins de Sousa, para conselheiro federal suplente, Adailton Lima Bezerra, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo e José Caldas Gois Júnior, para presidente da Caixa de Assistência, Gerson Silva Nascimento, para vice presidente da Caixa de Assistência, José Olívio de Sá Cardoso Rosa, para secretário geral da Caixa de Assistência, Terezinha de Fátima Marques Vale, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Rosimeire de Freitas Barros, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Valter de Jesus Praseres, para suplentes da Caixa de Assistência, Antônio José Garcia Pinheiro, Francisco Raimundo Lima Diniz e Rodrigo Maia Rocha, para conselheiros estaduais titulares, AJC, AGPP, AVBS, AGSNC, AAS, AFCJ, ARST, BBP, CSCB, EJSRD, EL, ES, EPS, HGSF, IRMJ, ICBS, JBD, JAO, KMRP, KM, LPBCOS, LACP, MACL, RPFL, WJMSJ e WSS, para conselheiros estaduais suplentes, AAAMLC, AJTF, BGCS, CCJ, CEBCJ, DBM, FSR, HMS, JMMVF, JOL, MFGL, MFVC, PHAL, RAS e RECM (fonte: ata de apuração de 20.11.2009).

Sobre este *conjunto da situação*, podemos afirmar o seguinte: 1)- somente Kleber Moreira exerceu mandato entre 01.02.1983 e 01.02.1995, ou seja, dos 100 advogados que participaram das duas primeiras configurações, correspondente aos pleitos de 1983/85, 1985/87, 1987/89, 1989/91, 1991/93 e 1993/95, apenas Kleber Moreira se reelegeu no ano 2009, nenhum outro agente deste período, retornou neste triênio; 2)- três exerceram cargos eletivos nos últimos cinco pleitos e agora se reelegeram pela sexta vez consecutiva, são eles: Raimundo Ferreira Marques, Carlos Augusto Macedo Couto e João Batista Dias; 3)- somente Gerson Silva Nascimento exerceu cargo eletivo nos últimos quatro pleitos seguidos e agora se reelegeu pela quinta vez consecutiva; 3)- José Olívio de Sá Cardoso Rosa participou do primeiro e do terceiro mandato do presidente Raimundo Marques e dos dois pleitos do presidente José Caldas Gois, agora retornou pela quinta vez neste primeiro mandato do presidente Macieira; 4)- Benedito Bayma Piorski, Francisco Raimundo Lima Diniz e Valéria Lauande, que participaram do primeiro mandato do presidente Caldas Gois, agora retornaram pela segunda vez neste pleito; 5)- Ítalo Fábio Gomes de Azevedo, Mário de

Andrade Macieira, Windsor Silva dos Santos, José Guilherme Carvalho Zagallo e Ulisses César Martins de Sousa, participaram dos dois mandatos do presidente Caldas Gois; 6)- cinco exerceram postos eletivos no pleito anterior, agora retornam pela segunda vez, são eles: MACL, LACP, LPBCOS, MFGL e HGSE; 7)- Francisco Soares Reis e Rosimeire de Freitas Barros, integraram a chapa de oposição “Domingos Vieira Filho”, encabeçada por Guterres em 1997; 8)- IRMJ, EJSRD e CSCB, participaram da chapa de oposição “Advogado Durval Soares da Fonseca”, no ano eleitoral de 2003; 9)- AAAMLC e AFMVS, participaram da chapa de oposição “José Santos”, no ano eleitoral de 2003; 10)- Antônio Augusto Sousa participou em 2003 do *conjunto de ação* “Advogado Durval Soares da Fonseca”, e da chapa de oposição “João Itapary”, no ano eleitoral de 2006; 11)- RECM e WJMSJ participaram em 2003 da chapa de oposição “José Santos”, e da chapa de oposição “João Itapary”, em 2006; 12)- e, por fim, para os outros trinta e um advogados, esta foi a primeira vez no jogo político institucional, o que equivale a 51,66% das sessenta vagas disponíveis.

Observamos que dos 170 advogados que exerceram cargos eletivos nos seis últimos pleitos, correspondentes aos triênios de 1995/97, 1998/00, 2001/03, 2004/06, 2007/09 e 2010/12, somente Kleber Moreira, Raimundo Marques, Carlos Augusto Macedo Couto e João Batista Dias retornaram em todos eles. Gerson Silva Nascimento reelegeu-se, consecutivamente, nas últimas cinco vezes. Formalmente, José Caldas Gois não retornou neste último mandato, mas, estava representado pelo seu filho José Caldas Gois Júnior, que foi eleito conselheiro federal suplente. Estes resultados ratificam as afirmações anteriores referentes à grande clivagem ocorrida em 2009, dentro da *rede* de alianças que equilibrava a “balança de poder” da instituição até então.

Estes números também corroboram as afirmações sobre a ascendente influência, dentro da entidade, de Mário Macieira e de sua *clique* de amigos-seguidores. Conforme demonstrado *supra*, podemos dizer que no *conjunto de ação* “Avançar Sempre”, a forte influência de Mário Macieira conseguiu renovar, quase que totalmente, com exceção de Kleber Moreira, todos os nomes que participaram das duas primeiras configurações (1983-1995), assim como, desfazer, também, quase que completamente, com exceção de João Batista Dias, aquela base de sustentação formada pelos cinco nomes que haviam sido reeleitos desde 1995.

Segue os sessenta advogados da chapa “Juntos pela Ordem”: para presidente, Carlos Roberto Feitosa Costa, para vice presidente, Daniel Blume Pereira de Almeida, como secretário geral, Christian Gomes de Oliceira, para secretário geral adjunto, Alex

Oliveira Murad, para tesoureiro, Wagner Tobias Lima Barreto, para conselheiro federal, Antônio Américo Lobato Gonçalves, Carlos Seabra de Carvalho Coelho e Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, para conselheiro federal suplente, Charles Henrique Miguez Dias, Judith Maria Moura de Almeida Silva e Miguel Daladier Barros, para presidente da Caixa de Assistência, Arnaldo de Assis Bastos, para vice presidente da Caixa de Assistência, Adroaldo Souza, para secretário geral da Caixa de Assistência, Amélia Carvalho e Silva, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Robert Frederico Silva Fontoura, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Vandir Bernadinho Bezerra Fialho, para suplentes da Caixa de Assistência, Antônio de Paula Pereira, Jougla Abreu Bezerra Júnior e Otávio dos Anjos Ribeiro, para conselheiros estaduais titulares, AOWG, AML2, CAFR, DEAM, FFRCB, GAL, JRM2, JJS, JHVV, JRS3, JPPM, LECB, LHCA, LAHC, LRMG, MAFP, MAGS, MGCGSA, RBSC, RLAT, RSF, SAFF, SFNR, SUM, SDFP e WAM, para conselheiros estaduais suplentes, AVBN, CLAM, EAC2, FGF, JRB, JLSS, LRM, MMC, PAC, PJS, POM, RAD, SCN, TJSC e WSC (fonte: ata de apuração de 20.11.2009).

Sobre este *conjunto de ação*, verificamos o seguinte: 1)- apenas Arnaldo de Assis Bastos participou da primeira configuração existente entre 1983/1989, além de ter sido reeleito em 1995/97, 1998/00, 2004/06 e 2007/09; 2)- Francisco Gomes Feitosa, Adroaldo Souza, Jougla Abreu Bezerra Júnior e Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, representam aqueles que exerceram mandatos durante a segunda configuração formada entre 1989/95; 3)- quatro, pela primeira vez, elegeram-se na eleição passada pela chapa “Clineu César Coelho”, são eles: Carlos Seabra de Carvalho Coelho, Charles Henrique Miguez Dias, Ricardo Luís de Almeida Teixeira e Jezanias do Rego Monteiro; 4)- Carlos Roberto Feitosa e Antônio Américo Lobato Gonçalves, exerceram cargos eletivos nos cinco últimos mandatos; 5)- Vandir Bernadinho Bezerra Fialho exerceu cargos eletivos nos quatro últimos mandatos; 6)- Tadeu de Jesus e Silva Carvalho integrou, na eleição passada, a chapa “Clineu César Coelho” e a chapa “Domingos Vieira Filho”, na eleição de 1997; 7)- Marco Aurélio Gonzaga Santos integrou a chapa vencedora na eleição passada e a chapa de oposição “Advogado Durval Soares da Fonseca”, na eleição de 2003; 8)- Luiz Américo Henrique de Castro, Christian Gomes de Oliceira e Otávio dos Anjos Ribeiro, integraram as chapas vencedoras nas eleições de 2000, 2003 e 2006; 9)- Pedro Jarbas da Silva integrou as chapas vencedoras nas eleições de 2003 e 2006; 10)- cinco integraram a chapa “João Itapary” na eleição passada, são eles: Antônio de Paula Pereira, Jacques Rocha Brauna, Sebastião Antônio

Fernandes Filho, José Luís da Silva Santana e Geomilson Alves Lima; 11)- Luiz Roberto de Menezes Gomes integrou a chapa perdedora na eleição passada e a chapa vencedora na eleição de 2003; 12)- Alexandre Maia Lago integrou a chapa perdedora na eleição passada e a chapa “Advogado Durval Soares da Fonseca” na eleição de 2003; 13)- Paulo Afonso Cardoso integrou a *conjunto de ação* “Domingos Vieira Filho” na eleição de 1997; 14)- José Ribamar Serra integrou a chapa de oposição “Advogado Durval Soares da Fonseca” na eleição de 2003; 15)- para os outros trinta e três restantes, foi a primeira vez no jogo político, isto equivale a 55% das sessenta vagas.

Na comparação dos números, constatamos que esta chapa “Juntos pela Ordem”, formalmente, teve mais “inexperientes-jogadores”²¹ que a chapa “Avançar Sempre”.

São os sessenta integrantes do *conjunto de ação* “Jámenes Calado”: para presidente, Isaac Rubens Brito Dias, para vice presidente, Nazaré Bezerra Carvalho Collins, como secretário geral, Sandra Gonçalves Macedo, para secretário geral adjunto, Marco Antônio Ferreira da Silveira, para tesoureiro, Maria Ideltrudes Freitas, para conselheiro federal, Carlos Sebastião Silva Nina, Manuel Ximenes Neto e Roque Pires Macatrão, para conselheiro federal suplente, Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues, Malba do Rosário Maluf Batista e Paulo Roberto Tinoco Silva, para presidente da Caixa de Assistência, Henrique de Araújo Pereira, para vice presidente da Caixa de Assistência, Alexandre Magno Lima, para secretário geral da Caixa de Assistência, Núbia Macedo Sousa, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Francisca Viana da Costa Lopes, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Oton Leite Fernandes, para suplentes da Caixa de Assistência, FRRV, JCMF e MSNR, para conselheiros estaduais titulares, AFASL, AFC, AJNF, APMC, AFV, CDB, CALP, CHTS, DMP, FCSA, FFSF, GGS, IAPC, IGB, JRCA, JMLL, JMRC, JRGR, JRSS, MECPA, OHGA, PFSS, RCSC, RPJ, RHRO e TJL, para conselheiros estaduais suplentes, AMFM, ALCC, ASM, CASN, EJM, EMAN, HSF, JSSF, JRSA, MJS, MSM, RBA, TSL e YMCOB (fonte: ata de apuração de 20.11.2009).

Segue as observações que conseguimos fazer deste *conjunto de ação*: 1)- cinco advogados participaram da primeira configuração formada entre 1983/89, são eles: Carlos Nina, Jose Moanezer Ribeiro Calado, Henrique de Araújo Pereira, Roque Pires Macatrão e Malba do Rosário Maluf Batista; 2)- ninguém participou da segunda configuração formada entre 1989/95; 3)- Adalberto Flávio Araújo da Silveira Leite

²¹ A palavra “inexperiente”, no contexto desta pesquisa, significa que, formalmente, para o advogado integrante de um *conjunto de ação*, é a primeira vez que participa das disputas eletivas da OAB/MA.

exerceu mandato nos cinco últimos pleitos; 4)- Oton Leite Fernandes participou dos três mandatos do presidente Raimundo Marques; 5)- Jane Rose Cunha Bentivi e Teresinha de Jesus Lima, participaram do terceiro mandato do presidente Raimundo Marques; 6)- Roberta Bitencourt Araújo e Isaac Rubens Brito Dias Filho, integraram a chapa de oposição “João Itapary” na eleição passada; 7)- OHGA integrou a *conjunto de ação* “João Itapary” na eleição passada e a chapa oposicionista “José Santos”, na eleição de 2003; 8)- HSF, CHTS e DMP integraram a chapa “José Santos” na eleição de 2003; 9)- para os outros quarenta e cinco advogados, esta foi a primeira vez que participaram do jogo político, isto equivale a 75% das sessenta vagas.

Sobrepondo as três chapas, verificamos que este *conjunto de ação* “Jámenes Calado”, formalmente, tem bem mais “inexperientes-jogadores”, que os outros dois anteriores *conjuntos de ação*.

Encerrado a eleição, ao longo do primeiro mandato do presidente Mário Macieira, dissolveram-se todos aqueles alinhamentos feitos durante o segundo mandato do presidente José Caldas Gois. O movimento “Inova OAB”, internamente, foi perdendo unidade, e externamente, separou-se do “grupo político” daqueles dezesseis *advogados-dirigentes-dissidentes* que tinham como líder Carlos Roberto Feitosa Costa.

Em seguida, Daniel Blume fora eleito presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão e continuou dando aula de processo civil na Escola Superior da Advocacia - ESA. Como presidente da Associação dos Procuradores e professor da Escola Superior de Advocacia, teve, necessariamente, que conviver em muitas ocasiões, com o presidente da OAB/MA, Mário Macieira.

Ao longo desse convívio, segundo Daniel Blume, houve uma aproximação com o presidente Macieira, tendo em vista que, para ele, no que concernia aos rumos da OAB/MA, já existiam muitas coisas em comum entre os dois. Por conta disso, durante o triênio de 2010/12, foi outra vez aproximando-se do “grupo” que comandava a OAB/MA. Então, quando chegou perto do ano eleitoral de 2012, para Daniel Blume, todos os pleitos da “advocacia pública”, o Mário Macieira tinha abraçado, assim como, a “jovem-advocacia” e a “defesa das prerrogativas”. Daí, na campanha eleitoral de 2012, o apoio dele à reeleição do presidente Mário de Andrade Macieira, deu-se naturalmente, *porque já existia uma afinidade* (fonte: entrevista realizada com Daniel Blume Pereira de Almeida, em São Luís/MA, no dia 03.11.2015).

Então, chegado o ano eleitoral de 2012, Mário Macieira e Daniel Blume, já não eram “rivais políticos”, mas, sim, aliados pela chapa “Avançar Sempre Mais”.

Com o apoio do “grupo político” integrado por Daniel Blume (DBPA), Alex Oliveira Murad (AOM), Sidney Filho Nunes Rocha (SFNR), Eduardo Aires Castro (EAC2) e Daniel Endrigo Almeida Macedo (DEAM), e da *coalizão* formada por Raimundo Marques, Carlos Couto, Kleber Moreira e Gerson Nascimento, Mário Macieira reelegeu-se presidente da OAB/MA. Junto com ele, sua *clique* de amigos-seguidores, também, reelegeu-se para os mais importantes postos de comando na estrutura política da entidade. Logo, podemos dizer que, ao longo do pleito 2010/12, a *coalizão* de amigos formada por Mário, Valéria, Zagallo, Ulisses, Ítalo e Windsor, alcançou incontestável liderança dentro da *rede* de alianças que controlava a instituição.

Em 2012, a oposição foi somente encabeçada por Roberto Feitosa. Com a retirada do apoio de Daniel Blume e Guterres Filho²², Carlos Roberto Feitosa se aliou à Charles Dias e articulou uma nova *rede* de alianças para disputar as eleições daquele ano eleitoral, conforme segue: 1)- em relação à chapa “Juntos pela Ordem” (10-O2), liderada por ele na eleição de 2009, nove advogados o acompanharam em 2012, são eles: WAM, PJS, RSF, OAR, JLSS, AAB, LECB, FGF, e JPPM; 2)- e em relação à chapa “Avançar Sempre” (10-S), liderada por Mário Macieira na eleição de 2009, três advogados romperam com o presidente Mário e se aliaram à Roberto Feitosa em 2012, são eles: ARST, ALB e JAO.

Sobre Roberto Charles de Menezes Dias (fonte: entrevista realizada com Roberto Charles de Menezes Dias, em São Luís/MA, no dia 12.11.2015), podemos dizer que seu avô paterno Antônio Alves Dias era baiano e sua avó paterna, originária da região de Presidente Dutra no Maranhão. Dessa união nasceram mais de dez filhos. Seu pai Lúcio Alves Dias é baiano, empresário e pecuarista, saído da Bahia para a região de Bacabal, onde conheceu sua esposa Ilde de Menezes Dias. Seus avós maternos Antônio Veras de Menezes e Manuela Matos de Menezes são da cidade de Bacabal. Dessa união nasceram seis filhos. Sua mãe é bacabalense e uma das filhas mais novas.

Nascido em Bacabal, no dia 01.01.1962, Charles Dias até os doze anos de idade, morou e estudou na cidade onde nasceu. Depois se mudou para São Luís e foi estudar no Colégio Marista. Com dezesseis anos de idade foi morar em São Paulo matriculado num colégio interno, cuja programação era bastante rigorosa. Havia horário para acordar, estudar, almoçar, praticar esportes, tratar da piscina do colégio, dormir, etc.

²² Vale lembrar que Luís Augusto de Miranda Guterres Filho não participou da eleição de 2012, nem diretamente, nem dos “bastidores”.

Aos vinte anos de idade, depois de terminar os estudos, ainda morando em São Paulo, iniciou e concluiu, em mais ou menos dois anos, o curso de Teologia num Centro de Estudos Adventista. Em seguida, foi morar em Belém, capital do Pará, e começou cursar a graduação de administração. Quase um ano depois de instalado na cidade, com vinte e dois anos de idade, retornou a São Luís para tomar conta dos negócios da sua “família”, tendo em vista que seu pai havia sido diagnosticado muito doente, com risco de morte. Depois se descobriu que era um diagnóstico errado.

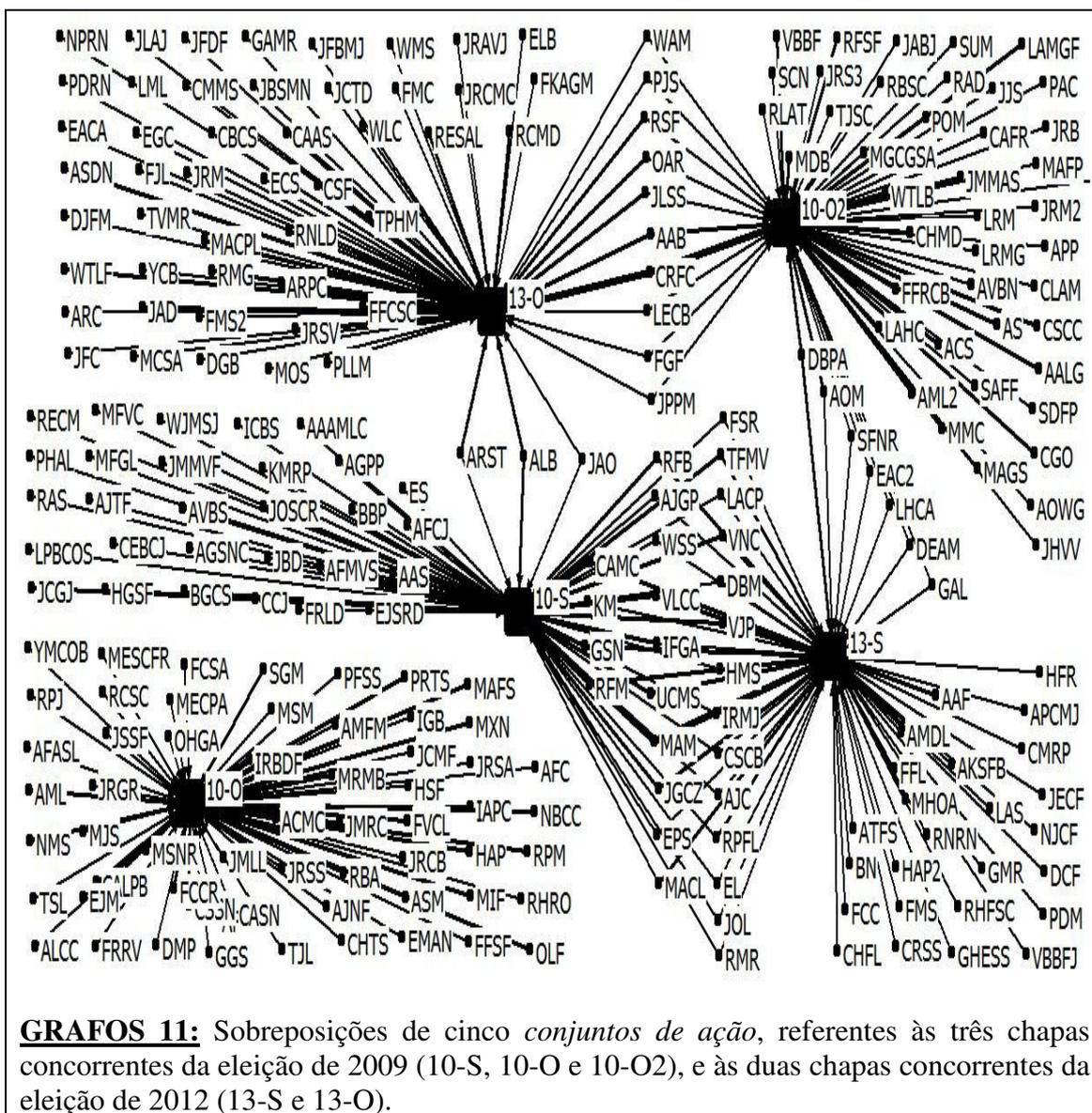
A partir daí, após assumir a administração dos negócios, ainda com vinte e dois anos de idade, foi quando, segundo ele, começou a construir, de fato, suas amizades. Seus amigos foram os mesmos amigos do pai, proprietários rurais, pessoas bem mais velhas que ele. Foi nesse momento, também, que começou seu engajamento político na Associação dos Criados de Gados do Maranhão. Segundo Charles Dias, nessa época existia uma ameaça da esquerda muito forte, um perigo muito grande de invasão de terras e, por conta disso, os criadores de gados sentiram a necessidade de se atrelar a algo maior que defendesse seus direitos de proprietários. Por causa dessa ameaça, Charles Dias integrou e foi um dos representantes no Estado do Maranhão, da União Democrática Ruralista (UDR), que defendia a extrema direita, a democracia, a propriedade privada, etc.

Depois de 1988, após todas as reivindicações da UDR terem sido aprovadas na Constituição da República Federativa do Brasil, Charles Dias se voltou para a Associação dos Criadores de Gado do Maranhão e para o jogo político partidário. Em 1990 candidatou-se pela primeira vez deputado estadual e ficou na terceira suplência. Depois foi chamado para participar do governo Lobão (1991/94), e dos dois primeiros governos de Roseana Sarney (1995/99 e 1999/02). Ao longo desse período, terminou a graduação de Administração que havia transferido de Belém para Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Em 2000, Charles Dias iniciou a graduação em Direito pelo Centro de Ensino Unificado do Maranhão – CEUMA. Em 2002, candidatou-se pela segunda vez deputado estadual. Em 2006, ano eleitoral na OAB/MA, concluiu a graduação em Direito e imediatamente se engajou no jogo político da entidade, apoiando o presidente José Caldas Gois. Podemos dizer que, em 2006, Charles Dias já trazia consigo um conjunto de recursos ligados à posse de uma *rede* durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento.

Em 09.11.2006, Charles Dias entrou nos quadros da OAB/MA, tornando-se advogado, exatamente, quinze dias antes do dia da eleição. Ao longo deste segundo mandato do presidente Gois (2007/09), foi vice-presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas do Advogado da OAB/MA. Em 2009, por causa, segundo ele, de um pedido do presidente José Caldas Gois, apoiou Mário Macieira. No entanto, ao longo do mandato percebeu *que o Mário já pretendia filiar a Ordem a um projeto político partidário [...] então eu rompi [...] mas, fazendo política contra o Mário, ele me mantendo lá numa comissão mais eu já fazendo política contra.*

Então, por conta dessa clivagem com Mário Macieira, chegado o ano eleitoral de 2012, Charles Dias mudou de lado e apoiou Roberto Feitosa no *conjunto de ação* “A Ordem é o Advogado”. Os *grafos* abaixo resumem como se deram as alianças na eleição de 2012, em relação aos três *conjuntos de ação* da eleição de 2009.



Interessante observar que nenhum integrante do *conjunto de ação* “Jámenes Calado” (10-O), que girava em torno de Carlos Nina, Adalberto Flávio de Araújo e Isaac Dias, na eleição de 2009, participou da eleição de 2012. Conforme se lê nos *grafos* da página anterior, ninguém que integrou a chapa “Jámenes Calado” (10-O), se ligou às chapas “Avançar Sempre Mais” (13-S) e/ou “A Ordem é o Advogado” (13-O).

Assim, chegado o dia da eleição em vinte e três de novembro de 2012, o *conjunto de ação* “Avançar Sempre Mais” saiu vencedor com dois mil trezentos e sessenta e quatro votos na capital, mais seiscentos e quarenta e três votos no interior, totalizando três mil e sete votos. A chapa “A Ordem é o Advogado”, recebeu setecentos e quarenta e três votos na capital, mais trezentos e vinte e oito votos no interior, totalizando mil e setenta e um votos (fonte: ata de apuração de 23.11.2012).

São os sessenta advogados do *conjunto de ação* “Avançar Sempre Mais”: para presidente, Mário de Andrade Macieira, para vice presidente, Valdênio Nogueira Caminha, como secretário geral, Carlos Augusto Macedo Couto, para secretário geral adjunto, Ulisses César Martins de Sousa, para tesoureiro, Marcos Antônio Coelho Lara, para conselheiro federal, José Guilherme Carvalho Zagallo, Raimundo Ferreira Marques e Valéria Lauande Carvalho Costa, para conselheiro federal suplente, Daniel Blume Pereira de Almeida, Maria Helena de Oliveira Amorim e Rodrigo Pires Ferreira Lago, para presidente da Caixa de Assistência, Gerson Silva Nascimento, para vice presidente da Caixa de Assistência, Teresinha de Fátima Marques Vale, para secretário geral da Caixa de Assistência, Aldinei Abreu Farias, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Rosimeire de Freitas Barros, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Valter de Jesus Praseres, para suplentes da Caixa de Assistência, APCMJ, AJGP e DBM, para conselheiros estaduais titulares, AJC, AMDL, AOM, ATFS, AKSFB, CHFL, CSCB, CRSS, DCF, EL, EPS, FCC, GAL, GHESS, HMS, IFGA, IRMJ, JECF, KM, LACP, NJCF, PDM, RMR, SFNR, VBBFJ e WSS, para conselheiros estaduais suplentes, BN, CMRP, DEAM, EAC2, FFL, FMS, FSR, GMR, HFR, HAP2, JOL, LAS, LHCA, RNRN e RHFSC (fonte: ata de apuração de 23/11/2012).

Sobre este *conjunto de ação*, verificamos o que segue: 1)- somente Kleber Moreira exerceu cargo eletivo durante a primeira configuração formada entre 1983/89; 2)- nenhum representante da segunda configuração, formada entre 1989/91, 1991/93 e 1993/95; 3)- apenas Raimundo Ferreira Marques e Carlos Augusto Macedo Couto participaram dos seis mandatos anteriores; 4)- somente Gerson Silva Nascimento participou dos cinco mandatos anteriores; 5)- Mário Macieira, José Guilherme

Carvalho Zagallo, Ulisses Sousa, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo e Windsor Silva dos Santos participaram dos quatro mandatos anteriores; 6)- Valéria Lauande participou em 2004/06 e no mandato anterior; 7)- Maria Helena de Oliveira Amorim participou do mandato de 2004/06; 8)- Marco Antônio Coelho Lara e Luís Antônio Câmara Pedrosa participaram dos dois mandatos anteriores; 9)- dezesseis participaram do mandato anterior e agora retornam neste, são eles: DBM, RPFL, FSR, IRMJ, RFB, JOL, CSCB, EPS, VNC, AJC, TFMV, AJGP, VJP, HMS, RMR e EL; 10)- Raimundo Nonato Ribeiro Neto participou da chapa de oposição “Advogado Durval Soares da Fonseca”, na eleição de 2003; 11)- Geomilson Alves Lima e Norberto José da Cruz Filho, participaram da chapa de oposição “João Itapary”, na eleição de 2006; 12)- Darci Costa Frazão participou da chapa de oposição “Domingos Vieira Filho” na eleição de 1997; 13)- e, por fim, para os outros vinte e sete nomes, foi a primeira vez deles no jogo político, o que equivale a 45% das sessenta vagas.

Assim, dos 201 advogados-dirigentes que exerceram cargos eletivos nos sete últimos pleitos, correspondentes aos anos de 1995/97, 1998/00, 2001/03, 2004/06, 2007/09, 2010/12 e 2013/15, conforme já destacamos, somente a *coalizão* formada por Kleber Moreira, Raimundo Marques e Carlos Augusto Macedo Couto retornaram em todos eles; e apenas Gerson Silva Nascimento se reelegeu nos últimos seis.

Ratificando afirmações já feitas, podemos dizer, portanto, que esta reeleição do presidente Mário de Andrade Macieira, possibilitou que sua *clique* de amigos-seguidores (*Valéria Lauande, José Guilherme Carvalho Zagallo, Ulisses Sousa, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo e Windsor Silva dos Santos*), liderasse a *rede* de alianças que se configurou, processualmente e concorrencialmente até então. Inversamente, constatamos, também, que a *coalizão* formada por Marques, Nascimento, Couto e Moreira, veio perdendo apoiadores antigos, que resultou numa decrescente influência dentro desta mesma *teia de interdependência* acima citada.

Segue os sessenta advogados, da chapa de oposição “A Ordem é o Advogado”: para presidente, Carlos Roberto Feitosa Costa, para vice presidente, Adilton Lima Bezerra, como secretário geral, Antônio Roberto Pires da Costa, para secretário geral adjunto, Frabryenn Fabrynn Coimbra Serra de Castro, para tesoureiro, Wagner Tobias Lima Filho, para conselheiro federal, José Agenor Dourado, Robert Seguin Feitosa e Roberto Charles de Menezes Dias, para conselheiro federal suplente, Alfredo Salim Dualibe Neto, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Ruy Eduardo da Silva Almada Lima, para presidente da Caixa de Assistência, Arnaldo de Assis Bastos, para

vice presidente da Caixa de Assistência, Otávio dos Anjos Ribeiro, para secretário geral da Caixa de Assistência, José Luís da Silva Santana, para secretário geral adjunto da Caixa de Assistência, Antônio Raimundo Silva Torres, para tesoureiro da Caixa de Assistência, Raphael Maluf Guara, para suplentes da Caixa de Assistência, JLAJ, JRM e JRCMC, para conselheiros estaduais titulares, ARC, CAAS, CMMS, DGB, ELB, EACA, EGC, FKAGM, FGF, FMS2, GAMR, JAO, JCTD, JFC, JFDF, JRAVJ, JPPM, JBSMN, LECB, MOS, PDRN, PJS, PLLM, RNLD, WMS e YCB, para conselheiros estaduais suplentes, CBCS, CSF, DJFM, ECS, FJL, FMC, JFBMJ, JRSV, LML, MCSA, NPRN, TVMR, TPHM, WAM e WLC (fonte: ata de apuração de 23.11.2012).

A respeito deste *conjunto de oposição*, podemos afirmar o seguinte: 1)- apenas Arnaldo de Assis Bastos exerceu cargo eletivo na primeira configuração formada entre 1983 e 1989, além de ter exercido postos políticos em 1995/97, 1998/00, 2004/06 e 2007/09, no ano de 2009 rompeu com Raimundo Marques e integrou a chapa de oposição “Juntos pela Ordem”; 2)- apenas Francisco Gomes Feitosa exerceu cargo político na segunda configuração formada entre 1989/95, além de ter exercido postos eletivos em 1995/97, 1998/00, 2001/03, 2004/06 e 2007/09, no ano de 2009 rompeu com Raimundo Marques e integrou a chapa de oposição “Juntos pela Ordem”; 3)- Carlos Roberto Feitosa, esteve junto com Raimundo Marques em 1995/97, 1998/00, 2001/03, 2004/06 e 2007/09, em 2009, rompeu e liderou a chapa de oposição “Juntos pela Ordem”; agora em 2012, novamente encabeçou a oposição; 4)- Otávio dos Anjos Ribeiro exerceu cargo eletivo nos triênios de 2001/03, 2004/06 e 2007/09; em 2009, rompeu e integrou a chapa de oposição “Juntos pela Ordem”; 5)- Pedro Jarbas da Silva exerceu cargo eletivo nos triênios de 2004/06 e 2007/09, em 2009, rompeu e se aliou a Carlos Roberto Feitosa; 6)- Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo exerceu cargo eletivo em 2004/06; 7)- José Alencar de Oliveira, Adailton Lima Bezerra e Antônio Raimundo Silva Torres, participaram do mandato anterior; 8)- JAD, CSF e ARPC, estavam na chapa de oposição “Domingos Vieira Filho”, na eleição de 1997; 9)- José Ricardo Costa Mendes Cateb, participou da chapa de oposição “Advogado Durval Soares da Fonseca”, na eleição de 2003; 10)- José Carlos Tavares Duran integrou a chapa de oposição “João Itapary”, em 2006; 11)- José Luís da Silva Santana, participou da oposição em 2003 e em 2009; 12)- WAM, JPPM, LECB e RSF, participaram da chapa de oposição “Juntos pela Ordem”, em 2009; 13)- para os outros quarenta e um advogados, foi a primeira vez deles no jogo político institucional, isto equivale a 68,33% das sessenta vagas.

Os números revelam que esta chapa de oposição, formalmente tem mais “inexperientes-jogadores”, que o *conjunto de ação* encabeçado por Macieira.

Por fim, observamos que a relação existente entre a vitória nas urnas e a quantidade de “experientes-jogadores”²³, integrando formalmente os *conjuntos de ação*, no jogo político institucional da OAB/MA, foi a seguinte: 1)- na eleição de 2003, a chapa vencedora “Doroteu Ribeiro” (DR), tinha mais “experientes-jogadores”, com 51,03% das quarenta e nove vagas; contra 36,74% da chapa perdedora “José Santos” (JS); e 16,33% da terceira colocada “Advogado Durval Soares da Fonseca” (ADSF); 2)- na eleição de 2006, a chapa vencedora “Clineu César Coelho” (CCC), tinha mais “experientes-jogadores”, com 63,27% das quarenta e nove vagas; contra 44,90% da chapa perdedora “João Itapary” (JI); 3)- na eleição de 2009, a chapa vencedora “Avançar Sempre” (AS), tinha mais “experientes-jogadores”, com 48,34% das sessenta vagas; contra 45% da chapa perdedora “Juntos pela Ordem” (JPO); e 25% da terceira colocada “Jámenes Calado” (JC); 4)- na eleição de 2012, a chapa vencedora “Avançar Sempre Mais” (ASM), tinha mais “experientes-jogadores”, com 55% das sessenta vagas; contra 31,67% da chapa perdedora “A Ordem é o Advogado” (AOA).

Para melhor visualizarmos as informações acima, segue o quadro abaixo:

Quadro 03	ELEIÇÕES									
	2003			2006		2009			2012	
	DR	JS	ADSF	CCC	JI	AS	JPO	JC	ASM	AOA
Índices de “experientes-jogadores” nas chapas	51,03%	36,74%	16,33%	63,27%	44,90%	48,34%	45%	25%	55%	31,67%
Resultado das eleições em votos	1.102	595	540	1.488	1.094	1.825	1.721	232	3.007	1.071

Esses números demonstram que nas eleições de 2003, 2006, 2009 e 2012, os *conjuntos de ação* que saíram vitoriosos, foram aqueles que tinham maior quantidade de “experientes-advogados-jogadores” na sua composição em relação aos concorrentes.

Todavia, isto não é necessariamente uma regra, é apenas uma constatação.

²³ Confirmando o que foi dito anteriormente, vale lembrar que a palavra “experiente”, no contexto desta pesquisa, significa que, formalmente, o advogado integrante de um *conjunto de ação*, já participou mais de uma vez das disputas eletivas da OAB/MA; e a palavra “inexperiente”, no contexto desta pesquisa, significa que, formalmente, para o advogado integrante de um *conjunto de ação*, é a primeira vez que participa das disputas eletivas da OAB/MA.

CAPÍTULO 8: CONFIGURAÇÃO DE 01.01.2016

Retornando ao ano eleitoral de 2012, vale lembrar que a chapa “Avançar Sempre Mais” estava estruturada numa *rede* de alianças, segmentada, basicamente, por três coalizões, são elas: 1)- a *clique* integrada por Raimundo Ferreira Marques, Gerson Silva Nascimento, Carlos Augusto Macedo Couto e Kleber Moreira; 2)- o “grupo político” de Daniel Blume Pereira de Almeida²⁴, composto principalmente por Alex Oliveira Murad, Sidney Filho Nunes Rocha, Daniel Endrigo Almeida Macedo, Eduardo Aires Castro e Thiago Brhanner Garcês Costa; 3)- e a *coalizão* formada por Mário de Andrade Macieira, José Guilherme Carvalho Zagallo, Valéria Lauande Carvalho Costa, Ulisses César Martins de Sousa, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo e Windsor Silva dos Santos.

Existiram outras alianças na composição deste *conjunto de ação* em 2012, mas, pelos cargos que ocupavam e pela trajetória institucional desses advogados, foram essas três diferentes coalizões acima destacadas, que, de fato, exerceram influência na formação da chapa “Avançar Sempre Mais”. Segundo Mayer (1987), “o fato de algumas conexões se fundarem sobre relações grupais não afeta a forma do conjunto de ação [...] O conjunto de ação é uma entidade distinta do grupo, embora o conteúdo ‘externo’ de suas conexões possa incluir relações grupais” (p. 141).

Com essa configuração, após a vitória na eleição do dia vinte e três de novembro de 2012, podemos dizer que, processualmente e concorrencialmente, a *rede* de alianças que estruturou as *relações de poder* dentro da OAB/MA, consolidou ainda mais a liderança do presidente Macieira e a influência da sua *clique* de amigos-seguidores. Talvez por conta desse grande acúmulo de “poder” que Mário passou a representar, não demorou dois anos de mandato para a primeira importante clivagem acontecer. O procurador de estado e vice presidente eleito em 2012, Valdênio Nogueira Caminha, que atuava autonomamente e, portanto, não integrava qualquer das três coalizões acima destacadas, rompeu com o presidente Mário Macieira e renunciou ao cargo. Em seu lugar, assumiu a vice presidência o secretário geral Carlos Augusto Macedo Couto.

Daí, chegado o ano eleitoral de 2015, a “balança de poder” da OAB/MA já pendia muito favoravelmente para o lado do presidente Mário de Andrade Macieira. Logo, coube a ele a indicação dos nomes de Valéria Lauande e Marco Lara,

²⁴ Daniel Blume Pereira de Almeida, Sidney Filho Nunes Rocha e Thiago Brhanner Garcês Costa, todos integrantes do escrito de advocacia Pedro Leonel Pinto de Carvalho & Advogados Associados.

respectivamente, para ocupar os postos de presidente e vice-presidente da chapa “Avançar Mais e Mais”.

Quanto aos nomes de Valéria Lauande e Marco Lara, percebemos que houve aí uma demonstração de força ou prestígio da *clique* de amigos integrada por Mário Macieira, para impor ou fazer prevalecer as respectivas indicações, dentro da *rede* de alianças que se configurou para formar o *conjunto de ação* daquele ano eleitoral 2015. Segue o depoimento de Daniel Blume.

[...] muito embora seja Valéria candidata, é o grupo de Mário Macieira que está fazendo Valéria candidata [...] (fonte: entrevista realizada com Daniel Blume Pereira de Almeida, em São Luís/MA, no dia 03.11.2015).

Sobre Marco Antônio Coelho Lara, resumidamente, podemos dizer que ele se elegeu, pela primeira vez, no segundo mandato do presidente Caldas Gois como conselheiro estadual suplente²⁵. Em seguida, a ascensão foi rápida. Com a eleição de Mário Macieira para presidente em 2009, Lara foi eleito conselheiro estadual titular; em 2012, com a reeleição de Mário, ele ocupou o cargo de tesoureiro; por fim, em 2015, foi indicado por Macieira para ocupar a vice-presidência no *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”. Marco Lara é genro do ex-líder do partido dos trabalhadores no Maranhão e ex-governador do Estado, Washington Luiz. Embora Washington Luiz esteja fora do jogo político ordinário, exercendo o posto de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), podemos dizer que ele ainda exerce forte influência dentro do PT. Sobre estes fatos, segue noticiário da época, publicado em 23.10.2015:

[...] A candidatura de Valéria Lauande a presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA); com a chapa, denominada “Avançar mais e mais”, que tem como a vice, Marco Lara, é para favorecer o atual presidente Mário Macieira nas eleições de 2018. Marco Lara foi anunciado na última sexta-feira (16), como candidato a vice-presidente na chapa de Valéria Lauande para disputa da eleição da OAB no Maranhão. Acontece que Marco Lara é genro do Conselheiro do TCE-MA, Washington, e com isso foi feito um acordo para que o PT possa apoiar Macieira como candidato a deputado Federal em 2018. As reuniões com líderes do PT já foram feitas para oficializar o acordo, por isso a indicação de Lara como vice de Valéria. Tudo em torno da politicagem. (fonte: <http://www.netoferreira.com.br/politica/2015/10/eleicao-de-valeria-lauande-na-oab-deve-favorecer-mario-macieira-em-2018/>, página da internet acessada em 09.08.2016).

²⁵ Na hierarquia dos cargos eletivos da OAB/MA, este é o de menor importância.

Logo, podemos dizer que a ascensão de Marco Lara dentro da OAB/MA, está diretamente ligada aos laços de proximidade que ele mantém com Mário Macieira fora da entidade e aos interesses deste último no “jogo” político ordinário. Exemplo disso foi a indicação de Macieira, pelo PT, em 2016, para ser vice-prefeito de Edvaldo Holanda (fonte: <http://blogdoedwilson.blogspot.com.br/2016/07/pt-indica-mario-macieira-para-vice-de.html#.WJRxVtIrK1s>, página da internet acessada em 02.02.2017).

Já sobre Valéria Lauande Carvalho Costa, sabemos que sua ligação com Mário Macieira vem desde a época em que estudaram no colégio Marista. Nascida em 15.02.1971, na cidade de São Luís, Valéria Lauande foi estudar no Marista quando tinha dez anos, ficando lá até o terceiro ano científico. Durante esse período, Valéria Lauande, Mário Macieira e Flávio Dino (atual governador do Estado do Maranhão), participaram da política estudantil do colégio Marista. Foi quando se conheceram e tornaram-se amigos. Os irmãos mais velhos deles (Geraldo Carvalho Júnior, Carlos Macieira e Nicolau Dino), também eram amigos no mesmo colégio. Portanto, podemos dizer que entre 1981 e 1987, foi o período que Valéria, Mário, Flávio e “irmãos”, se conheceram e construíram uma próxima “relação de amizade”.

Em 2003, Valéria, Mário e Nicolau Dino (irmão mais velho de Flávio Dino) fizeram um mestrado juntos, reaproximaram os laços de amizade e se aliaram, mediado pelo advogado José Caldas Gois Júnior, à *clique* composta por Raimundo Marques, Carlos Couto, Kleber Moreira e Gerson Nascimento. Entre 2003 e 2004, já como vice-presidente da OAB/MA, Valéria se tornou sócia de Sálvio Dino (*irmão mais novo de Flávio Dino*) e Sandra Dino (*esposa de Nicolau Dino* [irmão de Flávio Dino] e também eleita conselheira estadual em 2003), no escritório *Dino, Figueiredo & Lauande Advocacia*. Segundo Valéria, no mandato de 2004/06 seu “grupo político” (*Guilherme Zagallo, Ulisses Sousa, Mário Macieira, Ítalo Gomes, etc.*), era *uma voz jovem na diretoria que dizia os impulsos que a OAB tinha que cuidar [...] que se fortaleceram como grupo interno dentro desse grupo de Dr. Gois, que dava liberdade* (fonte: entrevista realizada com Valéria Lauande Carvalho Costa, em São Luís/MA, no dia 23/02/2016). A partir de então, os laços de proximidade entre Valéria e Mário só aumentaram. Em 2009, Valéria foi novamente vice presidente da instituição, enquanto Macieira era presidente; e, em 2012, conselheira federal, enquanto Mário exercia seu segundo mandato como presidente. Nesses dois mandatos, seu “grupo político” ocupou os postos mais importantes, demonstrando, assim, que a liderança de Mário e a influência da sua cadeia de amigos-seguidores, só ascendiam.

Dáí, chegado o ano eleitoral de 2015, não havia ninguém dentro da *rede* de alianças que estruturava as *relações de poder* da entidade, forte o suficiente, que conseguisse impedir Mário Macieira de indicar Valéria para substituí-lo na presidência da entidade e ser o *ego* do *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”. Segundo Valéria, Mário de Andrade Macieira *é um líder que reconhece braços fortes pra trabalhar do lado dele, braços confiáveis, então ele elege as pessoas e diz: - Com essas aqui em posso contar. Eu era uma dessas pessoas, sempre fui soldado de Mário, que ele podia contar* (fonte: entrevista realizada com Valéria Lauande Carvalho Costa, em São Luís/MA, no dia 23.02.2016).

Por fim, podemos dizer que a reação interna à essa grande influência que o presidente Macieira alcançou dentro da OAB/MA, foi bastante grande, principalmente, porque, essa demonstração de força, objetivada nas indicações unilaterais do presidente e vice-presidente, não agradou à *clique* integrada por Raimundo Marques e Gerson Nascimento, que visivelmente perderam influência na “relação de poder”.

Enquanto isso, do lado oposicionista, logo no início do ano de 2015, já aconteciam dois movimentos: 1)- o primeiro foi o movimento “Ordem e Mudança”, encabeçado por Luiz Augusto de Miranda Guterres Filho, Roberto Charles de Menezes Dias, Antônio de Paula Pereira, Mozart Costa Baldez Filho, Marco Aurélio Haickel, Tufi Maluf Saad, etc.; 2)- o segundo era o movimento denominado “Jovens Atuantes”, coordenado por Thiago Diaz, Deborah Porto Cartágenes, Pedro Augusto Souza de Alencar, Rosana Galvão Cabral, dentre outros.

Sobre o primeiro movimento, intitulado “Ordem e Mudança”, podemos dizer que foi liderado pelo advogado criminalista Roberto Charles de Menezes Dias e coordenado por Luís Augusto de Miranda Guterres Filho. No entanto, ao longo da campanha, a *rede* de alianças, que estruturava o referido movimento, rachou e deu origem a outro segmento. O resultado desta *clivagem* foi o seguinte: 1)- de um lado, seguiram com o movimento “Ordem e Mudança”, os advogados Roberto Charles de Menezes Dias, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, Antônio de Paula Pereira, dentre outros; 2)- do outro lado, os advogados Mozart Costa Baldez Filho, Marco Aurélio Haickel e Tufi Maluf Saad, formaram o *conjunto de ação* denominado “Todos Pela Advocacia”.

No que se refere ao segundo movimento, denominado “Jovens Atuantes”, verificamos que, no início do mês de junho de 2015, por conta do grande aumento do número de apoiadores-seguidores e das solicitações que foram feitas aos coordenadores

do movimento, esta configuração passou a ter como *ego*, Thiago Diaz, e a intitular-se “Renovar Para Todos”.

Sobre Thiago Roberto Morais Diaz (fonte: entrevista realizada com Thiago Roberto de Menezes Diaz, em São Luís, no dia 30/09/2015), podemos dizer que seus avós maternos Valter da Cunha Morais e Neide Rosa da Cunha Morais são maranhenses, moravam em São Luís, no centro da cidade, na rua São Pantaleão. Dessa união nasceram cinco filhos. Sua mãe é a caçula e a única filha mulher, nasceu em São Luís, formou-se em Assistência Social pela UFMA, trabalhou como assistente social durante muito tempo na Prefeitura de São Luís e, em seguida, aposentou-se. Seu avô paterno é originário de Málaga na Espanha, trabalhava como chefe de cozinha e empresário, dono de um frigorífico. Sua avó paterna Amalhe Said Diaz era descendente de libaneses e morava em Manaus. O pai de Thiago é manauara, amazonense, nascido em Manaus; com dezoito anos de idade se deslocou para passar férias em São Luís, onde conheceu sua esposa, casou-se com ela e começou residir, definitivamente, na capital do Maranhão. Dessa união nasceram quatro filhos homens.

Nascido no dia 24.12.1983, em São Luís, Thiago Roberto Morais Diaz é o filho caçula do casal. Thiago sempre morou na mesma casa desde a infância, no bairro do Calhau. Só mudou de endereço quando se casou. Segundo Thiago, suas melhores amizades foram construídas quando ele tinha entre nove, dez, treze anos de idade, lá nos churrascos que seu pai costumava fazer aos finais de semana na piscina da sua casa, sempre cheia de amigos, primos, colegas dos irmãos, etc. Thiago estudou no Notre Dame, Girassol, Anglo Maranhense e, por último, concluiu os estudos no Colégio Objetivo. Com base nessas informações, podemos dizer que a “família” de Thiago sempre lhe proporcionou boas condições para que ele se dedicasse, exclusivamente, aos estudos e às outras atividades, como aulas de inglês, esportes e a uma ampla rede de relações sociais.

Com dezesseis anos de idade, ainda quando cursava o segundo ano científico no colégio Objetivo, Thiago passou no vestibular para o curso de direito no Centro de Ensino Unificado do Maranhão – Ceuma. Formou-se em 2005 e, em 06.04.2006, ingressou nos quadros da OAB/MA. Nessa época, trabalhava no escritório do advogado Pedro Américo. Em seguida, abriu, sozinho, o próprio escritório de advocacia, para depois de alguns anos, associar-se a outros advogados. Com pós-graduação em Direito Tributário, Thiago advoga no direito empresarial, consumidor, trabalhista e tributário.

No que se refere ao jogo político da OAB/MA, até 2015, Thiago Diaz nunca havia disputado formalmente uma vaga eletiva, isto é, nunca havia exercido qualquer cargo eletivo ou mesmo concorrido por alguma chapa. Contudo, já existia em Thiago um interesse político e uma certa ligação dele com os dirigentes da OAB, uma vez que ele já havia integrado, como membro, a comissão de defesa dos direitos do consumidor da entidade, participando de meia dúzia de reuniões. *Minha participação na OAB se resume a isso, porque nunca me senti em casa, nunca me senti bem dentro da OAB, nunca me senti representado pelo que aí está* (fonte: entrevista realizada com Thiago Roberto de Menezes Diaz, em São Luís, no dia 30.09.2015).

Então, quando chegou o mês de agosto de 2015, podemos dizer que o cenário político eleitoral da OAB/MA estava estruturado com quatro “grupos” em disputa, são eles: 1)- o *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”, encabeçado por Valéria Lauande e apoiado por Mário Macieira, Ulisses Sousa, Guilherme Zagallo, Carlos Couto, Daniel Blume, Raimundo Marques, Gerson Nascimento, etc.; 2)- o movimento “Ordem e Mudança”, que tinha como *ego*, Charles Dias e coordenação de Guterres Filho; 3)- o *conjunto de ação* “Renovar Para Todos”, encabeçado por Thiago Diaz e apoiado por Pedro Augusto Souza de Alencar, Deborah Porto Cartágenes, Rosana Galvão Cabral, dentre outros; 4)- e, por último, o movimento “Todos Pela Advocacia”, liderado por Mozart Baldez e coordenado por Marco Aurélio Haickel e Tufi Maluf Saad.

Este cenário continuou inalterado até o dia primeiro de setembro de 2015. Na noite deste primeiro dia do mês de setembro, no auditório do *Flat Number One*, sediado na Ponta d’Areia, o *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”, apresentou em reunião aberta, a aliança que seus líderes fizeram com Carlos Roberto Feitosa. Importante lembrar que Roberto Feitosa, depois de ter sido duas vezes consecutivas um dos principais líderes das chapas de oposição, retornou ao seu antigo “grupo”, trazendo consigo alguns apoiadores-seguidores fiéis a ele, como, por exemplo, Pedro Jarbas da Silva (PJS), Roberth Seguins Feitosa (RSF), José Luís da Silva Santana (JLSS), Thalita Pinto Haickel Matos (TPHM), Glycia de Almeida Martins Raposo (GAMR), etc. Vale ressaltar, ainda, que Carlos Roberto Feitosa não integrou, formalmente, a lista dos integrantes da chapa “Avançar Mais e Mais”, contudo, podemos afirmar que ele deu total apoio e participou ativamente da campanha.

Assim, a partir do mês de setembro, a chapa “Avançar Mais e Mais”, restou configurada, basicamente, por quatro “grupos políticos” em aliança, quais sejam: 1)- a *clique* integrada por Raimundo Marques, Gerson Nascimento, Kleber Moreira e

Carlos Couto; 2)- o “grupo” do procurador do Estado Daniel Blume Pereira de Almeida, composto, basicamente, por Sidney Filho Nunes Rocha, Eduardo Aires Castro, Thiago Brhanner, etc.; 3)- a *clique* integrada pelo advogado-líder Mário de Andrade Macieira; 4)- e agora, depois da aliança noticiada no dia 01.09.2015, o “grupo” do ex-líder-opositor Carlos Roberto Feitosa e seu amigo Pedro Jarbas.

Podemos dizer, portanto, que após celebrada esta última aliança, o segmento de líderes-seguidores controlado por Mário Macieira e composto por Valéria Lauande, Marco Lara, Guilherme Zagallo, Ulisses Sousa, Windsor Silva e Ítalo Gomes, havia conseguido alcançar, presumidamente, uma configuração política muito “forte”.

Eles trouxeram para o lado deles, desde 2012, o advogado-líder Daniel Blume Pereira de Almeida, que, em 2009, havia sido oposição a Mário Macieira. E agora, em setembro de 2015, fizeram uma aliança com Carlos Roberto Feitosa, que, em 2009, e, em 2012, foi o líder da oposição a Mário Macieira.

Isto significa que além do “grupo” liderado por Mário Macieira conseguir se aliar com os cinco mais “experientes” dirigentes da instituição e exercer forte influência sobre estes (Raimundo Ferreira Marques, Gerson Silva Nascimento, Carlos Augusto Macedo Couto, Kleber Moreira e José Caldas Gois), eles, conseguiram, também, agrupar num só *conjunto de ação*, os dois principais advogados-líderes que lhes fizeram oposição nas eleições de 2009 e 2012, que são: Daniel Blume e Roberto Feitosa.

Vale lembrar que Roberto Feitosa e Charles Dias estavam juntos em 2012, unidos pela chapa “A Ordem é o Advogado”. Todavia, neste ano eleitoral de 2015, cada um seguiu seu caminho. Como vimos, Roberto Feitosa fez uma aliança com Macieira e se juntou ao *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais” e, Charles Dias, se aliou à Guterres Filho, no movimento “Ordem e Mudança”. Por conta desse rompimento de Roberto Feitosa com Charles Dias, os integrantes do *conjunto de ação* “A Ordem é o Advogado”, que giraram em torno deles dois na eleição de 2012, também se dividiram. Do lado de Roberto Feitosa, conforme já dissemos, ficaram os advogados PJS, RSF, JLSS, TPHM e GAMR. Já do lado de Charles Dias e Guterres Filho, os advogados Francisco Moura dos Santos (FMS2), José Agenor Dourado (JAD), José Fernandes Dantas Filho (JFDF), Adailton Lima Bezerra (ALB) e José Alencar de Oliveira (JAO).

Depois da aliança que aconteceu entre Macieira e Feitosa, percebemos que ocorreram duas reações no cenário político: 1)- uma interna, dentro da *rede* de alianças que estruturava o *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”; 2)- outra externa, referente aos líderes dos movimentos de oposição “Renovar para Todos” e “Ordem e Mudança”.

Quanto à reação externa, percebemos que depois de noticiado a aliança entre Mário Macieira e Roberto Feitosa, não tardou para os advogados-líderes-opositores, Charles Dias e Thiago Diaz, realizarem também uma aliança. O resultado dessa composição foi o “nascimento” do *conjunto de ação* “Renovar Para Mudar”. Segundo observamos, o mediador dessa composição foi ex-vice-presidente Valdênio Caminha.

Depois da união entre Thiago Diaz e Charles Dias, até aproximadamente o último dia do prazo de inscrição das chapas, em vinte de outubro de 2015, o cenário eleitoral passou a ser disputado por apenas três *conjuntos de ação*, são eles: 1)- a chapa “Avançar Mais e Mais”, encabeçada por Valéria Lauande e apoiada por quatro “grupos políticos” em aliança; 2)- o *conjunto de ação* “Renovar Para Mudar”, formado pela composição dos movimentos “Ordem e Mudança” e “Renovar Para Todos”, mediada por Valdênio Nogueira Caminha; 3)- e o movimento “Todos Pela Advocacia”, liderado por Mozart Costa Baldez Filho e coordenado por Marco Aurélio Haickel e Tufi Maluf Saad. Quanto a este último movimento, constatamos que, chegado o prazo final de inscrição das chapas, eles não se inscreveram na disputa eleitoral e nem fizeram qualquer aliança. Ficaram neutros, acabaram seguindo outro caminho, seus membros fundaram em oito de novembro de 2015, o primeiro Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA (fonte: Jornal Tribuna do Advogado. Ano I. nº. 01. NOV/DEZ. 2015. p. 1).

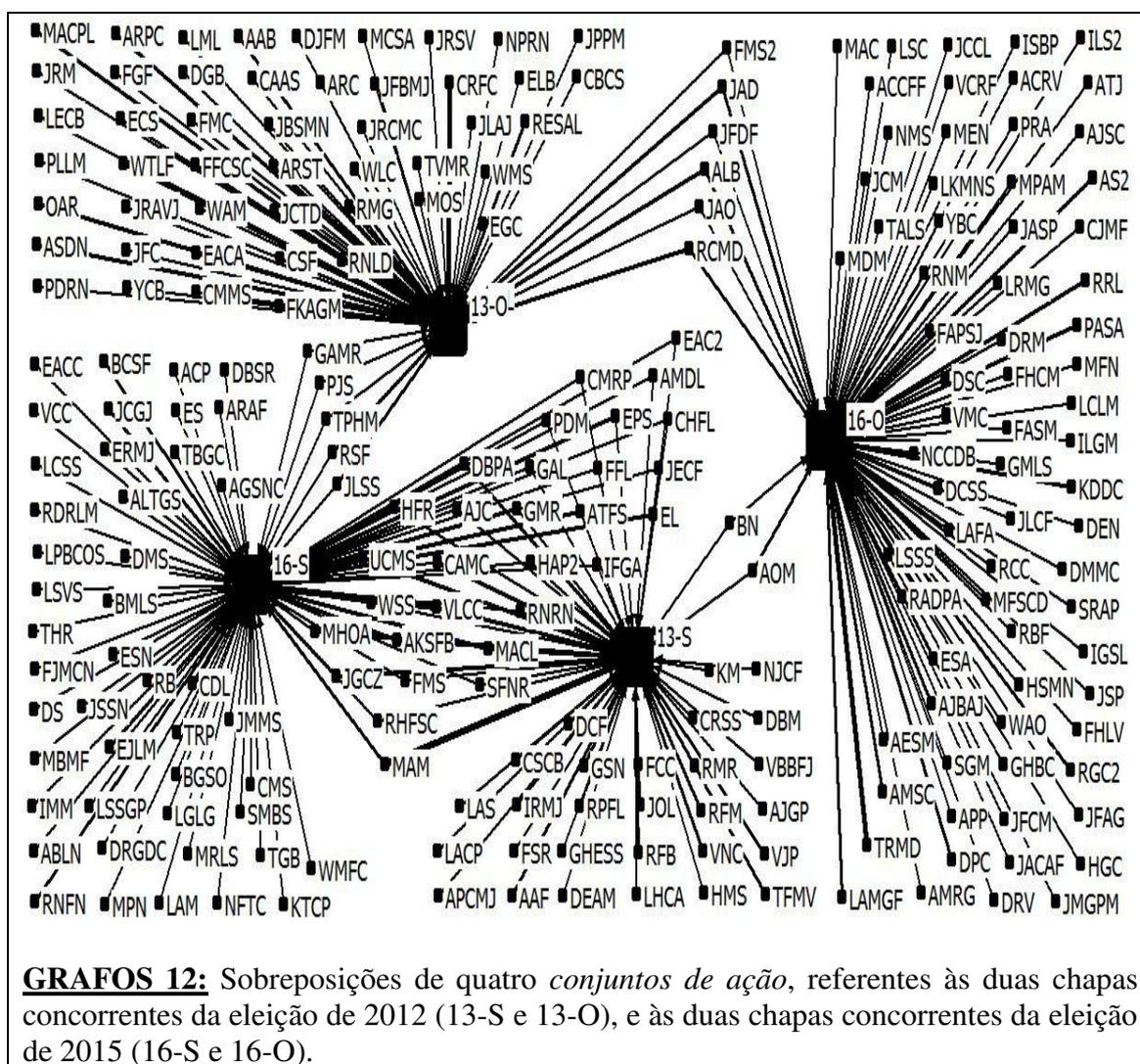
Quanto à reação interna, isto é, dentro da *rede* de alianças que estruturava o *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”, percebemos que, depois da aliança entre Mário Macieira e Roberto Feitosa, não tardou para Gerson Nascimento e Raimundo Marques romperem com Mário e sua cadeia de amigos-seguidores. Em seguida, Gerson Nascimento e Raimundo Marques, passaram, também, a atuar nos “bastidores”, em favor do *conjunto de ação* “Renovar Para Mudar” (16-O). Antes deles, Alex Oliveira Murad (AOM), e Bendito Nabarro (BN), já haviam, formalmente, integrado a referida chapa de oposição.

Sobre as clivagens de Raimundo Marques, Gerson Nascimento, Valdênio Caminha, Alex Oliveira Murad e Benedito Nabarro, podemos dizer que a ascendente liderança do “grupo político” do presidente Macieira, havia chegado ao cume em 2015 e retirado os “espaços” de influência deles.

Após essa derradeira reconfiguração, restando menos de trinta dias para a eleição, somente dois *conjuntos de ação* permaneceram na disputa, quais sejam: 1)- a chapa “Avançar Mais e Mais” (16-S), composto por Valéria Lauande (VLCC),

Mário Macieira (MAM), Daniel Blume (DBPM), Caldas Gois (JGC), Carlos Couto (CAMC), PJS, RSF, JLSS, TPHM, GAMR, etc., e apoiado dos “bastidores”, por Roberto Feitosa; 2)- e o conjunto de ação “Renovar Para Mudar” (16-O), composto por Thiago Diaz (TRMD), Guterres Filho (LAMGF), Charles Dias (RCMD), Alex Murad (AOM), Bendito Nabarro (BN), José Alencar (JAO), Francisco Moura dos Santos (FMS2), José Agenor Dourado (JAD), JFDF, ALB, etc., e apoiado, dos “bastidores”, por Raimundo Marques, Gerson Silva Nascimento e Valdênio Nogueira Caminha.

Os grafos abaixo demonstram o resultado formal desse rearranjo de forças, em relação aos conjuntos de ação da eleição de 2012.



O resultado foi que, chegado o dia vinte de novembro de 2015, por uma diferença de cento e doze votos, a chapa “Avançar Mais e Mais” (16-S), perdeu a eleição para o conjunto de ação opositor “Renovar Para Mudar” (16-O). Com três mil e

vinte e três votos, Valeria Lauande (VLCC), obteve 49,09%, dos seis mil, cento e cinquenta e oito votos contabilizados. O candidato vencedor Thiago Diaz (TRMD), ficou com 50,91%, correspondente a três mil cento e trinta e cinco votos (fonte: ata de apuração da eleição de 20.11.2015).

Segue, então, os oitenta integrantes do *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”: para presidente, Valéria Lauande Carvalho Costa, vice presidente, Marco Antônio Coelho Lara, secretário geral, Gustavo Menezes Rocha, secretário geral adjunto, Anne Karole Silva Fontenelle, tesoureiro, José Guilherme Carvalho Zagallo, conselheiros federais, Mário de Andrade Macieira, Ulisses César Martins de Sousa e José Caldas Gois Júnior, conselheiros federais suplentes, Daniel Blume Pereira de Almeida, Bruno Caldas Siqueira Freire e Eduardo José Leal Moreira, presidente da Caixa de Assistência, Erivelton Lago, vice presidente da Caixa de Assistência, Ananda Teresa Farias de Sousa, secretário geral da CAAMA, Claudiomar Dominici de Lima, secretário adjunto da CAAMA, Raimundo Nonato Froz Neto, tesoureiro da CAAMA, Everton Pacheco Silva, suplentes da CAAMA, José Luís da Silva Santana, Thassia Gomes Borralho e Tais Rodrigues Portelada, conselheiros estaduais titulares, Adriano Jorge Campos, Alba Maria D’Almeida Lins, André Luiz Torres Gomes de Sá, Anna Graziella Santana Neiva Costa, Bruno Maciel Leite Soares, Carlos Augusto Macedo Couto, Carlos Henrique Falcão de Lima, Cláudia Maria Rodrigues Pereira, Ediberto Rebelo Matos Júnior, Eduardo Aires Castro, Erno Sorvos, Eveline Silva Nunes, Fabiano Ferreira Lopes, Geomilson Alves Lima, Hugo Assis Passos, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo, José Edmilson Carvalho Filho, Malaquias Pereira Neves, Maria Helena de Oliveira Amorim, Pedro Duailibe Mascarenhas, Raimundo Nonato Ribeiro Neto, Renatha Domingues Ribeiro Leal Moreira, Roberth Seguins Feitosa, Roberto Henrique Ferreira Soares Cavalcante, Sidney Filho Nunes Rocha, Thiago Brhanner Garces Costa, Willington Marcos Ferreira Conceição e Windsor Silva dos Santos, conselheiros estaduais suplentes, Alexandre Cavalcanti Pereira, Alexsandro Rahbani Aragão Feijó, Américo Botelho Lobato Neto, Bruno Guilherme da Silva Oliveira, Danielle Barros e Silva Ramos, Denise Ribeiro Gasparinho Duailibe Costa, Diego Menezes Soares, Divana Sousa, Cassio Mota e Silva, Fernando José Machado Castro Neto, Francisco Mendes de Sousa, Glycia de Almeida Martins Raposo, Herbeth Freitas Rodrigues, Ieda Maria Moraes, Eduardo Alexandre Costa Correa, José Magno Moraes de Sousa, José Silva Sobral Neto, Kátia Teresa de Carvalho Penha, Leonardo Albuquerque Marques, Lidia Cunha Schramm de Sousa, Lígia Paula Bastos César de Oliveira Santana, Lorena

Saboya Vieira Soares, Lucimary Galvão Leonardo Garces, Luís Sérgio Sanches Gomes Pinto, Mara Raquel Lima Silva, Marcelo Bruno Martins Feitosa, Nathusa de Fátima Torres Chaves, Pedro Jarbas da Silva, Rômulo Barbosa, Sheila Maria Britto dos Santos, Thalita Pinto Haickel Matos, Thalys Hermes do Rego e Vanna Coelho Cabral (fonte: registro da *chapa* “Valéria Lauande – Presidente”, no dia 16/10/2015 as 12:08 hrs).

Referente aos oitenta advogados acima listados, podemos dizer o que segue: 1)- não há ninguém neste *conjunto de ação* que tenha participado da primeira configuração formada entre 1983/89; 2)- Ieda Maria Morais participou do pleito 1991/93, assim como, da chapa derrotada “João Itapary”, no ano eleitoral de 2006; 3)- trinta e cinco pessoas desse *conjunto de ação*, em algum mandato, ocuparam cargos políticos entre 1995 e 2015; 4)- quarenta e quatro advogados, nunca ocuparam postos eletivos na instituição, embora TPHM, GAMR, RSF e JLSS, já tenham participado do jogo político da entidade; 5)- por fim, subtraídos esses quatro advogados *supra citados*, para os outros quarenta agentes que restaram, foi a primeira vez que participaram, formalmente, do jogo político institucional, o que equivale a 50% das oitenta vagas.

Sobre os trinta e cinco agentes que em algum mandato ocuparam postos eletivos entre 1995 e 2015, constatamos o seguinte: 1)- que Carlos Augusto Macedo Couto foi o único que participou de todos os sete mandatos desse período; 2)- que Geomilson Alves Lima participou do *conjunto de ação* “João Itapary”, na eleição de 2006, da chapa “Juntos pela Ordem”, na eleição de 2009, e do *conjunto de ação* “Avançar Sempre Mais”, na eleição de 2012; 3)- que Daniel Blume Pereira de Almeida, Eduardo Aires Castro e Sidney Filho Nunes Rocha, participaram do *conjunto de ação* “Juntos pela Ordem”, na eleição de 2009, e integraram a chapa “Avançar Sempre Mais” em 2012; 4)- que Pedro Jarbas da Silva exerceu cargo eletivo nos dois mandatos do presidente Jose Caldas Gois, depois rompeu com o “grupo” do qual fazia parte para seguir o advogado-líder-opositor Roberto Feitosa, nas eleições de 2009 e 2012; 5)- que Raimundo Nonato Ribeiro Neto integrou a chapa “Advogado Durval Soares da Fonseca” na eleição de 2003, assim como, a chapa “Avançar Sempre Mais”, em 2012; 6)- que Marco Antônio Coelho Lara participou dos três últimos *conjuntos de ação* vencedores; 7)- que Mário de Andrade Macieira, José Guilherme Carvalho Zagallo, Ulisses César Martins Sousa, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo e Windsor Silva dos Santos, integraram as quatro últimas chapas vencedoras; 8)- que Valéria Lauande Carvalho Costa se elegeu em 2003, 2009 e 2012; 9)- que Maria Helena de Oliveira Amorim integrou os *conjuntos de ação* vencedores em 2003 e 2012; 10)- que Lígia

Paula Bastos Cesar de Oliveira Santana integrou as chapas vencedoras em 2006 e 2009; 11)- que AGSNC, JCGJ e ES, integraram a chapa vencedora em 2009; 12)- que AJC, EPS e EL, participaram dos *conjuntos de ação* vencedores em 2009 e 2012; 13)- que treze desses trinta e cinco nomes, apenas participaram da eleição de 2012, pela chapa “Avançar Sempre Mais”, são eles: RHFSC, CMRP, AMDL, AKSFB, ATFS, PDM, CHFL, HFR, FFL, FMS, GMR, HAP2 e JECF; 14)- e, por fim, que AGSNC, JCGJ, PJS, LPBCOS e ES, foram os únicos cinco nomes dos trinta e cinco agentes, que não integraram a chapa “Avançar Sempre Mais” em 2012.

Fundamentado nos resultados acima, constatamos que daquela *clique* integrada por Raimundo Marques, Carlos Couto, Kleber Moreira e Gerson Nascimento, apenas Carlos Augusto Macedo Couto integrou formalmente a chapa “Avançar Mais e Mais”. José Caldas Gois foi representado pelo seu filho José Caldas Gois Júnior, que saiu candidato ao conselho federal. Portanto, os números ratificam o que já dissemos, isto é, que a conversão de Gerson Nascimento e Raimundo Marques para o lado opositor, liderado por Thiago Diaz, Charles Dias e Guterres Filho, se deu pelo acúmulo de “poder” em favor do presidente Mário Macieira e da sua *clique* de amigos-seguidores. Se não bastasse os números e os resultados apresentados acima, poderíamos também afirmar que este “poder”, acumulado por Mário Macieira e sua *clique*, dentro da *rede* de alianças que se configurou entre 2009 e 2015 na entidade, refletiu-se nos nomes das *chapas eletivas* e nos *postos políticos* que eles ocuparam dentro da instituição.

Por exemplo, quanto aos nomes das *chapas eletivas*, verificamos que: 1)- em 2009 era “Avançar Sempre”; 2)- na reeleição em 2012, “Avançar Sempre Mais”; 3)- e em 2015, “Avançar Mais e Mais”. Se compararmos esses nomes, com os nomes das anteriores chapas vencedoras, ou mesmo, com os nomes das chapas perdedoras, resta fácil concluir, com base no exemplo *supra citado*, que a partir da primeira candidatura do presidente Mário Macieira na eleição de 2009, até a candidatura de Valéria Lauande em 2015, isto é, que nas três últimas *eleições* (2009, 2012 e 2015), os nomes das chapas lideradas pelo presidente Macieira, romperam com a “tradição” de homenagear respeitados-advogados-falecidos (e.g.: em 1973, chapa “João Albino”; em 1985 e 1987 chapa “Viviane Pereira”; em 1997 chapa “Domingos Vieira Filho”; em 2003, chapas “Doroteu Ribeiro”, “José Santos” e “Advogado Durval Soares da Fonseca”; e, por último, em 2006, chapas “Clineu César Coelho” e “João Itapary”) e passaram a ser pensados com o propósito de indicar uma sequência e/ou uma continuidade e/ou permanência de um “grupo”.

E quanto aos cargos que ocuparam dentro dos *conjuntos de ação*, constatamos que: 1)- na eleição de 2003, pela chapa “Doroteu Ribeiro”, Mário Macieira, Guilherme Zagallo, Ítalo Fábio Gomes de Azevedo e Windsor Silva dos Santos, elegeram-se conselheiros estaduais titulares (CET), Ulisses Sousa, conselheiro federal (CF), Valéria Lauande, vice-presidente (VP), e Marco Lara, ainda não integrava o “grupo”; 2)- na eleição de 2006, pelo *conjunto de ação* “Clineu César Coelho”, Mário Macieira, Ítalo Fábio Gomes e Windsor Silva, continuaram sendo conselheiros estaduais titulares (CET), Guilherme Zagallo elegeu-se vice-presidente (VP), Ulisses Sousa, novamente, conselheiro federal (CF), Marco Lara, pela primeira vez foi conselheiro estadual suplente (CES), e Valéria Lauande, não participou dessa eleição; 3)- na eleição de 2009, pela chapa “Avançar Sempre”, Windsor Silva dos Santos e Marco Antônio Coelho Lara elegeram-se conselheiros estaduais titulares (CET), Mário Macieira elegeu-se presidente (P), Valéria Lauande, elegeu-se vice-presidente (VP), Guilherme Zagallo e Ulisses Sousa, elegeram-se conselheiros federais (CF), e Ítalo Fábio Gomes, elegeu-se conselheiro federal suplente (CFS); 4)- na eleição de 2012, pela chapa “Avançar Sempre Mais”, Ítalo Fábio e Windsor Silva, elegeram-se conselheiros estaduais titulares (CET), Valéria Lauande e Guilherme Zagallo elegeram-se conselheiros federais (CF), Mário Macieira reelegeu-se presidente (P), Marco Lara elegeu-se tesoureiro (T), e Ulisses César Martins, elegeu-se secretário geral adjunto (SGA); 5)- na eleição de 2015, pelo *conjunto de ação* “Avançar Mais e Mais”, Windsor Silva e Ítalo Fábio, saíram candidatos a conselheiros estaduais titulares (CET), Ulisses Sousa e Mário Macieira, candidataram-se ao conselho federal (CF), Guilherme Zagallo a tesoureiro (T), Valéria Lauande a presidente (P), e Marco Lara a vice-presidente (VP).

Para melhor visualizarmos as informações acima, segue o quadro abaixo:

QUADRO 04	2003	2006	2009	2012	2015
	Doroteu Ribeiro	Clineu César Coelho	Avançar Sempre	Avançar Sempre Mais	Avançar Mais e Mais
Mário Macieira	CET	CET	P	P	CF
Guilherme Zagallo	CET	VP	CF	CF	T
Ulisses Sousa	CF	CF	CF	SGA	CF
Ítalo Gomes	CET	CET	CFS	CET	CET
Windsor Silva	CET	CET	CET	CET	CET
Valéria Lauande	VP	não participou	VP	CF	P
Marco Lara	não participou	CES	CET	T	VP

Percebe-se, portanto, que dentro da *teia de interdependência* que equilibrava a “balança de poder” da entidade (ELIAS, 1999), os postos eletivos ocupados pelos sete advogados *supra citados*, foram ascendendo hierarquicamente ao longo dos mandatos, principalmente a partir do ano de 2009. Logo, podemos dizer que quando chegou em 2015, não existia qualquer outro “grupo político” que lhe fizessem concorrência direta. Ou seja, ao longo dos últimos cinco pleitos, as “relações de poder” que diretamente influenciavam na composição formal do *conjunto de ação*, e que haviam sido processualmente, relacionalmente e concorrencialmente estruturadas, em 2015, estavam de tais formas configuradas em benefício do presidente Mário de Andrade Macieira e seus amigos-seguidores, que mesmo a contragosto de alguns “experientes-dirigentes”, eles conseguiram ocupar os *postos políticos* mais importantes na hierarquia dos cargos.

Foi, justamente, por conta deste acúmulo de “poder”, representado pelo segmento da *rede* integrado por Mário, Valéria, Ulisses, Lara e Zagallo, que fez com que Marques, Nascimento, Caminha, Murad e Nabarro, “abandonassem o barco” (na linguagem comum), para apoiar a chapa “Renovar para Mudar”. Segue, então, os oitenta advogados do *conjunto de ação* “Renovar para Mudar:” para presidente, Thiago Roberto Morais Diaz, vice-presidente, Pedro Augusto Souza de Alencar, secretário geral, Adailton Lima Bezerra, secretária geral adjunto, Alice Maria Salmito Cavalcanti, tesoureira, Deborah Porto Cartagenes, conselheiros federais titulares, José Agenor Dourado, Luís Augusto de Miranda Guterres Filho e Roberto Charles de Menezes Dias, conselheiros federais suplentes, Alex Oliveira Murard, Antônio José Bittencourt de Albuquerque Júnior e Rosana Galvão Cabral, presidente da CAAMA, Diego Carlos Sá dos Santos, vice presidente da CAAMA, Aroaldo Santos, secretário geral da CAAMA, Fernando Antônio Pinto Silva Júnior, secretária geral adjunto da CAAMA, Kelly Daiana Diniz da Costa, tesoureiro da CAAMA, Rodrigo Reis Lima, suplentes da CAAMA, Antônio Eduardo Silva Mendes, Cristiana Jansen de Mello Fonseca e Josélia Carvalho Cabral Leite, conselheiros estaduais titulares, Antônio de Moraes Rego Gaspar, Benedito Nabarro, Fernando Henrique Lopes Vera, Flávio Henrique Cardoso Matos, Francisco Moura dos Santos, Gustavo Mamede Lopes de Souza, Hélio da Silva Maia Neto, Hugo Gedeon Cardoso, Ítalo Gustavo e Silva Leite, Joaquim Adriano de Carvalho Adler Freitas, José Alencar de Oliveira, José Antônio Silva Pereira, José Carlos Mineiro, José Fernandes Dantas Filho, José Fillipy Andrade Gonçalves, José Flávio Costa Mendes, Josineile de Souza Pedroza, Luiz Roberto de Menezes Gomes, Malone França Nunes, Marinel Dutra de Matos, Michael Eceiza Nunes, Paulo Roberto

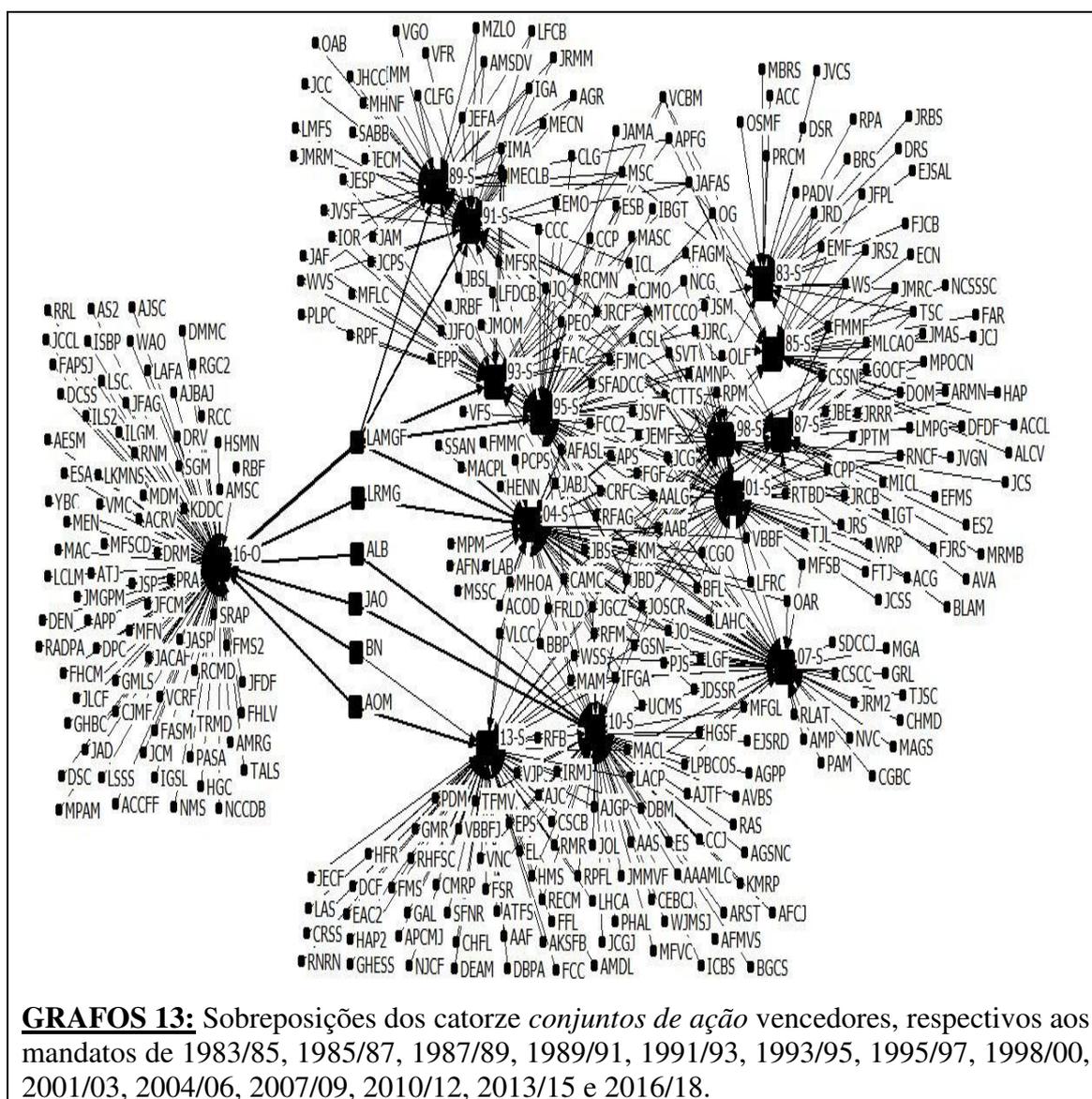
Almeida, Rodrigo do Carmo Costa, Sandra Gonçalves Macedo, Thais Alexandra Lopes dos Santos, Valéria Cristina Regino Ferreira, Walney de Abreu Oliveira e Yuri Brito Correia, conselheiros estaduais suplentes, Adilson Teodoro de Jesus, Alderico Jeferson da Silva Campos, Antônio Carlos Rodrigues Viana, Antônio da Conceição Costa Ferreira Filho, Antônio de Paula Pereira, Daniel de Sousa Carneiro, Danielly Ramos Vieira, Deydra Melo Moreira Carneiro, Diego Eceiza Nunes, Diego Rodrigues Martins, Euryclides Silva Amorim, Frederico Augusto Silva Moreira, Gustavo Henrique Brito de Carvalho, Ilana Sá Barbosa Pereira, Ilzyanne Lima Silva, Isabel Loyola Gomes Moreira, Joana Mara Gomes Pessoa Miranda, Jorge Luis de Castro Fonseca, Leonide Santos Sousa Saraiva, Liana Kerley Matos Nunes dos Santos, Luana Celina Lemos de Moraes, Luciana Silva de Carvalho, Luiz André Farias de Albuquerque, Marcella Abdalla Costa, Marina de Fátima Schalcher de Castro Diaz, Maura Patrícia Aguiar Mendes, Nereida Cristina Cavalcante Dutra Batalha, Núbia Macedo Sousa, Raimundo Nonato Meireles, Ribamar Botão França, Rodrigo Antônio Delgado Pinto de Almeida, Sérgio Roberto Aranha Pinheiro e Vivianne Macedo Costa (fonte: ata de apuração de 20.11.2015).

Quanto à *sociometria* desses oitenta advogados acima listados, observamos o seguinte: 1)- ninguém participou da primeira configuração formada entre 1983/89; 2)- Luís Augusto Miranda de Guterres Filho participou dos três mandatos referentes à segunda configuração formada entre 1989/95, assim como, dos pleitos de 1995/97 e 2004/07, sem falar que foi líder da oposição nas eleições de 1997, 2000, 2006 e 2009; 3)- Luiz Roberto Menezes Gomes integrou o *conjunto de ação* “Domingos Vieira Filho” na eleição de 1997, depois participou do primeiro mandato do presidente José Caldas Gois em 2004/07, em seguida, integrou os *conjuntos de ação* “João Itapary” em 2006, e “Juntos Pela Ordem” em 2009; 4)- Adailton Lima Bezerra e José de Alencar de Oliveira participaram do primeiro mandato do presidente Mário de Andrade Macieira, depois romperam e integraram a chapa “A Ordem é o Advogado” em 2012; 5)- Alex Oliveira Murad integrou em 2009, o “grupo Inova OAB”, assim como, o *conjunto de ação* “Juntos pela Ordem”, em seguida, em 2012, convergiu para a chapa “Avançar Sempre Mais”; 6)- Benedito Nabarro participou do segundo pleito do presidente Mário de Andrade Macieira; 7)- os outros setenta e quatro advogados, nunca exerceram postos eletivos na instituição, embora, APP, JLCF, JAD, JFDF, RCMD, NMS e SGM, já houvessem participado do jogo político institucional; 8)- por fim, subtraindo esses sete nomes *supra citados*, para os sessenta e sete agentes restantes, foi a primeira vez que,

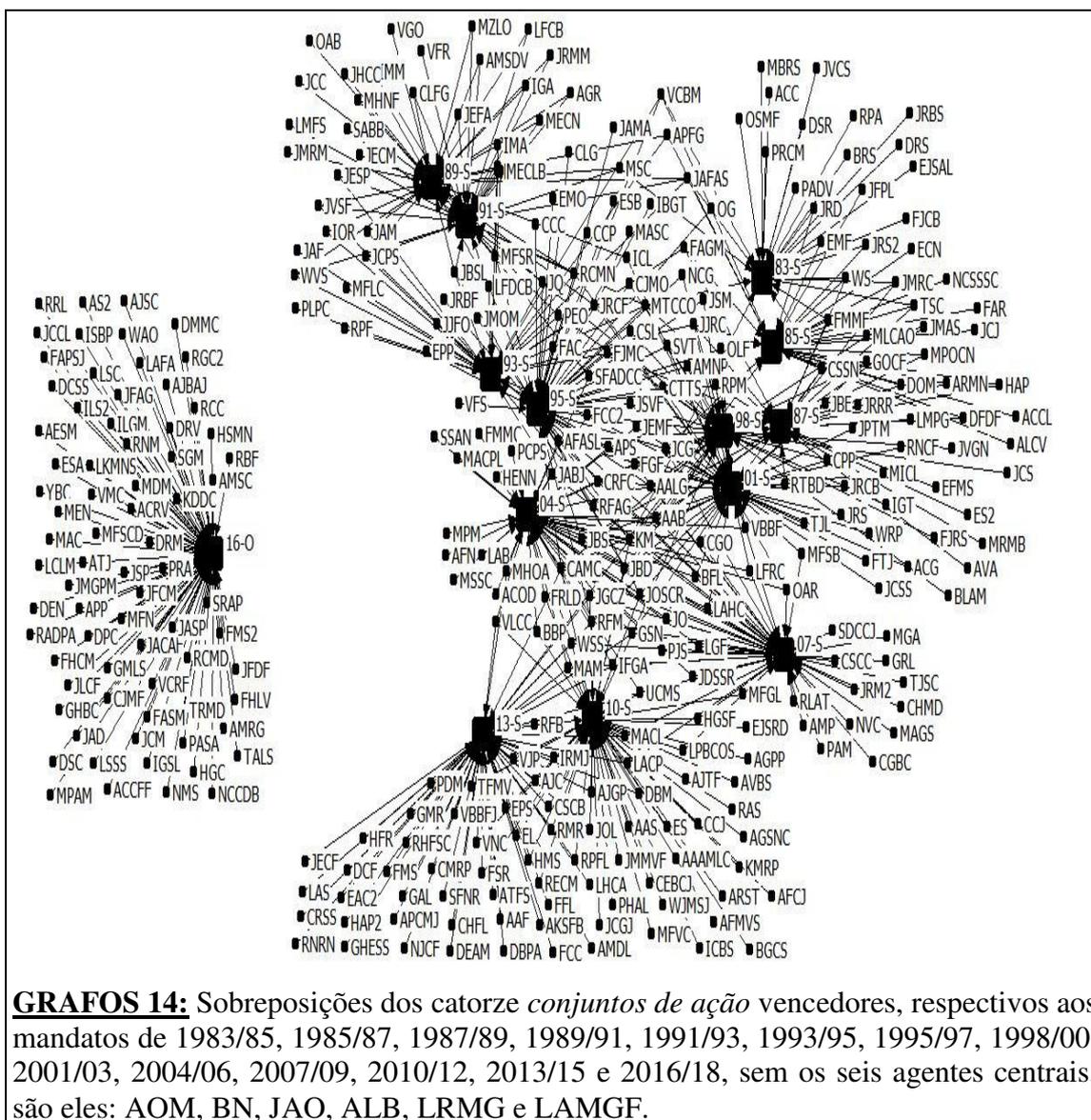
formalmente, participaram do jogo político da entidade, o que equivale a 83,75% das oitenta vagas.

Fundamentado nesses resultados, constatamos que, dos duzentos e setenta e sete advogados que exerceram *postos eletivos* entre 1983 e 2015, somente seis deles integraram a chapa de oposição “Renovar para Mudar”. Assim, se sobreposmos os catorze últimos *conjuntos de ação* vencedores, entre 1983 e 2015, observaremos que apenas Luís Augusto de Miranda Guterres Filho (LAMGF), Luiz Roberto de Menezes Gomes (LRMG), Adailton Lima Bezerra (ALB), José Alencar de Oliveira (JAO), Bendito Nabarro (BN) e Alex Oliveira Murad (AOM), foram os únicos integrantes da chapa “Renovar Para Mudar”, que já haviam ocupados cargos políticos na entidade.

Os grafos abaixo traduzem o que foi dito até aqui:



Daí, se retirarmos estes seis agentes centrais da *rede de relações* acima apresentada, constataremos que os outros setenta e quatro advogados do *conjunto de ação* “Renovar para Mudar”, restarão isolados, sem qualquer ligação com os outros treze *conjuntos de ação* vencedores, conforme destacam os *grafos* abaixo:



Vale ressaltar, também, que desses seis agentes centrais, apenas, Alex Oliveira Murad e Bendito Nabarro, exerceram cargos eletivos no mandato 2012/15, referente ao segundo pleito do presidente Mário Macieira.

Ou seja, os outros setenta e oito integrantes da chapa, não ocuparam *postos políticos* no exercício 2013/15, o que corresponde a 97,5% de renovação para o pleito de 2016/18.

Logo, com base nesses resultados, podemos dizer que a vitória nas urnas do *conjunto de ação* liderado por Thiago Diaz, reconfigurou quase por completo as “relações de poder” da entidade.

Por fim, quanto à relação existente entre vencer nas urnas e a quantidade de “experientes-advogados-jogadores”, integrando formalmente os *conjuntos de ação*, verificamos que a chapa “Renovar para Mudar”, conseguiu reverter esta constatação anteriormente apresentada, vencendo as eleições com 83,75% de “inexperientes-jogadores” na sua composição, contra 50% da chapa “Avançar Mais e Mais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, podemos dizer que a inclusão dos estudos de “elites” na pauta da teoria contemporânea, segundo Reis e Grill (2016), exige ultrapassar as dificuldades em “conceber conceituações precisas, de associá-los com debates sobre transformações sociais, culturais e econômicas mais amplas e de amarrá-los a problemas epistemológicos dominantes nas ciências sociais” (p.13).

Dessa forma, seguindo esta orientação, coube a nós, neste estudo, apurar os autores mais úteis, dentre aqueles arrolados como estudiosos das “elites”. Tentamos não esquecer da existência de controvérsias que emergiram na literatura e que “adotaram um caráter político-ideológico, sobrevalorizados nas importações feitas no Brasil” (REIS e GRILL, 2016, 18). Exemplo disso seria a reificação da ideia de “poder”. Ao longo da pesquisa, não esquecemos que essa é uma ideia permeada pela “‘ilusão coisificante’ que exprime ‘coisas’ e ‘estados’ ao invés de relações e processos” (BOURDIEU, 1988; ELIAS, 1999, apud, REIS e GRILL, 2016, p.18).

Ou seja, não esquecemos que os debates teóricos de muitos autores que seguem essa orientação, tentam aprisionar os pesquisadores em *querelas nominalistas* em torno de *artefatos sem realidades objetivas*, “que exaurem qualquer possibilidade de apreensão dos grupos e instituições mediante o estudo dos agentes, das suas características e distribuição em um espaço específico” (REIS e GRILL, p.20).

Como alternativa, privilegamos o exercício de ruptura com esse modelo “substancialista”, em prol de um modelo analítico, na tentativa de fazer aflorar a fertilidade do tratamento relacional, concorrencial e processual das propriedades e das representações dos advogados-dirigentes aqui analisados, “participantes de jogos centrais em determinadas configurações ou espaços de poder e ligados por mecanismos de integração e de tensão [...] ou de fusões e fissionamentos” (REIS e GRILL, 2016, p.21).

Assim, em detrimento dos modelos “teoricistas”, que enfocam coletividades *substancializadas* e *antropomorfizadas*, nossa proposta *epistemológica* foi pensar os processos de seleção dos dirigentes políticos da OAB/MA, como disputas entre *configurações* ou *teias de interdependência*, que processualmente, concorrencialmente e relacionalmente, equilibraram a “balança de poder” da entidade (ELIAS, 1999).

Utilizamos a *ótica da antropologia (da) política*, para nos ajudar perceber a existência de *domínios* no espaço multidimensional, onde a “política” pode ser pensada como uma atividade não permanente (PALMEIRA, 2010), regida por uma lógica

diádica entre líderes e seguidores (LANDÉ, 1977), distribuída em *conjuntos de ação, coalizões, alianças, clivagens, cliques, ego*, etc. (MAYER, 1987; BOISSEVAIN, 2003). Podemos dizer que o “espaço político” da OAB/MA é um desses *domínios*.

Percebemos, ao longo da pesquisa empírica, que esse arsenal teórico respondia às lógicas de concorrência que prevalecem nas disputas pelos cargos de direção da OAB/MA e, dessa forma, poderiam ser apreendidas, *metodologicamente*, através da análise de *rede* e de *trajetória*. Foi o que tentamos fazer.

Utilizando os *softwares* UCINET e NETDRAW, fizemos uma análise de *rede* do “espaço político” da OAB/MA, para identificar os principais líderes; em seguida, depois de destacados os agentes-políticos-centrais da *rede*, realizamos o estudo de *trajetórias* desses advogados-líderes, para compreender e avaliar suas estratégias e ações em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, suas relações, etc. Foi através do estudo de trajetória que compreendemos melhor os capitais específicos que esses líderes dispunham, “seus trunfos, suas estratégias, seus deslocamentos, a maneira [...] como se impôs [...] acumulando prestígio e poder, conformando uma rede própria de relações pessoais” (GRYNSZPAN, 1989, p.4).

Portanto, foi utilizando a *epistemologia, a teoria e a metodologia* acima destacada, que estudamos este específico *domínio* da vida social. No primeiro capítulo, notamos que os dirigentes do IAB e da OAB, desde 1843 até 2015, por conta dos capitais sociais incorporados, traziam um conjunto de recursos ligados a uma *rede* durável de reconhecimento no meio político-jurídico. Em seguida, nos outros capítulos, verificamos que no caso da OAB/MA, não foi diferente.

No capítulo segundo, de maneira geral, com base na obra “Memória da Advocacia no Maranhão”, escrita por Milson Coutinho, verificamos que, entre 1932 e 1983, o jogo político da OAB/MA foi dividido em três importantes períodos. O primeiro, compreendido entre 1932 e 1959, foi marcado por um intenso fluxo de tensões entre os dirigentes; o segundo, pela dominação de apenas dois agentes, compreendido entre 1959 e 1980; e o terceiro período, compreendido entre 1980 e 1983, por conta da intervenção do conselho federal e da reativação do Instituto dos Advogados do Maranhão (IAM), foi marcado pelo rearranjo de forças na *rede* de relações.

A partir de 1983, quando iniciamos o estudo empírico, percebemos que a *rede* de alianças que estruturava as “relações de poder” da entidade, girava em torno de configurações que espelhavam uma cadeia de líderes-seguidores, engessada na forma de uma pirâmide, onde, os seguidores do *ego* principal do *conjunto de ação*, eram líderes

de outros seguidores (LANDÉ, 1977). Isto é, a *rede* de alianças era segmentada em coalizões interpessoais que se aliavam, e/ou rompiam, para formar os *conjuntos de ação* concorrentes a cada eleição.

Durante o estudo, verificamos que nos trinta e três anos compreendidos entre 1983 e 2015, o jogo político da OAB/MA foi estruturado por apenas quatro coalizões interpessoais que ascenderam, descenderam e/ou entraram ou saíram da *rede* de alianças, dependendo do momento histórico, senão vejamos.

Entre 1983 e 1989 (capítulo terceiro), Carlos Sebastião Silva Nina, Tácito da Silveira Caldas, Wady Sauaia, Francisco Frota, Kleber Moreira e José Caldas Gois, formaram a coalizão (segmento de líderes-seguidores), que ascendeu verticalmente dentro da “rede de alianças” que comandou a instituição nesse período.

Entre 1989 e 1995 (capítulo quarto), foi a vez da *clique* formada por José Antônio Almeida, José Brígido da Silva Lages e Raimundo de Castro Menezes Neto, comandar a *rede* de alianças que derrotou nas urnas a *coalizão* supracitada.

E, entre 1995 e 2015 (capítulos quinto, sexto, sétimo e oitavo), destacamos que apenas duas coalizões controlaram a entidade. A primeira, sociometricamente formada por Raimundo Marques, Gerson Nascimento, Carlos Couto, Kleber Moreira e José Caldas Gois; e a segunda, composta por Mário Macieira, Valéria Lauande, Guilherme Zagallo, Ulisses Sousa, Marco Lara, Ítalo Gomes e Windsor Silva.

Ao longo desses vinte e um anos, compreendidos entre 1995 e 2015, notamos que a primeira configuração integrada por Marques, Nascimento, Couto, Moreira e Gois, comandou a instituição em aliança com a segunda coalizão, mas, por conta da ascensão vertical (dentro da *rede* de alianças que equilibrava a “balança de poder” da instituição), da segunda coalizão, integrada por Mário, Valéria, Ulisses, Zagallo, Lara, Windsor e Ítalo, importantes dirigentes, como, Raimundo Marques e Gerson Nascimento, perderam espaços de influência dentro da *rede* e romperam com o presidente Macieira, para apoiar o *conjunto de ação* opositor.

Constatamos, também, ao longo dos seis últimos capítulos, que esses dirigentes são marcados por perfis recorrentes ou regularidades nas suas trajetórias, como, escolas de origens, mesma universidade, relação com o mundo da política e com o mundo do trabalho. Por exemplo, Milson Coutinho e Carlos Nina estudaram no Liceu Maranhense na década de 1950 e 1960, trabalharam juntos no Jornal Pequeno desde a adolescência, exerceram o jornalismo, estudaram na mesma faculdade de direito, se atrelaram ao

Estado, seja como promotor de justiça (Carlos Nina), seja como procurador do Estado (Milson Coutinho) e convergiram para a “política de Ordem”.

Outros exemplos foram Jámenes Calado, que era amigo de infância de Nina, trabalhou com ele no Jornal Pequeno, fez jornalismo, se atrelou ao Estado como promotor de justiça e, na década de 1980, entrou na “política de Ordem”, assim como, José Antônio Almeida, Raimundo Marques, Mário Macieira e Valéria Lauande. O primeiro escreveu em jornais na adolescência, foi procurador de Estado, político e presidente da OAB/MA, o segundo, foi político, promotor, procurador de justiça, secretário de segurança pública e presidente da OAB/MA, e os dois últimos, participaram juntos da “política estudantil” do colégio Marista, são professores universitários e, no caso de Mário, vinculado a partido político.

Com base nesses exemplos, no que se refere às regularidades ligadas ao trajeto profissional, pode-se dizer que entre 1983 e 2015, o jornalismo, a promotoria de justiça, a procuradoria de Estado, a secretaria de segurança pública, a advocacia privada, o magistério e a militância partidária, são funções que os presidentes da OAB/MA, exerceram, paralelamente, nestes trinta e três anos.

Notamos, portanto, que muitos desses dirigentes estudaram nas mesmas escolas e na mesma faculdade, escreviam em jornais, eram amigos de infância, adolescência ou de trabalho, tiveram os mesmos professores, exerciam a política ordinária e estavam, de certa maneira, atrelados ao Estado. Na década de 1950 e 1960 eles geralmente estudaram no Liceu Maranhense, depois, até o final da década de 1980, passaram a estudar no colégio Marista. Todos, estudaram na UFMA, os mais “antigos”, até 1972, quando o curso de direito se localizava na rua do Sol, depois, a partir de 1972, os dirigentes mais “jovens”, quando o curso passou para o Campus do Bacanga. Exemplos são: Milson Coutinho que estudou no Liceu, Carlos Nina que estudou no Liceu e no Marista, Guterres Filho, Mário Macieira, Gois Júnior e Valéria Lauande, que estudaram no colégio Marista. De todos os entrevistados nesta pesquisa, apenas José Caldas Gois e Daniel Blume, não estudaram nem Liceu, nem no Marista. Todavia, todos eles estudaram na UFMA.

Para concluir, fundamentado nos exemplos *supra*, afirmamos que entre 1983 e 2015, o Liceu Maranhense, o colégio Marista e a UFMA, foram os centros de ensino produtores dessa “elite” de advogados que controlou a OAB/MA durante esses trinta e três anos.

REFERÊNCIAS:

1)- LIVROS E ARTIGOS:

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Frederico de. **As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira.** In: REIS, Eliana Tavares dos, e GRILL, Igor Gastal (org.). Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016.

BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. **Política Comparada.** Tradução de Mercedes Córdoba. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BAILEY, F. G. **Las reglas del juego político.** Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1971.

BARREIRA, Irllys. **Campanha em família: as veias abertas das disputas eleitorais.** In: PLAMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Política no Brasil: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BOISSEVAIN, Jeremy. **Coaliciones.** In: FÉLIX SANTOS, REQUENA (orgs.). Análisis de redes sociales. Barcelona: Ciclo Veituinno, 2003.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado.** São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Político.** Revista Brasileira de Ciência Política. Nº. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

_____. **A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.** In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Por uma ciência das obras.** In: BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Correa. 11ª ed. Campinas: Papyrus, 2011b.

_____. **A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região.** In: BOURDIEU, Pierre. Poder Simbólico. Tradução de Fernando Thomas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011c.

_____. **O Capital Social.** In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Stratégies de reroduction et modes de dominação.** Actes de la recherche em sciences sociales. V. 105, nº. 1, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. 1939- **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões liberais. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999

CORADINI, Odaci Luiz. **Estruturas de dominação, integração social e muito mais: os confrontos entre as noções de capital social de Bourdieu e de Coleman.** BIB, São Paulo, n°. 69, 1º semestre de 2010.

COUTINHO, Milson. **Memória da advocacia no Maranhão.** São Luís: Clara Editora, 2007.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1999.

ENGELMANN, Fabiano. **Questões para o estudo de “elites de Estado”: o caso representativo dos juristas.** In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GRILL, Igor Gastal. **Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoio.** In: SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor. (org) As ciências sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2013.

_____. **As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: Biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX.** Revista de Sociologia e Política, v. 23(54), p. 21-42, 2015.

GRYNSZPAN, Mário. **“Os idiomas da patronagem. Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”.** RBCS, 14, 1989.

LANDÉ, C. H. **Introduction: the dyadic basis of clientelismo.** In: SCHMIDT, S. W. et all. Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

MARTINS, Renné. **A Construção social da imagem da OAB na mídia.** In: BONELLI, Maria da Glória; OLIVEIRA, Fabiana Luci de; MARTINS, Renné. Profissões jurídicas, identidades e imagem pública. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os cruzados da ordem jurídica: a atuação da ordem dos advogados do Brasil (OAB). 1945-1964.** 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2013.

MAYER, Adrian C. **“A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas”.** In: FELDMAN-BIANCO, B. Antropologia das sociedades contemporânea. São Paulo: Global, 1987.

PALMEIRA, Moacir. **Política, facções e voto.** In: PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz M. Política Ambígua. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: NUAP, 2010.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. **Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites**. In: _____. Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016.

_____. **Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas e Condicionantes Sociais das Inscrições Políticas e Culturais de Parlamentares Brasileiros**. Dados, v. 58(2), p. 203-238, 2015.

REIS, Eliana Tavares dos. e PETRARCA, Fernanda Rios. **Profissões e espaços da política: as potencialidades de uma agenda de pesquisa**. In: Revista Pós Ciências Sociais – UFMA, v. 12, n. 23, 2015. São Luís: EDUFMA, 2015.

2)- **SOFTWARES E JORNAL:**

BORGATTI, S. P., EVERETT, M. G., and FREEMAN, L. C. **Ucinet 6 for Windows: software for social network analysis**. Havard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S. P. **Netdraw Network Visualization**. Havard, MA: Analytic Technologies, 2002.

Jornal Tribuna do Advogado. Ano I. nº. 01. NOV/DEZ. 2015.

3)- **DOCUMENTOS:**

Termo de posse e compromisso de 01/02/1983.

Termo de posse e compromisso de 28/02/1983.

Termo de posse e compromisso de 17/03/1983.

Termo de posse e compromisso de 10/05/1983.

Termo de posse e compromisso de 12/05/1983.

Termo de posse e compromisso de 13/07/1983.

Termo de posse e compromisso de 01/02/1985 às 11h.

Termo de posse e compromisso de 01/02/1985 às 20h.

Termo de posse e compromisso de 05/04/1985.

Termo de posse e compromisso de 05/05/1985.

Termo de posse e compromisso de 01/02/1987.

Termo de posse e compromisso de 05/02/1987.

Termo de posse e compromisso de 13/02/1987.

Termo de posse e compromisso de 01/02/1989 às 11h.

Termo de posse e compromisso de 01/02/1989 às 20h.

Termo de posse e compromisso de 02/02/1989.

Termo de posse e compromisso de 16/02/1989.

Termo de posse e compromisso de 06/04/1989.

Termo de posse e compromisso de 04/05/1989.

Termo de posse e compromisso de 21/09/1989.

Termo de posse e compromisso de 12/10/1989.

Termo de posse e compromisso de 01/02/1990.

Termo de posse e compromisso de 22/02/1990.

Termo de posse e compromisso de 08/03/1990.
Termo de posse e compromisso de 15/03/1990.
Termo de posse e compromisso de 26/06/1990.
Termo de posse e compromisso de 22/02/1990.
Termo de posse e compromisso de 13/12/1990.
Termo de posse e compromisso de 01/02/1991 as 11:00hs.
Termo de posse e compromisso de 01/02/1991 as 11:30hs.
Termo de posse e compromisso de 13/04/1991.
Termo de posse e compromisso de 15/04/1991.
Termo de posse e compromisso de 07/07/1991.
Termo de posse e compromisso de 20/02/1992.
Termo de posse e compromisso de 20/10/1992.
Termo de posse e compromisso de 29/10/1992.
Termo de posse e compromisso de 03/12/1992.
Termo de posse e compromisso de 01/02/1993 às 11h.
Termo de posse e compromisso de 01/02/1993 às 11:30hs.
Termo de posse e compromisso de 04/02/1993.
Termo de posse e compromisso de 04/03/1993.
Termo de posse e compromisso de 04/04/1993.
Termo de posse e compromisso de 20/01/1994.
Termo de posse e compromisso de 25/01/1994.
Termo de posse e compromisso de 16/07/1994.
Termo de posse e compromisso de 18/08/1994.
Termo de posse e compromisso de 01/02/1995.
Termo de posse e compromisso de 02/02/1995.
Termo de posse e compromisso de 14/02/1995.
Termo de posse e compromisso de 18/03/1995.
Termo de posse e compromisso de 16/04/1995.
Termo de posse e compromisso de 31/05/1995.
Termo de posse e compromisso de 25/07/1995.
Termo de posse e compromisso de 19/09/1996.
Termo de posse e compromisso de 01/10/1996.
Termo de posse e compromisso de 14/12/1996.
Termo de posse e compromisso de 06/02/1997.
Termo de posse e compromisso de 01/01/1998 às 11h.
Termo de posse e compromisso de 05/02/1998.
Termo de posse e compromisso de 26/02/1998.
Termo de posse e compromisso de 05/04/1998.
Termo de posse e compromisso de 08/07/1998.
Termo de posse e compromisso de 14/04/1999.
Termo de posse e compromisso de 07/06/1999.
Termo de posse e compromisso de 08/07/1999.
Termo de posse e compromisso de 24/05/2000.
Termo de posse e compromisso de 01/01/2001 às 18h.
Ata de apuração da eleição de 21/11/2003.
Ata de apuração da eleição de 24/11/2006.
Ata de apuração da eleição de 20/11/2009.
Ata de apuração da eleição de 23/11/2012.
Registro da chapa “Valéria Lauande – Presidente”, no dia 16/10/2015 às 12:08 hrs.
Ata de apuração da eleição de 20/11/2015.

4)- ENTREVISTAS:

Entrevista realizada com Luís Augusto de Miranda Guterres Filho, em São Luís/MA, no dia 16/09/2015.

Entrevista realizada com Thiago Roberto de Menezes Diaz, em São Luís, no dia 30/09/2015.

Entrevista realizada com Daniel Blume Pereira de Almeida, em São Luís/MA, no dia 03/11/2015.

Entrevista realizada com Roberto Charles de Menezes Dias, em São Luís/MA, no dia 12/11/2015.

Entrevista realizada com José Caldas Gois, em São Luís/MA, no dia 22/02/2016.

Entrevista realizada com José Caldas Gois Júnior, em São Luís/MA, no dia 22/02/2016.

Entrevista realizada com Valéria Lauande Carvalho Costa, em São Luís/MA, no dia 23/02/2016.

Entrevista realizada com Carlos Sebastião Silva Nina, em São Luís/MA, no dia 24/02/2016.

5)- PÁGINAS E VÍDEOS DA INTERNET:

<http://www.oab.org.br/noticia/27775/oab-aprova-a-unanimidade-cota-de-30-de-mulheres-em-chapas-internas>, página da internet acessada em 08/08/2016.

<http://jus.com.br/peticoes/16594/fornecimento-de-cadastro-de-advogados-a-candidato-a-presidencia-de-seccional-da-oab>, página da internet acessada em 08/08/2016.

http://www.conjur.com.br/2003-jul-10/caldas_gois_lanca_oficialmente_candidatura_oab-ma, página da internet acessada em 08/08/2016.

http://www.conjur.com.br/2003-jul-14/advogados_maranhao_manifestam_apoio_caldas_gois, página da internet acessada em 08/08/2016.

<http://raimundopenha.blogspot.com.br/2009/11/juntos-pela-desordem-da-oab-do-maranhao.html>, página da internet acessada em 08/08/2016.

<https://www.facebook.com/votemariomacieira/events>, página da internet acessada em 20/10/2015.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2002, página da internet acessada em 28/07/2016.

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74446&tipo=1, página da internet acessada em 28/07/2016.

<http://www.netoferreira.com.br/politica/2015/10/eleicao-de-valeria-lauande-na-oab-deve-favorecer-mario-macieira-em-2018/>, página da internet acessada em 09/08/2016.

<http://blogdoedwilson.blogspot.com.br/2016/07/pt-indica-mario-macieira-para-vice-de.html#.WJRxVtIrK1s>, página da internet acessada em 02/02/2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=VPaIC1IK830>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=k7wL9VnrjWk>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=eEQWBki6Cuk>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=4f1Qp8WFCpY>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=ObVlFHAMRVY>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=9zB3FlH5gzk>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=xm4PR8AHBVg>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=HX-YTcefGGM>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=CGmdVMuaUB4>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=CGmdVMuaUB4>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=4W6FmXZGYcg>, vídeo da internet acessado em 08/08/2016.

ANEXOS

LISTA DOS 14 PRESIDENTES DA OAB/MA ENTRE 1932 E 1983, PELA ORDEM DE MANDATOS.

	PRESIDENTES	SIGLAS
1	Benedito de Barros e Vasconcelos	BBV
2	Alcides Jansen Serra Lima Pereira	AJSLP
3	João Hermógenes de Matos	JHM
4	Enéas Frazão	EF
5	Newton de Barros Belo	NBB
6	Elisabetho Brabosa de Carvalho	EBC
7	Virgílio Domingues da Silva Filho	VDSF
8	José de Albuquerque Alencar	JAA
9	João Albino Castro de Araújo Sousa	JACAS
10	Fernando Eugênio dos Reis Perdigão	FERP
11	Antenor Mourão Bogéa	AMB
12	José Ribamar Cunha Oliveira	JRCO
13	Manoel Martins dos Reis	MMR
14	José Carlos Sousa e Silva	JCSS

LISTA DOS 609 ADVOGADOS QUE INTEGRARAM OS 22 CONJUNTOS DE AÇÃO RECONSTRUÍDOS ENTRE 01.02.1983 E 31.12.2015, PELA ORDEM DAS SIGLAS.

1	Af Ali Ariston Moreira Lima da Costa	AAAMLC
2	Arnaldo de Assis Bastos	AAB
3	Aldinei Abreu Farias	AAF
4	Antonio Americo Lobato Gonçalves	AALG
5	Antonio Augusto Sousa	AAS
6	Anthony Boden	AB
7	Américo Botelho Lobato Neto	ABL N
8	Arnaldo Correa Cavalcanti	ACC
9	Antonio da Conceição Costa Ferreira Filho	ACCFF
10	Antonio Carlos de Carvalho Lago	ACCL
11	Antonio Carlos Gonçalves	ACG
12	Abdon Cletino Marinho	ACM
13	Antonio Caldas Muniz Cantanhede	ACMC
14	Ana Carla de Oliveira Dias	ACOD
15	Alexandre Cavalcanti Pereira	ACP
16	Antonio Carlos Rodrigues Viana	ACRV
17	Amelia Carvalho e Silva	ACS

18	Antonio Eduardo Silva Mendes	AESM
19	Adalberto Flavio Araujo da Silveira Leite	AFASL
20	Adriana Freitas da Costa	AFC
21	Antonio Fernandes Cavalcante Junior	AFCJ
22	Ana Flavia Melo e Vidigal Sampaio	AFMVS
23	Antônio Florêncio Neto	AFN
24	Arlindo Faray Vieira	AFV
25	Alan Greisson Pinheiro de Paiva	AGPP
26	Amilcar Gonçalves Rocha	AGR
27	Anna Graziella Santana Neiva Costa	AGSNC
28	Antonio Jose Bitencourt de Albuquerque Junior	AJBAJ
29	Antônio José Borges Mendes	AJBM
30	Adriano Jorge Campos	AJC
31	Antonio Jose Garcia Pinheiro	AJGP
32	Antonio José Muniz	AJM
33	Alteredo de Jesus Neris Ferreira	AJNF
34	Alderico Jeferson da Silva Campos	AJSC
35	Airton Jose Tajra Feitosa	AJTF
36	Anne Karole Silva Fontelle de Brito	AKSFB
37	Adailton Lima Bezerra	ALB
38	Andre Luis de Carvalho Calado	ALCC
39	Antonio Lisboa de Castro Viana	ALCV
40	Andre Luis Torres Gomes de Sa	ALTGS
41	Alba Maria D'Almeida Lins	AMDL
42	Alinne Magalhães Frota Montalverne	AMFM
43	Alexandre Magno Lima	AML
44	Alexandre Maia Lago	AML2
45	Antonio Maria Nunes Pereira	AMNP
46	Adriano Martins Paiva	AMP
47	Antonio de Moraes Rego Gaspar	AMRG
48	Alice Maria Salmito Cavalcanti	AMSC
49	Ana Maria da Silva Dias Vieira	AMSDV
50	Antônio Nicolau Junior	ANJ
51	Antonio Nere de Jesus e Sousa	ANJS
52	Alex Oliveira Murad	AOM
53	Adriana Obegon Wedy Guterres	AOWG
54	Antonio de Padua Cortez Moreira Junior	APCMJ
55	Artemice Pinheiro Fernandes Gomes	APFG
56	Antonio de Paula Pereira	APP
57	Argetino Pereira da Silva	APS
58	Alexsandro Rahbani Aragão Feijó	ARAF
59	Adilson Ribeiro Balata	ARB
60	Adriano Rocha Cavalcanti	ARC
61	Augustinho Ramalho Marques Neto	ARMN
62	Antonio Roberto Pires da Costa	ARPC

63	Antonio Raimundo Silva Torres	ARST
64	Adroaldo Souza	AS
65	Aroaldo Santos	AS2
66	Alfredo Salim Dualibe Neto	ASDN
67	Antonio dos Santos Menezes	ASM
68	Ananda Teresa Farias de Sousa	ATFS
69	Adilson Teodoro de Jesus	ATJ
70	Ângela Thomé Lombardi Casanovas	ATLC
71	Aurélio Vieira de Andrade	AVA
72	Alvaro Valadão Borges Neto	AVBN
73	Ana Valéria Bezerra Sodré	AVBS
74	Benedito Bayma Piorski	BBP
75	Bruno Caldas Siqueira Freire	BCSF
76	Benedito Ferreira Lemos	BFL
77	Benetino Gomes Clemetino de Sousa	BGCS
78	Bruno Guilherme da Silva Oliveira	BGSO
79	Benedito Luis de Azevedo Maia	BLAM
80	Bruno Maciel Leite Soares	BMLS
81	Benevenuto Marques Serejo Neto	BMSN
82	Benedito Nabarro	BN
83	Benedito Ribeiro da Silva	BRS
84	Carlos Armando Alves Serejo	CAAS
85	Cristiano Alves Fernandes Ribeiro	CAFR
86	Carlos Alberto Lopes Pereira	CALP
87	Carlos Alberto Maciel Abas	CAMA
88	Carlos Augusto Macedo Couto	CAMC
89	Carlos Alberto Silva Nina	CASN
90	Carlos Broson Coelho da Silva	CBCS
91	Celma Cristina Barbosa Baiano	CCBB
92	Clineu Cesar Coelho	CCC
93	Carlos Cavalcante Junior	CCJ
94	Celso Correia Pinho	CCP
95	Candido Diniz Barros	CDB
96	Claudiomar Dominici de Lima	CDL
97	Carlos Eduardo Barbosa Cavalcanti Junior	CEBCJ
98	Clayrton Erico Belini Medeiros	CEBM
99	Carlos Gustavo Brito Castro	CGBC
100	Christian Gomes de Oliceira	CGO
101	Célio Gitahy Vaz Sardinha	CGVS
102	Carlos Henrique Falcao de Lima	CHFL
103	Charles Henriques Miguez Dias	CHMD
104	Claudio Henrique Trinta dos Santos	CHTS
105	Cristiana Jansen de Mello Fonseca	CJMF
106	Candido Jose Martins de Oliveira	CJMO
107	Claudio Leonardo Almeida Moreira	CLAM

108	Carlos Levy Ferreira Gomes	CLFG
109	Cleto Leite Gomes	CLG
110	Claudio Leonardo Palmeira Moreira	CLPM
111	Carlos Magno Galvao Carvalho	CMGC
112	Carolina Moraes Moreira de Sousa	CMMS
113	Claudia Maria Rodrigues Pereira	CMRP
114	Cassio Mota e Silva	CMS
115	Cipriano da Paz Pires	CPP
116	Claudio Roberto Araújo Santos	CRAS
117	Carlos Roberto Feitosa Costa	CRFC
118	Claudia Regina Serra da Silva	CRSS
119	Carlos Sergio de Carvalho Barros	CSCB
120	Carlos Seabra de Carvalho Coelho	CSCC
121	Cildea Sá Ferreira	CSF
122	Carlos Santana Lopes	CSL
123	Carlos Sebastiao Silva Nina	CSSN
124	Cristina Thadeu Teixeira de Sales	CTTS
125	Deila Barbosa Maia	DBM
126	Daniel Blume Pereira de Almeida	DBPA
127	Danielle Barros e Silva Ramos	DBSR
128	Darci Costa Frazao	DCF
129	Diego Carlos Sá dos Santos	DCSS
130	Daniel Endrigo Almeida Macedo	DEAM
131	Diego Eceiza Nunes	DEN
132	Domingos Francisco Dutra Filho	DFDF
133	Daniel Guerreiro Bonfim	DGB
134	Dirceu Guimarães dos Passos	DGP
135	Diego Jose Fonseca Moura	DJFM
136	Deydra Melo Moreira Carneiro	DMMC
137	Djalma Moura Passos	DMP
138	Diego Menezes Soares	DMS
139	Diomar Oliveira Martins	DOM
140	Deborah Porto Cartagenes	DPC
141	Denise Ribeiro Gasparinho Dualibe Costa	DRGDC
142	Diego Rodrigues Martins	DRM
143	Daniel Ribeiro da Silva	DRS
144	Danielly Ramos Vieira	DRV
145	Divana Sousa	DS
146	Daniel de Sousa Carneiro	DSC
147	Doroteu Soares Ribeiro	DSR
148	Edmundo Araújo Carvalho	EAC
149	Eduardo Aires Castro	EAC2
150	Emmanuel Almeida Cruz	EAC3
151	Eline Aguiar Costa Andrade	EACA

152	Eduardo Alexandre Costa Correa	EACC
153	Expedito Alves de Melo	EAM
154	Edson Bispo Chagas	EBC
155	Ernani Coutinho Nunes	ECN
156	Eliana Costa Sousa	ECS
157	Edmar Fernando Mendonça de Souza	EFMS
158	Everson Gomes Cavalcanti	EGC
159	Edson Gonçalves do Nascimento	EGN
160	Eduardo Jose Leal Moreira	EJLM
161	Edilson Jose de Miranda	EJM
162	Etelmar José da Silva Almada Lima	EJSAL
163	Eriko José da Silva Ribeiro Domingos	EJSRD
164	Erivelton Lago	EL
165	Eduardo Luiz Bortoluzzi	ELB
166	Enide Maria Aquino Nina	EMAN
167	Elza Maria Costa Santos	EMCS
168	Eugênio Martins de Freitas	EMF
169	Edomir Martins de Oliveira	EMO
170	Eneas Pereira Pinho	EPP
171	Everton Pacheco Silva	EPS
172	Ediberto Rebelo Matos Junior	ERMJ
173	Erno Sorvos	ES
174	Euvaldo Souza	ES2
175	Euryclides Silva Amorim	ESA
176	Elmano Santos Bastos	ESB
177	Eveline Silva Nunes	ESN
178	Ezequiel Xenofonte Junior	EXJ
179	Flavio Alberto Correia	FAC
180	Fernando Antonio Guimarães Macieira	FAGM
181	Fernando Antonio Pinto Silva Junior	FAPSJ
182	Frederico Almeida Rocha	FAR
183	Frederico Augusto Silva Moreira	FASM
184	Francisco Braga de Carvalho	FBC
185	Felipe Costa Camarao	FCC
186	Francisco Castro Conceição	FCC2
187	Fernando César Cordeiro Pestana	FCCP
188	Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues	FCCR
189	Francisco Coelho de Sousa	FCS
190	Flavia Costa e Silva Abdalla	FCSA
191	Frabryenn Fabrynn Coimbra Serra de Castro	FFCSC
192	Fabiano Ferreira Lopes	FFL
193	Fabio Fernando Rosa Castelo Branco	FFRCB
194	Francelino Furtado da Silva Filho	FFSF
195	Francisco Gomes Feitosa	FGF

196	Flavio Henrique Cardoso Matos	FHCM
197	Fernando Henrique Lopes Vera	FHLV
198	Fernando Jose da Cunha Belfort	FJCB
199	Fernanda Jorge Lago	FJL
200	Fernando Jose Machado Castro	FJMC
201	Fernando Jose Machado Castro Neto	FJMCM
202	Francisco José Ramos da Silva	FJRS
203	Fernanda Katherine Azevedo Guerreiro Mota	FKAGM
204	Fernando Melo da Costa	FMC
205	Francisco Manoel Martins Carvalho	FMMC
206	Francisco Marinalva Mont'Alverne Frota	FMMF
207	Franklin Magno de Melo Veras	FMMV
208	Francisco Mendes de Sousa	FMS
209	Francisco Moura dos Santos	FMS2
210	Fernando Pedro Castro	FPC
211	Francisco Raimundo Lima Diniz	FRLD
212	Francisca Regina Ribeiro Veríssimo	FRRV
213	Florêncio Soares Junior	FSJ
214	Francisco Soares Reis	FSR
215	Flavio Trindade Jerônimo	FTJ
216	Francisca Viana da Costa Lopes	FVCL
217	Geomilson Alves Lima	GAL
218	Glycia de Almeida Martins Raposo	GAMR
219	George Cotez Arrais	GCA
220	Gustavo Garcia Silva	GGS
221	Gustavo Henrique Brito de Carvalho	GHBC
222	George Hamilton Costa Martins	GHCM
223	George Henrique do Espirito Santo Souza	GHESS
224	Gustavo Mamede Lopes de Souza	GMLS
225	Gilson Martins Mendonça	GMM
226	Gustavo Menezes Rocha	GMR
227	Gerson de Oliveira Costa Filho	GOCF
228	Gilson Ramalho de Lima	GRL
229	Gerson Silva Nascimento	GSN
230	Henrique de Araújo Pereira	HAP
231	Hugo Assis Passos	HAP2
232	Heraldo Elias Nogueira Nunes	HENN
233	Herbeth Freitas Rodrigues	HFR
234	Hugo Gedeon Cardoso	HGC
235	Haroldo Guimaraes Soares Filho	HGSF
236	Hibernon Marinha Alves de Andrade	HMAA
237	Horácio Marinha Normando	HMN
238	Heleno Mota e Silva	HMS
239	Heirudes Serra Ferreira	HSF

240	Hélio da Silva Maia Neto	HSMN
241	Inacio Ameico Pinho de Carvalho	IAPC
242	Italo Bendito Guimarães Torreão	IBGT
243	Ivaldo Castelo Branco Soares	ICBS
244	Itamar Correa Lima	ICL
245	Italo Fabio Gomes de Azevedo	IFGA
246	Italo Gomes de Azevedo	IGA
247	Inaldo das Graças Bernardes	IGB
248	Italo Gustavo e Silva Leite	IGSL
249	Italo Guimaraes T	IGT
250	Isabel Loiola Gomes Moreira	ILGM
251	Irapuã Leal de Sousa	ILS
252	Ilzianne Lima Silva	ILS2
253	Ismael Matos de Aguiar	IMA
254	Ieda Maria Morais	IMM
255	Ivaldo de Oliveira Ricci	IOR
256	Isaac Rubens Brito Dias Filho	IRBDF
257	Ivaldeci Rolim de Mendonça Junior	IRMJ
258	Ilana Sa Barbosa Pereira	ISBP
259	Jouglas Abreu Bezerra Junior	JABJ
260	Joaquim Adriano de Carvalho Adler Freitas	JACAF
261	José Agenor Dourado	JAD
262	Jonas de Aguiar Filho	JAF
263	José Antonio Figueiredo de Almeida Silva	JAFAS
264	Jose Aparecido Machado	JAM
265	Jose de Alencar Macedo Alves	JAMA
266	Jose Alencar de Oliveira	JAO
267	Jose Antonio Silva Pereira	JASP
268	Joao Batista Dias	JBD
269	Joao Batista Ericeira	JBE
270	João Batista Muniz Araújo	JBMA
271	José Brito de Souza	JBS
272	Jose Brígido da Silva Lages	JBSL
273	Julio Bacelar de Souza Martins Neto	JBSMN
274	João Carlos Alves Monteles	JCAM
275	José Carlos Bastos da Silva	JCBS
276	João Carlos Campelo	JCC
277	Josilea Carvalho Cabral Leite	JCCL
278	José Caldas Gois	JCG
279	José Caldas Gois Junior	JCGJ
280	Jose Costa Junior	JCJ
281	Jose Carlos Mineiro	JCM
282	Jean Clesio Melo Ferreira	JCMF
283	José Claudio Pavão Santana	JCPS
284	Jose Clebis dos Santos	JCS

285	Jose Carlos Souza e Silva	JCSS
286	Jose Carlos Tavares Duran	JCTD
287	Joana D'Arc Silva Santiago Rabelo	JDSSR
288	Jose Edmilson Carvalho Filho	JECF
289	João Elzimar da Costa Machado	JECM
290	Jose Eulalio Figueiredo de Almeida	JEFA
291	José Eneas de Miranda Frazão	JEMF
292	Josemar Emilio Silva Pinheiro	JESP
293	José Eduardo Silva Pinheiro Homem	JESPH
294	Jose Fillipy Andrade Gonçalves	JFAG
295	Jose Franciscio Belem de Mendonça Junior	JFBMJ
296	Jose Fernandes da Conceição	JFC
297	Jose Flavio Costa Mendes	JFCM
298	Jose Fernandes Dantas Filho	JFDF
299	Jose Francisco Pereira Lopes	JFPL
300	Juraci Gomes Bandeira	JGB
301	José Guilherme Carvalho Zagallo	JGCZ
302	Jose Henrique Cabral Coaracy	JHCC
303	Jose Henrique de Viveiros Viera	JHVV
304	Joaquim Jorge Faray de Oliveira	JJFO
305	Jamilson Jose Pereira Mubarak	JJPM
306	José Jamenes Ribeiro Calado	JJRC
307	Joao Jose da Silva	JJS
308	Jose Linhares de Araujo Junior	JLAJ
309	José Lamarck de Andrade Lima	JLAL
310	Jorge Luis de Castro Fonseca	JLCF
311	Jorge Luis Serra Coelho	JLSC
312	Jose Luis da Silva Santana	JLSS
313	Jorge Luis Tinoco Sousa	JLTS
314	José Maria Alves da Silva	JMAS
315	João Marques Farias Filho	JMFF
316	Joana Mara Gomes Pessoa Miranda	JMGPM
317	Jose Maria Leite Lima	JMLL
318	Judith Maria Moura de Almeida Silva	JMMAS
319	Jose Magno Moraes de Sousa	JMMS
320	Jose Maria Machado Vieira Filho	JMMVF
321	Jose Milton Oliveira de Miranda	JMOM
322	Jose Moanezer Ribeiro Calado	JMRC
323	Jose Maria Ramos Martins	JMRM
324	Janio de Oliveira	JO
325	Josivaldo Oliveira Lopes	JOL
326	Jose Olivio de Sá Cardoso Rosa	JOSCR
327	Jose Paulo Aroso Mendes Nunes	JPAMN
328	Josineile Pedro Pedroza Martins	JPPM
329	Jose Pirangy Torres Menezes	JPTM

330	Joacy Quinzeiro	JQ
331	Jose Rorico Aguiar de Vasconcelos Junior	JRAVJ
332	Jacques Rocha Brauna	JRB
333	Jose de Ribamar Botão França	JRBF
334	José Rodrigues de Brito Neto	JRBN
335	José de Ribamar Bastos da Silva	JRBS
336	Jane Rose Cunha Bentivi	JRCB
337	Jose de Ribamar Cardoso Filho	JRCF
338	Jose Ricardo Costa Mendes Cateb	JRCMC
339	Jose Ribamar Dominicci	JRD
340	Jose Roberto Goncalves Reis	JRGR
341	José Rodrigues Lima	JRL
342	Jose Raimundo de Moraes	JRM
343	Jezanias do Rego Monteiro	JRM2
344	Jorge Rachid Mubarack Maluf	JRMM
345	José de Ribamar Oliveira Carvalho	JROC
346	José Rinaldo de Oliveira Maya	JROM
347	José Ribamar Ramos Machado	JRRM
348	Jose Ribamar Ramos Reis	JRRR
349	Jefferson Rodrigues dos Santos	JRS
350	Jose Ribamar Santos	JRS2
351	Jose Ribamar Serra	JRS3
352	Jose Raimundo de Sousa Almeida	JRSA
353	Jose Rogerio Sena e Silva	JRSS
354	Jose Ricardo Souza Veloso	JRSV
355	João da Silva Maciel	JSM
356	Joisiane Sanches de Oliveira Gamba	JSOG
357	Josineile de Sousa Pedroza	JSP
358	Joao da Silva Santiago Filho	JSSF
359	Jose Silva Sobral neto	JSSN
360	Jose Silva do Vale Filho	JSVF
361	Jose Vera Cruz Santana	JVCS
362	Julio Vinicius Guerra Nagem	JVGN
363	Jose Victor Spindola Furtado	JVSF
364	Kelly Daiana Diniz da Costa	KDDC
365	Kleber Moreira	KM
366	Karine Maria Rodrigues Pereira	KMRP
367	Katia Teresa de Carvalho Penha	KTCP
368	Larissa Abdala Brito	LAB
369	Luis Antonio Camara Pedrosa	LACP
370	Luiz Andre Farias de Albuquerque	LAFA
371	Luiz Americo Henrique de Castro	LAHC
372	Leonel Araújo Lima Neto	LALN
373	Leonardo Alburquerque Marques	LAM
374	Luis Augusto de Miranda Guterres Filho	LAMGF

375	Linaldo Albino da Silva	LAS
376	Luana Celina Lemos de Moraes	LCLM
377	Lidia Cunha Shcramm de Sousa	LCSS
378	Leonardo Cursinho Veras	LCV
379	Luis Edmundo Coutinho de Brito	LECB
380	Luis Fernando Cabral Barreto	LFCB
381	Luis Fernando Dominicci Castelo Branco	LFDCB
382	Lúcio Flávio da Rocha Castro	LFRC
383	Lucyléa Gonçalves França	LGF
384	Lucimary Galvão Leonardo Garces	LGLG
385	Lorival Godinho da Silva Junior	LGSJ
386	Luis Henrique Couto de Azevedo	LHCA
387	Liana Kerlley Matos Nunes dos Santos	LKMNS
388	Lucia Maria Ferreira Silva	LMFS
389	Leonardo Moraes Leda	LML
390	Livia Maria pereira Gomes	LMPG
391	Lúcia Maria Sótão Aquino	LMSA
392	Luilton Pio de Almeida	LPA
393	Ligia Paula Basto Cesar de Oliveira Santana	LPBCOS
394	Lídia Plueger Pereira dos Santos	LPPS
395	Laplace Passos Silva Filho	LPSF
396	Lidinei Rodrigues de Melo	LRM
397	Luiz Roberto de Menezes Gomes	LRMG
398	Luciana Silva de Carvalho	LSC
399	Luis Sergio Sanches Gomes Pinto	LSSGP
400	Leonide Santos Sousa Saraiva	LSSS
401	Lorena Saboya Vieira Soares	LSVS
402	Marcella Abdalla Costa	MAC
403	Marco Antonio Coelho Lara	MACL
404	Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo	MACPL
405	Marcia Anfreia Ferreira Pereira	MAFP
406	Marco Antonio Ferreira da Silveira	MAFS
407	Marco Aurelio Gonzaga Santos	MAGS
408	Marcello Abreu Itapary	MAI
409	Mario de Andrade Macieira	MAM
410	Manoel Augusto Martins de Almeida	MAMA
411	Mario Alexon Pires Ferreira	MAPF
412	Marco Antonio Silva Costa	MASC
413	Miriam Aparecida dos Santos Gragnanin	MASG
414	Marcelo Bruno Martins Feitosa	MBMF
415	Maria Bogéa Rodrigues de Sousa	MBRS
416	Maurício Cavalcante Fernandes	MCF
417	Martinho Coelho de Oliveira	MCO
418	Maria da Conceição Peres	MCP
419	Maria do Carmo Rodrigues Araújo	MCRA

420	Mari-Celia Santos Alves	MCSA
421	Márcia Christina Silva Rabelo	MCSR
422	Miguel Daladier Barros	MDB
423	Maria Dolores Barbosa Pinheiro	MDBP
424	Marinel Dutra de Matos	MDM
425	Maria Elildes Costa Leite Belfort	MECLB
426	Manoel Egídio Costa Neto	MECN
427	Maria Elzimar Costa Pinheiro de Almeida	MECPA
428	Michael Eceiza Nunes	MEN
429	Maria do Espírito Santo Conceição França Riibeiro	MESCFR
430	Maria de Fátima Carvalho Cuba	MFCC
431	Maria de Fatima Gonzales Leite	MFGL
432	Maria de Fátima Gedeon Maciel	MFGM
433	Maria de Fatima Leonora Cavalcanti	MFLC
434	Malone França Nunes	MFN
435	Maria de Fátima Sousa Buhatem	MFSB
436	Marina de Fatima Schalcher de Castro Diaz	MFSCD
437	Maria Francisca Sampaio Rodrigues	MFSR
438	Maria de Fatima Vieira Couto	MFVC
439	Marise Gonçalves Abdalla	MGA
440	Maria da Gloria Costa Goncalves de Sousa Aquino	MGCGSA
441	Maria Goreti Martins Carvalho	MGMC
442	Maria da Graça Malheiros Silva	MGMS
443	Maria Helena Neves Fonseca	MHNF
444	Maria Helena de Oliveira Amorim	MHOA
445	Maria Izabel Costa Lacerda	MICL
446	Maria Ideltrudes Freitas	MIF
447	Maria Inez Ferreira Campos	MIFC
448	Mário José Baptista Neto	MJBN
449	Manoel de Jesus Sousa	MJS
450	Murilo Leonardo Castro Alvares de Oliveira	MLCAO
451	Melquisedec Moreira Costa	MMC
452	Marylicia Medeiros Santos	MMS
453	Milseth de Oliveira Silva	MOS
454	Maura Patricia Aguiar Mendes	MPAM
455	Mirela Parada Martins	MPM
456	Malaquias Pereira Neves	MPN
457	Manoel Pedro Oliveira Castro Neto	MPOCN
458	Mara Raquel Lima Silva	MRLS
459	Malba do Rosario Maluf Batista	MRMB
460	Milson de Souza Coutinho	MSC
461	Marisete Silva Malheiros	MSM
462	Maria do Socorro Moraes Ramada	MSMR
463	Maria do Socorro Nogueira Reis	MSNR
464	Mário de Souza e Silva Coutinho	MSSC

465	Maria Teresa Cabral Costa Oliveira	MTCCO
466	Manuel Ximenes Neto	MXN
467	Maria Zélia Leite Oliveira	MZLO
468	Maria Zilda Lago Oliveira	MZLO2
469	Nazaré Bezerra Carvalho Collins	NBCC
470	Nereida Cristina Cavalcante Dutra Batalha	NCCDB
471	Nivaldo Costa Guimarães	NCG
472	Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa	NCSSSC
473	Nathusa de Fátima Torres Chaves	NFTC
474	Roberto Jose da Cruz Filho	NJCF
475	Nubia Macedo Sousa	NMS
476	Nilo Pereira Rego Neto	NPRN
477	Natacha Veloso Cerqueira	NVC
478	Orlando Antônio Bertrand	OAB
479	Otávio dos Anjos Ribeiro	OAR
480	Oscar Gundin	OG
481	Oswaldo Henrique Guimarães Almeida	OHGA
482	Oton Leite Fernandes	OLF
483	Oduvaldo Santos Cruz	OSC
484	Oséas de Souza Martins Filho	OSMF
485	Paulo Afonso Cardoso	PAC
486	Pedro Américo Dias Vieira	PADV
487	Petronio Alves Macedo	PAM
488	Pedro Augusto Souza de Alencar	PASA
489	Paulo César Aguiar Martins Vidigal	PCAMV
490	Paulo César Mesquita Freire	PCMF
491	Paulo Cruz Pereira e Silva	PCPS
492	Pedro Dualibe Mascarenhas	PDM
493	Pedro Dantas da Rocha Neto	PDRN
494	Pedro Emanuel de Oliveira	PEO
495	Paulo Fernando da Silva Santos	PFSS
496	Paulo Henrique Azevedo Lima	PHAL
497	Pedro Jarbas da Silva	PJS
498	Pedro Leandro Lima Marinho	PLLM
499	Pedro Leonel Pinto de Carvalho	PLPC
500	Persio de Oliveira Matos	POM
501	Paulo Roberto Almeida	PRA
502	Paulo Roberto da Costa Miranda	PRCM
503	Paulo Roberto Tinoco Silva	PRTS
504	Pedro Soares Nobre	PSN
505	Rogério Alves Dias	RAD
506	Rodrigo Antonio Delgado Pinto de Almeida	RADPA
507	Rogério Alves da Silva	RAS
508	Romulo Barbosa	RB
509	Roberta Bitencourt Araujo	RBA

510	Ribamar Botão França	RBF
511	Renata Bessa daSilva Castro	RBSC
512	Rodrigo do Carmo Costa	RCC
513	Roberto Charles de Menezes Dias	RCMD
514	Raimundo de Castro Menezes Neto	RCMN
515	Raimunda Celia da Silva Coelho	RCSC
516	Renatha Domingues Ribeiro Leal Moreira	RDRLM
517	Rosangela Eleres Cortez Moreira	RECM
518	Ruy Eduardo da Silva Almada Lima	RESAL
519	Ruy Eduardo Villas Boas	REVB
520	Rosangela de Fatima Araújo Goulart	R FAG
521	Rosemeire de Freitas Barros	RFB
522	Rosecleine Floriana de B. e Pontes	RFBP
523	Raimundo Ferreira Marques	RFM
524	Robert Frederico Silva Fontoura	RFSF
525	Rosalio Gomes Carvalho	RGC
526	Rosana Galvão Cabral	RGC2
527	Raimundo Geraldo Ribeiro da Costa	RGRC
528	Roberto Henrique Ferreira Soares Cavalcante	RHFSC
529	Rogério Hermes Rego de Oliveira	RHRO
530	Ricardo Luis de Almeida Teixeira	RLAT
531	Raphael Maluf Guara	RMG
532	Rodrigo Maia Rocha	RMR
533	Raimundo Nonato Cantanhede Filho	RNCF
534	Raimundo Nonato Froz Neto	RNFN
535	Raimundo Nonato Leite Dominici	RNLD
536	Raimundo Nonato Meireles	RNM
537	Raimundo Nonato Ribeiro Neto	RNRN
538	Renato Pereira de Abreu	RPA
539	Rosana Pimenta Figueiredo	RPF
540	Rodrigo Pires Ferreira Lago	RPFL
541	Raimundo Pinheiro Junior	RPJ
542	Roque Pires Macatrão	RPM
543	Rodrigo Reis Lima	RRL
544	Reinaldo Soares de Araújo	RSA
545	Roberth Seguins Feitosa	RSF
546	Ricardo Tadeu B Dualibe	RTBD
547	Sergio Antonio Barros Batista	SABB
548	Sebastiao Antonio Fernandes Filho	SAFF
549	Sebastião Barros Jorge	SBJ
550	Sutelino Coimbra Neto	SCN
551	Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior	SDCCJ
552	Symone D'Alma Ferreira Pacheco	SDFP
553	Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa	SFADCC
554	Suzane de Fatima Guimaraes Pereira de Castro	SFGPC

555	Sidney Filho Nunes Rocha	SFNR
556	Sandra Gonçalves Macedo	SGM
557	Samarone José Lima meireles	SJLM
558	Sheila Maria Britto dos Santos	SMBS
559	Sérgio Murilo de Pádua Barros Muniz	SMPBM
560	Sidney Ramos Alves da Conceição	SRAC
561	Sergio Roberto Aranha Pinheiro	SRAP
562	Sarah Santos de Araújo Neta	SSAN
563	Simaria Uchoa de Menezes	SUM
564	Sergio Victor tamer	SVT
565	Thais Alexandra Lopes dos Santos	TALS
566	Themis Alexandra Santos Bezerra	TASB
567	Thiago Brhanner Garces Costa	TBGC
568	Temistocles Cutrim Serra	TCS
569	Teresinha de Fatima Marques Vale	TFMV
570	Thassia Gomes Borralho	TGB
571	Thalys Hermes do Rego	THR
572	Terezinha de Jesus Lima	TJL
573	Tadeu de Jesus e Silva Carvalho	TJSC
574	Thalita Pinto Haickel Matos	TPHM
575	Thiago Roberto de Marais Diaz	TRMD
576	Tais Rodrigues Portelada	TRP
577	Tácito da Silveira Caldas	TSC
578	Thales da Silva Lopes	TSL
579	Téssia Virginia Martins Reis	TVMR
580	Ulisses Cesar Martins de Sousa	UCMS
581	Vandir Bernadinho Bezerra Fialho	VBBF
582	Vandir Bernadinho Bezerra Fialho Junior	VBBFJ
583	Vinícius César de Berredo Martins	VCBM
584	Vanna Coelho Cabral	VCC
585	Valeria Cristina Regino Ferreira	VCRF
586	Valdecy Ferreira da Rocha	VFR
587	Vandira Freitas Silveira	VFS
588	Vanda Gomes de Oliveira	VGO
589	Valter de Jesus Praseres	VJP
590	Valeria Lauande Carvalho Costa	VLCC
591	Vivianne Macedo Costa	VMC
592	Valdenio Nogueira Caminha	VNC
593	Walmir Azulay de Matos	WAM
594	Walney de Abreu Oliveira	WAO
595	Welger Freire dos Santos	WFS
596	Walmir de Jesus Moreira Serra Junior	WJMSJ
597	Warwick Leite de Carvalho	WLC
598	Willington Marcos Ferreira Conceição	WMFC
599	Wanderly Marcos dos Santos	WMS

600	Walter Reis Pinheiro	WRP
601	Waldir Sauaia	WS
602	Wudner da Silva Castro	WSC
603	Windsor Silva dos Santos	WSS
604	Wagner Tobias Lima Barreto	WTLB
605	Wagner Tobias Lima Filho	WTLF
606	Walter Viana Santana	WVS
607	Yuri Brito Correia	YBC
608	Yady Carvalho Baquil	YCB
609	Yara Maria Carvalho de Oliveira Barros	YMCOB